

Política & Sociedade

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

Política & Sociedade é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil), com edições em janeiro-abril, maio-agosto e setembro-dezembro. Destinada à divulgação de artigos, resenhas, traduções e ensaios bibliográficos inéditos sobre temas e problemas de Sociologia Política e de disciplinas afins, a revista orienta-se pelos critérios da qualidade acadêmica e da relevância social do conteúdo de suas publicações. Preza também o pluralismo e o intercâmbio de idéias, sendo bem-vindas contribuições de pesquisadores das comunidades acadêmicas nacional e internacional, associados às mais diversas tradições intelectuais das Ciências Sociais e aos diferentes programas de pesquisa no âmbito da Sociologia Política.

Política & Sociedade está presente nos seguintes indexadores: EBSCO – Information Services, CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, LIVRE – Portal de Conhecimento Nuclear, Portal de Periódicos – CAPES, ProQuest – Physical Education Index, Sistema Pergamum, vLEX – Base de Dados da Área de Direito. Qualis Capes: B1.

Editores

Luís Felipe Guedes da Graça
Luiz Gustavo da Cunha de Souza

Editores associados

Ernesto Seidl, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.
Marcia Grisotti, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.
Marcia da Silva Mazon, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

Endereço eletrônico: ppgsocpol@contato.ufsc.br

Portal eletrônico: <http://ppgsp.posgrad.ufsc.br/>

Conselho Editorial

Adriano Nervo Codato, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Brasil
Brasilio Sallum Junior, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Carlos Alba Vega, El Colegio de México, Cidade do México, México
Celi Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Brasil
David Samuels, University of Minnesota, Minneapolis, Estados Unidos
Dieter Plehwe, Das Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB) (The Social Science Research Center Berlin), Berlim, Alemanha
Eli Diniz, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil
Elisa Maria da Conceição Pereira Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil
Eugênia Rosa Cabral, Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém, Brasil
Fábio Wanderley Reis, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil
Franz Josef Bruseke, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, Brasil
Ilse Scherer-Warren, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil
Jessé Jose Freire de Souza, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Brasil
José Maria Carvalho Ferreira, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal
José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil
Luís Felipe Miguel, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil
Marcelo Gantus Jasmin, Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Rio de Janeiro, Brasil
Mark E. Warren – The University of British Columbia (UBC), Vancouver, Canadá
Maria Arminda do Nascimento Arruda, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Mária da Glória Gohn, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, Brasil
Paulo Henrique Martins, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil
Philippe Steiner, Universidade de Paris IV – Sorbonne, Paris, França
Regina Celia Reyes Novaes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil
Ricardo Luiz Coltro Antunes, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, Brasil
Silke Weber, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil
Timothy Power, University of Oxford, Oxford, Reino Unido
Vicente Antonio Palermo, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina
Yan de Souza Carreirão, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil

Política & Sociedade

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

ISSNe: 2175-7984 | V. 19 | N° 45 | Mai.-Ago. de 2020

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>



Florianópolis

2020

Copyright © Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Todos os direitos reservados.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Caixa Postal 476 – Trindade
88040-900 Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Fone 55 (48) 3721-9253
<http://www.sociologia.ufsc.br>
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

Coordenação
Ernesto Seidl

Vice-coordenação
Julian Borba

Secretaria
Janete Eloi Guimarães

Projeto Gráfico
Quorum Comunicação

Diagramação
Ryan Dias e Rita Motta – Ed. Tribo da Ilha

Revisão
Michela Silva Moreira

Dados internacionais de catalogação na fonte

Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. – v. 19. n. 45. (2020) – . – Florianópolis, Brasil: UFSC, 2019 – v. ; 23 cm

Quadrimestral (Semestral até 2011)
ISSNe: 2175-7984

I. Sociologia Política – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

CDU: 316.334.3

SUMÁRIO

DOSSIÊ MAX WEBER RELOADED: RETOMANDO SEU LEGADO 100 ANOS DEPOIS

*Carlos Eduardo Sell (UFSC),
Gert Albert (Universidade de Heidelberg) e Sérgio da Mata (UFOP)*

- | | |
|--|------------|
| Apresentação | 7 |
| <i>Carlos Eduardo Sell (UFSC),
Gert Albert (Universidade de Heidelberg) e Sérgio da Mata (UFOP)</i> | |
| Ação, ordem e cultura: fundamentos de um programa de pesquisa weberiano | 19 |
| <i>Wolfgang Schluchter</i> | |
| A dimensão casual-explicativa dos tipos ideais: a contribuição metodológica de Max Weber para a sociologia contemporânea | 56 |
| <i>Gert Albert</i> | |
| Max Weber possui duas sociologias? Análise comparativa do esquema conceitual de Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva (1913) e Conceitos sociológicos fundamentais (1921) | 83 |
| <i>Bruna dos Santos Bolda</i> | |
| Max Weber e a investigação histórico-empírica | 118 |
| <i>Edith Hanke</i> | |
| Metaweberianismo | 142 |
| <i>Sérgio da Mata</i> | |
| A análise política por Max Weber da Revolução de Fevereiro de 1917: um balanço crítico | 152 |
| <i>Luiz Enrique Vieira de Souza e Ricardo Musse</i> | |
| A dominação carismática em regimes democráticos | 178 |
| <i>Roger Laureano</i> | |

Sociologia da Educação de Max Weber: o Clinamen na prática pedagógica	205
<i>Alonso Bezerra Carvalho</i>	
Biography and Scholarship. In Memory of Guenther Roth	227
<i>Luciana Villas Bôas</i>	
Guenther Roth (1931-2019)	242
<i>Stephen Kalberg</i>	

ARTIGOS LIVRES

Percurso para o Senado: carreiras e social background dos senadores das 51ª e 52ª Legislaturas	246
<i>Alison Ribeiro Centeno</i>	
Democracia e Legitimidade: três teses sobre o papel da comunicação na justificação política	268
<i>Renato Francisquini</i>	
Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária	301
<i>Cassio Brancaleone</i>	
“Antigos” e “novos” no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa	337
<i>Alexandre Bergamo</i>	

APRESENTAÇÃO

Carlos Eduardo Sell¹
Gert Albert²
Sérgio da Mata³

Há cem anos, precisamente em 14 de junho de 1920, falecia, em Munique, o pensador alemão Max Weber. Um século após a sua morte, a publicação de todo o conjunto de escritos weberianos (que inclui, além das obras, manuscritos pouco conhecidos e transcrições que alunos fizeram de suas preleções) – a chamada *Max Weber Gesamtausgabe* (MWG) – chegava a seu 47º volume. No exato ano da comemoração deste jubileu, o gigantesco projeto da edição crítica atingia seu tão almejado fim. Estes dois eventos, o centenário da morte de Weber e a conclusão da MWG, colocam-nos diante da oportunidade ímpar de retomar e avaliar o legado desse clássico incontestável das humanidades.

A importância de Max Weber no campo das ciências humanas dispensa justificativas. Sua influência recobre praticamente todas as áreas de estudo das humanidades, passando por história, economia, direito, relações internacionais, administração, literatura, filosofia, entre outras, e, não menos importante, sociologia e ciência política. Mais do que um autor que é datado historicamente, trata-se de um pensador ainda presente no debate atual, motivando não apenas uma intensa agenda de debates sobre

1 Universidade Federal de Santa Catarina.

2 Universidade de Heidelberg.

3 Universidade Federal de Ouro Preto.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

o conteúdo de suas ideias mas também diversas tentativas de releitura e atualização de suas teses. Nesse espírito, este dossiê tem como meta refletir sobre as obras, as ideias e a recepção do pensamento de Max Weber à luz das problemáticas e desafios do horizonte sócio-histórico e teórico-epistemológico da atualidade. Tal empreendimento é levado a cabo tendo como referência dois projetos editoriais e intelectuais contemporâneos de enorme relevância científica: (i) a edição crítica dos escritos de Max Weber, por um lado; (ii) e o desenvolvimento de um Paradigma Weber, por outro. Se o primeiro destes projetos nos coloca frente ao passado e nos confronta com a questão hermenêutica da interpretação do pensamento de Max Weber; o segundo nos devolve ao presente e indaga pela atualidade teórico-empírica do corpus textual weberiano.

O projeto MWG inicia seus primeiros passos em 1975 (vide Hanke, 2012) por iniciativa da *Academia Bávara de Ciências sociais* e sob liderança de uma comissão científica que inclui os nomes de Horst Baier (1933-2017), M. Rainer Lepsius (1928-2014), Wolfgang J. Mommsen (1930-2004), Johannes Winckelmann (1900-1985), Gangolf Hübinger e Wolfgang Schluchter. Destes, apenas os dois últimos puderam ver esta impressionante empreitada realizada. Conforme os planos dos organizadores, os escritos de Weber foram publicados em três partes: I) *Obras e escritos*, (II) *Cartas*, (II) *Lições e Notas de Aula*. O primeiro dos volumes foi publicado em 1984 e o último neste ano de 2020⁴, perfazendo um total de 36 anos de trabalho. Um rápido panorama sobre a disposição dos volumes publicados pela MWG – abaixo esboçado – aponta não apenas a qualidade intelectual da iniciativa, mas também deixa vislumbrar seus possíveis impactos na *Weberforschung*: terá esta iniciativa o potencial para desencadear a construção de uma nova imagem de Max Weber?

Na primeira seção, estão contidos 25 volumes⁵; e, entre as decisões mais impactantes da MWG, temos a desmontagem do conjunto heterogêneo de escritos reunidos magistralmente por Marianne Weber sob o

4 A primeira publicação foi aquela dedicada à pesquisa sobre os trabalhadores agrícolas no leste da Alemanha (MWG I/03) e a última é aquela que trata da *Economia política prática* (MWG IIII/02).

5 Dois deles são de natureza técnica e discutem a história de redação de *Economia e Sociedade* (MWG I/24), além de um volume que contém notas e registros (MWG I/25).

rótulo de *Economia e Sociedade*. Adotando uma lógica cronológica, os textos escritos por Weber antes da primeira guerra mundial foram reorganizados em cinco publicações⁶, enquanto a revisão feita por Weber em 1920 foi publicada com o título de *Sociologia* (MWG I/23), decisão que nos permite perceber como a construção da sociologia compreensiva é um processo que envolve amadurecimento e aprofundamento, quando não também rupturas e deslocamentos, tema que, por sinal, ainda levanta muitas perguntas, para não dizer ásperas polêmicas. O mesmo aconteceu com os escritos ditos “metodológicos” que foram alocados em dois volumes, demarcando com maior exatidão o percurso histórico de sua reflexão epistemológica que, após um período de intensa produção inicial (*MWG I/07 – Lógica e método das ciências sociais*), que fixa os parâmetros essenciais de sua filosofia das ciências sociais, concentrar-se-á na discussão dos fundamentos da sociologia compreensiva e da relação entre ciência e valores (*MWG III/12 – Sociologia compreensiva e controvérsia sobre os valores*)⁷.

A mesma tendência histórica pode ser observada na nova sequência de escritos políticos de Weber que foram divididos em cinco volumes, permitindo-nos leituras menos apriorísticas e unilaterais de sua visão ideológica. Dessa maneira, a intensa polêmica em torno da vinculação de Weber com cosmovisões nacionalistas, sociais ou liberais, que divide até hoje os analistas, pode ser mais bem investigada levando em consideração não apenas seu amadurecimento intelectual, mas também seu confronto crítico com a conjuntura política alemã, que ele debateu tão apaixonadamente⁸.

6 MWG I/22-1: [Comunidades], MWG I/22-2: [Comunidades religiosas]; MWG I/22-3: [Direito], MWG I/22-4: [Dominação]; MWG I/22-5: [A cidade].

7 O tema é discutido na recensão de Sell (2018).

8 O trajeto se inicia com os escritos ligados à sua participação nos *Congressos Sociais Evangélicos* e na *Associação para a política social*, momento em que a “questão social” está no centro de suas preocupações (MWG I/04 – *A questão do trabalho agrícola, Estado Nacional e Política econômica*), tema, é claro, que não desaparece depois da retomada de suas atividades pós- crise psíquica, como ilustram os textos escritos por ele no início do século (MWG I/08 – *Economia, Estado e política social, entre 1900 e 1912*). Aos poucos sua atenção se volta para o destino político da Rússia (MWG I/10¹ – *A revolução Russa, entre 1905 e 1912*). Chegamos, por fim, aos escritos que debatem o debacle da Monarquia (MWG I/15 – *A política durante a guerra mundial*) e a emergência da República de Weimar, momento em que Weber aprofunda sua reflexão sobre a democracia de massas (MWG I/16 – *O re-ordenamento da Alemanha*) e indaga sobre o papel da liderança política frente ao processo de burocratização (MWG I/17 – *Política como profissão*). Também os textos em que Weber discute a educação (MWG I/13 – *Ensino superior e política científica*) podem ser vistos como escritos políticos, pois ainda que não falem especificamente pedagógicos, a política educacional de Weber reúne, em um

Não de menor importância são os textos da primeira fase da trajetória de Weber que transitam entre a história do direito, questões agrárias e discussões socioeconômicas⁹. Com efeito, a dimensão histórica do trabalho de Weber é um traço permanente de seu modo de pensar; e, entre os trabalhos de cunho histórico mais marcante; destacam-se as três redações a que foi submetido o artigo *Relações agrárias na Antiguidade*, que escreveu para *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* [MWG I/26] e, não menos importante, os artigos sobre *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, que o próprio Weber caracterizou numa carta de 1905 a Heinrich Rickert como um “ensaio histórico-cultural” (MATA, 2020, p. 248), ainda que uma interpretação especificamente sociológica do intento original deste escrito também seja defendida (SCHLUCHTER, 2014)¹⁰.

Outro tópico maior da obra de Weber são os seus estudos comparados das religiões mundiais. Em relação a esta agenda da pesquisa, os editores da MWG houveram por bem separar as duas versões de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*¹¹. Um segundo bloco de textos sobre religião reúne aqueles produzidos entre 1915 e 1920 e que, ao empenharem-se em um vasto estudo histórico-comparativo, mergulham nas religiões da China (MWG I/19 – *Confucionismo e Taoísmo*), da Índia (MWG I/20 – *Hinduísmo e Budismo*) e do Judaísmo antigo (MWG I/20 – *O judaísmo antigo*). No centro destes estudos, está a problemática da racionalização e

mesmo conjunto, a preocupação com a retidão intelectual – ligada ao controle sobre os valores – mas também a exigência de total liberdade acadêmica.

- 9 Além dos seus trabalhos de formação MWG I/1 – *Para a história do direito comercial na idade média* – e MWG I/2 – *A história agrária romana e sua significação para o direito público e privado*, devem ser incluídos nesta lista suas pesquisas sobre *A situação dos trabalhadores agrícolas no leste da Alemanha* [MWG I/03], além de seu inovador estudo sobre *A natureza da Bolsa* [MWG I/05], sem esquecer ainda um conjunto menor de artigo que trata da *Questão laboral agrária, Estado Nacional e política econômica* (MWG I/04) que marcou o início de sua produção intelectual.
- 10 Pontos de vista divergentes sobre a perspectiva epistemológica que informa a concepção e redação de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* são defendidos por Sell (2011) e Mata (2020).
- 11 Dessa forma, no primeiro destes volumes encontramos não apenas os dois artigos que foram publicados, respectivamente, em 1904 e 1905, mas também dois pronunciamentos, o escrito *Igrejas e Seitas na América do Norte* e, muito em particular, as suas famosas quatro anti-críticas contra Karl Fischer e Felix Rachfal. No segundo volume está a versão revisada da *Ética Protestante*, tendo em vista que Weber pretendia integrá-lo em seus *Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião*, bem como uma nova versão do escrito de 1906 (cuja primeira versão fora publicada no jornal de teologia *Christliche Welt*), agora sob o título de *As seitas protestantes e o espírito do capitalismo*.

do desencantamento do mundo, questão que será explorada por ele também em sua sociologia da arte (*MWG I/14 – Para uma sociologia da música*), do trabalho (*A psico-física do trabalho industrial (MWG I/11)*) e, muito em particular, no seu grande testamento filosófico: *Ciência como profissão* (MWG I/17).

Mas talvez sejam as *cartas de Max Weber*, reunidas na segunda seção da MWG e, em sua grande maioria, inéditas, que nos ofereçam o maior potencial para reabrir e redimensionar não apenas nossa compreensão do processo de construção das ideias daquele intelectual, mas também do significado e alcance de todo conjunto do pensamento weberiano no quadro sociocultural e científico de sua época. Com efeito, em seus 10 volumes – tendo em vista que um deles é dedicado a *Notas e registros* (MWG II/11) –, podemos seguir o trajeto biográfico de Weber desde a sua infância (MWG II/01 – até 1896) e formação universitária (MWG II/02 – 1897/1894), chegando até aos intensos anos de trabalho como docente na Universidade, aí incluída a crise psíquica (MWG II/03 – 1895/1902) que interrompeu formalmente sua carreira na Universidade até 1918. A partir de 1903, ano em que Weber volta à produção intelectual, seguem-se ainda mais sete volumes, documentando como este mandarim alemão (RINGER, 2000) estava inserido em uma rede que incluía, além do universo de sua família e relações pessoais, as grandes personalidades do mundo científico, intelectual, artístico, econômico, jornalístico, político, religioso etc. Esse impressionante espólio de correspondência – que se amplia a partir de 1910 (foram necessários cinco volumes – metade deles – para recobrir este período) nos permite acessar desde o vasto mundo interior de sua personalidade e intimidade, tema sujeito a intensa discussão¹², até chegar ao vasto mundo exterior que inclui contexto familiar, econômico, político e cultural com o qual sua obra dialoga e responde. Uma imensa agenda que somente agora vem sendo explorada de forma minuciosa e detalhada mediante estudos históricos conduzidos com uma metodologia sólida e rigorosa.

12 Vejam-se, a título de exemplo, os esforços de Sukaël (2002), Rakdau (2005), Käsler (2014) e Ringer (2004). A viagem de Weber aos Estados Unidos da América foi esplendidamente analisada por Scaff (2013). Com base na correspondência epistolar de Weber, Gangolf Hübinger (2019), Rita Hübinger (2019) e M. Rainer Lepsius (2016) vêm explorando minuciosamente o universo intelectual e social na qual se desenrola a biografia e trajetória intelectual de Weber.

A **terceira seção** – *Lições e Notas de Aula* –, por fim, nos ajuda a entender a produção textual do professor Max Weber. Por essa razão, este conjunto de volumes recupera as notas e os escritos produzidos por ele em dois períodos de sua atividade docente. A primeira está localizada entre os anos de 1897 e 1903 quando Weber lecionou na Friedrich-Wilhelms-Universität de Berlim (1892-1894), na Albert-Ludwigs-Universität, em Freiburg (1894-1897) e na Rupprechts-Karl-Universität de Heidelberg (1897-1899). Estão lá suas anotações sobre a *Economia política teórica* (MWG III/02) e *Economia política prática* (MWG III/02), *Finanças* (MWG III/03), *A questão operária e o movimento operário* (MWG III/04), além de *Direito Agrário*, *História Agrária e Política Agrária* (MWG III/05). Segue-se um longo período de interrupção, pois Weber somente voltou à lide universitária em 1918 (primeiro em Viena) e novamente, em 1919, desta vez em Munique (Ludwig-Maximilians-Universität). São deste último período suas preleções sobre a *Sociologia do Estado* (MWG III/07) e seu *Esboço de história econômico-social universal* (MWG III/06), este que, a bem da verdade, não é um escrito da pena de Weber e sim um conjunto de anotações produzidos por seus ouvintes. Os primeiros cinco volumes, bastante centrados em questões econômico-sociais, não devem ser vistos apenas como escritos pré-sociológicos. Além de nos permitirem ver como Weber se situava em relação às escolas econômicas de sua época, elas serão determinantes para a configuração de todo conjunto de sua produção teórica posterior, muito em particular de sua sociologia econômica, hoje tão influente na chamada nova sociologia econômica.

De que forma, partindo de seu estatuto de clássico, reler Weber de forma crítica e produtiva no horizonte dos problemas teóricos contemporâneos? Esta foi a pergunta levantada em um encontro realizado em Heidelberg, em julho de 2003, ponto de partida de uma corrente intelectual que se propõe a reconstruir o pensamento weberiano à luz do estado atual do pensamento social desembocando na formulação de um *Paradigma Weber* ou, em outra fórmula, um *Programa de pesquisa Weber* (SELL, 2014). Mais do que simplesmente destacar e retomar aspectos isolados da sua teoria, este movimento propõe uma nova leitura do conjunto de sua obra, quer dizer, uma chave de acesso ao seu pensamento que, para além do objetivo restrito de colocar em evidência a atualidade deste ou daquele conceito em

particular, almeja apresentar nada menos que um paradigma (ALBERT, 2003). Embora o estatuto do conceito de paradigma seja relativamente impreciso, o termo indica que estamos aqui frente a um modelo teórico amplo, ainda que a ideia de superteoria deva ser evitada. Para além desta questão, o ponto fundamental é que este encontro inaugural não se propôs somente enfrentar a pergunta histórico-hermenêutica sobre o que Weber, *em sua época, quis exatamente dizer*, mas a questão teórico-sistemática sobre o que Weber, *hoje, ainda pode e deve nos dizer*. Em outros termos, o que esse movimento se propõe é colocar a história a serviço da teoria sistemática.

Qual é a versão de Max Weber que os estudos inspirados pela ideia de um paradigma weberiano hoje nos oferecem? Em tentativa de grande síntese, poderíamos dizer que se trata de um programa *lógico-epistemológico* comprometido com a retomada do (i) realismo ontológico e epistemológico (MATA, 2019). Sob o *aspecto metodológico*, a sociologia neoweberiana serve-se do esquema de múltiplos níveis (macro-micro-macro) para inserir-se na busca por uma (ii) síntese entre estratégias individualistas (reducionistas) e holistas (emergentistas) de explicação da realidade social. Quanto ao aspecto *conceitual*, o paradigma weberiano dispõe de uma (iii) teoria da ação aberta e multidimensional capaz de dialogar com as principais tradições microsociológicas da atualidade (instrumental, normativo-valorativa, emocional e das práticas sociais), bem como uma especial afinidade eletiva com uma (iv) teoria das instituições e da diferenciação social. Ao lado desse núcleo lógico-metodológico-conceitual, o paradigma weberiano dispõe ainda de importantes (v) modelos típico-ideais para a investigação empírica em campos específicos da sociologia, em especial na área da sociologia da religião (secularização), da política (tipos de dominação), da economia (forma e espírito do capitalismo moderno-global), da desigualdade social e dos estilos de vida.

Para além dessas áreas particulares, o pensamento de Weber contém ainda as linhas essenciais para o desenvolvimento de uma (vi) teoria da modernidade que antecipa, dada a sua particular capacidade de descentramento analítico, o giro cosmopolita vigente na sociologia contemporânea. Sem ceder ao universalismo homogeneizante (sociedade mundial) ou ao particularismo identitário hipercrítico (pós-colonialismo), estão dadas as premissas para uma análise multidimensional das variações do moderno

em escala local, nacional e global. Sem poder entrar em pormenores, entendemos que, além dos elementos lógicos, metodológicos e conceituais, um programa de pesquisa weberiano precisa incluir, em seu núcleo teórico, também a dimensão teórico-empírica, seja em relação aos campos específicos da sociologia, seja em relação a uma teoria da sociedade moderna. Um paradigma weberiano (ou um programa *de pesquisa* orientado por Max Weber) deverá ser tanto teoria social [*Sozialtheorie*] quanto teoria da sociedade [*Gesellschaftstheorie*], sem esquecer ainda da crítica social normativa [*Sozialkritik*].

Naturalmente cabe perguntar quanto de ortodoxia e quanto de heterodoxia permite um paradigma ou programa de pesquisa orientado segundo Max Weber. Para retomar a bela fórmula de Rainer Lepsius, a sociologia de Max Weber é especialmente *Anschlussfähig*, ou seja, possui um grau interno de complexidade e elasticidade que a torna capaz de ligar-se e contribuir com outros programas teóricos, ao mesmo tempo em que possui suficientemente capacidade de incorporar novas contribuições. Logo, um paradigma weberiano terá sempre ancoragem direta na obra de Weber, mas pode assumir faces variadas a depender do horizonte de problemas teóricos e sócio-político-culturais de cada geração que se propõe a pensar à luz de sua obra. Nesse sentido, “muitos Max Weber” são possíveis. Também não está excluído o fato de que um paradigma weberiano deverá suportar, até o limite da não contradição, algum grau interno de dissenso, permitindo leituras diferenciadas que confirmam dinamismo e criatividade ao debate, evitando-se, assim, a armadilha da dogmatização. Com efeito, a abertura do programa para horizontes e contribuições teóricas e socioculturais internacionais é outro imperativo condizente com o espírito da sociologia cosmopolita de Max Weber. Por fim, e mais importante, qualquer paradigma que se queira weberiano não desconsidera, de forma nenhuma, a preocupação de preservar um legado, pois entende que este exercício está sempre intrinsecamente ligado ao esforço de potencialização da atualidade e pertinência de seu programa teórico.

Esse *espírito*, depois do lançamento do programa de pesquisa weberiano, ainda continua a nos inspirar e é em função dele que nasce este dossiê. Os dois primeiros artigos nos apresentam os contornos do paradigma Weber que – conforme o texto programático de Wolfgang Schluchter [*Ação*

ordem e cultura] – pode ser desdobrado em dez pontos-chave, a saber: 1) racionalismo crítico, 2) tipos ideais, 3) compreensão explicativa, 4) racionalismo heurístico, 5) individualismo metodológico, 6) análise de múltiplos níveis, 7) ação orientada para por valores ou orientada pelo sucesso, 8) discussão valorativa, 9) conflitos de camadas e classes sociais e conflitos de ordens e organizações sociais, 10) personalidade. Seguindo esta direção de pesquisa, Gert Albert [*A dimensão causal-explicativa dos tipos ideais: a contribuição metodológica de Max Weber para a sociologia contemporânea*] esboça uma leitura e retomada do mais famoso conceito epistemológico de Weber – o tipo ideal –, exercício que é realizado mediante sua aproximação com tópicos da filosofia contemporânea da ciência. Por essa via, Max Weber pode ser interpretado como alguém que antecipa elementos da teoria de Ronald Giere, dado que tipos ideais não são proposições substantivas sobre o real [*statement view*] e sim idealizações teóricas não falsificáveis das quais derivam; contudo, hipóteses para serem falseadas ou confirmadas. Tais esforços, evidentemente, não podem ser desconectados de sua base última nos próprios escritos weberianos, objeto da atenção de Bruna dos Santos Bolda [*Max Weber possui duas sociologias?*] em texto que discute, em termos exegéticos-textuais, se realmente faz sentido identificar, para além do aperfeiçoamento no aparato conceitual, mudanças paradigmáticas na concepção de sociologia defendida por Max Weber entre 1913 (*Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva*) e 1920 (*Conceitos sociológicos fundamentais*).

Se este primeiro conjunto de artigos põe em relevo a dimensão formal/metodológica da sociologia de Weber, é com artigo de Edith Hanke [*Max Weber and the empirical historical inquiry*] que atingimos a dimensão histórico-substantiva das análises que Weber realizou da gênese e da especificidade da época moderna. Colocando no centro de sua reflexão a ciência histórica, Hanke aprofunda as reflexões metodológicas de Weber sobre como lidar com a realidade histórico-empírica. Ela mostra ainda como Weber incorpora a história com foco especial em sua sociologia da dominação, o que lhe permite, como conclusão, destacar as contribuições de Weber para as ciências históricas atuais. Prosseguindo nesta mesma direção, Sérgio da Mata [*Metaweberianismo*], em seu ensaio bibliográfico, examina a obra mais recente de Gangolf Hübinger [*Max Weber. Estações*

e impulsos de uma biografia intelectual], livro que constitui, nas palavras de Mata, um minucioso trabalho de reconstrução histórico-sociológico. Dividido em cinco partes, este estudo percorre a conduta burguesa de vida e orientação científica de Weber, passando pelas ideias em luta, pelas visões e pela situação política da Alemanha, desembocando no estudo do legado de Weber em autores como Raymond Aron, Ralf Dahrendorf e Mario Rainer Lepsius. Neste trajeto, ele recupera o que significa ser um intelectual weberiano, ideal que vai além do uso ou criação de tipos ideais, pois inclui também adotar uma *Realpolitik* capaz de orientar um agir coadunado com a “razão prática”.

Os textos subsequentes, por seu turno, retomam outro veio fecundo pelo qual Weber se faz presente na reflexão contemporânea: o pensamento político. Assim, enquanto Luiz Henrique Vieira de Souza e Ricardo Musse retomam – em perspectiva crítica – a análise weberiana sobre processo político que está na base de um evento que define o século XX [*A análise política da revolução de 1917 por Max Weber*]; Roger Laureano [*A dominação carismática em regimes democráticos*] dirige sua atenção para o conceito de dominação carismática e se pergunta sobre sua contribuição para a discussão dos regimes modernos a partir de três variáveis: a intensidade, difusão e direção do carisma. A análise de Alonso Bezerra [*A sociologia da educação de Max Weber: o clinamen na prática pedagógica*], cujo foco é a sociologia da educação de Weber, também nos remete ao horizonte político-normativo, pois demonstra como, na perspectiva weberiana, o processo pedagógico consiste em romper o determinismo inerente a qualquer situação objetiva e, de forma desviante, abrir espaço para o exercício da autonomia. É esta ideia que o recurso à noção epicuriana de *clinamen* [desvio], ao final, expressa e sintetiza.

Por fim, se temos a oportunidade de refletir sobre a contribuição de um pensador do qual já estamos separados há 100 anos, isto não seria possível sem o papel mediador de seus intérpretes, papel que Gunther Roth exerceu com notável maestria – como nos mostram as memórias de Luciana Villas Bôas e o testemunho de Stephen Kalberg [*Obituary for Gunther Roth*], que elencam algumas das contribuições de sua obra para a renovação da recepção e da leitura de Max Weber, não apenas nos Estados Unidos

mas também no mundo. Colocando-se na trilha deste exemplo, este dossiê almeja também dar sua contribuição para a reflexão sobre o legado de Max Weber 100 anos após o seu falecimento.

Referências

ALBERT, Gert. **Das Weber-Paradigma: Studien zur Weiterentwicklung von Max Webers Forschungsprogramm; zu Ehren von M. Rainer Lepsius und Wolfgang Schluchte.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2003.

HANKE, Edith; HÜBINGER, Gangolf; SCHWENTKER, Wolfgang. The Genesis of the Max Weber-Gesamtausgabe and the Contribution of Wolfgang J. Mommsen. **Max Weber Studies**, v. 12, Issue 1, p. 59-94, jan. 2012.

HÜBINGER, Gangolf. **Max Weber.** Stationen und Impulse einer intellektuellen Biographie. Tübingen: Mohr Siebeck, 2019. 419 p.

KAUBE, Jürgen. **Max Weber: Ein Leben zwischen den Epochen.** Berlin: Rowohlt, 2014.

KÄSLER, Dirk. **Max Weber: Preuße, Denker, Muttersohn; eine Biographie.** München: Verlag C. H. Beck, 2014.

LEPSIUS, Mario Rainer. **Max Weber und seine Kreise: Essays.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2016.

MATA, Sérgio da. Realism and Reality in Max Weber. *In*: HANKE, Edith Hanke; Lawrence Scaff; Sam Whimster (org.). **The Oxford Handbook of Max Weber.** Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 597-614.

MATA, Sérgio da. **A fascinação weberiana.** As origens da obra de Max Weber. 2. ed. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2020.

RINGER, Fritz. **O declínio dos mandarins alemães.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RINGER, Fritz. **Max Weber: an intellectual biography.** Chicago, Ill. [u.a.]: Univ. of Chicago Press, 2004.

SCAFF, Lawrence. **Max Weber in America;** Princeton, NJ [u.a.]: Princeton Univ. Press, 2011.

SCHLUCHTER, Wolfgang. How Ideas become Effective in History? Max Weber on Confucianism and Beyond. **Max Weber Studies**, v. 14, n. 1, p. 11-31, 2014.

SELL, Carlos Eduardo. História ou Sociologia? Max Weber e o debate sobre A ética protestante e o Espírito do Capitalismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. III, p. 173-197, 2011.

SELL, Carlos Eduardo. Weber no Século XXI: Desafios e Dilemas de um Paradigma Weberiano. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 35-71, mar. 2014.

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia compreensiva e controvérsia sobre os valores. Escritos e Alocuções: 1908-1917. **Tempo soc.**, v. 30, n. 3, p. 321-334, dez. 2018.

SUKALE, Michael. **Max Weber: Leidenschaft und Disziplin: Leben, Werk, Zeitgenossen.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2002.

WEBER, Max. **Ausgewählte Briefe.** *In:* ALDENHOFF-HÜBINGER, Rita; HANKE, Edith (org.). Tübingen: Mohr Siebeck, 2019.

Recebido: 12/08/2020

Aprovado: 12/08/2020

Ação, ordem e cultura: fundamentos de um programa de pesquisa weberiano¹

Wolfgang Schluchter²

Resumo

Mais do que interpretar, é preciso desenvolver Max Weber. Partindo desta premissa, o artigo situa o estado atual da discussão teórica atual em sociologia e apresenta dez pontos-chaves para a construção de um paradigma Weber ou um programa de pesquisa weberiano.

Palavras-chave: Max Weber, Paradigma Weber, Ação, Ordem, Cultura.

I Observação preliminar

Existe um paradigma Weber? E, se ele existe, quais suas características? Minhas observações sobre este tema estão divididas em duas partes. Começarei com duas observações preliminares, seguidas pela explicação de dez conceitos-chave a partir dos quais devem ficar claros os fundamentos de um programa de investigação weberiano, tal como traduzo o “paradigma Weber”; também se poderia falar de uma sociologia compreensiva e empírica da ação, da ordem e da cultura. Em seguida, subdivido estes conceitos em duas partes que correspondem à estrutura dos *Soziologische Grundbegriffe*

1 Tradução realizada por Carlos Eduardo Sell, professor do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2 Professor emérito da Rupert-Karl-Universität Heidelberg, na qual atuou como professor catedrático entre 1976 e 2006. Realizou estudos superiores em Germanística, Filosofia e Sociologia entre 1957 e 1964 em Stuttgart, Tübingen, Munique e na Universidade Livre de Berlim. Defendeu sua tese em 1967 na Universidade Livre de Berlim e obteve a Habilitação em Sociologia em 1974 na Universidade de Mannheim. Foi professor visitante em inúmeras universidades dos Estados Unidos, da Alemanha e da Ásia. Com inúmeras publicações dedicadas ao pensamento de Max Weber e é um dos principais editores da coleção *Max Weber Gesamtausgabe* [Obras completas de Max Weber].



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

[Conceitos Sociológicos Fundamentais] de Max Weber: “I. Fundamentos metodológicos, II. Conceitos de ação social”, como ali afirmado. Como é conhecido, entre os parágrafos 2 a 17, Weber emprega o conceito de ação social como ponto de partida para conduzir o leitor da ação e da ação social até a organização, passando pela relação social e pela ordem, elaborando conceitos específicos para cada um destes níveis de análise, estes que, por sinal, não são desdobrados de modo genético, mas lógico. Não trato aqui de sua arquitetura, exposta em Schluchter (2000), bem como renuncio à tarefa de aprofundar com mais detalhes cada um destes conceitos. O que busco é retomar sua linha argumentativa através dos conceitos de ação, ordem e cultura. Exponho, portanto, *minha* versão dos *Soziologische Grundbegriffe* que, não obstante, busca conectar-se com aquela de Weber. Os *Soziologische Grundbegriffe* de Max Weber são o resultado de sua dedicação de mais de 20 anos aos problemas aqui mencionados. E, ainda que muitas das formulações conceituais da segunda parte sejam novas se comparadas com o artigo sobre as Categorias de 1913 ou com o artigo sobre Stammerl de 1907, também existe uma evidente continuidade de conteúdo entre eles ou mesmo com outros escritos compostos anteriormente. De fato, desde “Roscher e Knies e os problemas lógicos da economia política histórica” (de 1903 a 1906), passando por “*A objetividade do conhecimento sócio-político e científico-social*” (1904), “*Superação da concepção materialista da história por parte de R. Stammerl*” (1907), “*Objeções sobre a seleção e adaptação (eleição profissional e destino profissional) dos operários da grande indústria*” (1908), “*Teoria da utilidade marginal e a constituição psicofísica*” (1908), até seu primeiro manifesto público por uma sociologia compreensiva e empírica no artigo sobre as categorias de 1913³ (“*Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva*”⁴), Weber fez um enorme esforço para aclarar os instrumentos conceituais de uma ciência da ação e da ordem, primeiramente no campo da economia política; depois, progressivamente, no campo da

3 Como se sabe, o texto das categorias possui duas partes. A segunda parte foi escrita em 1913. Conferir os detalhes em Schluchter (2000, p. 179 ss).

4 Com exceção da *rhebung*, todos os outros textos encontram-se na *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (doravante: WL) de Weber (1968). A compilação foi feita originalmente por Marianne Weber. O próprio Weber, que planeja uma compilação de seus ensaios metodológicos, também incluiu ali as “*Erhebungen*” que foram publicadas e comentadas em Schluchter (1995).

sociologia (incluindo a economia política). No campo da economia política, este esforço já pode ser localizado no período anterior ao colapso da saúde de Weber ou, para formular de modo mais neutro: ainda antes da virada do século.⁵ Porém, somente a partir de 1903 este esforço adquire contornos definidos. Portanto, o que visualizamos na primeira parte dos *Soziologische Grundbegriffe*, os “fundamentos metodológicos”, já se encontra, ainda que de forma menos precisa, nos escritos acima mencionados. Em diversas passagens, é o próprio Max Weber que nos chama a atenção para este fato. Naturalmente, isto não significa que desde 1903 (publicação do “*Método histórico de Roscher*”) até 1920 (publicação dos *Soziologische Grundbegriffe*) não se tenha produzido nenhum avanço, ainda que, do ponto de vista metodológico e conceitual, tais modificações sejam menos decisivas do que aquelas que verificamos em sua sociologia empírica, caso de sua sociologia da religião, por exemplo.

Minha primeira observação preliminar se refere ao subtítulo de minha contribuição: o que significa um “programa de pesquisa weberiano”?

O conceito de “programa de pesquisa” tem, na teoria pós-empirista da ciência, um sentido preciso que foi desenvolvido na controvérsia entre Thomas Kuhn, Karl Popper e Imre Lakatos⁶. Trata-se do problema da relação entre teoria da ciência e história da ciência ou entre a lógica do conhecimento e a psicologia e sociologia do conhecimento e, sobretudo, da superação de um falsificacionismo ingênuo com sua representação de uma *instant rationality*. Recorrendo à história das ciências naturais, Kuhn buscou mostrar que o processo de investigação se desenvolvia de maneira diferente daquela que Karl Popper, em sua *Lógica da pesquisa científica*, prescrevia normativamente com seu falsificacionismo fundado em um realismo metafísico. O progresso científico, segundo Kuhn, acontece, “em regra”, sob o domínio de um paradigma assegurado dogmaticamente que busca subtrair-se de qualquer crítica fundamental e que é colocado em

5 Isso já fica demonstrado no curso de economia política geral que Weber ofereceu regularmente antes de seu problema de saúde, o *Grundriss zu den Vorlesungen über Allgemeine (“theoretische”) Nationalökonomie*, onde Weber (1990, p. 29 ss) parte do “tipo ocidental moderno de homem e de seu agir econômico” e confronta o sujeito econômico construído – o homem não realista da teoria abstrata – com o homem empírico”.

6 Sobre esse tema, ver: Imre Lakatos e Alan Musgrave (1970).

xeque apenas quando, após longa fase de hegemonia, não só aumentam as anomalias mas também nossa imagem de mundo se modifica, gerando uma crise intelectual pela qual aquilo que se considerava até então seguro perde sua força de aglutinação e persuasão. Dessa forma, surge uma situação revolucionária durante a qual o paradigma dominante até aquele momento declina e na qual, após uma longa luta, ele é substituído por outro que, agora, ocupa novamente uma posição monopolística e com a qual começa uma nova etapa normal da ciência. O progresso da ciência se produz mediante essa sucessão de etapas “normais” e “revolucionárias”. Somente no momento das situações revolucionárias é que podemos falar de pluralismo, pois, nas situações normais, os pontos de vista alternativos são relegados à margem. Apesar de substituir o confuso conceito de paradigma pelo conceito muito mais amplo de matriz disciplinar, Kuhn se aferra a esta imagem que a história da ciência parece confirmar. Já Karl Popper – e com razão – classificou a etapa “normal” de Kuhn como patológica. Imre Lakatos, por sua vez, buscou uma solução de compromisso entre essas posições através do conceito de programa de pesquisa científica. Sua posição, depurada de seu latente dogmatismo, concorda com a exigência de Popper de uma crítica empírica e teórica, também se pode afirmar: com o criticismo de Popper, para quem o pluralismo metodológico é algo do qual não se pode renunciar em *nenhuma* etapa do desenvolvimento científico.

A partir do conceito de programa de pesquisa, surgem três conclusões:

1. Não deve haver apenas um programa de investigação; é preciso que existam vários competindo entre si. No entanto, para cada um deles, deve valer a simultaneidade entre pressupostos axiomáticos e crítica. Não se pode criticar tudo de uma só vez, da mesma forma como é recomendável sustentar um programa de pesquisa que se tornou problemático enquanto não se está em condições de substituí-lo por um melhor. Nesse sentido, Max Weber também pensava que não existe nenhuma ciência *isenta de pressupostos* e que o progresso científico se realiza, em última instância, como luta na forma de competição pacífica⁷.

7 Conferir, a esse respeito, minha “Réplica” em Agathe Bienfait e Gerhard Wagner (1998).

2. Nos programas de pesquisa, podemos distinguir entre uma heurística negativa e outra positiva. A heurística *negativa* protege os pressupostos axiomáticos, o núcleo duro que, em princípio, não se encontra disponível; já a positiva permite a elaboração das etapas da verificação empírica de uma teoria.
3. No marco de um programa de investigação sempre se deve aspirar à *ampliação do conteúdo*, evitando a tendência *degenerativa*. Nem sempre é claro qual ação científica proporciona uma ou outra, mas o que cabe exigir é: evitar a imunização *absoluta*.

Nesse sentido, não falo aqui de um *paradigma Weber*; porém, de um programa de *pesquisa Weber*, mais precisamente, de um programa de pesquisa *weberiano*⁸. Por que essa distinção? Isso me conduz ao meu segundo conceito.

Weberianismo é uma denominação que determinados sociólogos americanos gostam de utilizar para caracterizar uma orientação sociológica próxima a Max Weber⁹. Retomo essa designação na medida em que não desejo apenas interpretar Weber mas também explicitá-lo. Explicitar significa: adotar apenas a forma de colocar os problemas e não necessariamente sua forma de solucioná-los¹⁰. Explicar significa apenas a continuação de um pensamento no qual se antecipa e se recorre a outras coisas e a outro. Já explicitar, por sua vez, não significa revelar a natureza de algo, como em Hegel, ou levar um saber implícito à consciência, como em Habermas. Trata-se, antes, de melhorar a solução do problema diante de um problema já dado. Em minha opinião, o modo como Weber formula os problemas em questões metodológico-conceituais continua perfeitamente atual.

8 Em outros lugares, também denomino este programa de pesquisa de “kantianizante” (SCHLUCHTER, 1988, p. 80 ss), já que ele surgiu da transformação de uma posição fundamentalmente filosófica. O pano de fundo dessa denominação é a história da teoria. Tais denominações não se excluem: antes, apoiam-se reciprocamente.

9 Ver: Jeffrey Alexander (1990, p. 15 ss).

10 É dessa maneira que já tinha tratado, ainda em 1979, desse tema em *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus: Eine Analyse von Max Webers Gesellschaftsgeschichte* (SCHLUCHTER, 1979, p. 14). Esse mesmo foi publicado, depois, em edição de bolso, com uma ligeira modificação de seu título, como: *Die Entstehung des modernen Rationalismus: Max Webers Entwicklungsgeschichte des Okzidents* (SCHLUCHTER, 1998), com uma detalhada exposição da razão que motivou a mudança do título.

Parafraseando Weber (WEBER, 1968, p. 214), a “luz dos grandes problemas culturais” parece ter se expandido aqui mais lentamente que no caso das suas análises materiais. Nesse caso, pelo menos, a necessidade de revisão dos problemas parece ser menor¹¹. É claro que aqui também os problemas se ampliaram; em especial, devido às descobertas da teoria dos jogos ou do giro linguístico na teoria da cultura. No entanto, tais desdobramentos podem ser perfeitamente incorporados pela sociologia empírico-compreensiva de Max Weber. Por essa razão, ela representa, segundo meu ponto de vista, um programa de pesquisa ainda válido no contexto da discussão teórica atual.

Isso me conduz à minha segunda observação preliminar, que diz respeito ao estado atual da discussão teórica na sociologia. Eu a vejo marcada por três zonas de conflito, cuja caracterização geral me permitirá localizar o programa de pesquisa weberiano: trata-se do conflito entre a teoria dos sistemas e a teoria da ação; e, em seu interior, da disputa entre a teoria da ação comunicativa e a teoria da ação subjetivamente significativa e que, por sua vez, envolve ainda o conflito entre a teoria da escolha racional e a teoria do ator orientado por regras. Cada uma dessas teorias, por sua vez, inclui também uma teoria da ordem – em termos mais gerais, uma teoria da estrutura –, quer dizer, uma perspectiva de múltiplos níveis. Dessa forma, pode-se sustentar que estas teorias, apesar de suas diferenças, compartilham uma série de problemas teóricos comuns. Cada uma delas – inclusive a teoria dos sistemas – discute o conceito de sentido, o mutualismo, o paradigma da interação, a dupla contingência e o conceito de compreensão, embora elas apresentem soluções que diferem substancialmente. Também as teorias da ação acima mencionadas possuem semelhanças, pois elas estão centradas nos agentes e assumem como premissa sua competência linguística e sua capacidade de agência, bem como a perspectiva de múltiplos níveis, ainda que elas interpretem os fatores não sociais do social de maneira distinta¹². Ademais, todas elas desenvolvem uma teoria do ator social capaz de

11 Tratei de demonstrar a necessidade de uma revisão na sociologia weberiana da religião especialmente no volume 2 de *Religion und Lebensführung* (SCHLUCHTER, 1991). Vejam-se também os seis volumes, por mim coordenados, acerca dos estudos comparativos sobre a ética das religiões mundiais, terminada e planejada por Max Weber (SCHLUCHTER, 1981, 1983, 1984, 1985, 1987), todos publicados em Frankfurt por Suhrkamp.

12 Trata-se da diferença entre a ordem da ação e da ordem para a ação, tema para o qual a ordem econômica chama nossa atenção. Uma ordem de mercado é uma ordem para o agir de mercado, uma intercâmbio é uma

fazer escolhas, ou seja, uma teoria voluntarista da ação, o que obviamente não significa que devemos equipará-las com a teoria de Talcott Parsons. Um programa de pesquisa weberiano, que eu equiparo à teoria do ator orientado por regras¹³, deve firmar-se no confronto com estas três posições teóricas: contra uma teoria dos sistemas (radicalizada) *à la* Luhmann, contra a teoria da ação comunicativa *à la* Habermas e contra a teoria do ator maximizador de interesses tal como defendida por economistas e também por certos sociólogos e que costuma ser rotulada como *rational choice*. Sem dúvida, existem muitas variantes delas; desse modo, também se poderia falar de uma família de teorias. Isso se aplica, ainda, à sociologia empírico-compreensiva no sentido amplo do termo – caso, além de Max Weber, de nomes como Alfred Schütz, Anthony Giddens ou Pierre Bourdieu.

O estado atual da discussão pode ser sistematizado da seguinte maneira:

Quadro I – Atual estado da questão

Crítérios	Posições		Afinidades
Sistema-ambiente ou Agente-situação	Teoria dos sistemas	Teoria da ação	Sentido, mutualismo, dupla contingência e compreensão.
Pragmática transcendental ou teoria da consciência	Teoria da ação comunicativa	Teoria da ação subjetivamente significativa	Capacidade de agência e competência comunicativa, socialização (<i>Vergesellschaftung</i>), comunitarização (<i>Vergemeinschaftung</i>) como individuação, institucionalização e interpretação, análise de múltiplos níveis.
Práxis ou <i>poiesis</i>	Teoria da ação orientada por regras	Teoria da ação orientada pelo cálculo de atividades	Maximização de interesses ou idealizações.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

ordem do agir no mercado, uma coordenação exitosa da ação, pelos menos na teoria. Sobre a relação entre a teoria da ação e a teoria da estrutura em geral, recomendo meu artigo *Handlungs-und Strukturtheorie nach Max Weber*, disponível em Wolfgang Schluchter (2000, p. 86 ss).

- 13 Aqui precisamos diferenciar entre o ponto de partida que guia as regras do ponto de partida daquele que obedece às regras. Esta última é uma ampliação do agente maximizador de utilidade e surgiu da ampliação do *homo oeconomicus* para o *homo sociologicus*.

Eu equiparo o programa de pesquisa weberiano com a teoria da ação orientada por regras. Mas, existe sustentação para isso na sociologia empírico-compreensiva de Max Weber? Eu asseguro que sim, desde que se observem algumas determinações preliminares, pois, para Weber (1956, p. 1), a sociologia é uma ciência empírica que “[...] pretende compreender interpretativamente a ação social e, deste modo, explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos”. Ele a define como uma ciência interpretativa da ação e que, desse modo, explica, ou seja, que também considera os efeitos da ação intencionados ou não intencionados em fenômenos macrosociais que já não podem ser compreendidos, apenas observados. A ação, assim prossegue Weber, “[...] deve entender-se como um comportamento humano (não importa se trata de um fazer, um sofrer ou tolerar externos ou internos) sempre e quando os agentes vinculem a ela um sentido subjetivo”. No centro da análise, portanto, está o conceito de sentido. Por ação social, continua sua definição, “[...] deve entender-se aquela ação que, segundo o sentido visado pelo agente ou pelos agentes, se relaciona com o comportamento de outros e que em seu curso se orienta segundo tal” (WEBER, 1956, p. 1). É neste contexto que se inserem o mutualismo e a dupla contingência o que ficam mais claros na definição de relação social, definida como “[...] um comportamento de vários agentes acordado mutuamente segundo o conteúdo de sentido e orientado desta maneira” (WEBER, 1956, p. 13, §3). Isso marca a transição da orientação da ação para o nível da coordenação da ação. Ora, já nestas poucas definições iniciais, podemos encontrar os elementos que são comuns a todas as teorias da ação: o conceito de compreensão, o conceito de sentido, o mutualismo e a dupla contingência, a análise de múltiplos níveis e a competência linguística e pragmática. O decisivo, porém, é como o conteúdo destes conceitos é definido e como eles são postos em relação, pois somente quando isso ocorre de modo determinado é que temos, de fato, um programa de pesquisa weberiano. Para ilustrar esse ponto escolhi dez termos-chave que serão doravante explicados. Ao mesmo tempo, busco mostrar onde devemos ir além da perspectiva weberiana e como podemos realizar isso. Isso justifica, portanto, o atributo “weberiano”. Apenas a interpretação, por si mesma, ainda que indispensável, não basta.

2 Conceitos centrais e explicações para um programa de pesquisa weberiano

Escolho os seguintes conceitos, que se encontram em ordem lógica:

1. Racionalismo crítico.
2. Tipo ideal.
3. Compreensão explicativa.
4. Racionalismo heurístico.
5. Individualismo metodológico.
6. Análise de múltiplos níveis.
7. Orientação por resultado ou por valor intrínseco.
8. Discussão sobre o valor.
9. Luta de classes e de estamentos, bem como de ordens e organizações.
10. Personalidade.

Os conceitos 1 a 6 priorizam questões metodológicas e os conceitos 7 a 10 temas conceituais, mas não se trata de uma separação exclusiva.

2.1 Racionalismo crítico

Quando falamos de “racionalismo crítico”, temos que diferenciar seu significado atual daquele utilizado no tempo de Weber. Atualmente, ele designa aquela corrente filosófica que inclui os nomes de Karl Popper e Hans Albert. Mas, na época de Weber, também se falava de “racionalismo crítico” e o próprio Weber aplicou este termo a si mesmo.

Quando sua saúde começou a se recuperar e ele retomou, paulatinamente, sua capacidade de trabalho, voltando a escrever – Marianne Weber (1926, p. 319) narra que na primavera de 1902 ele havia começado seu tratado metodológico sobre Roscher e Knies – ocupou-se “de problemas lógico-metodológicos fundamentais” (WEBER, 1968, p. 1). Tratava-se dos problemas da economia política. No artigo sobre a objetividade ele cita o caso de um desesperado aluno de Viena que, em seu exame, teria exclamado: “[...] duas economias políticas, uma teórica e outra histórica,

o que pode significar, então, a objetividade”? Ao voltar-se para “problemas lógico-metodológicos” fundamentais, Weber interessou-se exatamente por esta cisão apontada pelo aluno vienense. Ela parecia insuperável desde que, em 1880, se iniciou a controvérsia sobre os métodos na economia política, a controvérsia entre Menger e Schmoller, ou entre o enfoque teórico e histórico.

O que significa aqui lógico-metodológico? “Lógico” diz respeito à teoria do conceito e “metodológico” à teoria da interpretação. Quando Weber começou seu tratado sobre o “método histórico de Roscher”, a teoria do conceito ainda era mais importante para ele que a teoria da interpretação, mas era esta última que estava em jogo. Para aclarar os problemas lógicos, ele teve que recorrer à filosofia. Isso ele o faz, como se pode ver, em diversas partes de seus tratados lógico-metodológicos. Dois filósofos foram de especial ajuda para ele. Heinrich Rickert (1902), que acabava de finalizar seu estudo sobre os limites da formação dos conceitos nas ciências naturais, e o jovem Emil Lask, que havia se doutorado com seu estudo sobre “*O idealismo de Fichte e a história*”¹⁴. Ambos os escritos tratavam do problema da irracionalidade, problema que se conecta com a formação dos conceitos científicos, mas em Lask sob o aspecto gnosiológico e em Rickert sob o aspecto metodológico. Weber elogiou o trabalho de Rickert e utilizou – como se pode deduzir sem maiores problemas de seus artigos sobre Roscher – a classificação das posições lógicas fundamentais proposta por Emil Lask em sua tese: a diferença entre uma lógica analítica e outra emanatista e entre um racionalismo dogmático (pré-kantiano), crítico (Kant) e emanatista (Hegel). Weber assumiu esta proposta e incluiu na lógica analítica, ou seja, no racionalismo crítico, a diferenciação metodológica desenvolvida por Rickert entre ciências experimentais generalizadoras e individualizadoras. Portanto, a cisão entre o enfoque teórico e o histórico na economia política se converteu em uma cisão meramente aparente, pois se demonstrou que ambas tinham como fundamento a lógica analítica e, por extensão, o racionalismo crítico e construtivo de Kant. Nos termos dessa distinção, o

14 Os três primeiros capítulos de já haviam sido publicados em 1896. Rickert conta que Weber havia se mostrado cético frente ao prosseguimento do estudo. Rickert apresentou os capítulos 4 e 5 que, para Weber, foram decisivos. Weber se viu evidentemente surpreendido e sumamente comovido frente ao resultado. Emil Lask (1923, p. 1-274) menciona como seus professores: Rickert, Windelband e Hensel (nessa ordem).

que as diferenciava é que elas perseguiram objetivos cognitivos distintos, almejando a generalização (posição teórica) ou a individualização (posição histórica). Ambas as coisas eram igualmente possíveis e necessárias, pois, como homens de cultura, não estamos interessados apenas no geral, nas leis, mas também no individual, no fato de um fenômeno ter se desenvolvido de determinada forma e não de outra (problema da individuação).

Com sua distinção, Rickert (1902) sugeria relacionar o trabalho das ciências culturais com a formação de conceitos individualizadores; no entanto, a economia política era uma ciência cultural generalizadora. Embora Weber compartilhasse de muitos pontos de vista de Rickert, ele entendia, por outro lado, que ele precisava ser complementado. No artigo sobre Roscher, ele afirmou que a posição metodológica sobre a qual Rickert baseava suas conclusões já “não era, para muitas ciências, nem a única possibilidade e nem mesmo o essencial”. Aliás, “é até possível”, prossegue ele, “aceitar sua tese de que os objetos da experiência interior e exterior não nos são dados da mesma maneira; porém, segue de pé – frente ao caráter por princípio inacessível da vida anímica dos demais, que ele mesmo ressalta – o fato de que todo o desenvolvimento da ação humana e toda expressão humana é acessível a uma interpretação de sentido, que para outros objetos somente poderia encontrar comparação sobre a base da metafísica”. E segue essa notável constatação:

[...] a possibilidade de dar esse passo para além do que nos é “dado” que representa aquela interpretação é aquele elemento específico que, apesar da reflexão de Rickert, justifica que se agrupe aqueles cientistas que se utilizam desse método em um grupo especial (ciências do espírito). Por essa razão, não é necessário cair no erro de achar que é necessário criar para elas uma ciência psicossocial sistemática que lhes sirva como fundamento, papel que seria exercido pela matemática. (WEBER, 1968, p. 12 ss, nota de rodapé)¹⁵.

A utilização metodológica da interpretação é válida na economia política, tanto na linha teórica quanto histórica, pois ambas lidam com expressões humanas, sobretudo com o desenvolvimento da ação humana. No entanto, para tratar a ação como objeto, a distinção de Lask

15 O trecho refere-se a Schmoller, que defendia para a economia uma psicologia das ciências do espírito à la Dilthey. Veja-se também a discussão de Weber com Lamprecht.

entre lógica analítica e lógica emanatista e a distinção proposta por Rickert entre conceitos generalizadores e individualizadores não é suficiente. A ela temos que agregar ainda uma teoria da interpretação. Weber (1968, p. 91) constatava que, nos idos de 1905, apesar dos esforços de Dilthey e de seus precursores, tal teoria ainda estava apenas em seus inícios, razão pela qual ele buscou apoio principalmente em Georg Simmel e no seu livro *Probleme der Geschichtsphilosophie*, cuja segunda edição (em 1905) acabava de ser publicada¹⁶. A esse respeito, tanto Lask como Rickert simplesmente permaneceram calados. No texto de Rickert sobre a formação dos conceitos (de 1902), ainda não encontramos nenhuma teoria da interpretação. É somente na segunda edição (de 1913) que, muito provavelmente, por conta das reflexões de Max Weber, ele insere algumas reflexões a esse respeito. O interessante é que o próprio Weber se referiu a esse fato em 1920. Na “Observação preliminar” aos *Soziologische Grundbegriffe* se indica que: “a propósito da compreensão deve-se confrontar a *Allgemeine Psychopathologie* de Karl Jaspers” (também corresponde mencionar aqui algumas observações de Rickert na segunda edição de *Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung* e, em especial, “*Probleme der Geschichtsphilosophie*” de Simmel”. Karl Jaspers, cuja teoria da compreensão é destacada por Weber, havia iniciado justamente um intercâmbio de ideias com ele¹⁷. Também é interessante que falta qualquer referência positiva à teoria das ciências do espírito de Wilhelm Dilthey que Schmoller, na controvérsia sobre o método, havia elogiado como modelo para o método da economia política – e não é apenas aqui que ela falta.

Até mais tardar, no artigo sobre Roscher, foi ficando cada vez mais claro para Weber que a economia política também era uma ciência compreensiva tanto na linha histórica quanto teórica. Ela se ocupa tanto com o sentido textual (expressões humanas verbais) quanto com o sentido da ação (curso da ação humana). Ainda que a economia política não seja

16 A primeira edição, de 1892, não é relevante nesse contexto. Weber considera relevantes as páginas 27-62 da segunda edição (WEBER, 1968, p. 92).

17 Sobre a relação entre Weber e Jaspers e sobre a teoria da compreensão de Jaspers que contém, ainda, uma crítica da psicanálise, veja-se Mathias Bormuth (2002). Na página 38, o autor cita Jaspers com a seguinte observação: “[...] entre a Sibila de uma ‘mitologia do cérebro’ das ciências naturais e Caribdis de uma ‘psicomitologia hermenêutica’. Essa observação corresponde à concepção weberiana da compreensão psicológica”.

indiferente ao sentido textual, ela não é, em princípio, uma ciência textual como as outras ciências culturais, mas uma ciência da ação e, como tal, tem como tarefa a interpretação do sentido da ação. Em seu primeiro artigo sobre Knies, de 1905, Weber (1968, p. 69) é muito claro: “[...] nossa necessidade causal também exige que, quando está fornecida, pelo menos em princípio, a possibilidade de interpretação ela possa ser realizada”, ou seja, a mera relação com uma regra do acontecer que somente pode ser observada empiricamente não é suficiente para a interpretação da “ação” humana. É necessário que se interprete também o “sentido” da ação”. A interpretação, para Weber, não é a subsunção de um fato às regras do acontecer. Hipóteses nomológicas e hipóteses interpretativas são, para ele, coisas distintas. Além disso, as hipóteses interpretativas também estão a serviço das hipóteses nomológicas. A economia política e a sociologia são ciências da ação que pretendem compreender interpretativamente a ação, e, dessa forma, explicar causalmente seu curso e seus efeitos. Interpretação e explicação causal não se contrapõem. As hipóteses de interpretação não se subtraem à generalização, como destaca expressamente Weber. A sociologia é uma ciência da ação generalizadora, tal como a economia política teórica. No parágrafo 1, nota 11, dos *Soziologische Grundbegriffe* de 1920, Weber (1956, p. 9 ss) menciona:

A sociologia constrói – o que já foi pressuposto várias vezes como óbvio – conceitos de tipos e procura regras *gerais* dos acontecimentos. Nisso se contrapõe a História, que busca a análise e imputação causal de ações, formações e personalidades *individuais culturalmente* importantes. A conceituação da sociologia encontra seu *material*, como caos exemplares e essencialmente, ainda que não de modo exclusivo, nas realidades de ação consideradas também relevantes do ponto de vista da história. Forma seus conceitos e busca suas regras, sobretudo, *também* levando em conta se, com isso, pode prestar um serviço à imputação causal histórica dos fenômenos culturalmente relevantes. Como toda ciência generalizadora, seus conceitos, devido à peculiaridade de suas abstrações, têm de ser relativamente *vazios* quando ao conteúdo diante da realidade histórica concreta. O que pode oferecer, em compensação, é a maior univocidade dos conceitos.

O programa de pesquisa weberiano se compromete com esta visão de que a sociologia é uma ciência empírica e compreensiva da ação que se utiliza simultaneamente da observação teórica e histórica, ainda que, em Weber, ela ainda esteja situada em uma concepção teórica que, em parte,

já está superada. A razão é que Weber, como muitos de seus contemporâneos e mesmo outros antes dele, ainda é influenciado por uma imagem das ciências naturais oriunda da visão mecânica do mundo da física de Newton. A física, tal como ela se desenvolveu a partir do descobrimento da teoria da relatividade, ainda não estava no seu horizonte¹⁸. A famosa diferenciação de Windelband entre ciências nomotéticas e ideográficas reflete, certamente, este estado da história da ciência. Rickert chegou a ir mais longe do que Windelband, mas somente no que tange à ideografia, não à nomotética. Atualmente, o processo de conhecimento que ocorre nas ciências naturais é descrito pela teoria pós-empirista da ciência, da mesma forma que Weber, seguindo Rickert, imaginava ser uma exclusividade das ciências culturais. Também as ciências naturais procedem, para ater-me à terminologia da época, segundo relações com valores, quer dizer, selecionando e constituindo objetos. Independentemente do que se pense sobre a teoria da relação de valores de Rickert – e existem sérias dúvidas filosóficas a respeito – de todo modo (já) não deveria residir aqui a diferença entre as ciências naturais ou culturais. O atual racionalismo crítico ignora essa velha confrontação. Isso não significa, certamente, que as ciências culturais e naturais sejam ambas ciências da ação, já que esta última necessita de uma teoria da interpretação para a dedução do seu objeto. À diferença dos acontecimentos naturais, é possível interpretar os fenômenos da ação e, como já dito, nossa necessidade causal exige, segundo Weber, “que quando surge a possibilidade de interpretar, isso seja feito”. As ciências da ação mantêm sua posição particular, não sobre a base de alguma lógica própria, senão de um método próprio, um método que Weber explica de maneira similar nos seus *Soziologische Grundbegriffe*.

2.2 Tipo ideal

Isso nos conduz justamente àquela parte da teoria responsável pela enorme fama de Max Weber: a teoria do tipo ideal, na qual alguns vêm sua única contribuição original para a lógica e a metodologia das ciências sociais, ou das ciências culturais como ciências da ação¹⁹. O que logo chama

18 Em oposição, por exemplo, a Georg Herbert Mead, que era um contemporâneo de Weber.

19 Cf. Thomas Burger (1976).

atenção é o fato de que Weber elabore o conceito de tipo ideal no contexto das suas discussões lógicas. No artigo sobre a objetividade ele o diferencia, por um lado, da teoria do racionalismo dogmático e emanatista e, de outro, do ideal do conhecimento generalizador das ciências naturais e do esforço por construir conceitos genéricos. O tipo ideal como “uma imagem intelectual” não é a realidade histórica, (contra o racionalismo dogmático) tampouco a realidade autêntica (contra o racionalismo emanatista) e, muito menos, serve como esquema no qual a realidade deveria ser pensada como exemplar (contra o ideal de conhecimento das ciências naturais no marco do racionalismo crítico), senão que contém o significado de um conceito limítrofe puramente ideal, a partir do qual se mede a realidade para explicar determinados componentes significativos de seu conteúdo empírico, com o qual é “*comparada* à realidade” (WEBER, 1968, p. 195).

De acordo com essa formulação, pode parecer que não apenas a linha histórica da economia, mas também a linha teórica – já que aqui se trata de sua relação – trabalhem exclusivamente com conceitos genéticos ou históricos que provenham de uma formação de conceitos individualizadora. Várias passagens de *A objetividade* poderiam ser lidas dessa forma, como se esse constituísse seu plano de fundo. Por outro lado, trata-se quase de um mesmo contexto de tipos ideais de caráter geral e individual; isso já se explica a partir das construções da economia política teórica (WEBER, 1968, p. 130)²⁰. Weber comenta sobre tipos ideais genéricos ou de conceitos de gênero próprios do tipo ideal²¹, evidentemente, para dar conta do procedimento generalizador da economia política teórica. Isso nos dá a impressão de que ele entrou em um dilema, já que, em princípio, acaba misturando “lógica” e “metodologia” no tipo ideal.

O mesmo parece ocorrer com a idealização que está ligada ao tipo ideal, já que idealizações, reconhece Weber, ocorrem tanto em relação a fenômenos naturais quanto em relação às ações. Dessa maneira, “a não validade empírica do espaço pseudoesférico afeta tão pouco a “exatidão” de sua construção” (WEBER, 1968, p. 131), como o desenvolvimento da

20 Entre a formulação no artigo sobre a objetividade e essa formulação, passaram-se dois anos.

21 A esse respeito, ver Max Weber (1968, p. 202) em *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* e a “carta modelo” dos diversos conceitos na página 205.

ação empírica diverge da “exatidão” da construção de uma ação racional. No entanto, Weber insiste com ênfase sobre a diferença que existe entre uma hipótese interpretativa do desenrolar de uma ação e uma hipótese nomológica a respeito de fenômenos naturais. Uma “lei natural hipotética”, formula ele em 1906, “[...] que falha definitivamente em um único caso, perde validade total e para sempre sua validade. Mas as construções típico-ideais da economia, ao contrário, não pretendem – quando corretamente entendidas, validade geral, como reivindicam para as leis naturais” (WEBER, 1968, p. 131). Se fizermos abstração do falsificacionismo ingênuo expresso nessa formulação, pode-se fundamentar essa diferença, senão lógica, pelo menos metodologicamente, a saber, com o fato de que o objeto da economia política consiste em cursos de ação, ou seja, em algo que possui sentido, ainda que combinado com elementos alheios ao sentido. As hipóteses de interpretação traçam um desenvolvimento da ação idealizado – ou seja, possível – de validade empírica problemática, devido ao fato de que o agente pode atuar em princípio da maneira formulada pelo observador na hipótese de interpretação; mas, obviamente, não tem a obrigação de fazê-lo. Em princípio, isso vale especialmente para as hipóteses de interpretação racionais que, por exemplo, “[...] constroem mentalmente as consequências de determinadas situações econômicas em condições de ação estritamente racional” (WEBER, 1968, p. 130). Uma pedra que cai não elege, em condições reais ou mesmo idealizadas. Um agente também está submetido às leis naturais; porém, com respeito às leis da ação, ele é livre. Isso também ocorre quando ele segue a lógica de uma situação social²², pois ele se adapta por vontade própria. Os tipos ideais são, pois, conceitos que somente encontramos – no sentido estrito – nas ciências da ação. Mas, como eles também visam à construção de regras gerais da ação, é claro que os tipos ideais também podem ser de caráter geral. Obviamente isso não elimina a diferença entre hipótese de interpretação e hipótese nomológica: a “lei” de uma ação e a lei natural são coisas absolutamente diversas. Logo, a teoria dos tipos ideais de Max Weber é uma teoria exclusiva para as ciências da ação; e, fora deles, ela tem pouco sentido. Somente nesse contexto

22 A lógica da situação, mais tarde aperfeiçoada por Popper, encontra em Max Weber um de seus precursores (NORKYS, 2001, p. 110 ss).

ele faz sentido, porque apenas os seres humanos podem orientar-se. Tanto a idealização utilizada pelo observador para fins heurísticos como o ideal ao qual o participante aspira coincidem apenas em casos limite. Isso ocorre fundamentalmente porque somos seres racionais. É o que formula Weber (1920, p. 537)²³ em passagem central de sua sociologia da religião para, entre outras coisas, legitimar a utilização do tipo ideal:

[...] também o racional, no sentido de coerência de uma tomada de posição teórico-intelectual ou ético-prática exerce, nesse momento (e o fez sempre), um poder sobre os homens por limitado e instável que tenha sido, ou seja, por toda parte, este poder em comparação com outros poderes do viver histórico.

2.3 Compreensão explicativa

Uma sociologia compreensiva e empírica se ocupa também das razões que determinam a ação. Também se pode afirmar que ela trata as razões como causas, sempre que as razões possam ser identificadas. Nem sempre esse é o caso, e as razões que ela identifica nem sempre são as verdadeiras ou as corretas, apenas aquelas subjetivamente corretas, ou seja, aquela em que se baseia a ação dos agentes. Weber também chama uma razão com sentido de motivo. Para serem compreendidos, os motivos devem ser inseridos no seu contexto de sentido. A perspectiva do observador deve unir-se à perspectiva do participante; porém, isto não significa, salvo em casos limites, em que ambas coincidam. Aliás, o ideal como critério de orientação da ação e o tipo ideal como instrumento de conhecimento seguem sendo coisas absolutamente distintas, mesmo em casos limite. As ciências da ação social, como a sociologia, a economia política ou a ciência histórica, utilizam a interpretação pragmática, embora isso não signifique que elas necessitem ater-se apenas a isso. Em certas circunstâncias, elas também devem utilizar a interpretação psicológica. Weber reconheceu, especialmente no contexto de seus estudos sobre a psicofísica e sobre a psicologia experimental da escola de Krepelin, que uma ciência da ação não pode limitar-se à teoria da interpretação e a compreensão pragmática, incluindo também a compreensão psicológica²⁴.

23 Em *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*.

24 Tratei desse assunto, de forma detalhada, em meu estudo *Physik und Kultur: Max Weber über Psychophysik* (SCHLUCHTER, 1996, p. 71 ss), assim como as passagens escritas em 1913 nas categorias, particularmente

A razão para isso é simples: muitas razões permanecem, por motivos pragmáticos, inacessíveis tanto para o observador quanto para o participante ou mesmo para ambos e não podem ser simplesmente deduzidas da lógica da situação. Isso fica claro quando recorremos ao esquema triangular de Vilfredo Pareto que Gert Albert (2002, p. 625) voltou a incorporar, recentemente, ao debate²⁵. É somente no caso III que as razões são causas e surge a possibilidade da compreensão explicativa.

A interpretação de Pareto (quadro a seguir) é a seguinte:

- I. O Estado psíquico A provoca a convicção C e o comportamento B, ainda que não exista relação direta entre C e B. Esta situação ocorre quando se afirma que “as pessoas fazem B e acreditam em C”.
- II. O Estado psíquico A ocasiona a convicção C que provoca o comportamento B. Esta situação corresponde à afirmação de que “as pessoas creem C porque fazem B”.
- III. O Estado psíquico A dá lugar à convicção C que provoca o comportamento B. Esta situação corresponde à afirmação de que “as pessoas fazem B porque creem em C”.

Quadro 2 – As três configurações básicas do modelo causal: esquema de triângulos

C (I)	C (II)	C (III)
A B	A B	A B

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Weber tampouco afirma que o desenrolar de uma ação possa ser sempre compreensível em todos os seus aspectos; os efeitos da ação, por sinal, de modo nenhum. Nos casos I e II de Pareto, trata-se de desenvolvimentos

os parágrafos I a II. Tais assuntos são tratados pelo próprio Weber (1956, p. 9) nos §1 e 10 de *Wirtschaft und Gesellschaft* (WuG). (WEBER, 1956)

25 Ver Gert Albert (2002, p. 625 ss.) e especialmente p. 627.

da ação que, de todo modo, requer ainda a compreensão psicológica. Pode-se também mencionar que o caso I representa a ação tradicional de Weber e o que caso II representa a ação afetiva. E ambas as ações que estão no limite do compreensível. O aspecto comum de ambas é que nelas as razões *não* funcionam como causas e, eu acrescentaria: porque aqui fracassa todo tipo de orientação *consciente* segundo regras. Isso é diferente no caso III. Aqui existem razões compreensíveis, subjetivamente buscadas, seja na forma de motivações baseadas em máximas finais ou em máximas normativas. É esse o pano de fundo da distinção que Weber faz entre ação racional com relação a fins e ação racional com relação a valores, ponto que retomarei no item 7. Nesse momento, impõem-se três conclusões: 1. A compreensão é indispensável para uma ciência da ação, mas a compreensão não é tudo. A compreensão e a explicação não são congruentes. Sem dúvida, “a sociologia pode rebelar-se”, diz Weber (1968, p. 436) no artigo sobre as categorias, contra a suposição de que a “compreensão” e a “explicação” causal não têm nenhuma relação entre si, por mais que seja correto afirmar que toda esquisita começa sempre em algum destes opostos, pois a frequência estatística de um comportamento não faz com que esta seja o minimamente mais “compreensível” e a compreensibilidade ótima enquanto tal não significa nada para a frequência”. 2. O conceito de sentido que Weber emprega em sua teoria da interpretação abarca não apenas o sentido de um texto e de uma ação, como também é concebido de forma mais ampla que o conceito de regra, o conceito de linguagem e o conceito de psíquico. No artigo sobre Stammler, Weber rechaça toda limitação desse tipo. 3. A teoria weberiana sobre o motivo e a compreensão (interpretação de razões com sentido) pode ser modernizada com a ajuda das novas filosofias da interpretação, do significado e da ação. Penso, em primeiro lugar, na posição de Donald Davidson²⁶.

2.4 Racionalismo heurístico

A sociologia compreensiva e, por essa razão, também explicativa, pelo fato de que considera as razões como causa, deveria aspirar ao máximo grau possível de adequação de sentido. Porém, como já afirmado, adequação

26 Podemos recorrer à compilação de artigos de Donald Davidson (1990a, 1990b). As análises que considero pertinentes são, em relação à primeira publicação; sobretudo, o artigo “Handlung, Gründe und Ursachen” e, da segunda, em particular, “Radikale Interpretation”. Sobre o mesmo assunto, ver ainda Jens Greve (2003).

de sentido e adequação causal não são sinônimos. A adequação de sentido formula um desenrolar possível da ação que pode estar mais ou menos próximo do empírico. Weber (1956, p. 10, §1, 11) afirma que se alcança de maneira mais plena a adequação de sentido “nos conceitos e regras racionais” (racionais com relação a fins e valores). E ele diz expressamente tanto nos conceitos como nas regras racionais com relação a fins e valores, o que significa que ele não privilegia nenhum dos dois tipos de racionalidade. Essa constatação é fundamental, tendo em vista que, nos seus textos iniciais, ainda se manifesta a tendência de, por razões heurísticas, conceder certa prioridade ao esquema de interpretação racional com relações afins em relação a outros esquemas de interpretação. Esse fato também fica evidente no artigo sobre as Categorias, no qual o esquema da racionalidade objetivamente correta é privilegiado. Isso ocorre porque, no caso da racionalidade com relação a fins, o participante (subjetivo) e o observador (objetivo) utilizam o mesmo padrão de validade. Como ela é compartilhada intersubjetivamente, o observador pode analisá-la e ao mesmo tempo criticá-la, com a aceitação do participante. No entanto, nos *Soziologische Grundbegriffe* esta construção é abandonada. Aqui ele acentua, com muito mais clareza, o caráter metodologicamente igualitário dos conceitos e das regras da parte do observador, seja ela racional com relação a fins ou valores, e também do caráter subjetivo das razões do participante, como as de natureza racional com relação a valores ou fins. Da mesma forma, ele assinala que não apenas para os desenvolvimentos racionais da ação mas também para os irracionais ou não racionais faz-se necessário construir, por razões heurísticas, conceitos adequados ao sentido, ou seja, tipos ideais; mas, isso não implica, de forma nenhuma, assumir o pressuposto sobre o “predomínio fático do racional sobre a vida” (WEBER, 1956, p. 3, §1,3).

2.5 Individualismo metodológico

Esta insistência sobre os conceitos *construtivos* dos sentidos imaginados *possíveis* conduz Weber a defender que a sociologia, além do racionalismo heurístico, deve adotar também o individualismo metodológico. De fato, “só uma ou várias pessoas *individuais*” (WEBER, 1956, p. 3, §1,3) podem atuar com sentido. Em princípio, pode até parecer demasiado simplista atribuir apenas às pessoas naturais a capacidade de agir e de falar

[competência linguística e capacidade de agência], pois também temos que lidar continuamente com agentes coletivos, por exemplo, pessoas jurídicas ou estruturais sociais de todo tipo. Porém, mesmo quando falamos de sua ação, nós nos deparamos com atribuições que, em última instância, dizem respeito às pessoas naturais. A capacidade de agir e de falar desses agentes coletivos sujeita-se a um “como se”; contudo, não significa que o objeto de explicação da sociologia, o *explanandum*, seja exclusivamente a ação individual. O objeto de explicação costuma ser, em regra, um fenômeno macro, um comportamento sistêmico, como o chama James Coleman (1991, p. 2)²⁷. Individualismo metodológico significa apenas que, em princípio, a análise das estruturas e dos processos macrosociais deve contar com fundamentos micro. Nesse caso pode-se defender, ainda, um individualismo metodológico pragmático no qual a profundidade dos fundamentos micro varia em função do problema explicativo em questão (COLEMAN, 1991, p. 7).

2.6 Análise de múltiplos níveis

Somos conduzidos, portanto, à análise de múltiplos níveis. Individualismo metodológico e análise de múltiplos níveis estão intimamente relacionados. Weber não utiliza esses conceitos, embora trate de ambos os temas, o que fica particularmente evidente a partir de um estudo que, a primeira vista, parece bastante distante do que aqui está sendo tratado. Trata-se da série de artigos denominados “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, de 1904 a 1905, nos quais Weber começou a trabalhar na mesma época do artigo sobre Roscher e cuja primeira parte publicou pouco depois do artigo sobre a objetividade, usufruindo, assim, de sua própria reflexão sobre a lógica da observação histórica.

O primeiro a afirmar que o estudo sobre o protestantismo ascético serve como ilustração da inter-relação entre individualismo metodológico e análise de múltiplos níveis foi David MacClelland (1961). Depois, a tese foi adotada por diversos outros atores, entre eles James Coleman (1991) e, na sua forma mais consequente, por Hartmut Esser (1993). MacClelland já tinha ressaltado que o modo como a ética religiosa do protestantismo ascético tinha produzido o “espírito” do capitalismo moderno não é, em absoluto,

27 James Coleman fala da análise interna do comportamento de sistema.

direto, mas indireto: ele ocorre mediante um processo de aprendizagem pelo qual se inculca nos agentes uma motivação de fundo religioso para o lucro. Apenas depois disso é que pôde surgir o “espírito” do capitalismo moderno²⁸. Coleman interpreta mal Weber (pois fala do capitalismo como *explanandum*, coisa que Weber rechaça expressamente), ainda que apresente de maneira formalmente correta as transições macro-micro e micro-macro, como também a interrelação micro-micro²⁹. É apenas em Hartmut Esser (1993, p. 100) que podemos encontrar uma análise formal e materialmente precisa do modelo de explicação que Weber utiliza em seus estudos sobre o protestantismo. Hartmut Esser (1993) enxerga, na explicação dada por Weber, a efetivação de um autêntico modelo de análise sociológica. Esse seria sempre um modelo de múltiplos níveis. Independentemente do nível de análise escolhido (individualismo metodológico pragmático), a explicação de um macrofenômeno deve transcorrer sempre a partir do nível anterior, ou seja, da lógica da situação (supraindividual) passando à lógica da seleção, até atingir a lógica da agregação ou transformação. Podemos até discutir se o mais adequado seria falar em lógica, mas, por hora, deixemos isso de lado³⁰. Mais decisivo, como formula Esser (1993), é que a explicação sociológica de um *explanandum* consista na resposta sucessiva e combinada para três questões: 1. Na *descrição* tipificadora de situações sobre as *hipóteses pontes*; 2. Na *explicação* da seleção de ações por parte dos agentes com base em uma *teoria geral da ação*; 3. Na *agregação* das ações individuais ao *explanandum* coletivo com base em *regras de transformação*. Portanto, a explicação sociológica exige um intercâmbio metodológico controlado entre o nível macro e o nível micro.

28 Conferir David C. MacClelland (1961). O caminho se inicia como os valores protestantes da autoconfiança (self reliance), passando pelo estilo educativo adotado pelos protestantes (educação para a independência e disciplina) como princípio educativo, chegando com a agregação dessas ações, até o espírito do capitalismo moderno. MacClelland estabelece, aqui, uma conexão indireta mediada por uma teoria da socialização. A partir dos textos pedagógicos procedentes do círculo do protestantismo ascético – fundamentais para a análise weberiana – podemos concluir que, de forma nenhuma, trata-se de um modelo a-histórico. Sobre este ponto Volker Lenhart (1998).

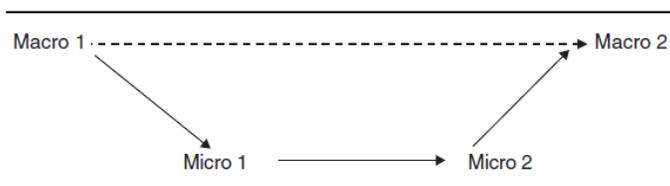
29 Ver James S. Coleman (1991, p. 10).

30 Há uma diferença se nos referimos à lógica ou a definição da situação. Se partimos, como Popper, da lógica da situação, o sujeito que atua somente pode adaptar-se racionalmente a essa situação. Era dessa maneira, por sinal, que Weber interpretava a economia política teórica de sua época. Mas, quando se parte da definição da situação, supõe-se que, apesar do caráter supraindividual da situação, também os processos de negociação sobre sua determinação podem ter um papel importante. Esse pressuposto é adotado por uma teoria do ator orientado segundo regras.

Dessa maneira, é a teoria geral da ação que constitui o núcleo da explicação (ESSER, 1993, p. 97). De fato, no estudo que Weber faz sobre o protestantismo ascético e o espírito do capitalismo, é possível localizar claramente este modelo explicativo. De qualquer forma, ele é muito mais sutil do que aparece representado nos autores acima mencionados. Em primeiro lugar, cabe lembrar que Weber (1920, p. 12) investiga aqui somente um lado da relação causal, como ele mesmo; depois, expressa: a influência de uma religião cultural sobre a disposição econômica; porém, “não o condicionamento econômico de classe (e de ordem) desta religião cultural” (ESSER, 1993, p. 97). Também não se pode ocultar, nessa apresentação formal, um nível intermediário: a adaptação do modelo de interpretação religiosa às necessidades dos crentes de uma certeza acerca da própria salvação. Portanto, é necessária uma dupla mudança de nível para explicar o surgimento do espírito do capitalismo moderno. Isso não contradiz, em absoluto, a estrutura básica da explicação sociológica, bastando ampliá-la horizontalmente com uma nova seqüência e verticalmente com a distinção entre os níveis (ESSER, 1993)³¹.

Dessa forma, surge formalmente o seguinte modelo de explicação (as setas assinalam os passos necessários da explicação e as linhas pontilhadas os não refletidos).

Quadro 3 – Modelo macro-micro-macro.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

31 Conf. Hartmut Esser (1993, p. 102-118). Na diferenciação de níveis é possível distinguir, ainda, o nível da ordem e o nível da organização e classifica este último no nível intermediário. A seqüência I. macro > I. micro > 2. micro > 2. macro também pode ser interpretada, formalmente, segundo o esquema H – O, como o faz Esser: ponto de partida, lei geral e explanandum, sendo que este se converte, no passo seguinte, no ponto de partida da explicação. Contudo, é preciso lembrar que a lei geral, neste caso, é apenas uma “lei de ação” de maneira tal que o esquema pode ser formalmente apresentado da seguinte forma: X tem como objetivo realizar F; X está convencido de que somente pode concretizar F se realiza H; X realiza H. Ver, ainda, meu artigo *Handlung und Strukturtheorie nach Max em Schluchter* (2000, p. 86 ss, especialmente p. 95).

O decisivo para a continuidade de nossa discussão, contudo, é o fato de que o espírito do capitalismo tinha, em seu início, microfundamentos valorativos. Ele não se explica apenas com base nos interesses calculistas dos atores sociais. Isso nos leva de volta para as premissas epistemológicas da teoria da ação da sociologia empírico-compreensiva.

2.6 Orientação por resultados ou pelo valor intrínseco

A partir dos conceitos de “compreensão explicativa” e “racionalismo heurístico” já tratamos das premissas de uma teoria epistemológica da ação, ainda que exclusivamente de um ponto de vista metodológico. Dessa forma, observa-se que hipóteses interpretativas não devem ser assimiladas às hipóteses nomológicas: leis naturais e “leis” da ação, sejam elas estritas ou meramente empíricas (leis probabilísticas), são coisas totalmente distintas. Também já assinalamos a equivalência hierárquico-metodológica entre os esquemas de interpretação racionais com relação a fins e valores, pelo menos no que tange aos *Soziologische Grundbegriffe*. Quando comparamos o artigo sobre as categorias de 1913 com os *Soziologische Grundbegriffe*, parece estar justamente aí a inovação decisiva em relação ao método.

Do ponto de vista do conteúdo – como, aliás, já mostra o estudo sobre o protestantismo ascético – Weber se interessou desde cedo pelo caráter não redutivo dos *standarts* valorativos aos *standarts* finalísticos de orientação da ação. O “espírito” do capitalismo moderno tinha, em sua origem, microfundamentos racional-valorativos e não racional-finalísticos. De início, Weber ainda não utilizava estes conceitos. No entanto, no artigo sobre Stammler, no qual ele trata detalhadamente do conceito de regra e de seus diferentes significados, ele introduz a diferenciação entre ações conduzidas por regras que são máximas finais ou máximas valorativas. Em ambos os casos, trata-se de ações passíveis de racionalização tanto na perspectiva do observador (esquema de interpretação racional) quanto na perspectiva do participante (formas de orientação de ação racionais). Essa explanação de conteúdo já antecipa seus pontos de vista metodológicos.

No entanto, aqui ainda existe certa confusão de conceitos, visto que os termos “valor” e “fim” possuem uma dupla face. “Fim” significa, por um lado, a especificação de um “valor” como antecipação de algo que se deseja

(não do desejável). Esse conceito é importante quando, na discussão sobre os valores, Weber diferencia entre valores de resultado e valores de convicção que precisam ser transformados em fins para tornarem-se elementos relevantes da ação. “Fim”, por outro lado, expressa o fato de que toda ação apresenta uma estrutura teleológica, ou seja, que sempre se pode (e deve) pensar as categorias de fim e meio. “Valor”, por sua vez, pode ser definido – conforme já dito – como o que merece ser desejado, algo que, em Weber, não se limita à “ética”. Porém, “valor”, por outro lado, também é um *standart* de orientação com o qual se formulam mandamentos ou exigências ao agente que crê, a propósito de tais mandamentos e exigências, que “o valor intrínseco incondicionado de um comportamento determinado” deve ser seguido “puramente enquanto tal e independente do resultado” (WEBER, 1956, p. 12, §2). Quando elegemos este segundo significado, então, fim e valor caracterizam duas orientações da ação que se baseiam em distintas máximas de ação: por um lado, baseia-se em regras técnicas; por outro, em regras normativas³². Em outra ocasião, Weber (1968, p. 183) define o “fim” como “a representação de um resultado que se converte em motivo de uma ação”³³. Em analogia com isso, proponho definir o “valor” como a representação de uma validade que se converte em motivo de uma ação. Com isso, movemo-nos no nível da ação; em ambos os casos, trata-se da formação de motivos, de razões com sentido, a partir dos quais surge uma ação. Logo, no nível das orientações, estabeleço uma distinção entre a orientação por resultados e orientação por valores intrínsecos que se vinculam com as distintas máximas de ação, com distintas regras de ação: por um lado, com as regras técnicas (de acordo com as regras de sensação e destreza as quais se refere Kant); por outro, com regras normativas no sentido amplo. Ambas as orientações e os tipos de regras de ação são suscetíveis de serem racionalizados; porém, não são mutuamente redutíveis. Dessa maneira, a racionalidade com relação a valores não é um modo deficiente da racionalidade com relação a fins – como de vez em quando se afirma – e racionalidade com relação a fins não é um modo deficiente de racionalidade com relação a valores ou de uma racionalidade mais ampla:

32 Essa diferenciação também pode ser encontrada em Émile Durkheim (1967, p. 92 ss), embora ele não empregue o termo regras normativas e sim regras morais.

33 Definição que já encontramos no artigo sobre a objetividade de Weber (1968, p. 183).

a racionalidade comunicativa. A comunicação é importante para a racionalização de ambos os tipos de regras e orientações, conforme mostrarei em breve. No momento, prefiro colocar em relevo outra conclusão; e esta se refere à famosa e desacreditada diferenciação weberiana entre ética da convicção e ética da responsabilidade. Normalmente se afirma que a ética da convicção é racional com relação a valores e a ética da responsabilidade racional com relação a fins. Trata-se de um erro, pois, se assim fosse, a ética da responsabilidade seria uma ética do resultado quando ela é, sem dúvida, uma ampliação e aprofundamento da ética da convicção. Nenhuma das duas fundamenta-se exclusivamente na destreza ou na sensatez e, em última instância, no resultado³⁴.

Estas reflexões conduzem à seguinte classificação da ética da convicção e da ética da responsabilidade na tipologia das orientações da ação:

Quadro 4 – Classificação da ética da convicção e da responsabilidade na tipologia das relações de ação.

Crítérios	Tipos		Procedimento metodológico
Livre de sentido ou dotada de sentido	Comportamento reativo	Ação	Explicação observadora em conexão com a compreensão psicológica enquanto compreensão da motivação
Habitual ou não	Ação tradicional		
Espontânea ou orientada segundo regras	Ação afetiva		Compreensão pragmática em conexão com a compreensão psicológica enquanto compreensão da motivação
Orientada por máximas finais ou máximas normativas	Ação racional com relação a fins	Ação racional com relação a valores	
Conduzida segundo o valor da convicção ética em conexão com o valor de resultado ou exclusivamente segundo o valor de convicção	Ação segundo a ética da responsabilidade	Ação segundo a ética da convicção	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

34 Considero detalhadamente a discussão sobre ética da convicção e da responsabilidade em Schluchter (1988, vol.1, cap.3). O assunto é retomado, também, em Schluchter (2000, p. 22 ss), em Agathe Bienfait (1998, p. 11 ss) e, em geral, em Agathe Bienfait (1999).

Neste ponto, a diferença da teoria weberiana com a teoria do agente maximizador de interesses fica ainda mais clara: a ação orientada ao valor intrínseco, ou seja, que em última instância é racional com relação a valores, não é uma variante do cálculo de utilidade. Um programa de pesquisa weberiano deve superar este reducionismo que encontramos, sobretudo, na perspectiva econômica. Isso não significa que se devam ignorar os progressos que se produziram na teoria econômica recente no tocante à compreensão da racionalidade estratégica, principalmente nas análises da teoria dos jogos. O que Weber chamava de racionalidade com relação a fins orientava-se, ainda, pela racionalidade paramétrica e não pela racionalidade estratégica. Neste ponto, um programa de pesquisa weberiano não precisa mais ater-se a Weber. No entanto, a exigência de um conceito amplo de racionalidade que não trate a orientação da ação por resultados ou por valores, ambas suscetíveis de serem racionalizadas, de forma reducionista, ainda continua válida.

2.6 Discussão sobre o valor

Para tornar possível este conceito ampliado de racionalidade, existe um processo denominado por Weber de discussão sobre o valor. Este processo tem certa semelhança com a teoria do discurso na qual se funda a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, sem que se deva esquecer, evidentemente, a nítida diferença que existe entre ambas. Ela diz respeito ao lugar ocupado em ambas pelo conceito de comunicação.

Do acervo da filosofia dos valores de sua época, Weber (1968, p. 123) adota conceitos como “valor”, “relação de valor”, “interpretação de valor” ou “análise de valor”, às vezes caracterizado como dialéticos, além do conceito de “discussão sobre o valor”³⁵. A relação de valor e a análise do valor (interpretação de valor) destacam-se aqui por seu tratamento “técnico”. A relação de valor se refere a contextos *históricos* e à análise de valor, ao contrário, a contextos *intelectuais*. A explicação dos segundos pode ser útil para a explicação dos primeiros, já que pela análise de valores, segundo

35 Também existem outras aplicações do conceito de valor, por exemplo, em relação com o conceito de ideia de valor cultural. Não discuto aqui quais destes termos são criações originais ou são adotadas por Weber. Acerca das distintas orientações da filosofia do valor e sua influência no final do século ver Herbert Schädlebach (1983).

Weber, se desenvolve também relações de valor que tornam possível a investigação histórica. No entanto, a análise de valor não se reduz a isso. Ela também torna possível uma sensibilização dos valores, ou seja, ela fomenta a autorreflexão dos participantes, já que ela é um meio para aprender a ver nossas posições segundo a perspectiva do outro, ou seja, ela exige, em certa medida, a assunção de uma nova perspectiva.

A comunicação é um conceito central na discussão teórica atual. Luhmann e Habermas desenvolvem, cada um a seu modo, uma teoria da comunicação: um, segundo a teoria dos sistemas; outro, segundo a pragmática universal. Um mediante a conexão entre o conceito de comunicação e sistema, e outro conectando o conceito de comunicação com o de ação³⁶. Para mostrar a diferença entre ambos e delimitar um ponto de partida com base em Weber, será particularmente útil orientarmo-nos segundo o modelo de funções da linguagem de Karl Bühler. Em Habermas, este modelo serve explicitamente como ponto de partida (KRÄMER, 2001).³⁷ Para Luhmann (1986), os sistemas sociais consistem em comunicações que se conectam entre si. A constelação básica é caracterizada pelo mutualismo e pela dupla contingência. São necessários pelo menos dois sistemas psíquicos (*ego e alter*) que se relacionem entre si. Eles são considerados *black boxes* pois não são mutuamente transparentes e cada um deles representa, para o outro, seu meio-ambiente. Uma caixa preta produz um ruído que a outra entende através do manejo da diferença entre uma comunicação e uma informação, enquanto proposta de comunicação. Ela pode estabelecer uma conexão ou não. Se ela a rejeita, não surge nenhum sistema social. Não importa se a “caixa” preta que se conecta interpreta “corretamente” o conteúdo da comunicação ou mesmo se ela foi entendida corretamente (não existe nenhuma pressuposição de consenso). Além disso, ela pode conectar-se com a comunicação ou com a informação. No primeiro caso, trata-se de uma experiência; no segundo caso, de uma ação. De qualquer maneira, o principal é que ela siga adiante e sustente o fluxo da comunicação³⁸.

36 Não se pretende oferecer uma interpretação destas “grandes teorias”. Os pontos de vista da teoria da comunicação são comparados de forma clara e muito pertinente em Sybille Krämer (2001, capítulos 5 e 9).

37 Remeto-me apenas a Jürgen Habermas (1988, p. 105 ss).

38 Sobre este ponto veja-se a passagem de Niklas Luhmann (1986, 155 ss).

Enquanto Luhmann minimiza o potencial de racionalidade da comunicação, Habermas tende a maximizá-lo. Seu modelo de comunicação não só sustenta a racionalidade em toda sua amplitude como também sua pretensão de universalidade. Em vez de interpretar de maneira exacerbada o modelo de Bühler (que Luhmann não emprega) de acordo com a teoria dos sistemas, Habermas oferece uma interpretação baseada na pragmática universal que não oculta a intenção comunicativa de ego e que parte da dupla estrutura do discurso, ou seja, com um componente ilocucionário – que funda a conexão – e outro proposicional. Em todo discurso proposicionalmente diferenciado – pressupondo que o jogo linguístico seja compreensível – se apresentam basicamente três exigências de validade e se estabelecem três relações com o mundo: também se busca o acordo da outra parte da interação. Em cada ato de fala individual aparecem, em *primeiro* plano, por certo, uma exigência de validade e uma relação com o mundo, sem dúvida, ainda que, ao final, todas estejam sempre em jogo. Se o ego efetua um ato de fala que contém uma intenção comunicativa, isto se encontra unido, então, a uma proposta para o alter, a fim de que este tome posição, respondendo sim ou não. Enquanto as partes atuam orientadas ao entendimento mútuo – e devem fazê-lo se não querem cair em uma contradição performativa – introduzem um compromisso de fundamentação, de justificação ou de comprovação. Eles devem intercambiar seus argumentos até que consigam estabelecer um acordo racional, o que, em princípio, ainda que não em termos fáticos, é sempre possível.

Esta interpretação do modelo de Bühler em termos de pragmática universal e teoria dos atos de fala está muito mais próxima do programa de pesquisa weberiano do que aquela que, a partir da teoria dos sistemas, é feita por Luhmann, tendo em vista o fato de que nela a comunicação está vinculada com a comunicação e não com o sistema. No entanto, na perspectiva de Weber, a interpretação de Habermas é considerada muito “forte”. É certo que a aclaração da discussão sobre o valor, a partir da teoria do sentido, que aqui proponho, também deve partir da dupla estrutura do discurso e das três exigências de validade e de relação com o mundo; porém, em comparação com o modelo desenvolvido por Jürgen Habermas, ela organiza de uma forma diferenciada quatro inter-relações: 1. A inter-relação entre a orientação a compreensão e o acordo; 2. A inter-relação entre a ação

linguística e ação efetiva; 3. Os compromissos de fundamentação, justificação e comprovação; 4. A conexão entre ação linguística e ação afetiva: em certos casos, de maneira interna, mediante a persuasão, em outro, de maneira externa, mediante o estímulo à sanção. Mas, tudo isso somente pode ser aqui indicado, porém não desenvolvido. Para isso teríamos que, primeiramente, apresentar de forma extensa a teoria de Habermas, levando ainda em conta as revisões que ele fez de seu esboço originário desde 1981, ou seja, desde a publicação da *Teoria da ação comunicativa*³⁹. Entretanto, o decisivo é que se interpretamos a comunicação da discussão sobre o valor a partir da teoria do sentido, fica claro que se podem obter pontos de partida reflexivos não só para a pesquisa científica mas também para a formação racional de motivos. A racionalização da orientação ao resultado e ao valor intrínseco têm lugar, então, no *medium* das discussões sobre o valor.

2.7 Luta de Classes e de Estamentos, bem como de Ordem e Organização

Como expusemos até agora, um programa de investigação weberiano está comprometido com o individualismo metodológico pragmático e com a análise de múltiplos níveis. Isso requer conceitos específicos para cada nível de análise, como explica Weber em seus *Soziologische Grundbegriffe*. Neste contexto, destaco ainda mais quatro pontos, nem todos presentes nos *Soziologische Grundbegriffe*: 1. A posição central do conceito de luta; 2. A ênfase sobre as disparidades verticais (classes e estamentos); 3. A ênfase sobre as disparidades horizontais (ordem e organização); 4. Estratégias de inclusão e exclusão.

Para Weber, as relações sociais não são apenas relações de solidariedade, elas são também relações de luta – esta que pode ser violenta ou pacífica. Independentemente do modo como ela se realiza, ele conduz a uma seleção social pelo fato de que “[...] um determinado tipo de ação é suplantado, no curso do tempo, por outro, seja da parte dos mesmos indivíduos ou de outros”, o que, em última instância, significa uma “seleção de *tipos* humanos” (WEBER, 1956, p. 21, §8,3). Por esta razão, existe sempre uma

39 Penso, por exemplo, em Jürgen Habermas (1996, p. 66 ss; 1999).

desigualdade social entre as pessoas e ela possui uma dimensão vertical e outra horizontal.

Weber ampliou o conceito marxista de classe (classes possuidoras e assalariadas) e o completou através do seu conceito de estamentos (estamentos profissionais e estamentos de estilos de vida). Não tratarei desse ponto, pois entendo que outro seja ainda mais importante. Não é nada casual que a contribuição de Max Weber ao *Grundriss* levasse o título de “*Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte*” que eu recomendaria ler da seguinte forma: “[...] a economia e as ordens e os poderes sociais em sua relação com as demais ordens e poderes sociais”. De fato, existe aqui um modelo de diferenciação de ordens (consequentemente, também de diferenciação de organizações e associações) que, de maneira interessante, se distingue das demais teorias da diferenciação social usuais na sociologia. Encontramos isso exposto de forma detalhada em Thomas Schwinn (2001)⁴⁰. Em primeiro lugar, deveria ser utilizado, em lugar do conceito de sociedade, o de configuração de ordens⁴¹. O que varia é a constelação (parcial) dessas ordens. A esse modelo de diferenciação se agrega, também, a tese da luta entre elas (e as organizações). As ordens nem sempre colaboram entre si, elas também se obstruem ou permanecem indiferentes entre si. Aqui também se trata do problema dos efeitos externos *negativos* da ação no marco de determinadas ordens, por exemplo, da ordem econômica, e da pergunta de como enfrentar esse problema. Quanto mais avança a diferenciação entre as ordens, mais difícil se torna o problema da coordenação. No marco de uma teoria sobre a diferenciação de ordens, pressupõe-se, certamente, que a ordem jurídico-política, ou, segundo os conceitos de Weber, o Estado Constitucional como Estado institucional e fiscal – tem uma tarefa insubstituível⁴². Nesse contexto, o modo como se produz essa

40 Ver “Differenzierung ohne Gesellschaft” (Schwinn, 2001).

41 Foi o que propus já em 1979 no capítulo quarto de *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus* (SCHLUCHTER, 1979, p. 39 ss). Ao mesmo tempo utilizo o conceito de “história social” [Gesellschaftsgeschichte], acabando por introduzir, assim, o conceito de sociedade que Weber evitou explicitamente em seus *Soziologische Grundbegriffe*. Essa inconsistência, além de outras razões de conteúdo, foi uma das razões que motivou a mudança de título que efetuei na edição de bolso. A esse respeito ver também a nota número 09.

42 Naturalmente, isso não significa que essa tarefa possa ser desempenhada apenas por um único Estado Nacional, ainda que, como outrora, este acabe sendo o caso, mesmo em um sistema de múltiplos níveis como a UE (União Europeia), onde, apesar de tudo, existe tanto um desnível quanto uma nivelção entre o princípio da

coordenação é uma pergunta de caráter histórico: de maneira puramente negativa (simplesmente evitando perturbações ou bloqueio de uma ordem por parte da outra) ou positiva. Assumindo-se a estratégia de abertura ou fechamento, também se pode dizer, de inclusão ou exclusão, passamos a dispor de um instrumentário passível de aperfeiçoamento para pensar as desigualdades sociais em perspectiva histórica. Essa referência seria muito proveitosa em uma época na qual florescem neste campo análises de estilos de vida desconectadas das condições estruturais⁴³.

2.8 Personalidade

A desigualdade social, como consequência da luta pela imposição de disparidades verticais e horizontais, de exclusões e inclusões, conduz, como ressalta Weber, a seleção de tipos humanos. Em sua sociologia comparativa da religião, do direito e da dominação, interessa a Weber saber que tipos humanos, com quais interesses materiais e ideais, por meio de quais imagens do mundo e, ainda, em que condições históricas eles se tornaram dominantes nos principais círculos culturais. São sempre pequenos grupos, ortodoxos ou heterodoxos, negativa ou positivamente privilegiados, cujos membros conseguem “[...] colocar-se em uma constância de seu comportamento interno frente a determinados ‘valores’ e ‘sentidos de vida’ últimos” (WEBER, 1968, p. 132). É nesse sentido que se pode falar de “condutas de vida” ou mesmo de personalidade⁴⁴.

comunidade e o princípio da intergovernamentalidade. Também o Estado Constitucional como instituição e o Estado fiscal são medidas “estáveis”. Hoje o Estado é interpretado como uma instituição variável do princípio do direito, da democracia e do bem-estar social (e, em certas circunstâncias, do princípio federativo).

43 Sobre esta problemática, veja-se, especialmente, Hans-Peter Müllers (1992).

44 Busquei desenvolver esta relação nos dois volumes de *Religion und Lebensführung*. Sobre o significado dos movimentos heterodoxos, sobretudo dos sectários, para a dinâmica das culturas da “era axial” ou “culturais axiais”, termo adotado da obra de Karl Jaspers, veja-se Shmuel N. Eisenstadt (2003), em particular o volume I, bem como Eisenstadt (1999). Eisenstadt interpreta as religiões mundiais e culturais tratadas por Weber em *Gesammelte Aufsätze zur Religionsoziologie* como “culturas axiais” que desenvolvem sua própria dinâmica e, da mesma forma, criam uma base de ressonância para a recepção do programa cultural da modernidade, proveniente da Europa Ocidental e das instituições inicialmente associadas a esse programa o que, por sua vez, tendo em vista a difusão desse programa desde seu surgimento na Europa Ocidental, conduz a uma multiplicação da modernidade. Das duas questões postas por Weber, a saber, o surgimento e a expansão da modernidade, Eisenstadt se dedicou a segunda e, neste ponto, foi muito além de Weber. Sobre este ponto ver Shmuel Eisenstadt (2000). Sobre a diferença entre estas duas questões, sugere-se a leitura dos volumes organizados por Hans G. Nutzinger (2002). Obviamente, um programa de pesquisa weberiano não pode limitar-se apenas a questões metodológicas e conceituais, devendo incluir e desenvolver ainda estudos materiais. Tal

O conceito de personalidade, portanto, contém, para Weber, um aspecto histórico que ele aprofunda em seus estudos comparativos. Porém, ele possui também um aspecto normativo que, em última instância, sustenta toda a construção de sua sociologia empírico-compreensiva como teoria da ação, da ordem e da cultura. O homem se torna uma personalidade apenas quando assume uma posição frente ao mundo e concede a este um sentido, atuando de acordo com tal posição. Como ser dotado de razão, o homem pode justificar suas posições. Sem essa capacidade de fundamentar suas posições e sem a disposição para submetê-las a uma discussão racional, não poderia existir nenhuma ciência da cultura. Nesse sentido, não deveríamos ler a conhecida passagem do artigo de A objetividade em termos de filosofia transcendental, mas, de certo modo, de maneira prático-vital, ou seja, de modo antropológico⁴⁵: “o pressuposto transcendental de toda ciência da cultura não é, por exemplo, que nós consideremos valiosa uma determinada cultura ou, em geral, alguma cultura, senão que somos homens culturais, dotados da capacidade e da vontade de tomar posição frente ao mundo e de conceder-lhe um sentido” (WEBER, 1968, p. 180). Esta continua sendo a âncora pela qual pode orientar-se um programa de pesquisa weberiano.

Referências

- ALBERT, Gert. Paretos hermeneutischer Positivismus. Eine Analyse seiner Handlungstheorie. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 54, n. 4, p. 625-644, dec. 2002.
- ALEXANDER, Jeffrey. Analytic debates: Understanding the relative autonomy of culture. *In*: ALEXANDER, Jeffrey; SEIDMAN, Steven (ed.). **Culture and Society: Contemporary Debates**. Cambridge: University Press, 1990. p. 1-27.
- BIENFAIT; Agathe. Von Immanuel Kant über Georg Simmel zu Max Weber: etappen in Wolfgangs Schluchters “kantianisierende Soziologie”. *In*: BIENFAIT; Agathe; WAGNER, Gerhardm (ed.). **Verantwortliches Handeln in gesellschaftlichen Ordnungen: Beiträge zur Wolfgang Sluchters Religion und Lebensführung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998. p. 11-34,

trabalho é feito por M. Rainer Lepsius que, a diferença de Einsenstadt, se mantém mais próximo de Weber. Ver, sobretudo, M. Rainer Lepsius (1990, 2003). Também os trabalhos de Stefan Breuer podem ser incluídos aqui.

45 Sobre este ponto segue sendo decisiva a tese de Dieter Heinrich (1952). A esse respeito, também minha interpretação em “Max Weber Ausgang eines Denkweges. Zu Dieter Heinrichs philosophischer Ethik” (SCHLUCHTER, 2000, p. 22 ss).

BIENFAIT; Agathe. **Freiheit, Verantwortung, Solidarität**: Zur rekonstruktion des politischen Liberalismus. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1999.

BIENFAIT; Agathe; WAGNER, Gerhardm (ed.). **Verantwortliches Handeln in gesellschaftlichen Ordnungen**: Beiträge zur Wolfgang Sluchters Religion und Lebensführung. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998.

BORMUTH, Mathias. **Lebensführung in der Moderne**: Karl Jaspers und die Psychoanalyse. Stuttgart-Bad Cannstad: Frommann-Holzboog, 2002.

BURGER, Thomas Burger. **Max Weber's Theory of Concept Formation**: History, Laws and Ideal Types. Durham, NC: Duke University Press, 1976.

COLEMAN, James S. **Grundlagen der Sozialtheorie**. 3 vols. München: Oldenburg, 1991.

DAVIDSON, Donald. **Handlung und Ereignis**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1990a.

DAVIDSON, Donald. **Warheit und Interpretation**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1990b.

DURKHEIM, Émile. **Soziologie und Philosophie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1967.

EINSENSTADT, Shmuel. **Fundamentalism, Sectarianism and Revolution**: The Jacobin Dimension of Modernity. Cambridge, MA: University Press, 1999.

EINSENSTADT, Shmuel. **Die Vielfalt der Moderne**. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

EINSENSTADT, Shmuel. **Comparative Civilizations and Multiple Modernitie**. 2 vol. Leiden; Boston: Brill, 2003.

ESSER, Hartmut. **Soziologie**: Allgemeine Grundlage. Frankfurt am Main; Nova York: Campus, 1993.

GREVE, Jens Greve. Kommunikation und Bedeutung: Grice-Programm. *In*: GREVE, Jens Greve. **Sprechakttheorie und radikale Interpretation**. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2003. p. ?

HABERMAS, Jürgen. **Nachmetaphysisches Denken**: Philosophische Aufsätze. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1988.

HABERMAS, Jürgen. Sprechtheoretisch Erläuterungen zum Begriff kommunikativen Rationalität. **Zeitschrift für philosophische Forschung**, v. 50, n. 1/2, p. 65-91, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Wahrheit und Rechtfertigung**: Philosophische Aufsätze. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1999.

HEINRICH, Dieter. **Die Einheit der Wissenschaftslehre Max Webers**. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1952.

KRÄMER, Sybille Krämer. **Sprache, Sprechakt, Kommunikation, Sprachtheoretische Positionen des 20. Jahrhunderts**. (Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft). Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2001.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (ed.). **Criticism and the Growth of Knowledge**. Cambridge, MA: University Press, 1970.

LASK, Emil. Fichtes Idealismus und die Geschichte. In: HERRIGEL, Eugen (org). **Gesammelten Schriften**. Vol. 1. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1923. p. ?

LENHART, Volker. **Protestantische Pädagogik um der "Geist" des Kapitalismus**. Frankfurt am Main: Lang, 1998.

LEPSIUS, Mario Rainer. **Interessen, Ideen und Institutionen**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

LEPSIUS, Mario Rainer, **Demokratie in Deutschland**: Soziologisch-historische Konstellationen. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.

LUHMANN, Niklas. **Soziale Systeme**: Grundriss einer allgemeinen Theorie. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1986.

MACCLELLAND, David C. **The Achieving Society**. Princeton: D. Van. Nostrand, 1961.

MÜLLERS, Hans-Peter. **Sozialstruktur und Lebensstile**: Die neuere theoretische Diskurs über soziale Ungleichheit. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

NORKYS, Zenona. **Max Weber und Rational Choice**. Marburgo: Metropolis Verlag, 2001.

NUTZINGER, Hans G. **Religion, Wert und Wirtschaft**: China und der Transformationsprozess in Asien. Marburg: Metropolis Verlag, 2002.

RICKERT, Heinrich. **Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung**: eine logische Einleitung die historischen Wissenschaften. Tübingen e Leipzig: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1902.

SCHÄDELBACH, Herbert. **Philosophie in Deutschland, 1831-1933**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1983.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus**: eine Analyse von Max Webers Gesellschaftsgeschichte. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1979.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Studie über das antike Judentum**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Studie über Konfuzianismus und Taoismus**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1983.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Studie über Hinduismus und Buddhismus**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Studie Sicht des Islams**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Sicht des okzidentalen Christentum**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1987.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Religion und Lebensführung**: Studien zu Max Webers Kultur und Werttheorie. Vol. I. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1988.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Religion und Lebensführung**: Studien zu Max Webers Religions und Herrschaftssoziologie. Vol. II. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Gesamtausgabe I/11**: Zur Psychophysik der industriellen Arbeit. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1995.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Physik und Kultur: Max Weber über Psychophysik. *In*: SCHLUCHTER, Wolfgang. **Unversöhnte Moderne**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1996. p. 71-143.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Die Entstehung des modernen Rationalismus**: eine Analyse von Max Webers Entwicklungsgeschichte des Okzidents. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Individualismus, Verantwortungsethik und Vielfalt**. Weilerwist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

SCHWINN, Thomas Schwinn. **Differenzierung ohne Gesellschaft**: Umstellung eines soziologischen Konzepts. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2001.

WEBER, Marianne. **Max Weber**: Ein Lebensbild. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1926.

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**. vol. 1. Tübingen: J.C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1920. (RS I).

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. 4. ed. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1956. (WuG).

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. 3. Ed., Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1968. (WL).

WEBER, Max. Einteilung des Gesamtwerkes. *In*: WINCKELMANN, Johannes. **Max Weber hinterlassenes Hauptwerk**. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1986. p. 151-155.

WEBER, Max. **Grundriss zu den Vorlesungen über Allgemeine (“theoretische”) Nationalökonomie**. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1990.

Recebido: 28/04/2020

Aprovado: 04/05/2020

Action, order and culture: foundations of a Weberian research program

Abstract

More than interpreting, it is necessary to develop Max Weber. Based on this premise, the article situates the current state of the current theoretical discussion in sociology and presents ten key points for the construction of a Weber paradigm or a Weberian research program.

Keywords: Max Weber, Paradigm, Action, Order, Culture.

A dimensão casual-explicativa dos tipos ideais: a contribuição metodológica de Max Weber para a sociologia contemporânea

Gert Albert

Resumo

O artigo propõe uma leitura e atualização do conceito weberiano de tipo ideal a partir do conceito de *non-statement view* de Roland Giere. Conforme este último, teorias consistem em modelos teóricos e hipóteses. Da mesma maneira, os tipos ideais de Weber não consistem em proposições substantivas, mas são idealizações teóricas não falsificáveis das quais derivam, contudo, hipóteses para serem falseadas ou confirmadas. O estatuto epistemológico dos tipos ideais weberianos não consiste em proposições descritivo-causais, mas, sim, em definições. Dessa forma, logramos não apenas uma nova interpretação do legado epistemológico weberiano, mas também abrimos caminho para sua interlocução com a atual filosofia da ciência.

Palavras-chave: Max Weber. Ronald Giere. Tipos ideais. *Non-statement views*.

I Teorias como *non-statement views*

I.1 Modelos teóricos

O conceito de *non-statement view* surgiu como uma alternativa para a filosofia da ciência até então hegemônica nos anos 60/70 do século XX. De acordo com a concepção vigente, as teorias estão estruturadas na forma de um sistema axiomático dedutivo (GIERE, 1994, p. 276). Os axiomas das teorias são compreendidos como proposições (*statements*) que, em princípio, podem ser verdadeiras ou falsas. Alguns desses axiomas são entendidos como generalizações universais confirmadas empiricamente, assumindo, assim, a forma de leis. Tratam-se, portanto, de



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

leis científicas que se reportam a um mundo real sobre o qual fazem previsões. Os representantes do *non-statement view* contestam esta visão e sustentam que tal reconstrução filosófica não reflete realmente a prática científica. Uma reconstrução adequada, segundo Ronald Giere (1988, p. 84), concluiria que teorias não são sistemas interpretativos ou formais de tipo axiomático, mas que elas consistem apenas em “modelos teóricos” ou “hipóteses teóricas”.

Mas, o que são modelos? Modelos, segundo a psicologia cognitiva, consistem em meios pelos quais os cientistas representam, para si mesmos, os sistemas do mundo real. Giere (1988, p. 78) chega a falar de “entidades construídas socialmente”. Modelos podem ser formulados na forma de predicados, é o caso das leis de Newton, por exemplo (GIERE, 1994, p. 277, 1979, p. 69). Tais predicados, em regra, costumam estar associados a outras características, tal como segue: o sistema newtoniano constitui um sistema quando e apenas quando as três leis do movimento e a lei da gravidade são suficientes e constantes. A associação de um predicado com uma ou mais leis possui o *status de uma* definição, mas não está associada a nenhuma *exigência de verdade*: não se trata de previsões (*statement*)! Leis não estão relacionadas com o mundo e não nos dizem nada diretamente sobre ele.

Em vez de simplesmente nos referimos às leis de Newton, podemos incluir essas leis em nossa definição. Assim, consideramos que um sistema newtoniano de partículas é um sistema apenas quando as três leis do movimento e a lei do movimento são constantes, de tal forma que: 1) um corpo em repouso tende a permanecer em repouso, e um corpo em movimento tende a permanecer em movimento; 2) a força é sempre diretamente proporcional ao produto da aceleração de um corpo pela sua massa; 3) para toda ação, existe sempre uma reação oposta e de igual intensidade.

Os predicados descrevem os modelos da teoria, ainda que os predicados na definição sejam detalhadamente especificados através das leis. No exemplo mencionado, as leis de Newton estão formuladas de modo verbal. Elas também podem, é claro, ser formuladas de maneira matemática.

1.2 Hipóteses teóricas

Além de modelos, teorias contêm também “hipóteses teóricas” (GIERE, 1979, p. 69, 1988, p. 80, 1994, p. 277). Tais hipóteses possuem a seguinte forma: “ao sistema X corresponde o predicado P”, ou seja, hipóteses teóricas relacionam certos predicados com sistemas reais existentes no mundo. Um exemplo seria o seguinte: o sistema solar é um sistema newtoniano de corpos. Enquanto os predicados podem ser tanto verdadeiros quanto falsos, as hipóteses teóricas apresentam proposições (*statements*) contingentes que podem ser verdadeiras ou falsas.

Hipóteses teóricas podem, portanto, “relacionar predicados ou modelos a um sistema real ou mesmo a uma classe de sistemas” (GIERE, 1979, p. 71). Em geral, as teorias consistem em generalizações sobre uma vasta área de sistemas reais. A hipótese mais geral proposta a partir da mecânica dos corpos de Newton provém do físico e matemático francês Laplace em 1800: “todo o universo consiste em sistema newtoniano de corpos”.

Além de hipóteses teóricas, concebidas como máximas generalizações possíveis, certamente teorias não consistem apenas de modelos teóricos mas também de uma numerosa família de modelos. O parentesco entre modelos e famílias de modelos é resultado das *leis* que eles *compartilham* entre si e que acompanham as suas formulações conceituais.

1.3 Idealizações

Uma das premissas centrais da *non-statement view* é que modelos teóricos não se assemelham, em todos os detalhes, a sistemas reais (GIERE, 1979, p. 80, 1988, p. 76). Modelos teóricos são, portanto, sistemas ideais.

Por essa razão, compreendemos como “idealização” todo método (experimental) ou toda proposição teórica por meio do qual as entidades dadas ou um complexo de entidades, dados métricos ou funções matemáticas podem ser substituídas por outras que, em relação às entidades originais, dados ou funções, podem ser alterados.¹ No caso destas substituições deliberadas, temos uma otimização em função de nosso objetivo cognitivo.

¹ Apoio-me aqui na definição dada por Hüttemann (1997, p. 87) para os “processos de idealização” na física, ainda que, tendo em vista as finalidades desta pesquisas, eu tenha alterado alguns de seus elementos.

Um dos aspectos mais interessantes das idealizações, no que diz respeito a proposições teóricas, implica que, em princípio, ou seja, enquanto hipóteses, elas devem ser consideradas como rigorosamente falsas². Ao conceito de idealização, podemos atribuir, por exemplo: “abstrações, isolamentos, simplificações, negligências, exploração de dados, descrição de dados etc”. (HÜTTEMANN, 1997, p. 91-104).

A idealização é, portanto, um fator central para qualquer ciência empírica, razão pela qual a filosofia da ciência precisa levá-la em consideração, afirma Ronald Giere (1994). Quando, seguindo a tese do *non-statement view*, entendemos as leis do movimento de Newton apenas como proposições empíricas de caráter geral (*statements*), isso significa que, para a mecânica, elas devem ser consideradas falsas ou irrelevantes. Leis jamais são verdadeiras, mas são válidas na medida em que nos permitem certa aproximação à verdade. Na teoria do *non-statement view*, leis servem apenas como receitas para a elaboração de modelos; por isso, elas não postulam nenhuma exigência de verdade (GIERE, 1994, p. 293). As hipóteses teóricas sustentam apenas que existe algum grau de aproximação entre um determinado modelo e um determinado sistema real.

A extensão dessa aproximação necessita, contudo, ser especificada, de tal forma que a hipótese a ser testada disponha de um mínimo de conteúdo empírico (GIERE, 1988, p. 81). Portanto, ao postular que modelos não supõem a exigência da verdade, ou dito de outra forma, que leis possuem apenas o status de definições, a teoria do *non-statement view* procura levar em conta o fato universal da idealização que é inerente à ciência.

1.4 Não falseabilidade

Como, pelo menos segundo o entendimento da teoria do *non-statement view*, modelos teóricos não postulam a exigência da verdade, evidentemente eles também não podem ser considerados falsos³. Consequentemente,

2 Ainda que, de acordo com uma metodologia mais estrita, tal hipótese defeituosa tivesse que ser excluída do processo de pesquisa, já que foi “falsificada” pela experiência empírica, afirma Michael Schmid (1994, p. 419), com referência a Popper.

3 Veja-se, a esse respeito, as o resumo que Volker Gadenne faz das críticas conta o *non-statement view* (GADENNE 1984, p. 143-163), bem como das críticas contra a tríplice imunização das teorias de Wolfgang Stegmüller (1980, p. 120-126).

modelos teóricos possuem uma natural imunidade à crítica e não podem ser falsificados. No entanto, as hipóteses teóricas que são derivadas desses modelos e que utilizamos para nos aproximar da realidade, podem mostrar-se equivocadas. Mesmo assim, esse equívoco não afeta o modelo teórico; significa apenas que o modelo teórico não pode ser utilizado naquele caso concreto. Embora o próprio Ronald Giere tenha negligenciado o caráter não falsificável dos modelos teóricos, esse não é o caso de outros representantes da teoria do *non-statement view*. Para uma determinada escola deste vasto movimento teórico – em especial para os estruturalistas cujo principal representante é o filósofo Wolfgang Stegmüller –, a teoria da imunidade crítica constitui o centro de sua concepção de ciência⁴. Para Stegmüller, a plausibilidade dessa imunidade resulta do fato de que modelos teóricos são, em si mesmos, apenas estruturas ou esquemas formais (por vezes, de caráter matemático) cujo conteúdo aplica-se à realidade das maneiras mais diferentes possíveis.⁵ Quando uma nova aplicação de determinado modelo para a realidade mostra-se equivocada, a teoria não precisa ser necessariamente abandonada. Por um lado, porque a comunidade científica pode aspirar a que, no futuro, possamos chegar a aplicações, de fato, bem-sucedidas do modelo teórico. No pior dos casos, a comunidade científica – para quem este modelo teórico constitui sua razão de ser e sua identidade – é obrigada a reconhecer o seu caráter não paradigmático, ou seja, é obrigada a reconhecer que ele não é aplicável em todos os casos. De qualquer modo, como afirma a teoria do *non-statement view*, modelos teóricos possuem uma natural imunidade à crítica, o que significa que, em última instância, eles não são falsificáveis.

1.5 Conclusão da primeira parte

Para a teoria do *non-statement view*, teorias consistem em modelos teóricos e hipóteses teóricas. Os modelos teóricos são formulados como predicados; e, estes, por sua vez, são definidos como leis. No entanto, os modelos teóricos, bem como suas leis correspondentes, não contêm

4 Um papel importante na imunidade natural à crítica, entre os estruturalistas, é desempenhado pelos critérios teóricos de Sneed; mas, na prática, eles não têm maior significado para nosso argumento.

5 O que representa, evidentemente, uma enorme diferença em relação à concepção dos tipos ideais do próprio Max Weber.

proposições substantivas (*statements*) sobre o mundo. É apenas em um segundo momento que os modelos, por meio de hipóteses, são realmente aplicados à realidade. São somente as hipóteses, na medida em que são aplicações dos modelos à realidade, que formulam proposições (*statements*) sobre ela. Portanto, modelos teóricos são sempre modelos idealizados e sua aplicação bem-sucedida ao real pode ocorrer somente até determinado grau: o modelo e a realidade sempre podem aproximar-se ou distanciar-se em maior ou menor extensão. Quando a aplicação de um modelo resulta em equívoco, mostra-se, então, que a hipótese teórica dele derivada é falsa. No entanto, a falsificação da hipótese empírica não significa necessariamente que o modelo, como tal, seja falso, pois sempre resta a esperança de que ele possa ser confirmado quando aplicado a outros casos, em especial naqueles casos para os quais ele foi concebido.

2 Non-statement view na teoria de Max Weber

2.1 Tipos ideais

Para Weber, os tipos ideais, enquanto conceitos, são construções mentais ou intelectuais que – devido à sua relação com pontos de vista valorativos e conhecimentos nomológicos (obtidos por isolamento, abstração e generalização de fenômenos individuais observáveis) – produzem representações ou expressões intelectuais unívocas e não contraditórias (WEBER, [1904] 1988, p. 190). Por “expressões conceituais”, ele se refere, provavelmente, aos conceitos que, de acordo com a lógica, denominamos como predicado, ou seja, “x é um A” (HOFFMEISTER, 1955, p. 107). Weber utiliza como exemplo o tipo ideal “economia urbana – “x é uma economia urbana”. Outro exemplo da sociologia weberiana poderia ser também “x é uma forma de dominação legal”. Conforme a concepção tradicional, a determinação do conteúdo ou intensidade de um conceito é feita “através do esquema *genus proximum* e *differentia specifica*” (WEBER, [1904] 1988, p. 194). De acordo com esta visão, define-se um conceito mediante sua atribuição a um gênero e através da determinação de sua diferença (*species*, espécie), ou seja, mediante a utilização de um conceito de referência geral (*genus proximum*) e sua posterior especificação (*differentia specifica*) (HAAS, 2004, p. 737). Um exemplo nos é dado pela famosa definição

de Aristóteles: “o homem é um animal racional”. Nesse exemplo, o ser humano é definido mediante a combinação do conceito de referência geral “animal” e sua especificação pelo atributo “racional”. Contudo, na acepção weberiana, a determinação de conceitos típico-ideais *não* segue esse esquema (WEBER, [1904] 1988, p. 194; HEMPEL, 1993, p. 85; SCHMID, 1994, p. 425). A determinação do conteúdo de um tipo ideal ocorre de modo *genético*: “Se queremos tentar uma definição genética do conteúdo de um conceito, resta apenas a forma do tipo ideal, no sentido anteriormente estabelecido” (WEBER, 1991, p. 109). Voltando ao exemplo da “troca”, tal como utilizado pelo próprio Weber, um conceito adquire um caráter genético quando ele é posto em relação com uma lei⁶:

O conceito de troca, por exemplo, é um simples conceito genérico, no sentido de um complexo de características que são comuns a vários fenômenos, sempre que eu deixar de considerar a significação dos elementos conceituais e, portanto, limitar-me a analisá-lo nos termos da linguagem cotidiana. Se este conceito, contudo, é posto em relação com a “lei da utilidade marginal” e se forma o conceito da “troca econômica” à maneira de um processo econômico racional, esse conceito – como qualquer outro integralmente elaborado de forma lógica – conterá um juízo sobre as condições típicas da troca. Assume, então, um caráter genético e converte-se em típico-ideal no sentido lógico; isto é, afasta-se da realidade empírica, que apenas se pode comparar e referir a ele. Algo de semelhante se pode dizer acerca de todos supostos conceitos da Economia Política: só é possível desenvolvê-los de forma genética enquanto tipos ideais. (WEBER, 1991, p. 116).

Tipos ideais generalizantes ou conceitos genéricos formados típico-idealmente são, enquanto definições, especificados mediante a remissão a uma lei (e quanto a isso entendo que não existe nada em contrário) ou até mesmo de diversas leis, o que, por sua vez, determina ainda o alcance do conteúdo implicado no conceito.⁷

2.2 Hipóteses teóricas

Devemos entender os tipos ideais weberianos como proposições nomológicas ou hipóteses, ou seja, *statements*, ou tais hipóteses seriam

6 Neste ponto do texto Weber discorre sobre a diferença entre conceitos típico-ideais simples e genéricos, ainda que ambos devam ser definidos de modo genético como aliás mostra o conceito de troca.

7 “[...] e cada tipo ideal individual é composto de elementos conceituais que são genéricos e foram modelados como tipos ideais” (WEBER, [1904] 1988, p. 201).

apenas o resultado de sua aplicação a realidades concretas? Tudo indica que a definição genética dos tipos ideais ainda não implica nenhuma afirmação substantiva a respeito da realidade, pois é apenas quando de sua aplicação ao real que a possibilidade de uma hipótese se coloca. Conforme Weber (1991, p. 106): “No que se refere à investigação, o conceito de tipo ideal propõe-se a formar o juízo de atribuição: não é uma hipótese, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses”. “Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos” (WEBER, 1991, p. 106). E ele prossegue: “Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. A atividade historiográfica defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal” (WEBER, 1991, p. 106). Tudo indica, portanto, que eles possuem o caráter de padrões (KAHLBERG, 2001, p. 125-130): “[...] tipos ideais têm uma validade muito relativa e problemática se reivindicarem qualidade e enunciado histórico do empiricamente dado”. Por outro lado, possuem um elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para a exposição, se apenas forem utilizadas como meios conceituais para comparar e medir relativamente a eles a realidade. Com esta função, tornam-se mesmo indispensáveis (WEBER, 1991, p. 113).

O mesmo vale para os chamados tipos ideais generalizantes da sociologia, tal como exposto por Weber nos seus *Conceitos sociológicos fundamentais*:

Em qualquer dos casos, tanto racionais quanto irracionais, ele [tipo ideal] se afasta da realidade e serve ao seu conhecimento da seguinte forma: mediante a indicação do grau de aproximação de um fenômeno histórico a um ou mais destes conceitos torna-se possível classificá-lo. (WEBER, [1921] 1980, p. 10).

Embora possamos achar com muita facilidade vários trechos da obra de Weber nos quais ele se expressa claramente sobre o fato de que os tipos ideais não devem ser entendidos como hipóteses, pois é apenas de sua utilização prática que tais hipóteses surgem, também encontramos trechos que nos permitem uma interpretação diferente, contradizendo nosso ponto de vista. A favor da primeira interpretação, podemos invocar o argumento

de que Weber fala de hipóteses ou construção de hipóteses apenas em casos da utilização concreta dos tipos ideais. No entanto, esta compreensão não exclui a hipótese de que os próprios tipos ideais também devam ser compreendidos como hipóteses teóricas. Neste caso, seríamos levados a concluir que Weber entra em contradição. Esta é a razão pela qual julgo que minha leitura seja a mais correta. Passo seguinte, utilizo a lei da utilidade marginal, exemplo empregado pelo próprio Weber, como forma de demonstrar como construções típico-ideais podem ser consideradas hipóteses para explicar processos causais concretos:

Por outro lado, e muito especialmente, ela é [a regra ideal do princípio da utilidade marginal como norma e standard normativo-teleológico] um princípio heurístico que nos permite investigar empiricamente a ação de Robinson Crusó – se assumirmos ad hoc a existência real de tal indivíduo – em suas determinações causais e factuais. No último caso, ela nos serve como uma construção “típico-ideal” que utilizamos como hipótese para ser “testada” em relação aos fatos, ajudando-nos assim a determinar a causalidade factual de suas ações, bem como o seu grau de aproximação com o tipo ideal. (WEBER, [1907] 1988, p. 330).

Caso a utilização que fizemos destes trechos (tendo em vista, é claro, os fins estipulados) não for unilateral e seletiva, podemos concluir o seguinte: em certos trechos, Weber dá a entender que os tipos ideais são definidos de modo genético e, nesta medida, deles não deriva *ipso facto* nenhuma hipótese. Portanto, Weber utiliza o conceito de hipótese exclusivamente no contexto da aplicação de construções típico-ideais para a compreensão da realidade. Essa leitura nos permite interpretar sua visão como uma teoria do *non-statement view*⁸.

2.3 Idealizações

Weber é um defensor de determinadas formas de idealização, em especial daquelas que nos oferecem uma descrição verdadeira do mundo, pelo menos na medida em que elas detectam processos causais possíveis (em condições de interferência externa mínima), como quando determinamos quais são nossos objetos de pesquisa, quais cadeias causais serão isoladas,

8 Não obstante, no que diz respeito às ciências naturais, Weber defendia a *statement view* (WEBER, [1907] 1988, p. 309; SCHLUCHTER, 2005, p. 18).

que abstrações teóricas serão feitas e como os dados podem ser a elas ajustados (HÜTTEMANN, 1997, p. 105).⁹

Na perspectiva de Max Weber vemos que a elaboração de tipos ideais pode ser compreendida também como uma idealização no sentido de isolamento, ou seja, como uma blindagem frente a fatores externos. Esse isolamento “[...] é uma idealização porque [...] uma determinada situação, na qual diversos fatores influenciam o comportamento do objeto pesquisado, é substituída por uma situação na qual a influência de fatores externos é desconsiderada” (HÜTTEMANN, 1997, p. 94). Portanto, Weber entende a formação de conceitos típicos como isolamentos conceituais, quer dizer, como desaparecimento do casual e do não essencial e como a manutenção do essencial e do adequado, ou seja, como uma forma de separar o essencial do acessório (WEBER, [1904] 1988, p. 201; [1906] 1988, p. 286). A formação de um conceito genético ou um tipo ideal de tipo genérico ocorre mediante análise, ou seja, mediante a abstração isoladora e a generalização (WEBER, [1906] 1988, p. 243). Trata-se, portanto, de “isolar, de maneira abstrata, alguns dos fatores presentes materialmente nos eventos”; fatores que, uma vez “[...] isolados conceitualmente, e tomando-se em consideração as regras gerais da experiência, propiciam sua realização” (WEBER, [1906] 1988, p. 287-289). Weber imagina, portanto, que podemos observar e isolar intelectualmente fatores de uma cadeia causal, de tal forma que o desfecho dos eventos deva ser pensado como uma relação de adequação, isso porque são relativamente poucas as combinações desses fatores causais que destacamos de outros “fatores” causais dos quais, de acordo com as regras gerais da experiência, “esperaríamos” um resultado “diferente” (WEBER, [1906] 1988, p. 289).

Weber manifesta-se favoravelmente a *formas fracas de idealização*, rejeitando concepções fortes. É o que podemos concluir a partir do conceito de *possibilidade objetiva* (WEBER, [1904] 1988, p. 178, 192, [1906]

9 Utilizo-me, aqui, da distinção de Hüttemans, mas modifico seu significado em referência a seguinte observação de Michael Schmid (1994, p. 432): “De acordo com esse entendimento, um tipo ideal correspondente assume um caráter “ideal”, isto é, ele é concebido como “um curso de eventos sem interferências” (p. 551), na medida em que fatores específicos são considerados, enquanto causas eficientes, como produtores hipotéticos de determinados efeitos e, por essa razão, “são intelectualmente isolados e selecionados para este fim” (HÜTTEMANN, 1997, p. 104).

1988, p. 276). Conforme o autor, construções típico-ideais precisam ser *objetivamente possíveis*. Por isso, Weber criticou certas premissas “irrealistas”, insustentáveis historicamente, da escola austríaca de economia (MORLOK, 2006, p. 131). Em seus *Rascunhos para as lições de Economia política*, a base da teoria econômica abstrata é explicada por ele da seguinte forma (WEBER, 1898, p. 34): trata-se de uma combinação entre uma economia na qual não correm trocas, como aquela que podemos encontrar historicamente nas formas domésticas primitivas, e indivíduos socializados economicamente ao modo dos contadores das lojas comerciais modernas. Ora, isolando-se a economia doméstica, cálculos econômicos contábeis de tipo moderno são irrealistas, ou seja, não são objetivamente possíveis. Dessa forma, Weber não apenas contrapõe-se teoricamente contra idealizações fortes, mas também exige que a construção de tipos ideais seja historicamente possível. Na prática, sua sociologia econômica tem como meta extirpar idealizações fortes deste tipo e, neste sentido, podemos afirmar que ela “*des-idealiza*”.

2.4 Não falseabilidade

Após o exposto, já deveria ter ficado claro que os tipos ideais de Weber, mesmo que permaneçam sem aplicabilidade em relação à realidade, podem ainda assim permanecer inalterados em sua validade teórica. As leis hipotéticas a respeito da natureza perdem validade definitiva caso elas fracassem em apenas um único caso, elas “colapsam como hipóteses definitivas” sendo, portanto, construções falsas; já as construções típico-ideias da economia – e da sociologia, cabe acrescentar – por sua vez, “não” (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 131). Elas têm, em princípio, uma validade empírica problemática. Em casos extremos, elas permanecem um mero jogo de ideias, quando não meras construções conceituais estéreis (WEBER, [1904] 1988, p. 193). Mesmo quando o tipo ideal demonstra heurísticamente extrema fertilidade, seu objetivo lógico é cumprido somente quando manifesta sua própria irrealidade, ou seja, quando ele nos conduz para a atribuição causal válida (WEBER, [1904] 1988, p. 203). A discordância com a realidade empírica nunca pode derrubar o tipo ideal concreto. Portanto, é perfeitamente lógico que a mudança científica nas ciências culturais – visto que dificilmente se pode falar de progresso em

Weber – ocorra por suposições e refutações, mas antes por mudanças nos valores sociais (WEBER, [1904] 1988, p. 213).¹⁰

2.5 Conclusão da segunda parte

Tipos ideais são concebidos por Weber como conceitos que devem ser estipulados geneticamente e, por essa razão, eles são definidos mediante recurso a leis causais. Tipos ideais até podem ser acompanhados por complementos conceituais ou predicados, como no exemplo “X é uma forma de dominação legal”. Tipos ideais não são hipóteses; mas, na medida em que são aplicados à realidade, eles podem ser utilizados para a elaboração de hipóteses. Mesmo assim, eles conservam seu caráter idealizador, como de resto acontece com qualquer conceito científico. No caso de Weber, os tipos ideais são utilizados para a construir cadeias causais objetivamente possíveis. Os tipos ideais e a realidade correspondem entre si apenas até certo grau e mesmo que a aplicação do tipo ideal à realidade não seja bem-sucedida, é apenas a aplicação e não o tipo ideal em si que é negado. Em si mesmo, o tipo ideal não foi falsificado: eles apenas revelou não ser frutuoso do ponto de vista heurístico.

A função primordial dos tipos ideais é serem aplicados à realidade; conseqüentemente, eles devem servir para a explicação. Em Weber, encontramos esses tipos ideais tanto na perspectiva macrosociológica quanto microsociológica. Os seus tipos ideais macrosociológicos mais bem trabalhados podem ser encontrados em sua sociologia política servindo, neste caso, para a explicação das estruturas da dominação. Além deles, temos também tipos ideais microsociológicos como sua tipologia da ação. Estes, por sua vez, servem para explicar e compreender o desenvolvimento do curso e dos efeitos da ação.

10 Schmid (1994, p. 550) também entende que a não falsificabilidade é uma característica da formação de conceitos típico-ideais e, por essa razão, eles não podem ser conciliados com uma metodologia experimental. Embora eu concorde com suas críticas, também deve ser salientado que essa visão “moderna” é amplamente difundida entre a maior parte dos teóricos do *non-statement view*.

3 Explicar e compreender mediante conceitos típico-ideais

3.1 Explicar e compreender

Em contraste com muitas das vertentes interpretativas contemporâneas, a “sociologia compreensiva” de Max Weber não separa a compreensão interpretativa da explicação causal. Em conformidade com seu hesitante e tardio reconhecimento da sociologia como disciplina autônoma, ele unifica estes dois objetivos cognitivos oferecendo-nos uma definição dessa ciência que se funda teoricamente na ação social, sociologia “[...] significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social para, deste modo, poder explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos” (WEBER, [1921] 1980, p. 1). Por ação (incluída a omissão e a permissão) ele compreende um comportamento dotado de um sentido subjetivo. Este sentido subjetivo do conteúdo da ação pode ser interno, como o caso da busca interior realizada na contemplação budista, ou externo, como no caso das trocas comerciais (WEBER, [1913] 1988, p. 429).

Nesse sentido, o conceito weberiano de “sentido subjetivo” parece coincidir, em grande parte, com o atual conceito de “intencionalidade”, ainda que não no sentido tradicional, mas no sentido de “direcionalidade”, como dirá John Searle (2001). Portanto, o sentido subjetivo da ação pode ser lido como direcionalidade da ação em direção a objetos internos ou externos. A ação social, por sua vez, significa a direcionalidade da ação em relação ao comportamento de outros (WEBER, [1921] 1980, p. 1; posição distinta é sustentada por Weiß 1992, p. 49).

Weber distingue entre dois tipos de compreensão da ação. Quando procuramos compreender a ação de um indivíduo picando lenha, por exemplo, estamos nos referindo apenas à *compreensão atual* do sentido visado pelo ator (WEBER, [1921] 1980, p. 5). Enquanto nesta forma de compreensão conseguimos entender apenas de que tipo de ação se trata, no caso da *compreensão explicativa* somos levados a compreender a razão da ação, ou seja, seu motivo. O motivo da ação representa para Weber um contexto de sentido que aparece para ator social ou para o observador como seu fundamento significativo. A compreensão explicativa é, pois, a *intelecção interpretativa* do contexto de sentido de um comportamento entendida como seu motivo (WEBER, [1921] 1980, p. 4). Essa *intelecção*

de significados pode ser vista também como uma hipótese causal, pois os motivos da ação são, ao mesmo tempo, sua causa. A compreensão do contexto de sentido é simultaneamente uma explicação, dado que a compreensão estabelece uma hipótese causal, postulando que as razões motivacionais representam as causas da ação e que suas consequências também são o resultado desses mesmos motivos.

O famoso preceito weberiano “motivos como causas” (“*Gründe als Ursachen*”) pode ser visto tanto como o princípio portador da compreensão explicativa quanto como critério de racionalidade da ação. Ele esteve no centro das discussões filosóficas que, nas últimas décadas, discutem o problema da causalidade, da compreensão e da explicação (ALBERT, 2009; BALOG, 2008; DAVIDSON, 1985; ESSER, 1999; GEAN, 1985; GOSEPATH, 1999; VON WRIGHT, 1974). Esse preceito também influenciou decisivamente os teóricos da compreensão na sociologia. Tome-se como exemplo a tese de Herbert Blumer (1973, p. 140) de que razões não são causas. A discussão trata do silogismo prático de Aristóteles, tema que voltou novamente a discussão com George Henrik von Wright (1974) e que também pode ser encontrado em Weber (ALBERT, 2009; SCHLUCHTER, 2000, p. 95).

O proveito motivo como causa é aplicado por Weber ao comportamento de Frederico II em 1756 [...] tendo em vista que suas intenções e concepções (corretas ou errôneas) estão na base de uma forma de uma ação motivada racionalmente (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 68). A “interpretação causal positiva” que Weber sugeriu dos motivos das ações de Frederico II pode ser ilustrada pelo silogismo prático da seguinte maneira (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 68):

- Intenção: Em 1756, Frederico II tinha como intenção evitar uma derrota militar da Alemanha frente às demais potências europeias.
- Percepção: Frederico II imagina que, frente à situação de 1756, o risco que a união entre Áustria, Rússia e França representava poderia ser evitado através de uma ação militar na Saxônia.
- Ação: Frederico atacou preventivamente a Saxônica.

De acordo com defensores do raciocínio causal, caso queiramos realmente obter uma conclusão lógica geral, devemos adicionar a este esquema uma lei ou regra que realmente descreva qual a relação causal existente entre os motivos da ação e sua execução efetiva (GEAN, 1985; ALBERT, 2009, p. 522). O esquema de Weber adotou como motivos da ação as assim chamadas pró-attitudes, tais como intenções e desejos, mas também valores ou outras aspirações e, por outro lado, as representações cotidianas dos atores, quer dizer, suas ideias, crenças e opiniões. O silogismo prático pode agora ser representado de forma abstrata:

Intenção: a Pessoa *P* deseja *O*.

Representação: a pessoa *P* acredita que, em dada situação, pode ser ocasionado mediante a ação *A*.

Ação: a pessoa *P* produz a ação *A*.

Esse silogismo prático é aplicável apenas à ação racional, cuja causa são razões que o próprio agente conhece. A ação afetiva, no sentido de Weber, não tem como causa tais razões (WEBER, [1921] 1980, p. 12; cf. também Weiß 1992, p. 50-57; BALOG, 2008, p. 75). Mesmo assim, Weber insiste em compreender o conteúdo emocional de modo conceitual. Isso porque, mesmo que a compreensão do “ser afetado” por outra pessoa inclua mais do que uma “mera compreensão intelectual”, quer dizer, inclua uma “empatia” enquanto “imitação interna de um processo”, o “conhecimento objetivo” requer a “articulação conceitual” do que foi vivenciado ou revivido – sobretudo pelo controle empírico daquilo que é, portanto, apenas reconhecido de forma provisória e hipotética (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 111, 120; Weiß 1992, p. 61). O sociólogo interpretativo, como um observador da ação, modifica aquilo que foi sentido ou revivido em conceitos intelectualmente compreensíveis e, nesse sentido – pelo menos se seguirmos aqui o raciocínio weberiano – racionaliza externamente a ação, de tal forma que ela possa assumir a mesma forma lógica que o silogismo prático. Considere-se como exemplo de “explicação” das ações afetivas o

caso de César: a paixão de César por Cleópatra foi a única razão para reconhecê-la como corregente do Egito e, assim, desencadear a Guerra Alexandrina (PLUTARCH, 1991, p. 181). O motivo afetivo constitui o contexto da ação, mas somente o observador a vê como uma razão significativa para o comportamento, dado que a compreensão explicativa representa uma racionalização de uma ação que, à primeira vista, parece completamente desprovida de lógica. De fato, a ação afetiva é especificamente infundada no sentido que os afetos, ainda que sejam os motores causais, não são motivos racionais para o agir. Quando Weber sugere (veja acima) que o motivo da ação forma o contexto de sentido que – seja na perspectiva do próprio agente social, seja na perspectiva do observador social – se manifesta como fundamento significativo da ação, isso deve ser interpretado da seguinte forma: no caso da ação racional (instrumental ou valorativa), o motivo aparece tanto para o próprio ator social como para o observador como a razão do comportamento e, por esse motivo, trata-se de algo intelectualmente claro para este último. Mas no caso de ação afetiva ou tradicional isso se aplica apenas ao observador que, para fins de entendimento conceitual, racionaliza o motivo do comportamento transformando-os em causas significativas – semelhante a Weiß (1992).

Como fica claro do dito acima, o conceito de compreensão de Weber concentra-se não apenas nas disposições racionais, mas também nas disposições irracionais dos agentes, como hábitos, preconceitos, “erros lógicos, falhas, temperamento, humor e afetos, ou seja, no conjunto de suas “disposições psicológicas” (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 227, 114, nota de rodapé 1). Em outras palavras, a personalidade “inteira” da pessoa deve estar acessível à compreensão e explicação causal (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 119). No entanto, em contraste com a visão romântico-naturalista, Weber enfatiza menos os aspectos irracionais e dá mais destaque aos aspectos racionais da personalidade. Ele entende como essencial na ação, ou seja, ele considera momentos de especial interesse científico para nós, “[...] a constância de sua relação interior com valores e significados últimos [...] que tornam o nosso agir orientado por fins e, portanto, se traduzem em ação teleológico-racional” (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 132). Por fim, a personalidade é um “complexo de motivações contínuas” de ação, cuja origem pode, por sua vez, ser entendida de maneira compreensível

ou genético-caracterológica a partir de disposições herdadas, influências educacionais, condições concretas de existência e a peculiaridade individual do meio (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 47ss).

Se, através do conceito de personalidade, Weber aborda as motivações contínuas da ação, através das “leis” abstratas da economia, entendidas como “esquemas de ação racional”, ele lida com os processos típicos de tomada de decisão por parte dos agentes sociais: esses processos de tomada de decisão também podem ser compreendidos explicativamente. Weber dá dois exemplos da escolha racional dos melhores meios para atingir um objetivo: o primeiro privilegia o grau maior ou menor de chance de atingir o objetivo e o segundo considera o menor custo (“o que deve ser sacrificado”) (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 128). Dessa maneira, os esquemas de escolha racional desenvolvidos no seio da economia são entendidos por Weber como tipos ideais (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 130-132, 140).

No entanto, não se trata de apenas modelar ações de uma maneira típico-ideal: os tipos ideais são instrumentos metodológicos específicos para a compreensão explicativa das três questões tratadas até aqui: ações que se desenrolam em contextos significativos; os processos internos, sejam eles racionais ou irracionais, de tomada de decisão associados à ação; bem como sua base constante na personalidade e na caracterogênese dessa personalidade. Esses processos se encaixam, assim, no modo como Weber entendia a sociologia: pois, “sem dúvida, as relações compreensíveis e em particular as sequências de motivação racionalmente orientadas são, para a sociologia, totalmente adequadas para atuar como vínculos entre uma cadeia causal que começa, por exemplo, com condições “externas” e que termina levando de novo a um comportamento “externo” (WEBER, [1913] 1988, p. 437; BALOG, 2008, p. 77).

A conclusão é que a compreensão explicativa oferece rendimentos analíticos superiores quando comparada com a mera explicação observadora das ciências naturais (WEBER, [1921] 1980, p. 7). Esses rendimentos analíticos consistem, por um lado, em “ganhos de previsibilidade” e, por outro lado, em um entendimento motivacional que “pode ser revivido e visualizado em um sentido qualitativamente diferente dos processos existentes na natureza” (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 69, 115). A “evidência

psicológica” e a possibilidade de compreendê-la intelectualmente é um dos motivos centrais que levaram Max Weber a desenvolver uma sociologia de tipo compreensivo (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 115, 126). Seu instrumento metodológico fundamental consiste na formação e aplicação de tipos ideais.

3.2 A definição genética dos tipos ideais de ação

Tipos ideais, isto é, conceitos típicos ideais, são definidos geneticamente mediante o uso de uma ou mais leis. Tipos ideais de ação racional também podem ser geneticamente definidos dessa maneira. Como visto acima, uma das características fundamentais da racionalidade das ações, em Weber, é que o princípio de “razões como causas” se aplica a elas. Para ações racionais, isso significa que, se um ator elabora razões para uma ação específica, são essas mesmas razões que causam o comportamento correspondente. Os atores movidos pela racionalidade também avaliam entre diferentes motivações. Teorias ou tipologias de ação racional nos oferecem diferentes possibilidades para que, através de formulações nomológicas, possamos explicar como agentes racionalmente orientados escolhem entre diferentes razões. Segundo Weber, teorias da ação racional desse tipo podem ser encontradas nas chamadas “leis” da ciência econômica. No entanto, elas “não constituem leis (naturais)”, uma vez que “não são universais” “nem necessárias” (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 113, 130, 132). Em vez de “leis”, Weber prefere falar de “regras causais”.

Tomando como exemplo uma observação de Weber, podemos formular uma definição genética de uma ação racional que visa a minimizar custos (WEBER, [1903-1906] 1988, p. 129) da seguinte forma.

Definição genética: uma ação x é uma ação racional de fins que visa a minimizar custos se ela satisfizer a seguinte regra causal: se um agente pesa entre os meios $y-y_n$ do ponto de vista do custo para atingir o objetivo z , ele escolherá o que lhe parece ser o menor custo e agirá de acordo com o meio escolhido.

Tomando em consideração a teoria da avaliação de expectativas, essa mesma definição poderia ser apresentada ainda como segue.

Definição genética: uma ação x é uma ação racional de fins que visa a maximizar interesses se satisfizer a seguinte regra causal: se um agente pesa entre os meios de ação $y-y^n$ do ponto de vista do benefício para atingir o objetivo z , ele escolherá a opção que lhe parece ser o meio mais adequado para atingir este fim e agirá de acordo com ele.

Por fim, tomado em consideração certas condições de partida, essas mesmas regras podem ser expressas de modo dedutivo, tal como segue:

Regra de ação: se um ator avalia entre os meios de ação y - y^n do ponto de vista do maior benefício para atingir o objetivo O , ele escolherá os meios de ação que acredita podem maximizar seu benefício e agirá de acordo com eles.

Intenção: a pessoa P tem em vista o objetivo O .

Representação: a pessoa p acredita que, em dada situação, o pode ser alcançado através de y_i

Ação: a pessoa P realiza a ação y_i

Nesses exemplos, podemos ver claramente que apenas quando uma lei ou uma regra geral é utilizada que o silogismo prático se torna realmente uma conclusão lógica: sem uma regra de ação, ele é incompleto. No entanto, pode-se também especificar os diferentes cursos de ação/meios de ação alternativos, com as expectativas e avaliações associadas a eles, tomando-as como premissas; isso nos permite abordar tanto o processo de tomada de decisão em que meio de ação y_i foi escolhido quanto sua “execução” concreta. O fundamental a perceber, no entanto, é que o silogismo prático está implícito de forma prática na formulação das regras de ação, ou seja, ele acaba sendo pressuposto pelas regras que explicam a ação.

Realizado o processo de definição genética do tipo ideal de maximização da utilidade, podemos elaborar também hipóteses aplicadas a casos concretos, por exemplo: o ataque de Frederico II contra a Saxônia (em 1756) foi uma ação racional de tipo maximizador. Pode-se, então, tentar explicar a ação de Frederico II por meio da regra de ação de maximizar a utilidade. Também é possível verificar, em seguida, se tal explicação é verdadeira empiricamente examinando os registros do diário de Friedrich II:

Regra de ação: se um ator avalia entre os meios de ação y - y^n do ponto de vista do maior benefício para atingir o objetivo O , ele escolherá os meios de ação que acredita podem maximizar seu benefício e agirá de acordo com eles.

Premissa I: em 1756, Frederico II pretendia evitar uma derrota militar diante das potências europeias.

Premissa 2: Frederico II acreditava, em 1756, que diante da aproximação entre Áustria, Rússia França e Saxônia, uma derrota militar podia ser evitada mediante um ataque preventivo contra esta última. (Probabilidade: 0,5 x Utilidade: 10) ou mediante inação (Probabilidade: 0,5 x Utilidade: -10).

Explanandum: Frederico II atacou preventivamente a Saxônia.

Além de conceitos dos seus conceitos típico-ideais de ação, que têm um caráter microssociológico, Weber também nos apresenta tipos ideais macrossociológicos: os mais elaborados e conhecidos são os seus três tipos puros de dominação (SCHLUCHTER, 2000). Weber assumiu o pressuposto de que o tipo de justificativa para a legitimidade dos governantes explica as substanciais diferenças nas estruturas empíricas de organização política (WEBER, 1980, p. 549). Sua ideia básica sobre a regularidade das formas de dominação pode ser formulada da seguinte maneira: se uma determinada forma de dominação possui um tipo específico de legitimidade, então essa mesma forma possui também uma estrutura correspondente a essa legitimidade. Nesse contexto, podemos dar uma definição genética, ainda que bastante provisória, do tipo ideal da *dominação legal* nos seguintes termos:

Definição genética: uma dominação de tipo legal é uma forma de organização política que satisfaz a seguinte regra: quando uma estrutura política é baseada na crença na legalidade das ordens estabelecidas, bem como no direito de aplicá-las por parte daqueles que foram designados para esta função, podemos encontrar nesta organização os seguintes elementos estruturais: responsabilidades racionalmente delimitadas, ações contínuas realizadas por funcionários públicos com base em regras legais executadas no âmbito de competências específicas, o princípio da hierarquia oficial etc.

Da mesma forma, podemos também tentar definir geneticamente a *dominação carismática* nos seguintes termos:

Definição genética: uma dominação de tipo carismático é uma forma de organização política que satisfaz a seguinte regra: quando uma estrutura política repousa no caráter extraordinário de uma pessoa (seja devido à santidade, ao poder heroico ou à sua natureza exemplar) e no caráter revelado da ordem que ele representa, podemos encontrar nesta organização os seguintes elementos estruturais: uma comunidade emocional, um aparato administrativo carismático, falta de regras normalmente estabelecidas, natureza antieconômica, caráter extraordinário etc.

4 Conclusão

Max Weber pode ser interpretado como um defensor e, ao mesmo tempo, como um recurso da teoria do *non-statement view* nas ciências sociais. Tipos ideais são modelos teóricos que têm, primeiramente, o *status* de conceitos definidos. Logo, tipos ideais não são proposições (*statements*). Eles são geneticamente definidos mediante uso de leis ou regras causais. Apenas quando os tipos ideais são aplicados à realidade é que surgem hipóteses substantivas, por exemplo: “na sua guerra contra a Saxônia, Frederico II orientou-se de modo racional-calculista”; ou ainda: “os calvinistas orientam-se, na área econômica, de modo racional-valorativo; e, por fim: “o regime de Hitler foi de natureza carismática”. O que estas hipóteses demonstram é que um domínio específico da realidade funciona de acordo com determinados modelos típico-ideais.

Por meio de tipos ideais pode-se tanto compreender quanto explicar. Explicações causais da ação efetuadas através de tipos ideais implicam necessariamente a compreensão, mas na medida em que estão acompanhadas de regras causais, tais explicações vão muito além da dela. Aqui importa recordar o silogismo prático, a quem a compreensão serve. A explicação de uma ação racional contém sempre implicitamente um silogismo desse tipo, ainda que o inverso não, ou seja, no silogismo prático ainda não temos uma explicação totalizadora da ação, pois ele não possui uma regra causal. Portanto, a explicação teórica da ação implica compreensão, mas a compreensão não nos traz uma explicação definitiva da ação. Em outros termos: se toda explicação da ação é necessariamente compreensiva, nem por isso ela se esgota neste procedimento.

Que razões teria Max Weber para evitar conceber tipos ideais como proposições? Por que tipos ideais não representam proposições, como supõe boa parte das interpretações correntes? Creio que são duas as razões que explicam isso. Em primeiro lugar, sua concepção antirrealista quanto à natureza das leis científicas. A rejeição desse tipo de realismo é particularmente evidente quando ele critica a substancialização das leis da ciência, como se elas fossem forças efetivamente existentes (WEBER, [1906] 1988, p. 230; [1907] 1988, p. 363).

Ao acusar Rudolf Stammler de tal hipóstase [substancialização], Weber pretende avançar além dela e, por isso, retoma, conforme a tradição

kantiana, a interpretação da causalidade como uma categoria transcendental de conhecimento, pois ela não se adéqua a uma substancialização realista das leis científicas. Aliás, cerca de páginas antes da citação acima, (WEBER, [1907] 1988, p. 350), ele mostra em detalhes que “[...] a causalidade não é um tipo de conexão que pertence à natureza das coisas ‘em si mesmas’, mas apenas ‘um elemento intelectual’, um conceito fundamental e uniforme da estrutura de nosso conhecimento” (WEBER, [1907] 1988, p. 363). Outro trecho da obra em que sua visão de que a causalidade é apenas uma categoria do pensamento é particularmente clara é a seguinte: “e, neste caso, não é suficiente admitirmos e permanecermos conscientes de que todo o nosso ‘conhecimento’ se relaciona com uma realidade construída categorialmente, por exemplo, de que a ‘causalidade’ é uma categoria do ‘nosso pensamento’” (WEBER, [1906] 1988, p. 290).

Podemos afirmar que leis causais não estão incluídas em sua visão ontológica, na qual, ao contrário, a realidade efetiva das leis científicas é veementemente rejeitada. Da mesma forma, ao rejeitar a ideia de que de que as leis postuladas pela ciência são forças causais reais, ele admite que elas não descrevem o mundo tal como ele é, ou seja, falando em sentido estrito, proposições nomológicas não são proposições (*statements*) sobre o mundo. De forma coerente com este princípio, Weber assume a posição de que a formulação de leis é apenas um instrumento para a construção de modelos teóricos concebidos enquanto tipos ideais. E, por meio deles, podemos explicar como funcionam determinados segmentos da realidade. Em suma, Weber evita conceber os tipos ideais de forma realista.

O segundo motivo pelo qual, da mesma maneira que em relação ao *non tatement view*, Weber entende que os tipos ideais devem ser entendidos como afirmações hipotéticas, reside no problema de sua aplicação em relação à própria realidade. Nas ciências naturais, a aplicação de modelos teóricos e de proposições nomológicas já está estritamente estabelecida, pois ela se refere a entidades que, ao modo das ciências naturais, podem ser compreendidas como entidades categoricamente determinadas: átomos, moléculas, quarks, seres vivos etc. No entanto, a sociologia não é uma ciência cultural: as disposições humanas para o agir são mutáveis e não há como saber, de antemão, como os indivíduos irão agir neste ou naquele

campo social. Isso se modifica historicamente. Antes do calvinismo, por exemplo, os cristãos atuavam na esfera econômica de forma instrumental ou tradicional. Com a introdução do conceito protestante de profissão, junto à doutrina da predestinação, a conduta econômica calvinista foi reorientada no sentido normativo. O que o exemplo mostra que é que as disposições para o agir podem mudar radicalmente de acordo com as mudanças culturais, neste caso, mudanças de ideias religiosas. Em consequência, outros tipos ideais precisam ser aplicados para esclarecer o agir econômico dos calvinistas. Em suma, o problema da aplicação de tipos ideais de ação é central para as ciências culturais.

A variabilidade cultural e histórica dos seres humanos como indivíduos inseridos em contextos culturais confere ao problema da aplicação das “proposições nomológicas”, concebidas típico-idealmente, uma mudança profunda, uma vez que Weber não deseja que elas sejam entendidas como assertivas factuais sobre o mundo, mas apenas como “regras causais” para a construção de tipos ideais entendidos de modo instrumental, ou seja, modelos teóricos com validade empírica problemática. Se a sua aplicação não for bem-sucedida, o tipo ideal não falha; significa apenas que naquele caso dado esse tipo não pode ser usado. Descobrir em que medida um tipo ideal é aplicável ou não é a maior tarefa dos sociólogos. Mesmo quando eles são empiricamente refutados, não se conclui daí pela falta de validade do tipo ideal.

Não é necessário acompanhar o antirrealismo de Weber nem o modo como ele dramatiza o problema da aplicação. O fundamental é que, uma vez que tenhamos entendido que Weber defendia uma visão não afirmativa, é possível inferir que sua abordagem teórica contém uma metodologia de explicação compatível com as atuais formas da teoria científica. Podemos adotar uma visão ainda mais realista que a do próprio Weber e entender os tipos ideais como modelos teóricos que nos revelam algo sobre os poderes causais que atuam no mundo social. Portanto, a sociologia contemporânea necessita trabalhar com modelos teóricos idealizados, o que torna a sociologia de Max Weber ainda perfeitamente atual. Em outros termos, isso significa que a metodologia de Weber ainda continua viva e continua válida frente a seus diversos concorrentes.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Gert. Weber-Paradigma. *In: KENEER, Georg; SCHROER, Markus (Hrsg.). Soziologische Theorien*. Ein Handbuch. Wiesbaden: VS-Verlag, 2009. p. 517-554.
- WEISS, Johannes: Max Webers Grundlegung der Soziologie. München: Saur, 1992..
- BALOG, 2008. Soziologie, eine multiparadigmatische Wissenschaft: Erkenntnisnotwendigkeit oder Übergangsstadium?. Wiesbaden: VS Verl. für Sozialwiss., 2008
- BLUMER, Herbert. Der methodologische Standort des symbolischen Interaktionismus. *In: Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (Hrsg.). Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit*, Bd. 1, Rowohlt: Reinbek, 1973. p. 80-146.
- DAVIDSON, Donald. Handlungen, Gründe, Ursachen. *In: DAVIDSON, Donald. (Hrsg.). Handlung und Ereignis*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985. p. 19-42.
- ESSER, Hartmut. Die Logik des Handelns und Doppelte Hermeneutik. *In: ESSER, Hartmut. Soziologie*. Spezielle Grundlagen, Band 1: Situationslogik und Handeln. Frankfurt; New York, 1999. p. 201-215.
- GADENNE, Volker. **Theorie und Erfahrung in der psychologischen Forschung**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1984.
- GEAN, William D. Gründe und Ursachen. *In: BACKERMANN, Ansgar (Hrsg.). Analytische Handlungstheorie*. Band 2. Handlungserklärungen. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985. p. 195-220.
- GIERE, Ronald N. **Understanding Scientific Reasoning**. New York: Holt; London: Rinehart and Winston, 1979.
- GIERE, Ronald N. **Explaining Science**. A Cognitive Approach. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1988.
- GIERE, Ronald N. The Cognitive Structure of Scientific Theories. **Philosophy of Science**, v. 61, p. 276-296, 1994.
- GOSEPATH, Stefan. Praktische Rationalität. Eine Problemübersicht. *In: GOSEPATH, Stefan (Hrsg.). Motive Gründe, Zwecke*. Theorien praktischer Rationalität. Frankfurt am Main: Fischer, 1999. p. 7-53.
- GREVE, Jens. Praxis – Zuschreibung – Objektivität. Argumente gegen einen reduktionistischen Individualismus und ihre Kritik. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 64, v. 3, p. 431-454, 2012.
- HAAS, Gerritt. Genus proximum. *In: MITTELSTRAß, Jürgen (Hrsg.). Enzyklopädie Philosophie und Wissenschaftstheorie*. Stuttgart; Weimar: Verlag J. B. Metzler, 20004. p. 737.

HEMPEL, Carl G. Typologische Methoden in den Sozialwissenschaften. *In*: TOPITSCH, Ernst (Hrsg.). **Logik der Sozialwissenschaften, unter Mitarbeit von Peter Payer**. Frankfurt am Main: Hain, 1993. p. 85-103.

HOFFMEISTER, Johannes. **Wörterbuch der philosophischen Begriffe**. Hamburg: Verlag von Felix Meiner, 1995.

HÜTTEMANN, Andreas. **Idealisierungen und das Ziel der Physik**. Eine Untersuchung zum Realismus, Empirismus und Konstruktivismus in der Wissenschaftstheorie. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1997.

KAHLBERG, Stephen. **Einführung in die historisch-vergleichende Soziologie Max Webers**. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2001.

MORLOK, Christoph. Eine kleine Soziologie des Grenznutzens. *In*: ALBERT, Gert *et al.* (Hrsg.). **Aspekte des Weber-Paradigmas**. Eine Festschrift für Wolfgang Schluchter. Wiesbaden: VS Verlag, 2006.

PLUTARCH. **Von großen Römern und Griechen**. München: dtv, 1991.

SCHMID, Michael. Idealisierung und Idealtyp. Zur Logik der Typenbildung bei Max Weber. *In*: WAGNER, Gerhard; ZIPPRIAN, Heinz (Hrsg.). **Max Webers Wissenschaftslehre: Interpretation und Kritik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994. p. 415-444.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Umbildungen des Charismas: Überlegungen zur Herrschaftssoziologie. SCHLUCHTER, Wolfgang. **Religion und Lebensführung**. Band 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991. p. 535-554.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Handlung – und Strukturtheorie nach Max Weber. *In*: SCHLUCHTER, Wolfgang. **Individualismus, Verantwortungsethik und Vielfalt**. Weilerswist: Velbrück, 2000. p. 86-103.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Handlung, Ordnung und Kultur**. Studien zu einem Forschungsprogramm im Anschluss an Max Weber. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005.

SCHULZ-SCHAEFFER, Ingo. Die “Rückwärtskonstitution” von Handlungen als Problem des Übergangs von der Logik der Selektion zur Logik der Aggregation. *In*: GREVE, Jens; SCHNABEL, Annette; SCHÜTZEICHEL, Rainer (Hrsg.). **Das Mikro-Makro-Modell der soziologischen Erklärung**. Zur Ontologie, Methodologie und Metatheorie eines Forschungsprogramms. Wiesbaden: VS-Verlag, 2008. p. 267-284.

SEARLE, John. **Geist, Sprache und Gesellschaft**. Philosophie in der wirklichen Welt. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2001.

STEGMÜLLER, Wolfgang. **Neue Wege der Wissenschaftsphilosophie**. Berlin; Heidelberg; New York: Springer, 1980.

- VON WRIGHT, George Henrik. **Erklären und Verstehen**. Frankfurt am Main: Fischer, 1974.
- WEBER, Max [1903-1906]. Roscher und Knies und die logischen Probleme der historischen Nationalökonomie. In: WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. 1988. p. 1-145.
- WEBER, Max [1904]. Die Objektivität sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. In: WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. 1988. p. 146-214.
- WEBER, Max [1906]. Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik. In: WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. 1988. p. 215-290.
- WEBER, Max [1907]. R. Stammlers Überwindung der materialistischen Geschichtsauffassung. In: WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. 1988. p. 291-359.
- WEBER, Max [1913]. Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie. In: WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. 1988. p. 427-474.
- WEBER, Max [1921]. Soziologische Grundbegriffe. In: WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Grundriß der verstehenden Soziologie, Tübingen: Mohr Siebeck, 1980. p. 1-30.
- WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Grundriß der verstehenden Soziologie, Tübingen: Mohr Siebeck, 1980.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. 5. ed. In: COHN, Gabriel (org). Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1991.

Recebido: 05/05/2020

Aceito: 16/07/2020

The casual-explanatory dimension of the ideal type: Max Weber's methodological contribution to contemporary sociology

Abstract

The article proposes a reading and updating of the ideal type of Max Weber from Roland Giere's non-statement view. According to the latter, theories consist of theoretical models and hypotheses. From this, the ideal types of Weber do not consist of substantive propositions, but of theoretical idealizations that cannot be falsified, from which, however, hypotheses are derived to be falsified or confirmed. The epistemological status of ideal Weber types does not consist of descriptive-causal propositions, but of definitions. In this way we achieve not only a new interpretation of the weberian epistemological legacy, but also open the way for its interlocution with the current philosophy of science.

Keywords: Max Weber. Ronald Giere. Ideal types. Non-statement views.

Max Weber possui duas sociologias? Análise comparativa do esquema conceitual de *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva (1913)* e *Conceitos sociológicos fundamentais (1921)*

Bruna dos Santos Bolda'

Resumo

A republicação crítica da obra de Max Weber, a *Max Weber-Gesamtausgabe*, suscitou o debate sobre as mudanças e as permanências do léxico weberiano. Um exemplo é a controvérsia entre os ensaios *Kategorien* (1913) e *Grundbegriffe* (1921). Schluchter (2014) defende que houve somente um refinamento do léxico, sem mudança de concepção. Lichtblau (2015) argumenta que houve mudança de abordagem: em 1913, histórica; em 1921, sociológica. À vista desse embate, objetiva-se identificar e discutir as implicações analíticas das alterações conceituais realizadas por Weber em *Kategorien* e em *Grundbegriffe* a fim de compreender o desenvolvimento de sua concepção de Sociologia. Reconhece-se a existência de um modelo micro-macro tanto em *Kategorien* quanto em *Grundbegriffe*. Mas é necessário esclarecer que os textos passaram por um processo de amadurecimento teórico e de aperfeiçoamento conceitual, tendo em vista a modificação do conteúdo conceitual de algumas categorias fundamentais do esquema weberiano.

Palavras-chave: Max Weber. *Kategorien*. *Grundbegriffe*.

1 Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutoranda em Sociologia e Ciência Política na mesma instituição. Em ambos os cursos foi bolsista CNPq. E-mail: bruna.bolda@hotmail.com. Pesquisa desenvolvida com o apoio do CNPq.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I Introdução

A busca por compreender o que Weber quis dizer demonstra que seu pensamento ainda engendra intensas discussões no âmbito da Teoria Social. No Japão (ORIHARA, 2003), na Itália (ROSSI, 2007), na França (GROSSEIN, 2005a, 2005b; COLLIOT-THÉLÈNE, 2003; KAUFMANN, 2004), no México (VILLEGAS, 2014), nos países da América Latina (SELL, 2014b, 2018) ou nos Estados Unidos (KALBERG, 2012), a interpretação especializada em Max Weber “ressoa” os “ecos” da *Weber-Renaissance*². Especialmente os estudos motivados pelo empreendimento de republicação crítica dos escritos weberianos, a *Max Weber-Gesamtausgabe* (MWG), ganharam visibilidade no cenário internacional.

Se por largos anos os especialistas se ocuparam com a exegese weberiana (especialmente a primeira geração da Universidade de Heidelberg, em meados da década de 1970), hoje os esforços centram-se na atualização de seus escritos. O “paradigma weberiano” defendido por Gert Albert *et al* (2003) e o “programa de pesquisa” de orientação weberiana proposto por Schluchter (2005) são exemplos dessa iniciativa. Essas discussões contemporâneas sobre a obra de Max Weber, particularmente as que questionam as possibilidades de microrredução existentes nos escritos do autor – como os estudos de Gert Albert (2016), Thomas Schwinn (1993), Rainer Lepsius (2013), Stefan Breuer (1991) e Schluchter (2005)³ que, com base em uma análise comparativa dos níveis [*Mehrebenenanalyse*] dos estudos empíricos e dos textos metodológicos, discutem as propriedades emergentes dos escritos weberianos – revelam perspectivas por algum tempo obscurecidas. Eles contestam o clássico estatuto do “Weber individualista metodológico”

2 Em meados da década de 1970, as discussões sobre Weber foram tomando novos contornos. Reinhard Bendix e Guenther Roth, emigrados alemães estabelecidos na América do Norte, contestaram explicitamente a interpretação e as traduções parsonianas. Por meio de estudos exegéticos e hermenêuticos, recuperaram a dimensão histórica e política da teoria de Weber. Stephen Kalberg (1994), por sua vez, em crítica à abordagem historicista de Bendix, vem desenvolvendo interpretações sobre o método weberiano. Seu esforço se centra sob a discussão genuinamente sociológica de Weber (SELL, 2013). O esforço de Bendix e Roth, juntamente com Tenbruck, Habermas e Schluchter (para citar alguns), sinalizou a primeira fase da *Weber-Renaissance* – um movimento teórico que traz à centralidade, novamente, as discussões sobre Weber na Alemanha.

3 De acordo com Schluchter (2005), a primeira demonstração dos níveis de análise da obra de Weber foi desenvolvida por David McClelland (1961). Ele analisou *Die protestantische Ethik* [A ética protestante], a fim de demonstrar a existência do “modelo de banheira”.

a ponto de advogar, por exemplo, por uma terceira via que admite tanto a determinação do nível micro quanto do nível macro (ALBERT, 2016). Algo que, nas palavras de Carlos Sell (2014a), ajuda a “desfossilizar” a obra de Weber.

Inserido nesse cenário de discussão, um dos debates fomentados pela *Max Weber-Gesamtausgabe* é o das permanências e das mudanças dos escritos de Weber. Há uma disputa teórica em torno da interdependência ou da disparidade entre os ensaios metodológicos de Weber, nomeadamente, *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* [*Über einige Kategorien der Verstehenden Soziologie*] (1913)⁴ e *Conceitos Sociológicos Fundamentais* [*Soziologische Grundbegriffe*] (1921). O próprio Weber esclarece, na nota preliminar de *Grundbegriffe* que “*Gegenüber dem Aufsatz im Logos IV (1913) ist die Terminologie tunlichst vereinfacht und daher auch mehrfach verändert, um möglichst leicht verständlich zu sein*” (MWG I/23, [1919-1920], 2013, p. 1)⁵. Quer dizer, ele não pretendeu algo completamente novo com o texto de 1921. De um texto para outro houve, efetivamente, uma simplificação [*vereinfacht*] e uma atualização. Schluchter (2014, p. 195), em consonância com o argumento da nota preliminar do texto de 1921, defende que entre os dois textos há somente um refinamento do aparato léxico, e, portanto, não há “duas Sociologias” distintas entre si: “[...] de fato, ‘Conceitos sociológicos fundamentais’ apresenta, em relação ao escrito ‘Categorias’, uma terminologia mais compreensível e simplificada”.

Um exemplo de simplificação de terminologia e de refinamento do aparato léxico é o conceito de relação social. Tanto em *Kategorien* (1913) quanto nos *Grundbegriffe* (1921) há as noções de ação [*Handeln*], ordem [*Ordnung*] e organização [*Verband*]. Mas é somente no texto de 1921 que a noção de relação social [*soziale Beziehung*] é conceituada e seus subtipos [*Vergemeinschaftung* e *Vergesellschaftung*] desenvolvidos em profundidade. A ideia da relação social, aliás, já estava presente no texto de 1913, embora implicitamente, sob a categoria de ação societária [*Gesellschaftshandeln*] e ação por acordo [*Einverständnishandeln*] (SCHLUCHTER, 2014).

4 Doravante, *Kategorien*.

5 “Em comparação com o artigo ‘Über einige Kategorien der Verstehenden Soziologie’ em *Logos IV* (1913), a terminologia foi oportunamente simplificada e, portanto, modificada em vários pontos para ser mais compreensível” (WEBER, 2015, p. 3).

Schluchter (2014) assegura que *Grundbegriffe* (1921) substitui *Kategorien* (1913), do ponto de vista da história da obra; afinal, ambos os textos desempenham o mesmo papel de introduzir o leitor de *Wirtschaft und Gesellschaft* (*WuG*)⁶ aos métodos e conceitos da Sociologia Compreensiva. A diferença entre esses textos é que o de 1921 foi desenvolvido para introduzir um conjunto de textos de mesmo arcabouço conceitual (os textos escritos para *WuG* no período pós-Guerra)⁷. Já o texto de 1913, sob a perspectiva de Schluchter (2014), apesar de inicialmente ser escrito como introdução à parte antiga da *WuG*, não está situado em um conjunto de textos coerentes e de mesmo aparato conceitual. Isso porque os textos escritos antes da Primeira Guerra Mundial são de diferentes fases e características.

Klaus Lichtblau (2015), por outro lado, argumenta que os dois textos em questão possuem diferentes abordagens. Ao longo de sua trajetória intelectual, o interesse de Weber foi gradualmente se deslocando de uma ciência individualizante (histórica)⁸ para uma ciência generalizante (sociológica). À vista disso, Lichtblau afirma que a Sociologia pré-Guerra de Weber – como o texto *Kategorien* (1913) – é orientada por uma teoria dos estágios de desenvolvimento, ainda em proximidade com a história do desenvolvimento. Já no texto de 1921, Weber evidentemente distancia a Sociologia e a História. O autor caracteriza a Sociologia como a ciência que atenta para as generalidades dos fenômenos sociais e para os significados das orientações das ações. Com base nisso, Lichtblau (2015) afirma que a Sociologia Compreensiva de Weber não é a mesma em 1913 e em 1921. Weber formulou, ao longo de seus escritos, duas Sociologias distintas: uma de característica individualizante, em conexão com a história, e outra efetivamente sociológica.

Em vista desse embate, o problema de pano de fundo é se Weber possui duas concepções de Sociologia (como defende Lichtblau) ou se a sua Sociologia passou apenas por um processo de amadurecimento conceitual

6 Doravante, *WuG*.

7 “Aparato conceitual” ou “arcabouço conceitual” é o léxico de conceitos centrais. Isso significa que, nos textos pós-Guerra, Weber adota conceitos semelhantes para um conjunto de textos.

8 Comumente, em seus textos do início da década de 1910, Weber trata as “ciências culturais” em proximidade com a definição de Rickert, como a economia e a história (LICHTBLAU, 2015).

sem mudança de concepção (conforme defende Schluchter). De forma particular, o problema de pesquisa se concentra sobre as alterações teóricas e conceituais realizadas por Weber nos textos *Kategorien* (1913) e *Grundbegriffe* (1921). Em conformidade com os estudos recentes de Carlos Eduardo Sell (2016, 2018), inserimo-nos no esforço de avançar o debate especializado em Weber no Brasil, pois propomo-nos a fortalecer a discussão sobre seus estudos metodológicos.

Em face disso, de maneira geral, objetivamos identificar e discutir as implicações analíticas das alterações conceituais realizadas por Weber nos textos *Kategorien* (1913) e *Grundbegriffe* (1921) a fim de compreender o desenvolvimento de sua concepção de Sociologia. Especificamente, intentamos a) situar os escritos de 1913 e 1921 no contexto do processo de redação de *WuG*; b) sistematizar os conceitos centrais do esquema sociológico weberiano tomando como base o esquema macro-micro-macro e c) identificar, comparativamente, as principais alterações terminológicas realizadas por Weber no nível micro e macro de análise sociológica entre 1913 e 1921.

Para tanto, adotamos o procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica e a organizamos, em consonância com o Schluchter (2005), em uma dupla interface: **1) análise histórico-sociológica** [*problemgeschichtliche Untersuchungen*] (da história da obra) **2) com intenção sistemática** [*in systematischer Absicht konzipiert*] (na tentativa de reconstruir os conceitos centrais dos escritos metodológicos a partir do debate contemporâneo micro-macro). Analisamos exegeticamente a estrutura conceitual dos seus textos metodológicos em questão – nomeadamente, os conceitos de ação social, relação social, organizações e ordem social – à vista do debate contemporâneo micro-macro. Por essa razão, não trataremos dos aspectos “epistemológicos” da questão, quer dizer, dos aspectos que se referem à dimensão formal da análise sociológica em sua dimensão ou base filosófica, o que inclui temáticas como compreensão, explicação, sentido, adequação causal, entre outras. Como a lista acima indica, o esquema micro-macro deslocará nossa atenção para os aspectos substantivos do esquema metodológico de Weber, ou seja, para a sequência conceitual ação/relação/ordem/organização.

Com isso, ao prescrutar exegeticamente (e em níveis) os fenômenos emergentes da ação, pretendemos contribuir com a teoria sociológica weberiana. Inserindo-nos na querela internacional de debates atuais sobre Max Weber, sobretudo aquela motivada pela reorganização crítica dos escritos weberianos desenvolvida pela *Max Weber-Gesamtausgabe* (que põe em evidência as permanências e as transformações teórico-conceituais de Weber), pretendemos contribuir, esmerar e atualizar o debate que vem sendo feito no Brasil.

Este trabalho trata de descortinar, portanto, a concepção de Sociologia de Max Weber, especialmente em seus aspectos metodológicos, a fim de aprofundar o debate em torno da questão se podemos encontrar uma Sociologia reformulada (conforme defende Schluchter) ou duas Sociologias distintas (segundo defesa de Lichtblau). Afinal, as modificações terminológicas realizadas por Weber podem implicar mudanças e/ou rupturas epistemológicas e metodológicas? Levando em consideração esta pergunta-chave, mas abandonando sua formulação dicotômica e excludente, e ainda sem a pretensão de uma resposta exaustiva e taxativa, pretendemos antes levantar aportes que nos permitam uma aproximação à questão, o que, por sinal, nos leva a dirigir questionamentos para as duas perspectivas. Trata-se, portanto, de acompanhar a reflexão e o amadurecimento do método sociológico de Weber enquanto um processo, mostrando a partir de que pontos e problemas tal processo emerge, seja em termos de continuidade, seja em termos aprofundamento, seja ainda em termos de deslocamentos e reformulações. É tomando em conta essa indagação que pretendemos aprimorar nossa compreensão da formulação da sociologia weberiana em seus aspectos conceituais centrais e axiais.

2 História da obra

O trabalho de reorganização dos escritos weberianos realizado pela *Max Weber-Gesamtausgabe* (MWG) há largos anos trouxe à tona, novamente, a discussão sobre a história dos escritos de Weber e suas respectivas alocações no conjunto de sua obra. Vejamos como esse empreendimento nos ajuda a entender a relação entre *Kategorien* (1913) e *Grundbegriffe* (1921).

2.1 Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie (1913)

Em 1914 havia um debate agendado, na Associação de Política Social, sobre o papel dos juízos de valor nas Ciências Econômicas e Sociais. De acordo com Schluchter (2012), em carta endereçada a Heinrich Rickert, Weber externaliza o desejo de publicar o seu ensaio sobre a Sociologia Compreensiva como uma ciência empírica da ação antes do evento da Associação de Política Social. Por isso, em setembro de 1913, antes do evento, Weber enviou o ensaio para a Revista Logos – o qual foi publicado no volume IV.

Todavia, conforme aponta Schluchter (2014), o texto *Kategorien* (1913) provavelmente foi concebido como uma introdução para *WuG*. Isso por dois motivos. Em primeiro lugar, Weber esclarece na nota preliminar de *Kategorien* (1913) que a segunda parte do ensaio (as duas partes de *Kategorien* e suas respectivas características estão organizadas no Quadro 1) foi escrita há algum tempo e que deveria servir de subsídios para o Manual que seria lançado em breve. Em segundo lugar, a publicação do Manual estava prevista para 1914, e, portanto, Weber deveria enviar o seu texto logo. Mas, ainda assim, o autor optou por publicar o seu ensaio fora do Manual.

Quadro 1 – Partes de *Kategorien* (1913) e suas respectivas características

Partes Características	Primeira parte	Segunda parte
Seções	I – O sentido da “Sociologia Compreensiva”. II – A sua relação com a “psicologia”. III – A sua relação com a “dogmática”.	IV – O “agir comunitário”. V – “Socialização” e “agir societário”. VI – O “consenso”. VII – “Instituto” e “associação”.
Tema geral	Sociologia Compreensiva como uma ciência da ação	Fundamentação metodológica para pesquisas substantivas
Debate central	Método da Sociologia Compreensiva	Categorias da Sociologia Compreensiva: ação comunitária, ação societária, ação por acordo, ordem e organização.
Período de redação	Verão de 1913	Entre 1909 e 1910 ou em 1912

Fonte: Adaptado de Schluchter (2014).

A primeira parte do ensaio foi escrita no verão de 1913, e, por isso, possui terminologias semelhantes às do capítulo sobre religião de *WuG* – que também foi escrito no verão do mesmo ano. Nessa parte, Weber se dedica a elucidar as especificidades da Sociologia Compreensiva. Tal Sociologia não se fundamenta nem em bases psicológicas nem em bases normativas; por isso, se distancia das ciências dogmáticas. Antes, ela atenta para o sentido subjetivamente visado da ação.

Já o período de escrita da segunda parte do ensaio é alvo de controvérsias. Numa carta enviada a Rickert, em 05 de setembro de 1913, Weber fala que a segunda parte do texto estava finalizada há $3/4$ anos. Isso é passível de duas interpretações: pode-se inferir tanto que “ $3/4$ ” são três ou quatro anos quanto que “ $3/4$ ” são três quartos de um ano (ou seja, nove meses). Ainda que não tenhamos exatidão da data de escrita, sabemos que a segunda parte do texto é anterior à primeira (SCHLUCHTER, 2014). Ela pode ter sido escrita entre 1909 e 1910 ou em 1912.

É importante discutir a cronologia de redação das duas partes do texto, pois na segunda parte Weber desenvolve o aparato conceitual de análise, e, vale dizer, esse aparato passa a ser empregado nos textos posteriores a 1913. Os textos anteriores à escrita da segunda parte de categorias (como *A economia e as ordens*) não adotam, por exemplo, as noções de ação comunitária, ação societária, ação por acordo, ordem e organização. Percebe-se, com isso, que os textos escritos antes da Primeira Guerra não utilizam o mesmo léxico.

Por mais que Weber tenha desenvolvido um aparato conceitual complexo e robusto, a sua formulação foi alvo de severas críticas. Seu amigo, Hermann Kantorowicz, em carta enviada em dezembro de 1913, afirma que a Sociologia Compreensiva é “incompreensível” (MWG II/8, [1913-1914], 2003, p. 447). Em vista disso, em 1917, em conversa com o editor Paul Siebeck, Weber manifestou a intenção de produzir uma publicação conjunta dos seus textos sobre metodologia. Tal publicação contaria com uma nova e mais acessível versão do texto de 1913, com artigos publicados no *Schmollers Jahrbuch*, no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* e no *Verein für Sozialpolitik*. Dentre esses textos, estariam a pesquisa sobre os trabalhadores na grande indústria e as observações sobre o juízo de valor (SCHLUCHTER, 2014).

Apesar da compilação de seus textos metodológicos não ter sido publicada em vida, a nova e mais acessível versão do texto de 1913 foi lançada postumamente em *WuG* com o título *Soziologische Grundbegriffe*. Na nota preliminar dos *Grundbegriffe* (1921), Weber esclarece que esse não é um assunto inédito de sua obra. Sua intenção com o ensaio era, antes, formular de maneira mais clara e correta o que já havia discutido em 1913. Quando oportuno e necessário, a sua terminologia foi simplificada e modificada (vide seção 1.3).

A estrutura geral de ambos os textos é mantida: há uma parte inicial de discussão metodológica e uma segunda parte de discussão conceitual. Mesmo assim, é possível perguntar-se se os *Grundbegriffe* (1921) substituem as *Kategorien* (1913). Schluchter (2014) propõe uma interessante solução para esse impasse: os *Grundbegriffe* substituem *Kategorien* do ponto de vista da história da obra, pois eles são um aperfeiçoamento léxico, teórico e metodológico. Mas, do ponto de vista conceitual, não é possível descartar as *Kategorien*. Elas serviriam de introdução para as contribuições de Weber para a coletânea de economia social, escritas antes da Primeira Guerra.

2.2 Soziologische Grundbegriffe (1921)

Em 1998, o Comitê do Programa de Congressos da ISA (International Sociological Association) realizou uma pesquisa de opinião com seus membros sobre os dez livros mais influentes para os sociólogos do século XX. Os resultados socializados no Congresso Mundial de Sociologia da ISA, realizado em Montreal, indicaram que *Economia e Sociedade* [*Wirtschaft und Gesellschaft*] é considerada pelos próprios sociólogos a obra sociológica mais importante. Seguindo de *Economia e Sociedade*, que recebeu 20,9% dos votos, estão sucessivamente: *A Imaginação Sociológica* de Charles Wright Mills (13%), *Teoria Social e Estrutura Social* de Robert Merton (11,4%), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber (10,3%) e *A Construção Social da Realidade* de Peter Berger e Thomas Luckmann (9,9%).

Apesar de tal notoriedade, o próprio autor de *Economia e Sociedade* não havia concebido a obra no formato em que ela se encontra disponível hoje. Há quem advogue, inclusive, que a tão famosa *Economia e Sociedade*,

especialmente a edição organizada por Winckelmann, não é uma obra coesa e única (TENBRUCK, 1977; SCHLUCHTER, 1998). Antes, ela seria fruto da organização póstuma de Marianne Weber, Melchior Palyi e Johannes Winckelmann. Há outros teóricos que, por outro lado, indicam potenciais da organização realizada pela esposa de Weber e por seu admirador Winckelmann (ORIHARA, 2003). Frente a essas posições tão distintas, é importante elucidar as intenções do próprio Weber, expressas em cartas e outros veículos, ao se dedicar à escrita do Manual de Economia Política.

2.2.1 De *Handbuch der politischen Ökonomie*, a *Grundriss der Sozialökonomik*, a, por fim, *Wirtschaft und Gesellschaft*

De 1882 até a primeira década do século XX, prevaleceu o uso de um único manual de economia política na Alemanha: o *Handbuch der politischen Ökonomie* de Gustav von Schönberg⁹. Esse era um extenso livro que servia como um guia da área de economia política. Paul Siebeck, editor da Mohr Siebeck, estava interessado em lançar um atualizado manual que mantivesse o formato e o nome do antigo: cinco volumes divididos em sessões temáticas, estas que, por sua vez, seriam divididas em capítulos. Em 1909, ao convidar Weber para ser o editor chefe do manual substituto, a Editora já tinha um plano piloto de organização.

O afastamento de Weber da docência há seis anos, suas constantes decepções com a política, a sua participação como membro da diretoria da *Sociedade Alemã de Sociologia* [*Deutsche Gesellschaft für Soziologie*] e sua renovação psicológica adquirida após as viagens para a Itália e para a Sicília foram forças motrizes para que ele aceitasse tal desafio. Em vista disso, Weber passou parte do ano de 1909 e 1910 a construir um *Plano de Distribuição de Matérias* [*Stoffverteilungsplan*] completamente novo. Em tal planejamento prévio, cada capítulo seria destinado a um especialista na área. Para Weber, especificamente, estava reservado o Capítulo IV da Seção III do Livro Primeiro – capítulo intitulado *Economia e Sociedade*.

9 Gustav von Schönberg foi um economista alemão. Estudou direito e política nas Universidades de Bonn e Berlim. Foi professor da Universidade de Basel, Freiburg e Tübingen.

Ademais, o título do manual deveria ser modificado para *Elementos de Economia Social* [*Grundriss der Sozialökonomik*]¹⁰ por causa de possíveis problemas jurídicos com o primeiro *Handbuch der politischen Ökonomie* (PIERUCCI, 2008). O Quadro 2 organiza, com base no sumário prévio de 1910 explicitado por Pierucci (2008, p. 46), os textos previstos para escrita de Weber em 1910:

Quadro 2 – Plano de Distribuição de Matérias de 1910

Livro Primeiro. Economia e ciência econômica [<i>Wirtschaft und Wirtschaftswissenschaft</i>] Seção III. Economia, natureza e sociedade [<i>Wirtschaft, Natur und Gesellschaft</i>] Cap. 4º. Economia e sociedade [<i>Wirtschaft und Gesellschaft</i>]
a) Economia e direito [<i>Wirtschaft und Recht</i>] 1. Relação de princípio [<i>prinzipielles Verhältnis</i>] 2. Épocas no desenvolvimento da situação hodierna [<i>Epochen der Entwicklung des heutigen Zustands</i>]
b) A economia e os grupos sociais: grupo familiar e comuna; estamentos e classes; Estado [<i>Wirtschaft und soziale Gruppen: Familien- und Gemeindeverband; Stände und Klassen; Staat</i>]
c) Economia e cultura (crítica do materialismo histórico) [<i>Wirtschaft und Kultur (Kritik des historisches Materialismus)</i>]

Fonte: Pierucci (2008, p. 46).

É importante notar que, no *Stoffverteilungsplan* de 1910, era intitulado “Economia e Sociedade” somente o capítulo de incumbência de Weber. Contudo, inúmeros autores atrasaram a entrega de seus capítulos ou não os entregaram. E isso impossibilitou a publicação no prazo esperado. Foi necessário, portanto, reorganizar completamente o sumário e adiar o lançamento para o verão de 1914. Nessa nova organização, Weber ficou responsável por uma seção completa, composta de oito capítulos. Segue abaixo o *Stoffverteilungsplan* de 1914, também sistematizado por Pierucci (2008, p. 47).

¹⁰ Doravante, *GdS*.

Quadro 3 – Plano de Distribuição de Matérias de 1914

<p>Título da Seção C: Economia e Sociedade [<i>Wirtschaft und Gesellschaft</i>] Subtítulo: A economia e as ordens e poderes sociais [<i>Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte</i>]</p>
<p>1. Categorias das ordens sociais [<i>Kategorien der gesellschaftlichen Ordnungen</i>] – Economia e direito em sua relação de princípio [<i>Wirtschaft und Recht in ihrer prinzipiellen Beziehung</i>] – Relações econômicas dos agrupamentos em geral [<i>Wirtschaftlichen Beziehungen der Verbände im allgemeinen</i>]</p>
<p>2. Comunidade doméstica, oikos e empresa [<i>Hausgemeinschaft, Oikos und Betrieb</i>]</p>
<p>3. Associação de vizinhança, clã, comunidade local [<i>Nachbarschaftsverband, Sippe, Gemeinde</i>]</p>
<p>4. Relações comunitárias étnicas [<i>Ethnische Gemeinschaftsbeziehungen</i>]</p>
<p>5. Comunidades religiosas [<i>Religiöse Gemeinschaften</i>] – Condicionantes de classe das religiões [<i>Klassenbedingtheit der Religionen</i>] – Grandes religiões e disposição econômica [<i>Kulturreligionen und Wirtschaftsgesinnung</i>]</p>
<p>6. A comunitarização de mercado [<i>Die Marktvergemeinschaftung</i>]</p>
<p>7. A associação política [<i>Der politische Verband</i>] – As condições do desenvolvimento do direito. Grupos de status, classes, partidos. A nação [<i>Die Entwicklungsbedingungen des Rechts. Stände, Klassen, Parteien. Die Nation</i>]</p>
<p>8. A dominação [<i>Die Herrschaft</i>] (a) Os três tipos de dominação legítima [<i>Die drei Typen der legitimen Herrschaft</i>] (b) Dominação política e hierocrática [<i>Politische und hierokratische Herrschaft</i>] (c) A dominação não legítima: Tipologia das cidades [<i>Die nichtlegitime Herrschaft: Typologie der Städte</i>] (d) O desenvolvimento do Estado moderno [<i>Die Entwicklung des modernen Staates</i>] (e) Os partidos políticos modernos [<i>Die modernen politischen Parteien</i>]</p>

Fonte: Pierucci (2008, p. 47).

É possível destacar que o plano de 1914 se aproxima (mas não é idêntico!) da publicação final da Primeira Parte da 5ª edição de *WuG*. Questões como as ordens sociais, as relações econômicas, as comunidades, as associações, as comunidades religiosas, o mercado, os partidos, as classes e a dominação são discutidas na edição de *WuG* hoje em circulação em diferentes idiomas. Todavia, a disposição dos textos e os títulos dos capítulos são distintos.

Não foi possível concretizar o novo *Plano de Distribuição de Matérias*, pois em 1914 eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Para além de adiar

novamente o prazo, foi necessário suspender as atividades acadêmicas. Afinal, Weber foi convocado a assumir o cargo de oficial disciplinar da Comissão dos Hospitais Militares do Corpo de Reserva. O alemão também se dedicou, nesse período, a escrever memorandos sobre a Guerra, realizar debates públicos e escrever artigos políticos para o *Frankfurter Zeitung*.

Em vista disso, Weber não trabalhou na sua contribuição para o manual entre 1914 e 1917. Seu trabalho foi retomado somente entre 1918 e 1919, agora com nova motivação. Weber se dedicou, ao longo de 1919 e 1920, a revisar e reescrever seus textos para o *GdS*. Seu intuito era o de tornar seus textos mais objetivos e com menos material histórico. A Figura 1 ilustra as diferentes fases de escrita dos textos que compõem a primeira parte de Economia e Sociedade.

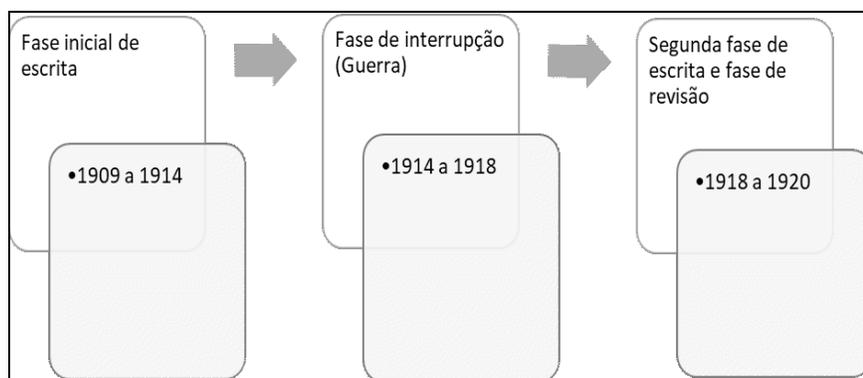


Figura 1 – Fases de redação dos textos da primeira parte de WuG.

Fonte: Adaptada de Mommsen (2000).

De acordo com Lepsius (2012), acabada a Grande Guerra, Paul Siebeck pressionou os autores do *GdS* pela publicação do manual. Foi então que Weber começou a reorganizar seus textos de forma mais curta e concisa – escrita mais aproximada a de um manual. Ainda, conforme explicita Pierucci (2008, p. 48):

[Weber] partiu para a composição de um texto puramente categorial de Sociologia, muito mais formal e sistemático do que histórico-substantivo, bem o contrário do que havia feito

no primeiro manuscrito interrompido de 1914, considerado “mais sociológico”. Ele parecia de tal modo decidido a uma formulação radical do aparato conceitual que empregara nas etapas anteriores de sua produção, de tal forma determinado a colocar numa formulação rigorosamente sistemática de um novo dispositivo de conceitos sociológicos que, já no ano seguinte [1920], estava pronto o novo trabalho.

Vale, aqui, fazer uma explicitação. Mommsen (2000) faz uma interessante proposição ao afirmar que desde os cursos da década de 1890 Weber vinha desenvolvendo uma nova abordagem para o estudo da realidade social. Em especial, uma abordagem que compreendesse as formas econômicas e os vários tipos de comunidade por meio da combinação do tipo ideal, da análise histórica-universal e da compreensão dos fenômenos no tempo e no espaço: “*Great article ‘Wirtschaft, Gesellschaft, Recht und [Staat]’ was going to become ‘the best systematic piece’ that he had written so far. Half a year later he suggested to Siebeck that he be given more space for his contribution, which he now for the first time called ‘my Sociology’*” (MOMMSEN, 2000, p. 376)¹¹.

Os estudos que estavam na gráfica, os “autorizados” por Weber, tinham esta ordem: Capítulo I – *Conceitos Sociológicos fundamentais*, Capítulo II – *Categorias Sociológicas fundamentais da ação econômica*, Capítulo III – *Tipos de Dominação* e Capítulo IV – *Estamentos e Classes*. Esses foram os capítulos que, de acordo com Pierucci (2008), passaram a compor a primeira parte do livro posteriormente chamado de *WuG*.

Infelizmente, Weber faleceu em meio à (re)organização de seus textos para o manual. Concomitantemente a escrita do manual Weber se dedicou a outros empreendimentos, que também ficaram incompletos, como é o caso dos *Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião* [*Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*]¹². A diferença entre os demais estudos e *WuG* é que Marianne Weber, Melchior Palyi e Johannes Winckelmann se dedicaram a tornar *WuG* uma obra coerente.

11 “Um ótimo artigo ‘Economia, Sociedade, Direito e Estado’ se tornaria ‘a melhor peça sistemática’ que ele havia escrito até agora [meados da segunda década do século XX]. Meio ano depois, ele sugeriu a Siebeck que lhe dessem mais espaço para sua contribuição, que ele agora pela primeira vez chamou de ‘minha sociologia’” (MOMMSEN, 2000, p. 376, tradução do autor).

12 Doravante, *ÇARS*.

Além dos textos citados anteriormente e que foram autorizados por Weber, que compuseram a primeira parte da obra, há os manuscritos encontrados em uma pilha sobre a sua mesa (MOMMSEN, 2000). Inúmeras foram as dificuldades para organizar todo o material do espólio. Conforme aponta Marianne Weber (1921) no prefácio à primeira edição: “Para a estruturação de todo o material não existiu plano algum. O plano original, esboçado nas páginas X e XI do primeiro volume de *GdS* ofereceu alguns pontos de referência, mas em aspectos substanciais já fora abandonado. Por isso, a ordem dos capítulos tinha de ser decidida pela organizadora do texto e seu colaborador”.

3 Weber na perspectiva micro-macro

Feita a discussão histórico-textual, então, passamos para a discussão analítica retomando a relação entre *Kategorien* e *Grundbegriffe* a partir da distinção contemporânea “micro-macro” de análise sociológica. As disputas teóricas acerca do que Weber quis dizer dominaram o cenário da discussão especializada até o final do século XX. Discussões recentes, majoritariamente realizadas por pesquisadores da Universidade de Heidelberg, sinalizam novos impulsos para a interpretação da obra weberiana. Para além de compreender o que Weber quis dizer, esses estudiosos se perguntam sobre o que é possível fazer com sua teoria no atual curso da Sociologia. Em outras palavras, esses pesquisadores se propõem a atualizar o pensamento de Weber de acordo com as discussões contemporâneas. Nas palavras de Sell (2014a, p. 37):

De um lado nota-se o esforço de desfossilizar a obra de Max Weber que, na condição de clássico, fica reduzido à condição de autor canônico e rotinizado na formação de cientistas sociais e fonte de citações ou empréstimos conceituais topicamente orientados em função de pesquisas específicas e localizadas, mas não uma fonte de problemas teóricos e empíricos que mobilizam a discussão científica. Por outro, este esforço de atualização, mais do que sistematizações teóricas amplas, tem se preocupado com o aprofundamento de áreas específicas da investigação social.

Esses intérpretes – como Gert Albert, Agathe Bienfait, Steffen Sigmund, Claus Wendt, Thomas Schwinn e, inclusive, Wolfgang Schluchter – centram a discussão nos fundamentos epistemológicos e metodológicos

da obra de Weber. Especificamente, eles argumentam em prol da utilidade do método weberiano no quadro corrente da Sociologia por meio de uma adequação de sua discussão ao debate contemporâneo. Especialmente os estudos de Gert Albert (2016)¹³ sobre a distinção contemporânea micro-macro na obra de Weber servirão de referência teórica a para o desenvolvimento da dissertação, tal como explicamos na seção 3.2.

Gert Albert (2016), especificamente, questiona se efetivamente há uma primazia do plano micro sobre o macro nos textos “empíricos” (ou históricos) de Weber. Consoante à abordagem inaugural que David McClelland (1961) concede à *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (PE), Albert (2016) defende que há na obra weberiana o modelo analítico “macro-micro-macro”. O espírito do capitalismo, uma forma de orientação econômica da ação, é influenciado pela ética religiosa do protestantismo ascético. O caráter secular do espírito do capitalismo possui afinidades com o típico homem econômico moderno. Percebe-se, com isso, que o modelo analítico da PE confere igual peso à ação e à estrutura social. A Figura 2 organiza os níveis analíticos de PE.



Figura 2 – Níveis analíticos de A ética protestante

Fonte: Adaptada de McClelland (1961, p. 47).

13 Para Albert (2016), o desenvolvimento de um paradigma weberiano exige a discussão dos problemas ontológicos, metodológicos e empíricos. Por isso, o autor sugere que um paradigma weberiano pode ser designado como um holismo metodológico moderado. Isso é, um modelo micro-macro de explicação no qual se admite o nível micro agindo sobre o macro e vice-versa. Contudo, a dependência do nível micro sobre o macro é menor do que o inverso. Sua tese é que, nos textos histórico-empíricos, Weber priorizou a influência do nível macro sobre o nível micro.

De acordo com o esquema ilustrado acima, não há uma relação causal direta entre os dois fenômenos macro (a religião e a cultura). Antes, há um fluxo causal que vai de um fenômeno macro (a religião), a um fenômeno micro (o espírito do capitalismo), e, então, a outro fenômeno macro (a economia). Em vista disso e com base nos estudos históricos de Weber, Albert (2016) propõe reenquadrar a teoria weberiana na discussão contemporânea micro-macro/individualismo-holismo. Para tanto, leva em consideração estes aspectos:

1) A emergência: a influência da estrutura ou independência do plano macro sobre o micro. As teorias da emergência partem do pressuposto de que a explicação dos fenômenos sociais ou dos fenômenos do “espírito” remonta aos elementos materiais. Isso porque somente os elementos materiais podem gerar propriedades emergentes. Essa emergência pode ser de dois tipos:

- a. Forte: propriedades explicativas irreduzíveis ao nível micro.
- b. Fraca: propriedades explicativas redutíveis ao nível micro.

2) A causalidade dos níveis: se a abordagem admite causalidade ascendente (micro-determinação) ou se também admite a causalidade descendente (macrodeterminação).

O Quadro 4 sistematiza os tipos de abordagem (individualismo moderado, individualismo radical, holismo moderado¹⁴ e o holismo radical) segundo suas emergências e causalidades.

14 De acordo com Gert Albert (2016), o “individualismo insitucional” desenvolvido por Joseph Agassi tem como alicerce a teoria weberiana. Essa posição metodológica é uma tentativa de unir o individualismo metodológico ao holismo metodológico. Com base nessa abordagem é possível fazer em um “holismo moderado” que não recorre à macrossociologia radical.

Quadro 4 – Posições metodológicas e suas características

	Individualismo		Holismo	
	Moderado (micro-macro)	Radical (micro-micro)	Moderado (macro-micro)	Radical (macro-macro)
Emergência	Fraco	Inexistente	Fraco e forte	Forte
Causalidade	Somente macro-micro, micro-macro e micro-micro	Somente micro	Somente macro-micro, micro-macro e macro-macro	Somente macro

Fonte: Adaptado de Albert (2016).

Também Wolfgang Schluchter (2005) desenvolveu uma análise de múltiplos níveis de *PE*. A partir dos *insights* iniciais de David McClelland (1961) sobre os níveis de análise da *PE*, Schluchter criou um modelo complexificado. O autor entende que a ética religiosa do protestantismo ascético levou ao desenvolvimento do espírito do capitalismo, ainda que não diretamente. A Figura 3 ilustra o seu esquema:

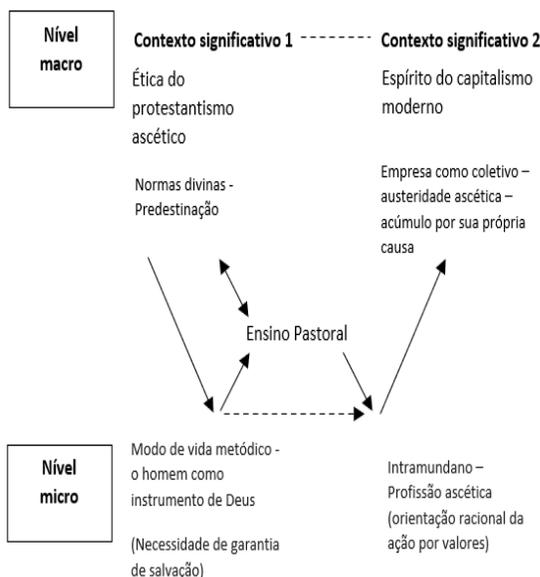


Figura 3 – Modelo de análise de Schluchter

Fonte: Schluchter (2005).

Consoante à defesa de Schluchter (2005), Weber examina apenas um lado da relação causal: a influência de uma cultura religiosa sobre a mentalidade econômica [*Wirtschaftsgesinnung*] e sua conseqüente formação de uma organização religiosa. Mas há, nesse trâmite, uma etapa intermeditária não discutida claramente, mas também não suprimida: o ajuste paulatino dos padrões de interpretação religiosos subjetivos sobre a crença na necessidade de garantia da salvação. Somente a partir disso é possível o surgimento do “espírito” do capitalismo moderno. É justamente pela impossibilidade de reduzir os padrões de interpretação subjetivos à ética protestante ascética que Schluchter defende Weber como um individualista moderado.

Gert Albert, sob outra perspectiva, inicialmente, no artigo *Holismo Metodológico Moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-macro* de 2016, desenvolveu uma interpretação holista-moderada do modelo macro-micro-macro da obra de Weber. Isso porque, no holismo moderado, admite-se tanto a existência de fenômenos emergentes fortes (causalidade descendente) quanto fracos (causalidade ascendente). Dito de outra forma, o holismo moderado admite causalidade do nível macro sobre o micro e do nível micro sobre o macro desde que elas sejam mediadas pela ação humana.

Weber se afasta do individualismo moderado, argumenta Albert (2016), porque ele admite a influência forte do nível macro sobre o micro. O exemplo é a influência da conduta ética do protestantismo ascético sobre o desenvolvimento do espírito capitalista. Ou como, de maneira geral, há influência das normas e instituições sobre a ação dos atores. Essa é uma posição antirreducionista, pois não admite a sobredeterminação do nível macro sobre o nível micro nem a sobredeterminação do nível micro sobre o macro.

Com base na posição antirreducionista de Weber, Albert (2016) sustenta a fundação de um paradigma de múltiplos princípios de ação (macro-micro-macro). A ação pode ser inicialmente motivada, moldada ou orientada por uma macroestrutura social (macro-micro). Logo após, essa mesma ação passa por um processo de contato com as demais características dos indivíduos (micro-micro). Por fim, há um processo de conexão das ações individuais às regras institucionais (micro-macro).

Mas essa inovadora interpretação dos escritos weberianos não tardou a receber críticas. Dentre elas, destacamos as que argumentam em prol da impossibilidade de encontrar macrodeterminações na sociologia de Weber

(ESSER, 2006). De acordo com Carlos Sell (2014a, p. 46), após tais críticas Albert reviu a sua posição e:

[...] simplesmente transcende a divisão e passa a advogar que a posição metodológica weberiana pode ser situada como uma terceira via que evita tanto a tendência reducionista de privilegiar o polo da ação sobre o polo da estrutura (atomismo) ou, ao contrário, o polo da estrutura sobre o plano do agente (coletivismo). Na senda de autores como Pierre Bourdieu, Habermas ou, para empregar aqui a já usual expressão de Anthony Giddens, Weber seria, *avant la lettre*, um teórico da “dualidade da estrutura”. Nem só as estruturas (primeira via), nem somente a agência (segunda via), o fato é que Weber nos abre um caminho para uma terceira via que integra as duas abordagens concorrentes.

Ainda que Albert tenha mudado a sua posição, importa, para este estudo, o seu esforço de discutir contemporaneamente a teoria weberiana. Em especial, interessa-nos a sua tentativa de enquadrar o debate metodológico de Weber no debate dos níveis de análise micro-macro. Ainda que a distinção micro-macro tenha origem na teoria da escolha racional, a utilização dessa dicotomia como um esquema meta-teórico não implica, necessariamente, a opção teórica da escolha racional (SELL; PAULA JUNIOR, 2016). É possível utilizar a distinção micro-macro como um esquema auxiliar de níveis de análise. E é justamente esse esquema de níveis de análise o que nos interessa para o desenvolvimento desta pesquisa.

Objetivamente, essa divisão em níveis de análise (nível micro e nível macro) nos será útil para organizar a investigação dos conceitos centrais da metodologia weberiana. Schluchter (2016) propõe, com base no enquadramento metodológico da teoria weberiana em níveis feito por Albert (2016), ordenar os conceitos desta forma: nível micro (ação social), micro macro (relação, ordem e organização).

4 A estrutura conceitual

De *Kategorien* para *Grundbegriffe* Weber manteve uma “espinha dorsal”: ação-relação-ordem-organização. As terminologias, entretanto, foram amplamente alteradas de 1913 para 1921 (SCHLUCHTER, 2014). Na Figura 4 há a sistematização da estrutura conceitual das noções fundamentais do léxico weberiano de *Kategorien* partindo de ação comunitária e chegando ao nível da ordem estatuída. Na Figura 5, por sua vez, há a estrutura conceitual de *Grundbegriffe*. Ao comparar a estrutura conceitual da Figura 4

(*Kategorien*) com a da Figura 5 (*Grundbegriffe*), facilmente identifica-se a complexificação, a ampliação, o aprofundamento e o aprimoramento da tipologia.

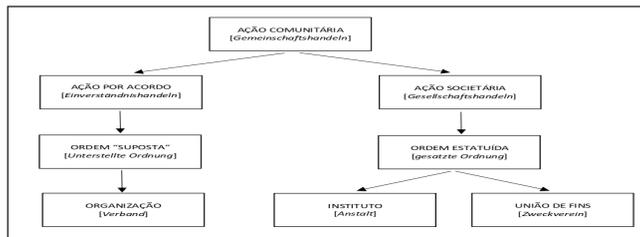


Figura 4 – Estrutura conceitual de *Kategorien*

Fonte: Adaptada de Schluchter (2016).

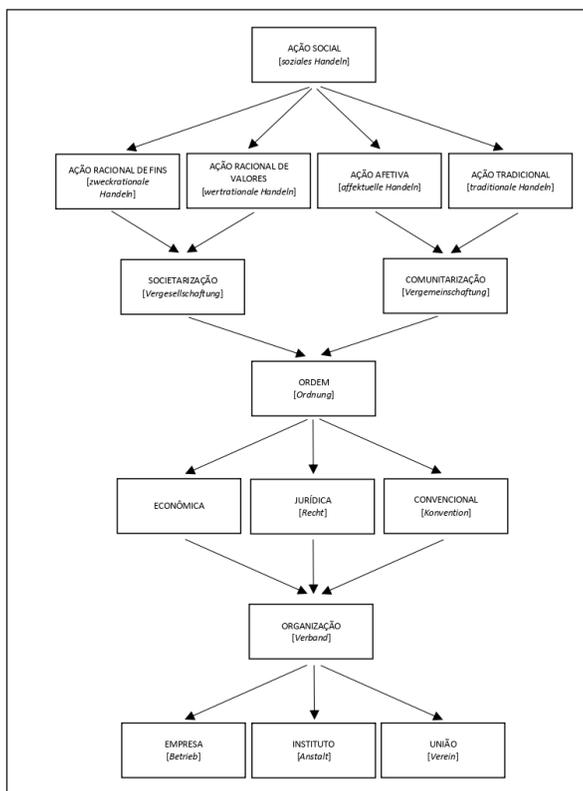


Figura 5 – Estrutura conceitual de *Grundbegriffe*

Fonte: Adaptada de Schluchter (2016).

Tomando o esquema micro-macro como referência analítica, colocaremos em destaque as continuidades, os deslocamentos e as transformações no interior do sistema de pensamento do método weberiano. Trata-se de identificar os conceitos que permaneceram, se transformaram ou caíram em desuso em cada nível de análise.

4.1 Transformações no plano microsociológico

No plano microsociológico, Weber (1921) substituiu a noção de ação comunitária [*Gemeinschaftshandeln*] pelo conceito de ação social [*soziales Handeln*]. Ainda que algumas características do “núcleo duro” do conceito tenham permanecido – especificamente a ideia de que a ação em contexto social é um comportamento que se refere, em seu sentido subjetivamente visado, pela expectativa do comportamento alheio – Weber (MWG I/23, [1919-1920], 2013, p. 1) acrescenta à ação social de 1921 a referência à expectativa do comportamento alheio também no nível objetivo do curso externo da ação. No texto anterior, por outro lado, em nível externo/objetivo a ação estava sob a égide da probabilidade calculada de êxito (a possibilidade objetiva [*objective Möglichkeit*]). Quer dizer, em seu curso externo a ação assenta-se no cálculo do sucesso e êxito próprios com vistas ao “tipo de racionalidade com referência ao correto” [*Typus der Richtigkeitsrationalität*], ou somente “tipo correto”¹⁵.

Em *Grundbegriffe* há um modelo quadritipológico de ação (ação racional com referência a fins, ação racional com referência a valores, ação afetiva e ação tradicional) que não está integralmente contemplado no texto de 1913. A ação social tradicional, por exemplo, é um tipo de ação exclusiva de *Grundbegriffe*, pois foi somente em 1921 que Weber reconheceu a possibilidade de que ações fossem rotinizadas, resultantes de estímulos quase automatizadas, que decorressem de hábitos que progressivamente vão se enraizando no agente. A inclusão do elemento da tradição em

15 Em inglês este termo foi traduzido como “objectively correct type” (Graber). Em francês, como “type de justesse” (Freund). Em castellano, “tipo regular” (Etcheverry). E em português e espanhol como “tipo regular” (Wernet) (FANTA, 2015). Optamos por utilizar a tradução “tipo de racionalidade com referência ao que é correto”, visto que ela é mais fidedigna ao termo original *Typus der Richtigkeitsrationalität*, conforme defesa de Daniel Fanta (2015).

Grundbegriffe – elemento que, aliás, em momento algum foi abordada em *Kategorien* – indica uma ampliação do leque causalístico das ações. Algo que consideramos uma peculiaridade do texto de 1921.

Outra mudança importante de *Grundbegriffe* foi a inclusão de condutas motivadas por afetos e emoções no *roll* das ações sociais, ou seja, como ações que, em seus sentidos subjetivamente visados, são tanto referidas a afetos pessoais quanto orientadas por comportamentos alheios. Essa é uma mudança substantiva; afinal, se antes os afetos eram considerados ora comportamentos (na parte “antiga” de 1913) ora simples ações (na parte “nova” de 1913), em 1921, com a inclusão da orientação pela expectativa do comportamento alheio, as ações afetivas passaram a ser consideradas ações sociais.

A característica que aproxima a ação orientada por afetos e a ação racional com referência a fins é, segundo Norkus (2001), a “flexibilidade”. A intitulada “flexibilidade” (“flexibilidade” entre aspas, porque as mudanças das ações são mais influenciadas pela instabilidade do estado interno do ator do que pelas situações objetivas) refere-se à capacidade adaptativa de ambas as ações: a ação afetiva, devido à transformação dos afetos de acordo com a transmutação das realidades objetivas, e a ação de fins, em razão do ajuste dos meios para alcançar determinados fins.

Há uma característica desse último tipo de ação (ação racional com referência a fins) que o coloca como o suprassumo do modelo weberiano: o ajuste entre expectativas e objetivos. O grau máximo de racionalidade é encontrado nesse tipo de ação devido à equivalência entre os fins da ação e as expectativas conscientes. É esse o modelo que orienta seu curso externo pela expectativa de determinados comportamentos de outros agentes e que, a partir disso, organiza taticamente os meios de sua ação a fim de alcançar o êxito. Por isso, esse tipo de ação pode ser utilizado como parâmetro de comparação com os demais tipos de ação “menos racionalizados” – ou nas palavras de Hartmut Esser “tipos de anomalias da ação de fins”, “nomalias de racionalidade”. Por isso, é possível afirmar que há em Weber – em consonância com o que Schluchter (2011, 2014) e Jens Greve (2014) propõem – um racionalismo heurístico que privilegia a investigação sociológica por intermédio da ação racional de fins.

Contudo, é importante notar que, ainda que a ação racional de fins seja utilizada para fins metodológicos como um tipo objetivamente correto passível de comparação em 1913, no texto de 1921 Weber a inclui como parte de seu arquétipo. Embora na parte antiga isso fique sublimado, pois Weber trata a ação de fins como um comportamento orientado por fins e referido a expectativa do comportamento alheio, essa é uma novidade de *Grundbegriffe*. É somente no texto maduro que Weber concebe a ação de fins como uma efetiva ação social.

Se em *Kategorien* Weber nos passa a impressão de que a ação de fins seria a única forma racional de ação, em *Grundbegriffe* esse leque é ampliado a ponto de estabelecer uma inovação metodológica importante. Em 1921 Weber desiste da “racionalidade objetivamente correta” e adota, além da racionalidade de fins, a racionalidade valorativa. Com isso, ele passa a considerar os valores como motivadores de ações racionais – algo que, aliás, nas duas partes de *Kategorien* eram tratados somente como comportamentos internos – pois eles estão organizados em função da crença subjetiva em um determinado valor (por exemplo, o dever ético, estético ou religioso). Assim, os dois tipos de ação racional de *Grundbegriffe* (ação de fins e de valores) são tratados em igual nível de racionalidade.

Em síntese, são duas as diferenças fundamentais e marcantes entre a tipologia anterior (1913) e a tipologia madura (1921):

1. A mudança na aceitação da análise de ações não racionais. Em *Grundbegriffe* Weber admite a análise intelectual, tanto de ações racionais quanto de ações afetivas e tradicionais;
2. A inclusão de um segundo tipo de ação racional (a de valores). Em *Grundbegriffe* Weber equivale metodologicamente os dois tipos de ação racional: a ação de fins e a de valores. Somente para fins de conveniência metodológica, a Sociologia Compreensiva é “racionalista”.

4.2 Transformações no plano macrossociológico

No plano macrossociológico de *Kategorien* Weber apresentou alguns *insights* sobre ações orientadas pela expectativa de comportamento de outras pessoas; mas, não desenvolveu uma teoria sistemática das relações

sociais. Nesse texto, ele sustenta a ideia de que as relações resultam de ações reciprocamente orientadas por um conteúdo de significado que está além do sentido das ações individuais (MWG I/12, [1908-1917], 2018, p. 410). Com isso ele deixa evidente que, quando ações individuais originam linhas e sentidos mais amplos, elas se orientam por um conteúdo de sentido novo e sensivelmente distinto do conteúdo da ação individual – sentido esse que serve de referência para uma pluralidade de agentes. Há, portanto, dois conteúdos de sentido no interior de uma relação social: o conteúdo de sentido próprio da relação social e o conteúdo de sentido específico de cada ação social que a compõe.

Mas foi somente em *Grundbegriffe* que Weber inseriu a noção de ajuste [*einstellen*], o que o permitiu tratar a relação social como comportamentos reciprocamente referidos que, além de orientarem-se uns pelos outros, se “coordenam”¹⁶ mutuamente. Isso indica que, mesmo que seus planos de ação sejam distintos, no nível da relação social os atores organizam suas ações em referência aos outros agentes, adequando-as mutuamente. Em outras palavras, na relação social de 1921, há o rearranjo mútuo de ações sociais e de seus respectivos significados em função de um conteúdo de sentido específico. Em termos contemporâneos, os comportamentos mutuamente referidos e ajustados por um conteúdo de sentido comum são chamados de “ações coordenadas” (SCHLUCHTER, 2014). Há na mudança da ação social (de 1921) para a relação social, portanto, uma transição da “orientação” para a “coordenação”.

Em termos tipológicos, percebemos que as mudanças de 1913 para 1921 não são menos substanciais do que as mudanças no nível das ações. Como em *Kategorien* não há uma formulação explícita e sistemática – como há em *Grundbegriffe* – do conceito de relação social, os elementos que mediam a ação comunitária (nível micro) e as ordens sociais (nível macro) são a ação por acordo [*Einverständnishafteln*] e a ação societária [*Gesellschaftshafteln*]. Por isso, tomamos a liberdade de chamar a *Einverständnishafteln* e a *Gesellschaftshafteln* de 1913 como “protoformas de relações sociais”, conforme sistematizado no Quadro 5.

16 Foi Schluchter (2014) quem atentou para o fenômeno da *coordenação* da ação em *Grundbegriffe*. A relação social é, para esse intérprete, um fenômeno emergente da ação que forma padrões complexos de ação a partir de unidades de sentido mais simples.

Quadro 5 – De ação (1913) para relação social (1921)

1913	1921
Plano microssociológico	Plano macrossociológico
Ação por acordo [<i>Einverständnishandeln</i>]	Comunitarização [<i>Vergemeinschaftung</i>]
Ação societária [<i>Gesellschaftshandeln</i>]	Societarização [<i>Vergesellschaftung</i>]

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A *Einverständnishandeln* de 1913 trata-se de uma ação comunitária que se refere a uma ordem tacitamente compreendida. Quer dizer, embora não haja uma ordem formalmente instituída, as ações por acordo funcionam “como se” ela existisse. Também na comunitarização [*Vergemeinschaftung*] de 1921, conceito que parece ser substituído da *Einverständnishandeln*, o elemento do conhecimento mútuo fica evidente¹⁷. Essa é, aliás, a característica distinta dos tipos “comunitários” de Weber. Mas é necessário esclarecer que em *Grundbegriffe* há uma novidade: Weber inclui a vinculação afetiva, que sequer foi citada na seção 6 de *Kategorien*. Comunitarizações são relações por meio das quais as pessoas orientam mutuamente seus comportamentos em função do sentimento de pertencimento ao grupo.

A ação societária [*Gesellschaftshandeln*] de 1913, diferentemente da ação por acordo, orienta-se por um estatuto formalizado, quer dizer, uma ordem estatuída [*gesetzte Ordnung*] de forma racional referente a fins.

17 Duas notas sobre a ação por acordo [*Einverständnishandeln*], tipo que desapareceu o arquétipo de *Grundbegriffe*, são importantes. Ainda que esse conceito tenha sido “esquecido” por Weber, há autores contemporâneos dispostos a revelar seu valor heurístico ou mesmo instrumentalizá-lo em seus próprios arcabouços conceituais. Exemplo do primeiro caso é Schmid (2008). Ele advoga pela tese de que a ação por acordo é a categoria capaz de salvar Weber de uma metodologia que intenta integrar a ação normativa e ação instrumental no mesmo modelo. É na ação por acordo que se pode encontrar uma teoria da intencionalidade coletiva capaz de unir tanto a normatividade social (disposta no acordo implícito) quanto a instrumentalidade das ações (disposta na organização objetiva da ação com a finalidade de fazer cumprir o acordo). É a ação por acordo a que cria interdependência entre os agentes, pois ela interrelaciona as intenções coletivas formuladas no acordo normativo implícito. Exemplo do segundo caso é a teoria da ação comunicativa de Habermas (1999). Habermas desenvolveu um modelo de ator competente linguisticamente que possui bases na “versão não oficial” da teoria da ação de Max Weber. É em *Kategorien* que, sob essa perspectiva, Weber formula a ideia de que ações podem ser coordenadas por um acordo normativo de pouca institucionalização que permite maior discussão e entendimento.

Na societarização de 1921, com a incorporação do ajuste dos interesses pessoais, a noção de “sociedade” ganhou nova roupagem. Enquanto a ação societária admite somente ações puramente racionais com relação a seus fins, a comunitarização admite, além de ações de fins, ações racionais de valores. Por isso, no caso da societarização, é possível que o conteúdo de sentido das ações individuais mutuamente se ajuste em função da crença racional em um compromisso próprio.

O aprofundamento do conceito de relação social, em *Grundbegriffe*, possibilitou a Weber desenvolver uma teoria sistemática das organizações sociais. Isso porque em 1921 ele passou a conceituar a organização [*Verband*] como um tipo complexificado de relação social: uma relação “fechada para fora”, isso é, uma relação que possui regulamentação de ingresso de novos membros (MWG I/23, [1919-1920], 2013, p. 35). O termo organização [*Verband*], em *Kategorien*, possuía outro sentido: referia-se às formações sociais baseadas em acordos simples, tácitos, não regulamentados, onde vigorava a ação por acordo (MWG I/12, [1908-1917], 2018, p. 433). No texto maduro, por outro lado, a noção de organização se tornou o centro das relações fechadas. Com isso, passou a abarcar todas as relações sociais que regulamentam o ingresso de novos membros das relações de comunitarização e societarização, conforme sistematizado no Quadro 6.

Quadro 6 – Mudanças na teoria das organizações

Plano macrossociológico	Plano macrossociológico
Organização [<i>Verband</i>]	Organização [<i>Verband</i>]
Instituto [<i>Anstalt</i>]	Instituto [<i>Anstalt</i>]
União de fins [<i>Zweckverein</i>]	União [<i>Verein</i>]
Não há*	Empresa [<i>Betrieb</i>]

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A união de fins [*Zweckverein*] de 1913 – conceituada como “*ein Gesellschaftshandeln mit einer zweckrational von allen Beteiligten vereinbarten*”

Ordnung” (MWG I/12, [1908-1917], 2018. p. 412)¹⁸ – desapareceu conceitualmente em *Grundbegriffe*. Porém, muitas de suas características permaneceram na noção de união [*Verein*] de *Grundbegriffe*: como a existência de um estatuto pressuposto e a associação voluntária. Mas é importante notar que a inserção do elemento “planejamento prévio” no conceito de união [*Verein*] de 1921 o elevou a um maior grau de organização interna. Por isso, tendo em vista as instâncias administrativas, a união [*Verein*] pode ser compreendida como uma formação social altamente regulamentada.

Também o conceito de instituto [*Anstalt*] de 1913 – comunidade na qual a participação é obrigatória (isso é, independentemente da vontade do imputado, em oposição à união de fins), o regulamento racional criado por todos os indivíduos é formalmente estabelecido e há um aparato coercitivo (MWG I/12, [1908-1917], 2018. p. 432) – manteve suas características em 1921. Por fim, ao incluir da ideia de atuação contínua do quadro administrativo, Weber inseriu um conceito inédito em seu arquetipo das organizações: a empresa [*Betrieb*]. Isso sinalizou uma inovação para a estrutura conceitual de sua Sociologia, pois o possibilitou desenvolver uma noção mais “sociológica” do conceito de Estado. O Estado seria, sob essa perspectiva, uma “empresa com caráter de instituto” [*Anstaltsbetrieb*]; afinal, concomitantemente, ele é impessoal-racionalista (característica do instituto) e contínuo-adaptável (característica da empresa).

Por fim, chegando à última instância do nível macrosociológico da teoria weberiana, temos a ordem social. Conceito que sinaliza a existência da institucionalização das ações sociais regulares através de um conteúdo de sentido único tomado como máxima normativa das ações. Em *Kategorien*, a ordem estatuída [*gesetzte Ordnung*] referia-se à regulamentação formal da ação (MWG I/12, [1908-1917], 2018. p. 408): quando, por conta da possibilidade objetiva, o conteúdo de sentido da ação individual corresponde em inúmeros pontos com o conteúdo de sentido da ordem. Se assumirmos a tese de Schluchter (2014)¹⁹, em 1913, além da ordem

18 “Uma ação societária com ordenamento do conteúdo e dos meios acordados racionalmente com referência a fins por todos os associados” (tradução da autora).

19 Em *Kategorien*, Weber fala explicitamente sobre a existência da *gesetzte Ordnung*: uma ordem que advém da ação societária. Ele não fala, entretanto, sobre a possibilidade de que a ação comunitária por acordo firme uma ordem. Weber explicita tão somente que a ação por acordo funciona “como se” uma ordem existisse. Já Schluchter afirma, com base nisso, que a ordem que advém da ação por acordo é a *unsterstellte Ordnung*. Mas esse conceito, é importante esclarecer, não está no arquetipo formulado por Weber.

estatuída (com base no interesse e na legalidade da ação societária), temos a “ordem suposta”: ordem assegurada por um acordo tácito da ação por acordo. O conceito de ordem social de 1921 é mais profundo e complexo que o de 1913, pois Weber (MWG I/23, [1919-1920], 2013, p. 21-27) integra a vigência, a representação a legitimidade em um único modelo. Com isso, Weber funda um conceito de ordem que considera a existência (vigência) mental (representação) de uma norma que é tomada subjetivamente como máxima para a ação no interior de um dado grupo organizado por um acordo (legitimidade). No Quadro 7, há a organização tipológica da teoria de ordem social de *Kategorien*.

Quadro 7 – Posições metodológicas e suas características

1913	1921
Plano macrossociológico	Plano macrossociológico
Ordem “suposta” [<i>unterstellte Ordnung</i>]	Ordem legítima [<i>legitime Ordnung</i>]
Ordem estatuída [<i>gesetzte Ordnung</i>]	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em *Kategorien*, se assumirmos a tese de Schluchter (2014), temos a “ordem suposta” (assegurada por um acordo tácito da ação por acordo) e a ordem estatuída (com base no interesse e na legalidade da ação societária), conforme sistematizado no Quadro 7. Em *Grundbegriffe*, há um único conceito geral de ordem (a ordem legítima) calcado nas noções de legitimidade, vigência e representação. Como o elemento jurídico não é tão central quanto em 1913, há a inclusão do reconhecimento da legitimidade enquanto norma, máximas e deveres de qualquer espécie.

5 Considerações finais

Feitas as considerações acerca das mudanças e permanências da estrutura conceitual de *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* (1913) e *Conceitos Sociológicos Fundamentais* (1921), voltamos à pergunta que nos propusemos responder: “afinal, Weber possui duas Sociologias?”. Trata-se de uma pergunta norteadora, não necessariamente de uma

indagação que necessita de uma resposta fechada e definitiva, o que não nos impede de responder que parece plausível afirmar que há duas versões do texto que obedecem à mesma lógica micro-macro, cada qual com seus conceitos básicos sensivelmente distintos. Quer dizer, as duas versões do texto possuem uma estrutura distinta em termos conceituais, mas ambas respeitam a mesma lógica dos níveis de análise: têm como ponto de partida a ação comunitária/ação social (nível micro) que, quando orientadas por um conteúdo de sentido comum, podem formar ordens sociais (nível macro). Não é o caso de afirmar, como faz Turner (1983), que os escritos weberianos da ação não são coerentes; afinal, o pensamento de Weber segue um percurso lógico (ação, relação, organização e ordem). Tanto em *Kategorien* quanto em *Grundbegriffe*, as ordens dependem intrinsecamente das ações e relações sociais. A vinculação inversa também existe – de influência da ordem e organizações sobre as ações e relações –, mas em nível mais fraco. Acontece que as ordens existem pelas ações e relações; porém, as ações podem se desenvolver sem as ordens.

Weber (1921) concebe a autonomia relativa do nível macrossocial com a diferenciação entre o conteúdo de sentido de orientação da ação individual e o conteúdo de sentido das relações e ordens sociais (em nível coletivo). Portanto, ainda que os fenômenos em nível macro remetam sua constituição às ações sociais, eles não são completamente reduzíveis à ação individual. Com isso, Weber conseguiu evitar a substancialização de conceitos, tais como “Estado”, “igreja”, entre outros. Para Weber, tais formações coletivas não existem como uma realidade *sui generis* como em Durkheim (2012). Ao contrário, suas existências dependem da constante legitimação e atuação das ações individuais.

No debate entre Lichtblau (2015) (que defende uma marcante disparidade entre ambos os textos) e Schluchter (2014) (que assegura que a Sociologia de Weber passou apenas por um processo de amadurecimento conceitual sem mudança de concepção), adotamos uma posição intermediária. Aceitamos, em consonância com Schluchter (2014), a tese de que os textos passaram por um processo de amadurecimento teórico, de aperfeiçoamento conceitual e de abrangência de preocupação teórica. Não obstante, é necessário reconhecer que:

1. Weber retoma e complexifica ideias embrionariamente desenvolvidas no seu texto preliminar (como é o caso do sentido subjetivamente visado da ação; de comportamentos motivados por afetos, valores e fins; das ordens sociais tomadas como máximas para a ação; das organizações sociais);
2. há ideias promissoras que, por outro lado, ele abandona (como é o caso da *Einverständinshandeln*);
3. há as ideias que ele mantém, mas sistematiza-as de maneira diferente (como é o caso da reformulação, ampliação e complexificação da noção de relação social; do racionalismo heurístico da ação social);
4. há as ideias que ele modifica substancialmente (como a mudança de uma perspectiva mais “jurídica” do conceito de ordem social, como a ordem estatuída, para uma mais “política”, como a ordem legítima; a aceitação de ações sociais orientadas pela tradição; a equivalência em termos racionais da ação de fins e da ação de valores).

Logo, se não há que falar em duas sociologias – no sentido de duas concepções paradigmáticas distintas, especialmente no que tange à relação macro/micro –, nem por isso se trata apenas de um novo arranjo de conceitos, no sentido de uma nova nomenclatura ou mesmo sequência de conceitos. Existem amadurecimentos e desdobramentos decisivos que são mais do que uma nova ordenação e que não deixam de representar mudanças teóricas, ainda que isso não implique superação por oposição, ou seja, não se pode falar em ruptura nem na existência do método I e do método II, em definitivo, do jovem Weber e do Weber maduro.

A Sociologia Compreensiva parece ser, de fato, em conformidade com o que propõe Rafael Farfán (2009), um capítulo da história da Sociologia. Cabe a nós, sociólogos brasileiros, impulsionados pelo empreendimento da *Max Weber-Gesamtausgabe*, ajudar a escrever o capítulo dessa história no Brasil. Há uma imensidão de material produzido sobre a obra de Weber no Brasil, algo que Merquior (1990) intitula de “indústria Weber”. Mas, no que tange ao debate sobre a utilidade da teoria weberiana no atual curso da Sociologia Contemporânea, é necessário avançar. Esperamos que esse estudo possa ser um impulso nessa direção.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Gert. Holismo Metodológico Moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-macro. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 34, p. 43-76, 2016.

ALBERT, Gert *et al.* (org.). **Das Weber-Paradigma**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003.

BREUER, Stefan. **Max Webers Herrschaftssoziologie**. Frankfurt; New York: Campus, 1991.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. Prefácio. *In*: WEBER, Max. **Le savant et le politique**. La profession et la vocation de savant. La profession et la vocation de politique. Paris: La Découverte, 2003. [s.p.].

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Edipro: São Paulo, 2012.

ESSER, Hartmut. Das Weber-Paradigma, das Konzept des moderaten methodologischen Holismus und das Modell der soziologischen Erklärung. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 58, n. 2, p. 340-349, 2006.

FANTA, Daniel. Sobre una de las categorías de la sociología comprensiva. *In*: I CONGRESO LATINOAMERICANO DE TEORÍA SOCIAL, INSTITUTO DE INVESTIGACIONES GINO GERMANI, 1., Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2015. [s.p.].

FARFÁN, Rafael. La sociología comprensiva como un capítulo de la historia de la sociología. **Sociológica**, México, v. 24, n. 70, p. 203-214, ago. 2009.

GREVE, Jens. Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie (1919/1920). *In*: MÜLLER, Hans-Peter; SIGMUND, Steffen. **Max Weber Handbuch: Leben – Werk – Wirkung**. Stuttgart: J. B. Metzler, 2014. p. 287-328.

GROSSEIN, Jean-Pierre. De l'interprétation de quelques concepts weberiens. **Revue française de sociologie**, v. 46, n. 4, p. 685, jan. 2005a.

GROSSEIN, Jean-Pierre. Max Weber “à la française”? De la nécessité d'une critique des traductions. **Revue française de sociologie**, v. 46, n. 4, p. 883-904, 2005b.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa I**: racionalidade de la acción y racionalización social. Santa Fé de Bogotá: Taurus Humanidades, 1999.

KALBERG, Stephen. **Max Weber's comparative historical sociology**. Chicago: University of Chicago, 1994.

KALBERG, Stephen. **Max Weber's Comparative-Historical Sociology Today**: Major Themes, Modes of Analysis, and Applications. London: Routledge, 2012.

KAUFMANN, Elisabeth. **Oeuvres politiques (1895- 1919)**. Paris: Albin Michel, 2004.

LEPSIUS, Mario Rainer. “Economia e sociedade”: a herança de Max Weber à luz da edição de sua Obra completa (MWG). **Tempo social**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 137-145, 2012.

- LEPSIUS, Mario Rainer. Institutionenanalyse und Institutionenpolitik. In: *Institutionalisierung politischen Handelns. Studien zum Weber-Paradigma*. Springer VS: Wiesbaden, 2013. p. 11-25.
- LICHTBLAU, Klaus. Max Weber's Sociology as seen against the history of his work. **Max Weber studies**, Londres, v. 15, n. 2, p. 232-247, 2015.
- MCCLELLAND, David C. **The Achieving Society**. New York: Harvard University, 1961.
- MERQUIOR, José Guilherme. **Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.
- MOMMSEN, Wolfgang. Max Weber's "Grand Sociology": The Origins and Composition of *Wirtschaft und Gesellschaft*. *Soziologie, History and Theory*, v. 39, n. 3, p. 364-383, 2000.
- NORKUS, Zenonas. **Max Weber und Rational Choice**. Marburg: Metropolis-Verl., 2001.
- ORIHARA, Hiroshi. From "A Torso with a Wrong Head" to "Five Disjointed Body-Parts without a Head": A Critique of the Editorial Policy for Max Weber-Gesamtausgabe I/22. **Max Weber Studies**, v. 3, n. 2, p. 133-168, 2003.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Economia e sociedade: últimos achados sobre a "grande obra" de Max Weber. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 41-51, 2008.
- ROSSI, Pietro. **Max Weber: una idea di Occidente**. Roma: Donzelli, 2007.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. Max Webers Beitrag zum "Grundriß der Sozialökonomik": Titelusatz: Editionsprobleme und Editionsstrategien. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 50, n. 2, p. 327-343, 1998a.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. **Handlung, Ordnung und Kultur**. Heidelberg: Mohr Siebeck, 2005.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. **Acción, orden y cultura: estúdios para um programa de investigación em conexão com Max Weber**. Prometeu: Buenos Aires, 2011.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. Os conceitos sociológicos fundamentais: a fundamentação da sociologia compreensiva de Max Weber. In: SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. p. 193-225.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Später Soziologie**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2016.
- SCHMID, Hans Bernhard. Max Weber's Concept of Consensus. In: SCHMID, Hans Bernhard. **Plural Action Essays on Collective Intentionality and the and Social Sciences**. Springer: Suíça, 2008. p. 271-312.
- SCHWINN, Thomas. Max Webers Konzeption des Mikro-Makro Problems. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 45, p. 220-237, 1993.
- SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SELL, Carlos Eduardo. Weber no século XXI: desafios e dilemas de um paradigma weberiano. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 35-71, 2014a.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber no Brasil**: a interpretação do pensamento weberiano na pesquisa brasileira. Relatório de bolsa de produtividade em pesquisa 2010-2013. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2014b.

SELL, Carlos Eduardo. Resenha de: (MWG I/12) - Sociologia Compreensiva e controvérsia sobre os valores. Escritos e Alocuções: 1908-1917. **Tempo Social** – Revista de sociologia da USP, v. 30, n. 3, p. 321-334, 2018.

SELL, Carlos Eduardo; PAULA JUNIOR, Josias de. A teoria sociológica e o debate micro-macro hoje. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 34, p. 7-17, 2016.

TENBRUCK, Friedrich. Abschied von Wirtschaft und Gesellschaft. **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft/Journal of Institutional and Theoretical Economics**, n. 133, v. 4, p. 703-736, 1977.

TURNER, Stephen. Weber on action. **American Sociological Review**, v. 48, p. 506-519, 1983.

VILLEGAS, Gil. Nota a nuestra segunda edición em español. In: WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: FCE, 2014. p.VII.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Keren Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 2016.

MWG I/12. WEBER, Max. **Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit**: schriften und reden [1908-1917]. Johannes Weiss; Sabine Frommer (ed.). Tübingen: Mohr Siebeck, 2018.

MWG I/23. WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**: Soziologie [1919-1920]. Knut Borchardt; Edith Hanke; Wolfgang Schluchter (ed.) Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

MWG II/8. WEBER, Max. **Briefe 1913-1914**. [1913-1914]. Organização de Mario Rainer Lepsius e Wolfgang J. Mommsen, com colaboração de B. Rudhard e M. Schön. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 2003.

Recebido: 30/04/2020

Aprovado: 26/06/2020

Max Weber has two sociologies? Comparative analysis of the conceptual scheme of On some categories of comprehensive sociology (1913) and Fundamental sociological concepts (1921)

Abstract

The critical republication of Max Weber's work, Max Weber-Gesamtausgabe, sparked a debate about changes and permanence of the Weberian lexicon. An example is a controversy between the essays *Kategorien* (1913) and *Grundbegriffe* (1921). Schluchter (2014) argues there was only a lexicon refinement without any conception change. Lichtblau (2015) contends there was an approach change: historical, in 1913; sociological, in 1921. Thus, the objective is to identify and discuss the analytical implications of the theoretical-conceptual changes made by Weber in *Kategorien* and *Grundbegriffe* to understand his conception development of Sociology. Therefore, the existence of a micro-macro model of upward causality is recognized in both *Kategorien* and *Grundbegriffe*. But, it is necessary to recognize the texts have gone through a process of theoretical maturation and conceptual improvement to modify the conceptual content of some fundamental categories of the Weberian scheme.

Keywords: Max Weber. *Kategorien*. *Grundbegriffe*.

Max Weber and the Empirical Historical Inquiry

Edith Hanke

Abstract

Max Weber is a worldwide respected sociologist, but there are other ways to approach and appreciate his oeuvre, especially in historical science. He has been seen as the last German-speaking polyhistor, as the founding father of historical cultural studies, and even as the forerunner of a problem-focused historiography. At the same time, history provides him with an almost inexhaustible reservoir of single data. Weber demonstrates what about data is scientifically interesting and how to make use of it for dealing with scientific questions. My approach in this essay will be as follows: Firstly, I will identify Weber's methodological reflections about how to deal with empirical-historical reality. Secondly, I will show how Weber embraces history with special focus on his sociology of domination – a centerpiece of *Economy and Society*. Finally, I will shortly explore the possibilities of adapting Weber's main theses to present-day historical sciences.

Keywords: Max Weber. Empirical historical knowledge. Science of reality. Sociology of domination.

The question about empirical historical knowledge is at the same time a question about the relation between sociology and history

Max Weber¹ was not a professional historian (HANKE, 2015). If one makes too narrow disciplinary boundaries the sole criterion for consideration, everything would be said with this sentence. Weber is a worldwide respected sociologist, but there are other ways to approach and appreciate his oeuvre, especially in historical science. Some see Weber as the

¹ This contribution was presented as a lecture at the "First International Meeting of the Young Weber Scholars – Max-Weber-Network" in Hamburg, 29th November till 1st December 2017. It is a short version of the German publication: *Max Weber und die historische Empirie* (HANKE, 2015). Thanks to Sérgio da Mata and Arthur Alfaix Assis for the critical review of the text for the publication in Brazil.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

last German-speaking polyhistor (MOMMSEN, 1986).² To a generation of West-German historians he was the forerunner of social history and of a theory-driven historical science (KROLL, 2010).³ Throughout the Humanities, interdisciplinary-leaning scholars refer to him as the founding father of historical cultural studies (BRUCH; GRAF; HÜBINGER, 1989; HÜBINGER, [1889], 1997).⁴ Furthermore, for a group of historians aligned with French historiographical debates, Weber opened new research perspectives by providing a key to a problem-focused history (OXELE, 2011).⁵

Max Weber reveals an immense historical knowledge in his oeuvre, which can now be read in a complete historical-critical edition in 47 volumes, the *Max-Weber-Gesamtausgabe* (WEBER, [1984] 2020).⁶ Weber confidently surveys multiple periods and cultures, ranging from the music of the Weddah in Ceylon and the ancient Egyptian privileges of immunity, all the way to the treatises of the Quaker Robert Barclay. Experts and professional historians have accused Weber's research of dilettantism. Such criticism was already levelled during Weber's lifetime, and has been around ever since. It is usually related to the old and tiring dispute over disciplinary boundaries and hierarchies – whether a sociologist should be allowed to go poaching in the historians' territories, or the other way around, whether the historical science can be pushed aside into the role of sociology's maidservant.

Historical research provides the empirical material with which Max Weber operates. But sometimes Weber himself was engaged in inquiries about prevailing questions – “Enqueten” in the vocabulary of those days

2 On Max Weber's universal-historical approach, cf. Wolfgang J. Mommsen (1986, p. 51-72) in *Max Webers Begriff der Universalgeschichte*.

3 On the so called Bielefeld School and the “Theory of History” research group, cf. Thomas Kroll (2010, p. 189-205) in *Die Max-Weber-Rezeption in der westdeutschen Historiographi*.

4 Cf. *Kultur und Kulturwissenschaften um 1900. Krise der Moderne und Glaube an die Wissenschaft* (BRUCH; GRAF; HÜBINGER, [1889], 1997) and especially *Max Weber und die historischen Kulturwissenschaften* (HÜBINGER, 1988).

5 On the project of the former Max Planck Institute for History in Göttingen: *Das Problem der Problemgeschichte* (OXELE, 2011).

6 *Max Weber-Gesamtausgabe* (MWG), 47 vols. (WEBER, [1984] 2020). The critical edition presents Weber's work in three sections: Writings and Speeches (I), Letters (II), Lectures and Lecture Notes (III).

–, e.g. concerning the agrarian question or the modern press. It is above all history, which provides him with an almost inexhaustible reservoir of single data regarding a nearly endless diversity of human action within social, economic, political, religious, and cultural realms. This means that history offers a mass of empirical data regarding human activities, which have been realized in whatever form or quality (KOSELLECK, 1988).⁷ We must notice that in Weber's time historical knowledge was available in archaeological findings, source books, and in the archives. The access was limited in space and time. Nowadays, global electronic networking has increased the availability of data, also for the academic access. We do have access to endless data at all times at almost all places of the world. Weber's works and his critical reflection show how an empirical science handles data. Weber demonstrates what about data is scientifically interesting and how to make use of data for dealing with scientific questions (*Fragestellungen*) (KOCKA, 1988).⁸

My approach will be as follows: Firstly, I will identify Weber's methodological reflections about how to deal with empirical-historical reality. Secondly, I will show how Weber embraces history with special focus on his *Sociology of Domination* – a centerpiece of *Economy and Society*. Finally, I will shortly explore the possibilities of adapting Weber's main theses to present-day historical sciences.

1. Max Weber's methodological reflections: About the "objectivity" of historical knowledge⁹

In the 1904 essay *The 'objectivity' of knowledge in social science and social policy*, which is supposed to furnish the program for the new journal *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Weber develops his understanding of science, and outlines the basics of the "empirical social sciences of culture" (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 135-234, WEBER, 2012,

7 For more complex (and historical) definitions cf. in particular Reinhart Koselleck (1979, p. 593-595), introduction to the article *Geschichte, Historie* in which "history" is introduced as a concept of movement, action and legitimation.

8 As this article will also show, Weber's understanding of an empirical science is completely different from what is in our days referred to as "empirical social research".

9 As an example of the intensive work by historians about the subject, see: Jürgen Kocka (1988, p. 184-194) in *Zwischen Elfenbeinturm und Praxisbezug. Max Weber und die "Objektivität" der Kulturwissenschaften*.

p. 137).¹⁰ In doing so, he also displays his own methodological program, which he keeps in force – with some modifications – up until his last piece of work (WEBER, [1919-1920] 2013a, [1908-1917], 2018f).¹¹ The *Objectivity*-essay is also a stance over the contemporary scientific debates: On the one hand, it touches the debate about the “crisis of historicism”, in which Weber sets himself against historical-philosophical constructions such as Marxism and evolutionism, but also against positivism and naturalism (HÜBINGER, 1988, p. 270-271; HIDAS, 2014, p. 22).¹² On the other hand, Weber intervenes in a methodological debate that had been carried out by economists, establishing his own position between theory and empiricism (WEBER, [1900-1907], 2018a, p. 120-134, 130).¹³

a. The commitment to a “science of reality”

The *Objectivity*-essay can be read as a document, which defines economics as an empirical social science and as a historical cultural science (*historische Kulturwissenschaft*). Let us have a look at the often quoted and very much valuable statement:

The social science that *we* want to pursue is a *science of reality*. We want to understand *the distinctive character* of the reality of the life, in which we are placed and which surrounds us – on the one hand: “[...] the interrelation and the cultural *significance and importance* of its individual elements as they manifest themselves today; and on the other: the reasons why these elements historically developed as they did and not

10 Cf. Die “Objektivität” sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis in *Zur Logik und Methodik der Sozialwissenschaften. Schriften 1900-1907 (MWG I/7)* (WEBER, [1900-1907], 2018a). English translation: *Collected methodological writings (CMW)* (WEBER, 2012).

11 References in *Soziologische Grundbegriffe* in p. 146-215, here p. 156 and 172 (editor’s notes 21 and 49) in *MWG I/23* (WEBER, [1919-1920] 2013a, p. 146-215), but already in *Der Sinn der “Wertfreiheit” der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften* in *MWG I/12* (WEBER, [1908-1917], 2018f, p. 441-460).

12 Cf. *Max Weber und die historischen Kulturwissenschaften*; also cf. Zoltán Hidas in *Entzauberte Geschichte. Max Weber und die Krise des Historismus* (2004).

13 Cf. also Edgar Jaffé, Werner Sombart and Max Weber, Geleitwort, in *MWG I/7* (WEBER, [1900-1907], 2018b); as well as the editor’s note 21 concerning Werner Sombart’s attempt to overcome the contrast between theory and empirical reality in: Werner Sombart (1902, p. X, XXIX, XXXII) in *Der Moderne Kapitalismus*.

otherwise (*So-und-nicht-anders-Gewordenseins*)” (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 174, WEBER, 2012, p. 114).¹⁴

The fact that Weber places his focus on economics – “our discipline” (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 144, 2012, p. 101) – arises from his choice of subject, which he had taught since 1894. As early as in his lecture *General (theoretical) political economy (Allgemeine (theoretische) Nationalökonomie)* Weber wanted to put the economically acting “empirical human being” with its historical and individual needs in the center of his scientific interest (WEBER, [1894-1898], 2009a, p. 123, 205-206).¹⁵ For him, political economy was about historical knowledge and knowledge of the individual. In his essay *Roscher and Knies and the logical problems of historical economics*, the so-called “Seufzer”-Aufsatz (sigh-essay), Weber treats history as a “science of reality” (*Wirklichkeitswissenschaft*) (WEBER, [1900-1907], 2018c, p. 328-379, 338, 2012, p. 73).¹⁶ In his later article on the ancient historian Eduard Meyer, titled *Critical studies in the logic of the cultural sciences*, Weber puts an end to the popular and simplifying prejudice about history “[...] as being ‘purely’ the description of given realities, or the simple reproduction of ‘facts’” (WEBER, [1900-1907], 2018c, p. 380-480, 413, 2012, p. 152).¹⁷ The aim of a historical reflection – positively turned and as Weber has put it in the *Objectivity*-essay – is the “knowledge of relationships that are significant from individual points of view” (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 226, 2012, p. 135).¹⁸ Thus, Weber puts historical and social-scientific knowledge closely together within a “science of reality”, while distinguishing this – as also did Heinrich Rickert (1986, p. 369) – from the “science of nature” and jurisprudence.¹⁹ However,

14 Cf. MWG II/7: CMW.

15 Cf. *Allgemeine (“theoretische”) Nationalökonomie. Vorlesungen 1894-1898* in MWG III/1 (WEBER, [1894-1898], 2009a, p. 123, 205-206). In a last posthumously published essay that summarizes the results of the knowledge gained from the editing process, Wolfgang J. Mommsen has built a methodological bridge between this lecture and the *Objectivity* essay from 1904, cf. Mommsen (2004, p. 3-35) in *Max Weber als Nationalökonom. Von der Theoretischen Nationalökonomie zur Kulturwissenschaft*.

16 Weber, Roscher und Knies und die logischen Probleme der historischen Nationalökonomie. (Dritter Artikel). II. Knies und das Irrationalitätsproblem (Fortsetzung), cf. MWG II/7 and CMW.

17 Cf. *Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik* (WEBER, [1900-1907], 2018c).

18 Cf. MWG II/7 and CMW.

19 See Heinrich Rickert (1986) in *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung. Eine logische Einleitung in die historischen Wissenschaften*. For Rickert a historical science is a “[...] science of reality, insofar as it has

Weber would later distance himself from Rickert's concept of "science of reality", and would solely resort to terms such as "empirical science" or "empirical' discipline" (WEBER, [1900-1907], 2018b, 2012).²⁰

a. Empirical historical knowledge

How is historical knowledge generally possible? Referring to Kant's knowledge theory Weber states:

"What we seek knowledge of is a historical phenomenon, that is, one that is *significant* in its *distinctive character*. And the crucial point in this connection is the following: the idea of acquiring knowledge of *individual* phenomena does not make logical sense at all unless one presupposes that only a *finite* part of the infinite multitude of phenomena is *significant*" (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 184, 2012, p. 117).

An "objective knowledge" of the historical (empirical) reality is hence closely tied to the transcendental precondition – as defined by Kant – that there is a recognizing subject with the capability to take a position to its world's surroundings. Thus, "objectivity" is closely tied to a radically subjective precondition – and this is the reason why Weber puts objectivity in quotation marks in the title of his essay. In contrast to Kant, Weber does not proclaim the cognizing subject's faculty to reason as the determining precondition for knowledge, but rather the fact "[...] that we *are* cultural *beings*, endowed with the capacity and the will to adopt a deliberate *position* with the respect to the world, and to bestow *meaning* upon it" (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 188-189, 2012, p. 119): This is when the historical cultural sciences came into being (HÜBINGER,

to do with unique and individual realities as such. It is science of reality, insofar as it takes a widely accepted observation standpoint, and therefore takes as subject of representation only the individual realities that are meaningful by reference to a general value, or the historical singularities" (RICKERT, 1896, p. 369). Cf. Weber ([1900-1907], 2018b, p. 174), editor's note 97, and Rickert and Grenzen, p. 257, 263, 301, 369, 480, who distinguishes between conceptual sciences and sciences of reality, although he designates the conceptual sciences as natural sciences or sciences of laws, and the sciences of reality as historical sciences – cf. Weber (1900-1907], 2018a, p. 45) Roscher und Knies I, MWG I/7, editor's note 25). Weber separates "empirical" from "dogmatic" knowledge. Cf. Weber, R. Stammler's "Überwindung" der materialistischen Geschichtsauffassung, in MWG I/7 (WEBER, [1900-1907], 2018c, p. 481-571, 529); CMW (WEBER, 2012, p. 203): "dogmatic disciplines" vs. "those disciplines whose aim is [to furnish] an empirical-causal 'explanation'".

20 For instance Stammler in MWG I/7 (WEBER, [1900-1907], 2018c, p. 522, 509) and "empirical discipline such as social science in our sense of the word" in CMW (WEBER, 2012, p. 194, 201).

1988, 2000).²¹ According to Weber, the existence of “culture” as a place of voluntarist assignment of meaning is a general condition beyond science, which, however, enables historical and social-scientific knowledge.

In addition, Weber even goes another step further. He deduces from that position the radical perspectivity of knowledge – the idea that knowledge is always “knowledge from specific and *particular points of view*“ (die Erkenntnis unter spezifisch *besonderen Gesichtspunkten*).²² And, he proclaims this perspectivity to be the fundamental precondition for the empirical cultural sciences (HÜBINGER, 2012).²³ The historian and social researcher has to bring the capability to judge when selecting data. He has to be capable of distinguishing the relevant from the irrelevant in order to choose the fractional amount of empirical data, which he considers to be relevant for his approach. He can only do so with reference to the value ideas, which affect him as well as the prevailing collective mindset. Weber points out subsequently that he owes the idea of “value-relation” (*Wertbeziehung*) to his friend and philosopher Heinrich Rickert. Within the *Objectivity*-essay Weber composes the image of a researcher who has to be very conscious of his own mindset and set of values, so that he can distance himself from it when examining the mere facts. It is the combination of the well-considered handling of oneself, the object of research, and the cultural framework conditions that underlies the high intellectual standard that Weber wants to base every work in the humanities. For this standard, he established the formula of “intellectual honesty” (WEBER, [1917-1919], 1992, p. 49-111, 97, 2012, p. 346).²⁴ Weber’s claim continues today as a source of fascination for intellectual history.

21 Gangolf Hübinger (1988, p. 269-282) in *Max Weber und die historischen Kulturwissenschaften*; cf. also Hübinger (2000, 162-177) in *Die "Rückkehr" der Kulturgeschichte*.

22 Cf. *MWG I/7: CMW* (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 189, 2012, p. 119) and later: “It is true that *arranging* facts [so that they constitute] a concrete interconnection, and [establishing] ‘law-like regularities’ by means of abstraction from facts, are both processes that are usually governed by their own separate ‘viewpoint’ (indeed, the division of labour among the various specialized disciplines rests on this foundation). But, for precisely that reason, it surely seems impossible to speak of *one* ‘unconditional’ point of view [governing] all empirical disciplines” – Stammer in *MWG I/7: CMW* (WEBER, [1900-1907], 2018a, p. 504-505, 2012, p. 192).

23 For Hübinger, Weber is “a radikal perspectivist”, cf. Hübinger (2012, p. 42) in *Über die Aufgaben des Historikers*.

24 Cf. *Wissenschaft als Beruf* in *MWG I/17: CMW*.

a. Methodological instruments

Weber's methodological approach derives from the aforementioned knowledge-preconditions. Weber builds a bridge between the generalizing and the individualizing ways of knowledge, aided by the juridical "methods of causal imputation" (*Methoden kausaler Zurechnung*) (WEBER, [1908-1917], 2018d, p. 383-440, 391, [1900-1907], 2018b, p. 185, 2012, p. 274).²⁵ This is not about a reproduction of the entire reality, something that would be simply impossible und scientifically nonsensical. On the contrary, it is about a rational and causal choice of criteria that are relevant for an action or an event, as they have led to a specific outcome in history – thus making it explicable.

We only pick out those causes to which the 'important' elements of a sequence of events can, in each individual case, be *imputed*. Where the *individuality* of a phenomenon is concerned, the question of causes is not a question of *laws* but of concrete causal *relationships*; not a question of the formula under which the phenomenon can be subsumed as a specimen, but a question of the individual constellation to which it should be imputed as a result: it is a question of *imputation*. (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 185, 2012, p. 118).

Weber emphasizes that "[...] the causal imputation is carried out in the form of an intellectual process that comprises a number of *abstractions*" (WEBER, [1900-1907], 2018c, p. 457, 2012, p. 173-174). So that it is only a little step toward the elaboration of "ideal types" (WEBER, [1908-1917] 2018e, p. 329-382, 379).²⁶ They are "mental images", which "[...] bring together certain relationships and events of historical life to form an internally consistent cosmos of *imagined* interrelations" (WEBER, [1900-1907], 2018a, p. 202, 2012, p. 124). They are by no means hypotheses, but at best, a step towards formulating a hypothesis (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 203).²⁷ Through ideal-types and the judgment of ascription, we are able to measure "certain significant components"

25 Cf. *Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie* in MWG II/2 (WEBER, [1908-1917], 2018d); Cf. MWG II/7 and CMW; with the editor's note 39 referring to Gustav Radbruch (1902, p. 2) in *Die Lehre von der adäquaten Verursachung*.

26 Cf. *Beitrag zur Werturteildiskussion im Ausschußdes Vereins für Sozialpolitik* in MWG II/2 (WEBER, [1908-1917] 2018e).

27 Cf. MWG II/7; CMW: "it is not a 'hypothesis', but it seeks to guide the formulation of hypotheses" (WEBER, 2012, p. 125).

of the historical reality in its empirical shape (LEPSIUS, 2003, p. 32-41),²⁸ or to explain historical events by their “real causes” (WEBER, [1900-1907], 2018a, p. 220, 2012, 132). In *The Protestant Ethic and the ‘Spirit’ of Capitalism*, written by Weber at the same time he was working on the *Objectivity*-essay, he demonstrates how complex the ideal construct can be, especially via the “‘spirit’ of capitalism” (WEBER, [1904-1911] 2014, p. 12-22).²⁹ In connection with the defense of his “cultural historical essay” (SCHLUCHTER, 2005, p. 49-73),³⁰ he also uses the term “historische Empirie”, which could be translated as “empirical historical inquiry”.³¹ This translation seems to meet the contextual meaning of the *Protestant Ethic Debate*, but to me the German term is different, because it does not include the “inquiry” or method.

Thus the construction of concepts and ideal types itself, assuming that they are not to be frozen into a dogmatic system, underlies “the discursive character of our cognition” (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 208, 2012, p. 127).³² Weber says, “that we only grasp reality through a sequence of ideational changes” (*eine Kette von Vorstellungsveränderungen*) (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 208, 2012, p. 127). Hence, Weber states, that “some sciences are fated to remain eternally youthful, namely all *historical* disciplines (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 224, 2012, p. 133). This

28 Cf. MWG I/7; CMW: On the meaning of imputation cf. M. Rainer Lepsius (1990, p. 31-43) in *Interessen und Ideen* and Lepsius (2003) in *Eigenart und Potenzial des Weber-Paradigmas*.

29 Wolfgang Schluchter points out this parallelism in his introduction to the edition of Weber’s “Protestantische Ethik”, in Max Weber ([1904-1911] 2014, p. 12-22) in *Äsketischer Protestantismus und Kapitalismus. Schriften und Reden 1904-1911*: “2. Logisch-methodische Selbstvergewisserung: Die Objektivität sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis”; cf. *Die protestantische Ethik und der Geist Des Kapitalismus* in MWG I/9 (WEBER, [1904-1911] 2014, p. 141-142, 214, 246-247), “as well as in both replies to Rachfahl” in MWG I/9 – p. 515-619, and p. 620-740, each with explicit references to the *Objectivity*-essay (p. 613, footnote 31 with editor’s note 17, and p. 709 with editor’s note 76).

30 Weber’s words in his letter to Heinrich Rickert on april 2, 1905. Cf. *Briefe 1903-1905* in MWG III/4 (WEBER, [1903-1905] 2015, p. 445-448): *culturgeschichtlicher Aufsatz*, with the beautiful remark that his article was “a kind of ‘spiritualistic’ construction of the modern economy”. Cf. Wolfgang Schluchter (2005): *Wie Ideen in der Geschichte wirken: Exemplarisches in der Studie über den asketischen Protestantismus*.

31 These words are quite hidden in a footnote, as the opposite of Benjamin Franklin’s *Advice to a young tradesman*, cf. *The Protestant Ethic Debate. Max Weber’s Replies to his Critics 1907-1910* (CHALCRAFT; HARRINGTON, 2001, p. 38). “The ‘explanatory theories’ my critic invokes in these two distinguished scholars are specifically English in character, and in part themselves late expressions of that ‘natural’ outlook on life that we also find in Franklin. Yet they represent the very reverse of empirical historical inquiry”.

32 Cf. MWG I/7; CMW (WEBER, [1900-1907], 2018a, 2012).

implies an immense dynamic, which is dependent on the change of culture at least, and which is then continuously required to forge new instruments of cognition (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 225, 2012, p. 134).

I. The feasibility of the approach – the *Sociology of Domination* as a test case

Weber's *Sociology of Domination* is a long-time project, which lasts from 1909 up until 1920. He worked on it interruptedly up to his death. This study is one of his texts, which in an impressive way concentrates at a small space a vast amount of historical data, comparisons and examples. In fact, with a competent crossing of the boundaries of epochs and cultures, it is a marvelous universal-historical didactic piece. Béatrice Hibou (2014) enthusiastically describes the fascination of such an empirical-historical diversity and knowledge in her discussion of the French translation of the older version of *Sociology of Domination*.³³ Hibou herself utilizes the domination categories for an empirical research of the former French colonies in North Africa.

Weber's handling of history is dependent on the conceptual structure of *Economy and Society*, in which he embeds the *Sociology of Domination* and which changes up until the latest version of 1920. The older version is conceptually influenced by the essay *On some categories of interpretive sociology* from 1913, but also in large parts by the *Objectivity*-essay from 1904. Thus it must be read as a part of a cultural historiography, which depicts “the reasons why these elements historically developed as they did and not otherwise” (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 196, 2012, p. 114).³⁴ Since 1911, it is also oriented towards the rationality theorem (WEBER, 2009, p. 163-167).³⁵ In the latest version, Weber operates with the *Basic Sociological Concepts* prior to classifying historical examples by categories.

33 Cf. Béatrice Hibou (2014, p. 2-21) in *De l'intérêt de lire La Domination de Max Weber aujourd'hui*.

34 Cf. MWG I/7; CMW.

35 Cf. Introduction to *Grundriß der Sozialökonomik* from June 2, 1914: “It was assumed that the economic development should be understood primarily as a distinct and partial phenomenon of the general rationalization of life” – cf. *Wirtschaft und Gesellschaft. Entstehungsgeschichte und Dokumente in MWG I/24* (WEBER, 2009, p. 163-167).

a. Structural forms and the conceptualization of types

Weber struggled much to find a suitable representational format for his complex project *Economy and Society*, or, as he puts it in 1914, *Economy and the social orders and powers (Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte)* (WEBER, [1922] 2013c, p. XI).³⁶ Weber once mentioned to the pianist Mina Tobler that he would have preferred to use a writing technique allowing him – as with scores – to say many things separated side by side and still at the same time.³⁷ Especially with *Sociology of Domination* there was a high risk to fall back into familiar forms of historical narratives focusing on powerful states and grand personalities.

Weber, on the contrary, writes his history of rulership without resorting to these old narratives, rather laying his focus on structures, more precisely on the structural forms. He develops superordinate concepts, which circumscribe certain structural forms of authority: bureaucracy (*Bürokratismus*),³⁸ patrimonialism, feudalism, and charismatic authority (*Charismatismus*) (WEBER, [1922] 2013c, p. 219).³⁹ This listing documents a huge degree of concept-formation. Although Weber was able to refer to approaches developed by other authors, he was the one who coined this very specific conceptual framework. In doing so, he acts on the assumption that bureaucracy is the most rational form of domination, and by comparison, he accentuates the characteristics of the other and older forms of domination (WEBER, [1913-1914] 2003d, p. 724).⁴⁰ Hence, he has a comparative approach. On an abstract level, this method is exactly as described in the *Objectivity*-essay.

36 Cf. *Economy and Society*.

37 This statement was registered by Eduard Baumgarten (1964, p. 482-483) in *Max Weber. Werk und Person*. It was said in connection with the first concert tour the Webers and Mina Tobler made together to Bayreuth and Munich in the summer of 1912. It seems to me that Weber considered the narrative question, which is so important for historians, as a secondary one.

38 Cf. *Economy and Society*: “bureaucracy” or “bureaucratic structure” (WEBER, [1922] 2013c, p. 964). The German term “Bürokratismus” – i.e. MWG II/22-4 (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 169) means even more than only bureaucracy; it implies the system of bureaucracy.

39 Cf. *Economy and Society*: “charismatic components” (WEBER, [1922] 2013c, p. 219); this is only a weak translation of “Charismatismus” – cf. MWG II/23 (WEBER, [1919-1920] 2013, p. 459).

40 Weber writes to Georg von Below on this subject on June 21, 1914 that he discussed “the form of political associations in a comparative and systematic way” in *Economy and Society*. Cf. *Briefe 1913-1914 MWG III/8*.

Structural forms furthermore allow for a comparison with other structural forms. This means that Weber can compare bureaucratic structural forms with capitalistic structural forms, or feudal structural forms with forms of the profit-making enterprises and so forth (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 418-453).⁴¹ At the same time, Weber can find capitalistic types of business also in ancient times, not only in the modern age. After beginning with structural forms, Weber moves on to the conceptualization of types, to arrive at the famous “three pure types of legitimate domination”. These allow for comparison of empirical-historical phenomena, regardless of which epoch or culture, and, for example, for testing them for their bureaucratic or patrimonial kernel. Referring to the relation of types of domination and empirical-historical inquiry, Weber states: “[...] the ‘pure’ types of domination correspond to these three possible types of legitimation. The forms of domination occurring in historical reality constitute combinations, mixtures, adaptations, or modifications of those ‘pure’ types” (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 148, [1922] 2013c, p. 964).⁴²

a. The historical variety

The older version of *Sociology of Domination* reads, despite its structural approach, mostly like a history of events – though at a high universal-historical level. Descriptive passages take turns with systematic elaborations in note form; in between, we find consistent episodes through the entire world history, often also in a short, staccato-like sequence. Weber displays an immense historical insight and uses it systematically. However, he also decodes – in a way that is also distinguishable in his writing *Economic Ethics of the World Religions* (*Wirtschaftsethik der Weltreligionen*) – entirely new domains, which are unfamiliar to him, especially from the Asian world. Thus, for explaining the non-monetary commodity-coverage, he

41 Cf. in particular the section *Patrimoniale und feudale Strukturformen der Herrschaft in ihrem Verhältnis zur Wirtschaft* in *Wirtschaft und Gesellschaft. Nachlass. Teilband: Herrschaft in MWG I/22-4* (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 169). Weber criticizes the Marxist statement: “the hand-mill requires feudalism as the steam-mill necessitates capitalism” – p. 419 with editor’s note 2; cf. *Economy and Society* (WEBER, [1922] 2013c, p. 1091). In his *Poverty of Philosophy*, Marx writes: “The hand-mill gives you society with the feudal lords; the steam-mill society with the industrial capitalists” in *Das Elend der Philosophie* (MARX, 1972, p. 130).

42 *Herrschaft* (MWG I/22-4); *Economy and Society*.

engages himself in, for example, Egyptian “magazine administration” (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 319, [1922] 2013c, p. 1043),⁴³ “Islamic warrior’s fief” (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 392, [1922] 2013c, p. 1076)⁴⁴ or the Chinese tax-system. Weber was very well aware of falling for the “anathema” of dilettantism, as he wrote to the historian Georg von Below in June 1914 (WEBER, [1913-1914] 2003d, p. 724).⁴⁵ The accusations last to this day, rendering that Weber had had too little expertise of Chinese, Islamic and so forth history. By the editorial revision of his work and its contextualization in the *Max Weber-Gesamtausgabe*, we can meet the following statements: 1) Weber can rely on an enormous stock of knowledge (saturated by his knowledge of sources and secondary literature), which he establishes before his illness and which is just recently in evidence by the edition of the early lectures; 2) Weber refers to the sources and research works that are linguistically accessible to him – for example in the case of the Chinese history he uses the works of missionaries and the “Peking Gazette”, an English edition of internal government directives, which was only available in Berlin libraries (WEBER, [1915-1920], 1989, p. 132);⁴⁶ 3) Weber’s approach is very selective – as proven by his handwritten notes in the books used by him. Hence, the question about what he could know is rather subordinated to the question, about what did he *want* to know.

Weber’s handling of the history is best illustrated in a passage from the older version of *Sociology of Domination*:

“Historical examples of relatively clearly developed and quantitatively large bureaucracies are: (a) Egypt, during the period of the New Kingdom, although with strong patrimonial elements; (b) the later Roman Principate, and especially the Diocletian monarchy and the Byzantine polity which developed out of it; these, too, contained strong feudal and patrimonial

43 *Patrimonialismus (MWG I/22-4); Economy and Society.*

44 *Feudalismus (MWG I/22-4); Economy and Society.*

45 Letter to Georg von Below from June 21, 1914 in MWG III/8.

46 Cf. Edith Hanke Einleitung in MWG I/22-4 (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 1-91, 59-60). In his “Confucianism” study, Max Weber used the “Peking Gazette” (which still today can only be borrowed from the Berlin State Library) several times to portray the Imperial Period during the last third of the 19th century. Cf. *Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Taoismus. Schriften 1915-1920 (MWG I/19).*

admixtures; (c) The Roman Catholic Church, increasingly so since the end of the thirteenth century; (d) China, from the time of Shi Hwangti until the present, but with strong patrimonial and prebendal elements; (e) in ever purer forms, the modern European states, and, increasingly, all public bodies since the time of princely absolutism; (f) the large modern capitalist enterprise, proportional to its size and complexity” (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 169-170, [1922] 2013).⁴⁷

This breathtaking list demonstrates how Weber tries to determine the characteristics of bureaucratic administration both, systematically and in their historical shading. It is history providing him the data to do so. Furthermore, this shows that the occidental specificities touch most strongly the rationally designed ideal-type. Weber’s former empirical historical interest shifts – parallel to the conceptualization of sociology – to a type-focused empirical interest. In December 1913 he writes to Hermann Kantorowicz: “It is an attempt to understand the ‘sociological political science’ as a science of the mere empirical *typical* human action” (WEBER, [1913-1914] 2003d, p. 442).⁴⁸

Weber takes another step further in the new version of *Sociology of Domination* in 1920. He still refers to historical examples, but even if considered merely typographically, compared to the categories they slide in the fine print. Now Weber prefers quite clearly the conceptual classification. Nevertheless, the reference to historical reality remains important to him. It is not canceled. It argues for Weber’s historical sensitivity, when he expresses the fear that the endless variety of history could be oppressed by conceptualization (WEBER, [1915-1920], 1989, p. 126).⁴⁹

a. Concept and conceptual content

With the first draft of *Economy and Society* Weber lays the conceptual foundation of his sociology. The new *Sociology of Domination* presents

47 Bürokratismus (MWG II/22-4) and *Economy and Society*.

48 Max Weber’s letter to Hermann Kantorowicz from December 29, 1913, MWG II/8: “It is an attempt to [...] understand the “sociological state theory” as a doctrine of purely empirical, *typical* human action”. Emphasis are mine (WEBER, [1913-1914] 2003, p. 442).

49 *Einleitung*, in MWG II/19. This quote can be found in the shorter version of the types of domination in MWG II/19 (WEBER, [1915-1920], 1989, p. 119-126) with very good comments on the relationship between reality and the concept of domination.

itself as a strong typology of rulership. It seems like Weber casts a narrow net of concepts and afterwards gets himself mousetrapped in a generalized science, in which reality is deduced from a narrow system of concepts. Weber does not want this to happen, because he still sets off his kind of conceptualization against that of an abstract theory. He emphasizes that: “[...] in reality, action takes exactly this course only in unusual cases; and even then there is usually only an approximation to the ideal type” (WEBER, [1919-1920] 2013a, p. 156, [1922] 2013a, p. 9).⁵⁰ In terms of the types of domination, he also accentuates “the fact that none of these three ideal types is usually to be found in historical cases in ‘pure’ form” (WEBER, [1919-1920] 2013b, p. 45, 2012, p. 216).⁵¹ However, Weber now separates precisely – by distinct self-reflection of his standpoint – the difference between historical and sociological research:

“We have taken for granted that sociology seeks to formulate type concepts and generalized uniformities of empirical process. This distinguishes it from history, which is oriented to the causal analysis and explanation of individual actions, structures, and personalities possessing cultural significance”; he furthermore continues: “As in the case of every generalizing science the abstract character of the concepts of sociology is responsible for the fact that, compared with actual historical reality, they are relatively lacking in fullness of concrete content” (WEBER, [1919-1920] 2013a, p. 169-170, 2012, p. 19-20).⁵²

With reference to the analysis of domination, sociology can render a service to the historical work: “[...] it can in the particular case of a concrete form of authority determine, what conforms to, or approximates such types as, ‘Charisma’, ‘patriarchy’, ‘bureaucracy’, the authority of status groups, and in doing so, it can. work with relatively unambiguous

50 Cf. *Soziologische Grundbegriffe in MWG I/23; Economy and Society* (WEBER, [1922] 2013a, p. 9) – with reference to the *Objectivity*-essay.

51 Cf. *Die Typen der Herrschaft in MWG I/23* (WEBER, [1919-1920] 2013b); *Economy and Society*.

52 Cf. *Soziologische Grundbegriffe in MWG I/23* (WEBER, [1919-1920] 2013a); *Economy and Society*. Regarding this passage, see also: Schluchter (2003, p. 42-74, 53) in *Handlung, Ordnung und Kultur. Grundzüge eines weberianischen Forschungsprogramms*; as well as the constructive mediation attempt by Mario Rainer Lepsius (1982, p. 118-138) in *Zum Verhältnis von Geschichtswissenschaft und Soziologie*.

concepts” (WEBER, [1919-1920] 2013a, [1922] 2013c, p. 216).⁵³ After all, this is still a great advantage.

For Weber, the quality of concept formation is always measured by the extent to which it serves the cognition of reality. Despite the strict conceptual classification in the latest version of *Economy and Society*, including *The types of legitimate Domination*, Weber undertakes modifications that are due to the radical changes within the German society, caused by World War I and the revolution of 1918/19. Weber records the dynamics and tries to meet them analytically with new conceptual proposals. This is within the new *Sociology of Domination*: “*traditionalistische Revolution*” and “*charismatische Führer-revolutionen*” (traditionalist revolution and revolutions under a charismatic leader) (WEBER, [1919-1920] 2013b, p. 469-470, 508, [1922] 2013c, p. 227-252),⁵⁴ or by the terminological diversification of the party- and colleagueship-concept as well as the different forms of representation. We can discover approaches of a theory of democracy behind it (HÜBINGER, 2011).⁵⁵ By the way, in 1917 Weber had thought about adding a fourth type to the three types of domination; this was the one of democratic legitimation (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 745-759).⁵⁶

Weber also separates himself more and more from everyday language in order to stress the special access of sciences. Especially in the economic chapter, for a theory of money, he introduces subsequent to Georg Friedrich Knapp a relatively hyped-up artificial language.⁵⁷ At the same time, it is a stroke against

53 Cf. *Die Typen der Herrschaft* in MWG I/23; *Economy and Society*.

54 Cf. *Die Typen der Herrschaft* in MWG I/23; *Economy and Society*. For the background, see Edith Hanke (2013, p. 11-32) in *Rivoluzione e carisma. Concetti del cambiamento nel pensiero di Max Weber*.

55 Hübinger sees a “historical theory of democracy” and a “historical political theory” in Weber. Cf. Hübinger (2005, p. 75-86), Max Webers Geschichtsdanken. See also Hübinger (2011a, p. 443-452) in *Die “Staatssoziologie” Max Webers. Weber’s last lecture in Munich on Allgemeine Staatslehre und Politik (Staatssoziologie). Unvollendet. Mit- und Nachschriften 1920. MWG III/7*: “in the summer term 1920 is a parallel piece to the chapter “The types of domination” in the new version of *Economy and Society* 1919/20, but also with some significant discrepancies, that Hübinger points out in his “Introduction” to Weber ([1920], 2009b, p. 33-39).

56 *Probleme der Staatssoziologie*. Lecture in Vienna, october 25, 1917 in MWG I/22-4 (WEBER, [1919-1920] 2005, p. 745-759).

57 In particular, Knut Borchardt pointed this out orally during the editing work on MWG I/23 (WEBER, [1919-1920] 2013).

combat-terms of his time, and thus, he does not talk about “capitalism” and “socialism”, but about “market economics” and “planned economics”.⁵⁸ This creates analytical distance and an objectification of the debate. Still unnoticed in many cases remain the new conceptual creations and new connotations, such as “Appropriation” (actual control) or “*Verfügungsgewalt*” (power of control and disposal) (WEBER, [1919-1920] 2013, p. 172, [1922] 2013c, p. 22),⁵⁹ whose analytical potential is still to be tested.

I. The up-to-dateness of the approach – A “turn” backward

How can historical science deal with Weber nowadays? How can it benefit from him? Gangolf Hübinger, editor of the *Max Weber-Gesamtausgabe* und historian, advocates a reconsideration of Weber’s historical thinking in the face of “[...] the ramification of the historical reasoning, due to ‘turns’ becoming more and more fragmented, in more and more rapid changes” (HÜBINGER, 2005, p. 79, 2012, p. 53).⁶⁰ In doing so, he puts emphasis on Weber’s perspective and particular viewpoints: “The fields of inquiry of scientific disciplines are based not on ‘concrete’ relations between ‘things’, but on ‘theoretical’ relations between ‘problems’” (WEBER, [1900-1907], 2018b, p. 167-168, 2012, p. 111).⁶¹

This way of doing historical science implies the profound coping scholar who is very aware of his own point of view. Especially in the cultural sciences, that are on Weber’s side and thereby are bound to the conditions of the classic modernity, it is inevitable to critically question the present

58 Conf. *Soziologische Grundkategorien des Wirtschaftens* in *MWG I/23*, esp. § 14. Verkehrswirtschaft und Planwirtschaft (WEBER, [1919-1920] 2013, p. 288-295, 288); translation: *Economy and Society* (WEBER, [1922] 2013c, p. 109).

59 Weber, *Soziologische Grundkategorien des Wirtschaftens*, in *MWG I/23* (WEBER, [1919-1920] 2013, p. 172); *Economy and Society* (WEBER, [1922] 2013c, p. 22). See the register entries to *MWG I/23*, as well as Hübinger’s remark on “appropriation” as an useful “category for type-building of social orders and explaining social change in different civilizations and epochs” in Weber’s “sociology of law, economy, religion and domination” (HÜBINGER, 2011a, p. 445).

60 Hübinger (2005, p. 79) in *Max Webers Geschichtsdenken* and Hübinger (2012, p. 53) in *Über die Aufgaben des Historikers*.

61 Cf. *MWG I/7*; *CMW*.

cultural conditions and to specify the point of view (HÜBINGER, 2011, p. 86).⁶² Where are the problems located today? How did the cultural frameworks shift due to globalization and the new media? Which stock of concepts can still be used today? Where do we need new concepts and analytical frameworks, especially concerning the new empirical basis in the “digital humanities”? (HABERKORN, 2014)⁶³

Weber’s sociology flows – as Rainer Lepsius (2003, p. 33), a famous German sociologist and coordinating editor of the *Max Weber-Gesamtausgabe* until his death in 2014, once put it – in the three-pole space of sequences of action, generation of structure, and projection of meaning.⁶⁴ Thus, it also aims at an understanding of history, which is geared to a meaning-related human action. In addition, we have to acknowledge that a historical science, which is Weber-oriented is theory- and concept-attended. The Weberian concept formation is – again in the words of Lepsius (2003, p. 35) – not a taxonomy of facts, but an identification of analytical dimensions. Lepsius (1993a, 1993b) himself has demonstrated with his essays about the social-moral milieu and Hitler’s charisma⁶⁵ the analytical potential of a historical science as defined by Max Weber. Sociologists are searching for possibilities of application. In doing so, the “Weber-paradigm” stands for a particular, autonomous type of theory.⁶⁶ Historians could learn from that, but without denying their specific knowledge and their intellectual potential, because their task implies, as Weber states it very clearly, “[...] the causal analysis and explanation of individual actions,

62 In connection with the “preliminary remark” to the *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, Hübinger sees in Weber’s approach a research program in “universal-historical problems” that remains attractive today. Cf. *Kapitalismus, Religion und Herrschaft* (HÜBINGER, 2006, p. 132-160) and *Universalgeschichtliche Probleme im Anschluß an Max Weber* (HÜBINGER, 2002, p. 97-99).

63 Tobias Haberkorn (2014) in *Es gibt einfach viel zu viel Texte*

64 Cf. *Eigenart und Potenzial des Weber-Paradigmas*.

65 Mario Rainer Lepsius (1993a, p. 25-50) in *Parteiensystem und Sozialstruktur. Zum Problem der Demokratisierung der deutschen Gesellschaft*. See also: Hübinger (2008, p. 207-227) in *Sozialmoralisches Milieu. Ein Grundbegriff der deutschen Geschichte*; Lepsius (1993b, 95-118) in *Das Modell der charismatischen Herrschaft und seine Anwendbarkeit auf den “Führerstaat” Adolf Hitlers*.

66 Cf. Lepsius (2003, p. 32) in *Eigenart und Potenzial des Weber-Paradigma*. On the other hand, Wolfgang Schluchter prefers to speak of a “Weberian research program”. Cf. Schluchter (2003, p. 45) in *Handlung, Ordnung und Kultur. Grundzüge eines weberianischen Forschungsprogramms*.

structures, and personalities possessing cultural significance” (WEBER, [1919-1920] 2013a, p. 169, [1922] 2013c, p. 19).⁶⁷

Referências

BAUMGARTEN, Eduard. **Max Weber**. Werk und Person. Tübingen: Mohr Siebeck, 1964.

BRUCH, Rüdiger vom; GRAF, Friedrich Wilhelm; HÜBINGER, Gangolf (ed.). [1889]. **Kultur und Kulturwissenschaften um 1900**. Krise der Moderne und Glaube an die Wissenschaft. Verlag: Stuttgart, 1997.

CHALCRAFT, David J.; HARRINGTON, Austin. **The Protestant Ethic Debate**. Max Weber's Replies to his Critics 1907-1910. Liverpool: Liverpool University Press, 2001.

HABERKORN, Tobias. Es gibt einfach viel zu viel Texte. **Frankfurter Allgemeine Zeitung**, n. 263, nov. 12, 2014.

HANKE, Edith. Rivoluzione e carisma. Concetti del cambiamento nel pensiero di Max Weber. **Politica & Società** – Periodico di filosofia politica e studie sociali, v. 2, n. 1, p. 11-32, 2013.

HANKE, Edith. Max Weber und die historische Empirie. *In*: GRAF, Friedrich Wilhelm; HANKE, Edith; PICHT, Barbara (ed.). **Geschichte intellektuell**. Theoriegeschichtliche Perspektiven. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015. p. 137-153.

HIBOU, Béatrice. De l'intérêt de lire La Domination de Max Weber aujourd'hui. **Lectures**. Les notes critiques, [s. l.], p. 2-21, 2014.

HIDAS, Zoltá. **Entzauberte Geschichte**. Max Weber und die Krise des Historismus. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2004.

HÜBINGER, Gangolf. Max Weber und die historischen Kulturwissenschaften. *In*: HAMMERSTEIN, Notker (ed.). **Deutsche Geschichtswissenschaft um 1900**. Stuttgart; Weimar: Verlag JB Metzler, 1988. p. 269-282.

HÜBINGER, Gangolf. Die "Rückkehr" der Kulturgeschichte, *In*: CORNELISSEN, Christoph (ed.). **Geschichtswissenschaften**. Eine Einführung, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2000. p. 162-177.

HÜBINGER, Gangolf. Universalgeschichtliche Probleme im Anschluß an Max Weber. **Erwägen. Wissen. Ethik**, v. 13, p. 97-99, 2002.

HÜBINGER, Gangolf. Kapitalismus, Religion und Herrschaft. Max Webers "universalgeschichtliche Probleme". *In*: HÜBINGER, Gangolf. **Gelehrte, Politik und Öffentlichkeit**. Eine Intellektuellengeschichte. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006. p. 132-160.

⁶⁷ Cf. *Soziologische Grundbegriffe* in MWG II/23 (WEBER, [1919-1920] 2013a); *Economy and Society* (WEBER, [1922] 2013).

HÜBINGER, Gangolf. Sozialmoralisches Milieu. Ein Grundbegriff der deutschen Geschichte. *In*: SIGMUND, Steffen; ALBERT, Gert; BIENFAIT, Agathe; STACHURA, Mateusz (ed.). **Soziale Konstellationen und historische Perspektive**. Festschrift für M. Rainer Lepsius. Wiesbaden: VS Verlag, 2008. p. 207-227.

HÜBINGER, Gangolf. Die "Staatssoziologie" Max Webers. *In*: PEINE, Franz-Joseph; WOLFF, Heinrich Amadeus (ed.). **Nachdenken über Eigentum**. Festschrift für Alexander v. Brünneck zur Vollendung seines siebzigsten Lebensjahres. Baden, Nomos, 2011a. p. 443-452.

HÜBINGER, Gangolf. Max Webers Geschichtsdenken. **Jahrbuch für Universitätsgeschichte**, v. 12, p. 75-86, 2011b.

HÜBINGER, Gangolf. **Über die Aufgaben des Historikers**. Berlin: Vergangenheitsverlag, 2012.

KOCKA, Jürgen. Zwischen Elfenbeinturm und Praxisbezug. Max Weber und die "Objektivität" der Kulturwissenschaften. *In*: GNEUSS, Christiane; KOCKA, Jürgen (ed.). **Max Weber**. Ein Symposium. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1988. p. 184-194.

KOSELLECK, Reinhart. Geschichte, Historie. *In*: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (ed.). **Geschichtliche Grundbegriffe**. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, vol. 2. Stuttgart; Weimar: Verlag JB Metzler, 1979. p. 593-595.

KROLL, Thomas. Die Max-Weber-Rezeption in der westdeutschen Historiographie. *In*: CORNELISSEN, Christoph (ed.). **Geschichtswissenschaft im Geist der Demokratie**. Wolfgang J. Mommsen und seine Generation. Berlin: Akademie Verlag, 2010. p. 189-205.

LEPSIUS, Mario Rainer. Zum Verhältnis von Geschichtswissenschaft und Soziologie. *In*: BAUMGARTNER, Hans Michael; SEMINAR, Jörn Rügen. **Geschichte und Theorie**. Umriss einer Historik. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1982. p. 118-138.

LEPSIUS, Mario Rainer. Interessen und Ideen. Die Zurechnungsproblematik bei Max Weber. *In*: LEPSIUS, Mario Rainer. **Interessen, Ideen und Institutionen**, Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990. p. 31-43.

LEPSIUS, Mario Rainer. Parteiensystem und Sozialstruktur. Zum Problem der Demokratisierung der deutschen Gesellschaft. *In*: LEPSIUS, Mario Rainer. **Demokratie in Deutschland**. Soziologisch-historische Konstellationsanalysen. Ausgewählte Analysen. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993a. p. 25-50.

LEPSIUS, Mario Rainer. Das Modell der charismatischen Herrschaft und seine Anwendbarkeit auf den "Führerstaat" Adolf Hitlers. *In*: LEPSIUS, Mario Rainer. **Demokratie in Deutschland**. Soziologisch-historische Konstellationsanalysen. Ausgewählte Analysen, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993b. p. 95-118.

LEPSIUS, Mario Rainer. Eigenart und Potenzial des Weber-Paradigmas. *In*: ALBERT, Gert; BIENFAIT, Agathe; SIGMUND, Steffen; WENDT, Claus (ed.). **Das Weber-Paradigma**. Studien

zur Weiterentwicklung von Webers Forschungsprogramm. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003. p. 32-41.

MARX, Karl. Das Elend der Philosophie. In: **Marx-Engels Werke**. Band 4. Berlin: Dietz Verlag, 1972. p. 63-182.

MOMMSEN, Wolfgang J. Max Webers Begriff der Universalgeschichte. In: KOCKA, Jürgen (ed.). **Max Weber, der Historiker**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986. p. 51-72.

MOMMSEN, Wolfgang J. Max Weber als Nationalökonom. Von der Theoretischen Nationalökonomie zur Kulturwissenschaft. **Sociologia Internationalis**. Internationale Zeitschrift für Soziologie, Kommunikations- und Kulturforschung, v. 42, p. 3-35, 2004.

OXELE, Otto Gerhard (ed.). **Das Problem der Problemgeschichte**. Göttingen: WWallstein Verlag, 2011.

RADBRUCH, Gustav. **Die Lehre von der adäquaten Verursachung**. Berlin, Vergangenheitsverlag, 1902.

RICKERT, Heinrich. **Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung**. Eine logische Einleitung in die historischen Wissenschaften. Tübingen: Mohr Siebeck, 1896.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Handlung, Ordnung und Kultur. Grundzüge eines weberianischen Forschungsprogramms. In: ALBERT, Gert; BIENFAIT, Agathe; SIGMUND, Steffen; WENDT, Claus (ed.). **Das Weber-Paradigma**. Studien zur Weiterentwicklung von Webers Forschungsprogramm. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003. p. 42-74.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Wie Ideen in der Geschichte wirken: Exemplarisches in der Studie über den asketischen Protestantismus. In: GRAF, Friedrich Wilhelm; SCHLUCHTER, Wolfgang (ed.). **Asketischer Protestantismus und der "Geist" des modernen Kapitalismus**. Max Weber und Ernst Troeltsch. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005. p. 49-73.

SOMBART, Werner. **Der Moderne Kapitalismus**. vol. I. Leipzig: Duncker & Humblot, 1902.

WEBER, Max. **Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Taoismus**. Schriften 1915-1920 (*MWG II/19*). [1915-1920]. Ed. by Helwig Schmidt-Glintzer in cooperation with Petra Kolonko. Tübingen: Mohr Siebeck, 1989.

WEBER, Max. Wissenschaft als Beruf. In: WEBER, Max. **Wissenschaft als Beruf 1917/1919 – Politik als Beruf 1919** (*MWG II/17*). [1917-1919]. Ed. by Wolfgang J. Mommsen. Wolfgang Schluchter in cooperation with Birgitt Morgenbrod. Tübingen: Mohr Siebeck, 1992.

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Nachlass. Teilband: Herrschaft (*MWG II/22-4*). Ed. by Edith Hanke in cooperation with Thomas Kroll. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005.

WEBER, Max. **Allgemeine ("theoretische") Nationalökonomie**. Vorlesungen 1894-1898 (*MWG III/1*). [1894-1898]. Ed. by Wolfgang J. Mommsen in cooperation with Cristof Judenau; Heino H. Nau; Klaus Scharfen and Marcus Tiefel. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009a.

WEBER, Max. **Allgemeine Staatslehre und Politik (Staatssoziologie)**. Unvollendet. Mit-und Nachschriften 1920, *MWG III/7*. [1920]. Ed. by Gangolf Hübinger in cooperation with Andreas Terwey, Tübingen: Mohr Siebeck, 2009b.

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Entstehungsgeschichte und Dokumente. *MWG I/24*. presented and ed. by Wolfgang Schluchter. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009c.

WEBER, Max. **Collected methodological writings (CMW)**. Ed. by Hans Henrik Bruun and Sam Whimster. London; New York: Macmillan, 2012.

WEBER, Max. Soziologische Grundbegriffe. *In*: WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Soziologie. Unvollendet 1919-1920 (*MWG II/23*). [1919-1920]. Ed. by Knut Borchardt; Edith Hanke; Wolfgang Schluchter. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013a. p. 146-215.

WEBER, Max. Die Typen der Herrschaft. *In*: WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Soziologie. Unvollendet 1919-1920 (*MWG II/23*). [1919-1920]. Ed. by Knut Borchardt; Edith Hanke; Wolfgang Schluchter. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013b. p. 455-508.

WEBER, Max. **Economy and Society**. [1922]. Ed. by Guenther Roth; Claus Wittich. 3rd ed. 2 vols. Berkeley: University of California Press, 2013c.

WEBER, Max. **Briefe 1913-1914 (MWG II/8)**. [1913-1914]. Ed. by M. Rainer Lepsius; Wolfgang J. Mommsen in cooperation with Birgit Rudhard; Manfred Schön, Tübingen: Mohr Siebeck, 2003d.

WEBER, Max. **Asketischer Protestantismus und Kapitalismus**. Schriften und Reden 1904-1911 (*MWG II/9*). [1904-1911]. Ed. by Wolfgang Schluchter in cooperation with Ursula Bube. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014.

WEBER, Max. **Briefe 1903-1905 (MWG III/4)**. [1903-1905]. Ed. by Gangolf Hübinger, Mario Rainer Lepsius in cooperation with Thomas Gerhards und Sybille Oßwald-Bargende, Tübingen: Mohr Siebeck, 2015.

WEBER, Max. **Zur Logik und Methodik der Sozialwissenschaften**. Schriften [1900-1907] (*MWG I/7*) [1900-1907]. Ed. by Gerhard Wagner in cooperation with Claudius Härpfer; Tom Kaden; Kai Müller; Angelika Zahn. Tübingen: Mohr Siebeck, 2018a.

WEBER, Max. Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. *In*: WEBER, Max. **Zur Logik und Methodik der Sozialwissenschaften**. Schriften 1900-1907 (*MWG I/7*) [1900-1907]. Ed. by Gerhard Wagner in cooperation with Claudius Härpfer; Tom Kaden; Kai Müller; Angelika Zahn. Tübingen: Mohr Siebeck, [1900-1907] 2018b. p. 135-234.

WEBER, Max. Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik. *In*: WEBER, Max. **Zur Logik und Methodik der Sozialwissenschaften**. Schriften 1900-1907 (*MWG I/7*) [1900-1907]. Ed. by Gerhard Wagner in cooperation with Claudius Härpfer; Tom Kaden; Kai Müller; Angelika Zahn. Tübingen: Mohr Siebeck, 2018c. p. 380-571.

WEBER, Max. Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie. *In*: WEBER, Max. **Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit**. Schriften und Reden 1908-1917 (*MWG I/12*). [1908-1917]. Ed. by Johannes Weiß in cooperation with Sabine Frommer. Tübingen: Mohr Siebeck, 2018d. p. 383-440.

WEBER, Max. Beitrag zur Werturteilsdiskussion im Ausschusses des Vereins für Sozialpolitik. *In*: WEBER, Max. **Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit**. Schriften und Reden 1908-1917 (*MWG I/12*). [1908-1917]. Ed. by Johannes Weiß in cooperation with Sabine Frommer. Tübingen: Mohr Siebeck, 2018e. p. 329-382.

WEBER, Max. Der Sinn der "Wertfreiheit" der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften. *In*: WEBER, Max. **Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit**. Schriften und Reden 1908-1917 (*MWG I/12*). [1908-1917]. Ed. by Johannes Weiß in cooperation with Sabine Frommer. Tübingen: Mohr Siebeck, 2018f. p. 441-460.

Recebido: 01/06/2020
Aprovado: 07/08/2020

Max Weber e a investigação histórico-empírica

Resumo

Max Weber é um sociólogo respeitado mundialmente; mas, existem outras maneiras de abordar e apreender sua obra, especialmente na ciência histórica. Ele foi visto como o último *polyhistor* de língua alemã, como o pai fundador dos estudos histórico-culturais e até mesmo como o precursor de uma historiografia orientada por problemas. Ao mesmo tempo, a história fornece a ele um reservatório praticamente inesgotável de dados empíricos. Weber demonstra que dados são cientificamente interessantes e como é possível utilizá-los para tratar questões científicas. A abordagem que adotarei neste ensaio seguirá os seguintes passos: primeiramente, identificarei as reflexões metodológicas de Weber sobre como lidar com a realidade histórico-empírica. Em segundo lugar, mostrarei como Weber incorpora a história com foco especial em sua sociologia da dominação – uma seção central de *Economia e Sociedade*. Finalmente, explorarei brevemente as possibilidades que se abrem às ciências históricas atuais com a adoção das principais teses de Weber.

Palavras-chave: Max Weber. Conhecimento histórico-empírico. Ciência da realidade. Sociologia da dominação.

Metaweberianismo

Sérgio da Mata

Resumo

O objetivo do texto é apresentar a mais recente contribuição de Gangolf Hübinger aos Weber Studies, mostrando como a história intelectual se constitui como um dos poucos campos de investigação das ciências humanas por meio dos quais podemos estudar e, quem sabe, mesmo explicar Weber weberianamente. A inovadora abordagem de Hübinger articula o conceito de milieu social-moral de Lepsius com a teoria de Koselleck sobre a relação entre o advento de Zeitschwellen e inovações metodológicas.

Palavras-chave: Max Weber. História intelectual. Sociologia dos intelectuais.

HÜBINGER, Gangolf. **Max Weber. Stationen und Impulse einer intellektuellen Biographie.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2019. 419 p.

A sociologia compreensiva compreende a si mesma? Em outras palavras: caso apliquemos os métodos e conceitos de Weber a Weber, o que se obtém então? A *Weberforschung* nunca deu uma resposta razoável a essa questão. O horizonte epistêmico de uma hipotética metassociologia weberiana jamais poderia se limitar ao caso específico de seu pai fundador. Sucumbir à “tentação” idiográfica significaria, nesse caso, se autocontradizer. Como quer que seja, tal paradoxo nos parece comportar, ao menos, uma exceção. A sociologia histórica dos intelectuais é talvez a única vertente da sociologia compreensiva em que Weber, por assim dizer, pode se constituir em objeto de si mesmo. Ainda que o mestre alemão não tenha elaborado uma sociologia dos intelectuais *stricto sensu*, encontramos em sua obra os alicerces de uma subdisciplina cuja importância ganhou em importância nas últimas décadas, e que – de Gramsci a Schumpeter, de Schelsky a Bourdieu – nunca deixou de buscar inspiração em Weber.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

É na senda aberta por essa “exceção” que caminha o novo livro de Gangolf Hübinger. Não obstante seu título, o que o leitor tem diante de si não é propriamente uma biografia, mas sim um minucioso trabalho de reconstrução histórico-sociológico. Membro do comitê diretor da *Max Weber Gesamtausgabe* e um dos mais autorizados intérpretes do pensamento weberiano, Hübinger organiza suas investigações a partir da premissa exposta no clássico estudo de Reinhart Koselleck (2014, p. 27-72) sobre a relação entre inovações metodológicas e a experiência de transformações históricas de largo alcance. Trata-se, portanto, de reler Weber numa perspectiva que ultrapassa em muito a tradicional contextualização no âmbito político e acadêmico. Numa perspectiva sistêmica e macro-histórica, o *espaço de experiência* de Weber coincide com o que Hübinger (2019, p. 2) considera ser o advento de um novo limiar cultural (*Kulturschwelle*) que tem seu epicentro na Europa Ocidental de inícios do século passado. Um momento da história europeia caracterizado pela afirmação do capitalismo moderno e da democracia, pela assim chamada “crise do historicismo”, e pela imersão em uma cultura cada vez mais exposta ao ambiente urbano, ao pluralismo de visões de mundo e aos conflitos de interesses (HÜBINGER, 2012, p. 121-122). De tal forma que o complemento necessário da sociologia histórica dos intelectuais, tal como a entende e pratica Hübinger, é aquela mesma história cultural que Weber reivindicara para si quando da publicação da *Ética protestante*. Grande conhecedor do *milieu* protestante-liberal oitocentista alemão, tema de sua tese de livre-docência, o autor situa Weber em diálogo com o campo literário de seu tempo (dos irmãos Heinrich e Thomas Mann a Robert Musil), com a história das editoras e dos grandes empreendimentos editoriais, e, por fim, com o florescente universo das revistas acadêmicas da época.

O livro está dividido em cinco partes, a primeira delas intitulada “Conduta burguesa de vida e orientação científica”. Hübinger revisita as fases iniciais da socialização familiar e acadêmica de Weber enquanto membro da “burguesia culta” da Alemanha guilhermina. Sua rápida ascensão acadêmica será interrompida, como se sabe, pelas sucessivas crises nervosas que o levam a pedir demissão em 1903. A partir desse momento, ele se torna *Privatgelehrter*, um “erudito autônomo”. Para Hübinger, é precisamente esta condição que permite a Weber transitar com liberdade por

campos tão distantes entre si como a metodologia das ciências humanas, a estrutura agrária alemã, a gênese do espírito do capitalismo e a revolução liberal na Rússia. Weber não seria, porém, um tipo “puro” de *Privatgelehrter* (HÜBINGER, 2019, p. 54), uma vez que, mantendo o cargo de professor honorário, não raro era consultado sobre a escolha de novos catedráticos em Heidelberg. Mais importante foi, sem dúvida, sua participação na criação do *Arquivo para a Ciência Social e Política Social*, onde publicou alguns de seus mais importantes trabalhos, bem como na organização da nova edição do *Manual de economia política* da editora Siebeck. Sua transição da economia política histórica para a sociologia está diretamente ligada à preparação deste grande projeto editorial (que seria efetivamente concluído apenas em 1930!) – e que, como mostra Hübinger (2019, p. 61-72), era somente um dentre inúmeros projetos similares conduzidos pela indústria editorial alemã naquele momento.

Particularmente interessante se afigura o capítulo 4, onde Hübinger aborda a pouco estudada questão da linguagem *de* Weber. Afastando-se da “linguagem da vida”, a partir de 1903 os textos de Weber enfatizam cada vez mais o esmero conceitual, mas num estilo que é, às vezes, demasiado prolixo, atormentado, elíptico. Hübinger (2019, p. 79) admite, de forma bem humorada, que “o Prêmio Sigmund Freud de prosa científica [...] nunca seria concedido a Weber”. Por outro lado, as cartas enviadas dos Estados Unidos em 1904 e ensaios como “Seitas e igrejas” revelam um autor capaz de passar com facilidade da “reportagem social” à “descrição densa”, de imbuir suas criações de “vivacidade e de brilhantismo narrativo” (HÜBINGER, 2019, p. 75, 79). Não resta dúvida que as fases mais difíceis de sua enfermidade cobraram aí o seu preço. Hübinger evoca adiante uma curiosa distinção proposta por Mario Rainer Lepsius, segundo a qual o que diferencia sociologia e história, de um ponto de vista linguístico, seria a ênfase da primeira nos conceitos e da segunda no uso de metáforas. Tal distinção, que a nosso ver não encontra amparo no “ensaio sobre a Objetividade”, é imediatamente relativizada na seção que Hübinger dedica à metáfora do “desencantamento do mundo”. Bem sabemos como Weber recorre com relativa frequência a metáforas como a “couraça de aço”, a figuras de linguagem como o “sacrifício do intelecto”, ao carlyleano “last of our heroisms” ou ainda àquela “noite polar, de escuridão e dureza férreas”

com que conclui *Política como vocação*. Hübinger abre, portanto, um importante campo de possibilidades para pesquisas futuras, ao mostrar que muito da força ilocucionária dos textos de Weber nem sempre advém da sua extensa galeria de tipos ideais. Na esteira de alguns poucos trabalhos (como os de Frederick Jameson, Achim Seiffarth e Hinnerk Bruhns) que se dedicaram à questão, o autor permite ver como o plano propriamente retórico, metaforológico e, inclusive, tropológico da obra de Weber ainda demanda um tratamento sistemático.

A segunda parte do livro, denominada “Ideias e conflitos de ideias”, discute as afinidades eletivas entre Weber e Thomas Mann (que reivindicava, para si, o fato de ter percebido antes da publicação da *Ética protestante* a relação de causalidade entre protestantismo e capitalismo), bem como a paradoxal relação de Weber com o jornalismo e aqueles a quem chamava, num tom que nada tinha de elogioso, de “literatos”. De fato, há algo de irônico em fazer de um “corresponsável” pela manutenção da acepção negativa que, ainda hoje, o conceito de intelectual preserva na linguagem política alemã (HÜBINGER, 2019, p. 106) um tema de história intelectual. O conceito de intelectual praticamente não aparece em Weber; sua difusão na Alemanha ainda era incipiente naquele início de século XX. O emprego do termo “literato” por Weber ocorre principalmente em seus escritos políticos da época da guerra. Nesta rubrica cabem todos aqueles que, em sua opinião, não estavam à altura dos acontecimentos e das necessidades do país: os entusiastas da ética da convicção, os “românticos”, os irracionalistas, os representantes daquele “puerilismo” a que se referiria Johan Huizinga (2017, p. 157-168) mais tarde. Numa época de rápida expansão da imprensa – em 1910 havia na Alemanha cerca de 4.000 jornais –, é natural que também o número e a influência dos “literatos” aumentasse tremendamente. Daí que, a despeito de toda reserva pessoal, Weber tenha se interessado em coordenar um estudo pioneiro sobre a sociologia da imprensa (WEBER, 2002). O projeto não seguiu adiante porque a disputa judicial entre Weber e o *Dresdner Neueste Nachrichten* a propósito do famoso “Caso Ruge”, em inícios de 1911, acabou lhe vedando o acesso às principais redações alemãs. Que o tratamento científico do papel do jornalismo na sociedade moderna suscitava forte interesse se evidencia no

fato de que em 1916 era criado na Universidade de Leipzig um *Institut für Zeitungskunde*, sob a direção do economista Karl Bücher.

O confronto aberto de Weber com os “literatos” se torna aberto por ocasião dos famosos encontros promovidos pela editora Eugen Diederichs no castelo de Lauenstein em 1917. A editora Diederichs se notabilizara por ser um espaço de difusão da crítica cultural e de formas alternativas de religiosidade, florescentes sobretudo entre os mais jovens. Hübinger dedica os capítulos 6 e 16 de seu livro a reconstruir a participação de Weber nesse evento, o que se revela fundamental para entender as motivações por detrás da conferência *Ciência como vocação*, proferida em Munique apenas cinco semanas depois do evento em Lauenstein. Particularmente interessante, nesse sentido, é a leitura do protocolo, reproduzido por Hübinger, do encontro de fins de maio de 1917, onde é descrita a acalorada discussão entre Weber e o teólogo Max Maurenbrecher.

Situar Weber em seu tempo, quando se processava a “dupla revolução cultural” provocada pela cientificização do mundo, pela transição “da cultura liberal-burguesa das elites para uma comunicação democrática de massas”, pela bem-sucedida alfabetização da população, pela aceleração dos processos sociais e pela “pluralização do mundo da vida”, implica situá-lo na encruzilhada entre dois mundos. A nova dinâmica social, conclui Hübinger (2019, p. 137), “constituía o elixir da vida dos intelectuais”. Mas também de reações tipicamente antimodernas, como o antissemitismo. Seu alastramento pode ser medido pelo fato de que o mais influente veículo do antissemitismo radical de então, a revista *Das Zwanzigste Jahrhundert*, chegou a ser dirigida por ninguém menos que Heinrich Mann. Em seu livro, Hübinger mostra como o grande sucesso do livro de Werner Sombart *Os judeus e a vida econômica* não pode ser entendido fora deste contexto. Recorrendo a uma explicação “étnica” da origem do “espírito do capitalismo” (expressão cunhada por ele, não por Weber), Sombart não apenas se contrapunha à perspectiva histórico-cultural adotada por Weber em seus artigos de 1904-1905 mas também conferia um verniz de respeitabilidade “científica” a preconceitos profundamente enraizados (HÜBINGER, 2019, p. 152). De sua parte, Weber manteve ao longo de toda a vida, como *Privatgelehrter* e como homem público, uma clara distância em relação ao antissemitismo. Em 15 de janeiro de 1919, ele assina

com sua esposa Marianne um manifesto publicado no *Heidelberger Zeitung* em que se denuncia a transformação dos judeus em bodes expiatórios do caos em que afundava a Alemanha. A tradução “teórica” dessa convicção, nós a encontramos no último parágrafo da observação preliminar originalmente publicada no primeiro volume dos ensaios reunidos de sociologia da religião (WEBER, 2020, p. 25-26).

A terceira parte da obra, dedicada aos “Ordenamentos do saber político”, é de especial interesse para os que se interessam pelos primórdios da sociologia política alemã. Weber viveu a transição de uma época em que a reflexão sobre o político passou das mãos dos historiadores e das “ciências do Estado” às mãos de pioneiros como Georg Jellinek e Robert Michels, e ainda a publicações especializadas como o *Handbuch der Politik* e a *Zeitschrift für Politik*. Em boa medida, é da experiência de viver numa nova “era axial”, marcada por conflito e racionalização crescentes, que emerge a concepção agonística da cultura em Weber, para quem “a luta é um elemento intrínseco a toda a vida cultural”. Para Hübinger (2019, p. 176), a categoria de “luta” adquire um estatuto verdadeiramente antropológico em Weber. Talvez se possa mesmo ver na antropologia política de Hemuth Plessner (MATA, 2020) – que, não por acaso, frequentou as *journalées* da Ziegelhäuser Landstrasse nos anos anteriores à guerra – uma sistematização de elementos que Weber apresentara, embora de forma ainda muito dispersa, em seus debates na *Associação para a Política Social*.

Na parte seguinte, “Reordenamento da Alemanha e do mundo”, o livro se volta para personagens e temas sob o pano de fundo da Primeira Guerra Mundial: o político liberal Gustav Stresemann, a questão do Estado nacional polonês, o já referido encontro de Lauenstein e, por fim, os prenúncios da sociologia da cultura nas obras de Weber, de seu irmão Alfred e de Ernst Troeltsch. O nacionalismo e as ambivalências da concepção de democracia de Weber são examinados com especial cuidado por Hübinger. A leitura destes capítulos permite perceber como o pensamento político de Weber, tal como sua sociologia, é o fruto de um longo processo de decantação de suas investigações sobre a realidade histórica. O caminho que leva do historiador do direito marítimo medieval e do direito agrário romano ao sociólogo da racionalização do mundo é essencialmente o mesmo que leva da escrita de “A situação da democracia burguesa na

Rússia” à análise do fenômeno burocrático, ou ainda da escrita de “Sufrágio e democracia na Alemanha” à de *Política como vocação*. É forçoso admitir, por outro lado, que os juízos de valor aparecem aqui de uma forma quase natural nesses textos, algo que Weber evidentemente não admitia em seus trabalhos científicos. Nós o vemos dizer, por exemplo, que os alemães não deveriam temer a adoção da democracia, uma vez que se tratava de um “povo de dominadores” (*Herrenvolk*).

Chegamos assim à última sessão, “O círculo de Weber e a ciência”. É curioso ver aqui a proximidade respeitosa, a despeito de todas as diferenças, entre *Denkräume* tão distintos – o do austromarxismo (Emil Lederer), o do círculo de Viena (Otto Neurath) e o neokantismo de Baden. Lederer assumiu em 1911 a função de secretário de redação do *Archiv*. Entusiasmados pela eclosão da revolução alemã de 1918-1919, Lederer e Neurath defendiam posições que Weber atacava com veemência. Diante dos planos anunciados pelo fugaz governo de Kurt Eisner de planificar a economia da Baviera, Weber escreve a Neurath afirmando que se tratava de uma “leviandade absolutamente irresponsável [...] que pode desacreditar o ‘socialismo’ por cem anos” (*apud* HÜBINGER, 2019, p. 319). Embora os dois homens tenham mantido contato amigável mesmo após o retorno de Neurath à Áustria, sua *Sociologia empírica* de 1931 era um evidente esforço de se contrapor à sociologia compreensiva.

Nos dois últimos capítulos, Hübinger deixa Weber de lado e passa ao weberianismo, analisando criticamente o legado de três grandes sociólogos inscritos nessa tradição: Mario Rainer Lepsius, Raymond Aron e Ralf Dahrendorf. Que o primeiro nome seja o menos conhecido entre nós, deveria causar impressão. Afinal, Lepsius, um dos mais influentes e criativos cientistas sociais de sua geração, nasceu no Rio de Janeiro em 1928. Seus estudos de sociologia histórica sobre a República de Weimar e o sistema partidário alemão fizeram época, em especial o conceito por ele proposto de “milieu social-moral”. O leitor brasileiro fica tentado a imaginar as possibilidades de interpretação da atual crise do nosso sistema político à luz de tal abordagem. Claramente ancorado em Weber, Lepsius observa que “[...] quanto mais tênue é a institucionalização, maior a personificação da liderança, e quanto mais intensamente esta é estruturada através de

laços de lealdade pessoais diretos com o líder, maior o seu carisma” (*apud* HÜBINGER, 2019, p. 348). Tendo essa constatação em mente, seria o caso de colocar de ponta-cabeça a vetusta tese de Sérgio Buarque de Holanda de que o funcionamento da democracia no Brasil é prejudicado por um personalismo atávico, emanado de nossas “raízes ibéricas”. Mas não é uma suposta cultura do personalismo que inibe a institucionalização democrática, e sim o oposto: a recorrência do personalismo é antes um *efeito* da precariedade da institucionalização e de consenso em torno das regras do jogo numa sociedade em que o grande esporte nacional, de uma ponta à outra do espectro político, é a crítica das instituições.

De toda forma, o exemplo de Lepsius ilumina uma das preocupações principais da sociologia histórica dos intelectuais em Hübinger (2019, p. 362), qual seja: o que significa, hoje, ser um intelectual weberiano? Em trabalhos anteriores, ele concluíra que ao contrário do tipo revolucionário, cuja “vocaçãõ” se consubstancia apenas na contestação radical, o *habitus* weberiano corresponderia ao modelo do “espectador engajado” (HÜBINGER, 2016). O termo, cunhado por Aron em suas memórias, designa para Hübinger uma atitude básica que consiste em apreender analiticamente, e em toda sua extensão, as tensões fundamentais de uma sociedade com o objetivo de, num segundo momento, refreá-las objetivamente (HÜBINGER, 2019, p. 137). Ser um intelectual weberiano, nessa perspectiva, significaria algo mais que se esmerar no uso ou na criação de tipos ideais, que avaliar continuamente o potencial analítico do legado científico de Max Weber, que apreender os fenômenos sociais em seu “vir a ser histórico”. Significa, em última instância, adotar uma *Realpolitik* capaz de orientar um agir coadunado com a “razão prática”. É oportuno, a nosso ver, que Hübinger tenha concluído seu belo livro com o elogio desse tipo de intelectual. Pois nunca, como hoje, ele foi tão necessário.

Referências

HÜBINGER, Gangolf. Max Weber e a história cultural da modernidade. **Tempo Social**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 119-136, 2012.

HÜBINGER, Gangolf. **Engagierte Beobachter der Moderne**. Vom Max Weber bis Ralf Dahrendorf. Göttingen: Wallstein, 2016.

HUIZINGA, Johan. **Nas sombras do amanhã**. Um diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo. Goiânia: Caminhos, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. Mudança de experiência e mudança de método. Um esboço histórico-antropológico. In: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos de tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 48.

MATA, Sérgio da. Ser humano: político por natureza? **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 1, p. 248-254, 2020.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Lua Nova**, São Paulo, n. 56-56, p. 185-194, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 2020.

Recebido: 30/05/2020

Aprovado: 17/07/2020

Metaweberianism

Abstract

Our aim is to review Gangolf Hübinger's most recent contribution to the Weber Studies, showing how intellectual history comprehends one of the very few domains in human sciences through which it is possible to understand and even to explain Weber in a Weberian way. This innovative approach further develops Koselleck's theory about the connection between methodological innovations and the emergence of *Zeitschwellen*, in dialogue with Lepsius' concept of social-moral milieu.

Keywords: Max Weber. Intellectual history. Sociology of intellectuals.

A análise política por Max Weber da Revolução de Fevereiro de 1917: um balanço crítico

Luiz Enrique Vieira de Souza¹
Ricardo Musse

Resumo

O presente trabalho discute criticamente a análise de Max Weber sobre a situação política da Rússia em 1917, particularmente seu artigo sobre a Revolução de Fevereiro [A transição da Rússia à pseudodemocracia]. Nele estabelecemos os nexos entre tal artigo e seus escritos dedicados à revolução russa de 1905, com ênfase para a análise das classes sociais e a viabilidade de uma coalizão democrática capaz de suplantar o czarismo. Em 1917, Weber questiona o caráter democrático do “governo provisório” e conclui que o processo revolucionário se resumiu à anulação de um monarca incompetente, sem alterar a posição conservadora das classes dominantes em relação à questão agrária, nem sua dependência perante os bancos estrangeiros. Assim, analisamos os equívocos que levaram Weber a desconsiderar a possibilidade de uma aliança entre operários e camponeses, bem como as insuficiências de seu esquema teórico para incluir a dinâmica do movimento de massas na transformação histórica.

Palavras-chave: Max Weber. Revolução de Fevereiro. “Pseudodemocracia”. Czarismo.

Em 26 de abril de 1917, pouco mais de um mês após o estopim da Revolução Russa de fevereiro (08 de março no calendário alemão), Max Weber (2005b) publica na revista *Die Hilfe*, o artigo “*Russlands Übergang zur Scheindemokratie*” [A transição da Rússia para a pseudodemocracia]. A opção de divulgar o artigo na revista dirigida por Friedrich Naumann não é casual. Deve-se em parte à interlocução constante entre parceiros

¹ Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia Segundo autor: Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

políticos e amigos, intensificada durante a guerra, mas também ao propósito de Weber de influenciar os círculos liberais e burgueses, e mesmo os dirigentes do Reich, alvos preferenciais da revista de Naumann.

A relação entre os dois iniciou-se em 1894. Weber frequentou na ocasião, sem uma adesão incisiva, as sessões da associação comandada por Neumann, a *Evangelisch-Sozialer Kongress*, então em vias de se transformar em partido político. Apesar de seu ceticismo em relação à viabilidade do projeto, Weber apoiou – inclusive captando fundos financeiros – a malograda candidatura de Neumann ao *Reichstag*. A dedicação quase integral de Weber à produção científica, não esmoreceu o diálogo entre eles, insaturado nos marcos de uma constante afinidade política² (HEUSS, 1968; WEBER, 1995).

O artigo publicado na *Die Hilfe* completa um tríptico iniciado em 1906 com a publicação de dois artigos sobre a Revolução Russa de 1905: *Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Russland* [A situação da democracia burguesa na Rússia], em fevereiro, e *Russlands Übergang zum Scheinkonstitutionalismus* [A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional], em agosto, ambos publicados na mais prestigiosa revista acadêmica alemã (*Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*). No conjunto da obra de Weber, esse tríptico se insere em duas séries distintas, convergentes em certa medida: os textos de intervenção no debate público alemão – seja este acadêmico, partidário ou político; e a reflexão sobre a dimensão propriamente política dos processos de modernização tardia na Rússia (e na Alemanha).

A publicação da pesquisa empírica realizada por Weber, em 1892, no âmbito da *Verein für Sozialpolitik* (Associação para a Política Social) sobre a situação dos trabalhadores rurais ao leste do Elba (WEBER, 1993; POLLAK, 1986) suscitou um debate político sobre a questão agrária alemã no qual ele não se furtou em assumir o papel de protagonista. No período que se estende de 1892 a 1899, Weber redigiu grande quantidade de textos e discursos salientando duas linhas interconectadas de desdobramentos dos resultados de sua pesquisa: a discussão da política

2 Friedrich Neumann é o destinatário de parte considerável da correspondência recolhida na seção “*Politische Briefe*” nas *Gesammelte Politische Schriften* de Weber (1988b).

econômica e a determinação dos interesses estratégicos concernentes à soberania do Estado Nacional alemão.

A partir de 1914, com a deflagração da guerra, Weber volta a intervir – com a mesma intensidade da década de 1890 – na discussão sobre os problemas da atualidade, num acompanhamento detido das flutuações da conjuntura histórica e política. Até mesmo o artigo mais denso deste período *Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland* [Parlamentarismo e governo numa Alemanha reordenada] veio a lume sob a forma de uma sequência de artigos publicados durante o verão de 1917 no jornal *Die Frankfurter Zeitung*.

Os artigos de intervenção da década de 1890 estão orientados pelas premissas enunciadas por Weber, em 1894, em sua aula inaugural na Universidade de Freiburg, “O Estado nacional e a política econômica”. Nesta, além de subordinar a economia à “*raison d'état*” [*Staatsrason*] do Estado alemão, descreve como tarefa dos professores de sua geração, considerando suas “responsabilidades diante da história”, a interferência ativa na vida política, sem o temor de, no limite, transformar a cátedra em palanque³, uma postura que mudaria após o amadurecimento de suas perspectivas metodológicas e conferiria outro tom aos seus escritos políticos a partir da guerra (WEBER, 1986a, 1986b).

Essa diferença torna-se mais clara quando se tem em mente que as determinações de seu esquema conceitual foram estabelecidas, em larga medida no período entre 1903 e 1905, por meio de um acerto de contas com o “historicismo” da escola histórica da economia (a assim chamada “controvérsia metodológica”), com a *Geisteswissenschaft* na versão formulada por Wilhelm Dilthey, com os princípios da sociologia de Ferdinand Tönnies e Georg Simmel, com a “concepção materialista de história”, com o neokantismo logicizante de Windelband e Rickert, com a

3 Comentando a aula inaugural, Michael Pollak (1996, p. 91) diz: “Percebe-se em sua aula inaugural uma estrutura retórica semelhante à de sua conclusão na pesquisa sobre os operários agrícolas, mas o caráter da sequência é outro: depois de uma curta descrição resumindo a enquete, vem a passagem explicativa dos valores que sustentam a análise, ou seja, a razão de Estado que obriga à expansão imperialista. [...] A explicitação da função política da ciência econômica permite a construção de um discurso de pretensão científica, mas que contém, de fato, inúmeros elementos de análise realista, um mínimo de elementos descritivos e um máximo de elementos de ação”.

lebensphilosophie de Friedrich Nietzsche etc. (HEINRICH, 1952; COHN, 2003; RINGER, 2004).

O artigo “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”, publicado em 1904, nos *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, constitui uma espécie de súpula desse novo método de investigação. Weber propõe, como forma de resolução da heterogeneidade entre conceitos e dados empíricos, teoria e história (salientada por Kant e desdobrada no Idealismo alemão), a construção de um “tipo ideal”, um “quadro homogêneo de pensamento”, uma abstração unilateral que permitiria a formulação de hipóteses a serem comprovadas ou não por uma comparação histórica sistemática. Por intermédio desse meio de conhecimento, a ciência – apesar de orientar-se pelo significado cultural atribuído – adquire uma “objetividade” que a distingue do subjetivismo inerente aos juízos de valores. O ser e o “dever ser”, a ciência e a política constituem-se, assim, como esferas distintas (WEBER, 1986b).

Essa nova perspectiva metodológica modifica não só o método da investigação como também a lógica da exposição. Michael Pollak destaca com precisão essa alteração:

Nos textos anteriores de Max Weber, percebia-se a linha de argumentação típica da retórica política: da descrição passa-se à prescrição e, progressivamente, as conclusões imagináveis vão sendo reduzidas à única conclusão desejável do ponto de vista do autor. Porém, nos textos científicos de Weber escritos mais tarde, ele se preocupa com a clareza descritiva e analítica, não formula conclusões em termos de ação, e – à guisa de conclusão – inúmeros textos de Weber terminam em termos prospectivos, que destacam não uma única solução, mas diversos desdobramentos possíveis” (POLLAK, 1996, p. 95).

Em linhas gerais, o artigo publicado na revista *Die Hilfe* segue esse modelo. O texto organiza-se sob a forma de uma descrição analítica da situação de momento (abril de 1917) na Rússia. O próprio Weber salienta, nas primeiras linhas, que busca um “juízo sóbrio” e evitaria fazer “profecias sobre o futuro andamento da revolução” (WEBER, 1984b, p. 238). Nas páginas finais, no entanto, quando se coloca a questão das relações da Alemanha com o governo então no poder na Rússia, ele retorna à fórmula da década de 1890, a da prescrição que solicita uma ação inequívoca.

Embora o artigo “A transição da Rússia para a pseudodemocracia” (WEBER, 2005b) se apresente como uma peça única, sem subdivisões, é

possível discernir partes em que se concentra a discussão de tópicos determinados. No primeiro bloco investiga-se a conexão causal responsável pela Revolução de Fevereiro, tendo em vista a situação de estabilidade política e social vigente após os eventos de 1905-1906⁴. Destaca o sufocamento da insurreição popular de 1905-1906, reforçado pela emergência de um Estado de “caráter policial” (WEBER, 1984b, p. 246); a criação de uma ideológica unidade nacional predominante nos círculos da *intelligentsia* (tanto da rural e como da urbana), tributária do tratamento concedido à demanda por autonomia das nacionalidades no interior da Rússia e, sobretudo, do exercício de uma política externa expansionista e imperialista. O ponto principal, no entanto, consistiria nas reformas promovidas sob o comando de Piotr Stolypin (Ministro do Interior), em especial a reforma agrária que realizou “[...] a hábil manobra de fracionar em duas partes desiguais, inevitável e profundamente antagônicas, um dos grupos sociais revolucionários nucleares, os camponeses da antiga Rússia” (WEBER, 1984b, p. 188).

Uma das partes oriundas desse fracionamento seria composta pelos camponeses que se tornaram proprietários privados superando a condição – na qual a maioria ainda se encontrava – de proletários do “comunismo de aldeia”. Weber completa o quadro descrevendo o grupo que denomina de “terceiro elemento”⁵, o círculo da *intelligentsia* que mantinha contato permanente com o campesinato. Posicionados geralmente em oposição interna à administração estatal de caráter policialesco tornaram-se os principais “portadores da propaganda social-revolucionária no campo” (WEBER, 1984b, p. 188).

4 Os protestos agrários que levaram os mujiques literalmente a incendiar propriedades no campo em 1906-1907 foram respondidos por Piotr Stolypin com tal violência que ele ficaria conhecido na história russa como o “enforcador”. Já no período entre 1911 e 1913, a Rússia voltou a experimentar uma forte inquietação entre o operariado fabril, expressa numa nova onda de greves (LUXEMBURGO, 2017, p. 24). À luz desses fatos, deve-se relativizar a afirmação de Weber segundo a qual o interstício entre 1905 e 1917 teria representado um período de estabilidade política e social na Rússia.

5 Na descrição de Weber, “[...] dele faziam parte os numerosos empregados de salário fixo mal remunerado das grandes ligas (uniões) autoadministrativas dos *zemstvos*. Entre eles achava-se a quase totalidade da *intelligentsia* ativa na administração. Igualmente, todo o pessoal do trabalho agrônomo e de veterinária, tão importantes na Rússia, e quase todo o trabalho que entre nós chamamos de ‘economia popular’ além do ensino na escola primária leiga e dos médicos rurais empregados com salário fixo” (WEBER, 1984b, p. 239).

No mundo urbano, no período entre 1905 e 1917, Weber ressalta que “multiplicou-se fortemente o proletariado industrial” (WEBER, 1984b, p. 240), cada vez mais desvinculado da aldeia de origem, com concentrações de trabalhadores nas então “poucas empresas gigantescas da indústria pesada”. À luz desta alteração na estrutura social, os protestos de 23 a 28 de fevereiro obrigaram Nicolau II a abdicar do trono, abrindo caminho para a formação de um “governo provisório” composto de representantes das principais classes e orientações políticas da sociedade russa. Suplantou-se assim o principal obstáculo ao êxito de processos revolucionários, descritos por Weber na chave de uma constatação: “a experiência feita há pouco em toda parte” comprova que, atualmente, “[...] revoluções que tenham sucesso mais do que efêmero não podem ser realizadas nem pela burguesia e *intelligentsia* burguesa sozinhas nem pela massa proletária e inteligência proletária somente” (WEBER, 1984b, p. 240).

A indagação acerca das motivações da Revolução de Fevereiro concentra-se assim na elucidação dos fatores que conduziram a essa improvável aliança, ainda que momentânea, entre burguesia, proletariado e campesinato. O alvo imediato da investigação torna-se, por conseguinte, o modo de proceder do czar, as ações políticas que estimularam a união de todos contra ele. Weber não poupa Nicolau II da responsabilidade pelo desenlace da insurreição. Acusa-o de “por vaidade” recair no “engano pernicioso de ele próprio querer governar” (WEBER, 1984b, p. 243) – motivação oculta da demissão de Serguei Witte – mesmo sem dispor do cabedal necessário para essa função⁶.

A perquirição, entretanto, não se detém aí. Indaga porque, antes da revolução, não se conseguiu “[...] anular um soberano politicamente incapaz de [gerir] seus próprios interesses e os da nação” (WEBER, 1984b, p. 244). Para Weber, isso somente seria possível num regime parlamentarista, pois o corpo de funcionários especializado responsável pela administração do Estado, por mais eficiente que seja, não se encontra imbuído do poder efetivo

6 Para justificar o juízo que qualifica o czar como um mero “diletante”, Weber enumera requisitos que considera imprescindíveis na atividade política e na arte de governar: “rigorosa objetividade, segura visão, reservado autocontrole, capacidade de ação silenciosa” (WEBER, 1984b, p. 244).

e da responsabilidade necessária para o cumprimento dessa tarefa⁷. Diz ele: “[...] o poder parlamentar condena, [...] mediante uma seleção de simples eficácia, o soberano politicamente incapaz, e só ele, à impotência – e isto é de longe sua realização mais importante” (WEBER, 1984b, p. 245-246).

A investigação desdobra-se, assim, num questionamento tão recorrente nos escritos políticos de Weber que talvez não seja demasiado considerá-la como uma hipótese derivada de uma construção de “tipo ideal” a ser elucidada por intermédio da comparação histórica: como e por que sociedades com processos de modernização retardatária, nas quais o desenvolvimento capitalista é tardio, suscitam obstáculos quase intransponíveis à consolidação dos princípios do liberalismo constitucional e à implantação do regime político parlamentarista?

No tríptico composto pelos artigos sobre as Revoluções Russas de 1905 e 1917, mas também no artigo *Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland*, Weber procura situar essa investigação num espectro amplo. Elimina-se, dessa forma, de saída qualquer possibilidade de encontrar como resposta uma determinação unívoca, um fundamento último – seja ele de natureza econômica, política ou cultural. Nos dois casos, porém, a exposição demora-se na análise da configuração das classes e grupos sociais relevantes.

O tríptico inicia-se com o artigo, publicado em fevereiro de 1906, “A situação da democracia burguesa na Rússia”⁸. Nele, Weber (2005a) coloca

7 A contraposição entre poder político e gestão administrativa é retomada e desenvolvida no artigo *Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland*. Nele, conforme a síntese de Gabriel Cohn (2016, p. 143): “[...] o parlamento é valorizado por algo mais do que seu papel de órgão da representação política mediante os partidos. Trata-se do terreno no qual podem brotar novas lideranças políticas. E o governo é concebido como centro do exercício do poder propriamente político mais do que da coordenação das medidas administrativas correntes”.

8 No período que se seguiu ao “domingo sangrento” e à irrupção das greves de massas nos centros urbanos durante a Revolução de 1905-1906, Weber dedicou-se com afinco à aprendizagem do idioma russo. Em poucas semanas, já era capaz de formular suas análises com base na leitura de diferentes fontes da imprensa russa e dos principais programas em disputa no império czarista. Além disso, valeu-se de uma frutífera interlocução com cientistas e estudantes russos que participavam do círculo de leituras fundado em Heidelberg pelo médico N. I. Pirigov, onde a revolução de 1905 havia provocado vividas discussões sobre as propostas constitucionais do movimento democrático russo (DAHLMANN; MOMMSEN, 1989). A densidade dessas reflexões expressou-se, em 1906, na publicação de dois artigos no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, que perfazem dois extensos volumes com centenas de notas de rodapé (inéditas em português), nos quais

a pergunta sobre a existência de classes sociais em condições de serem “portadoras” dos valores da liberdade e da autonomia individual na disputa contra a autocracia. Sua reflexão detém-se sobre a possibilidade de se engendrar uma coalizão de interesses capaz de derrotar o czarismo e alçar princípios liberais ao plano constitucional.

Naquele momento, Weber expressou sua simpatia pela causa da *intelligentsia* burguesa, reunida no Partido Constitucional-Democrata (*kadets*), e dos elementos atuantes nos *zemstvos*, conselhos comunais criados por Alexandre II após a derrota na Guerra da Crimeia. Ainda que de maneira cética, Weber enxergava no império a leste uma série de pré-condições favoráveis ao surgimento de uma cultura livre. A Rússia dispunha de um vasto território que potencializava suas chances de desenvolvimento econômico, além de contar com as vantagens de ainda não ter atingido o estágio de racionalização burocrática que impunha entraves à livre iniciativa, nem aquele grau de saturação cultural que uniformizava os estilos de vida no Ocidente. Esses fatores eram importantes aos olhos de Weber porque uma eventual derrota do czarismo poderia alterar a correlação de forças em prol do liberalismo em toda a Europa e, ao mesmo tempo, oferecer bases mais favoráveis para as relações diplomáticas entre Rússia e Alemanha (SOUZA, 2017, p. 9-19).

O desenrolar dos conflitos levou Weber, porém, à conclusão de que as possibilidades de vitória do liberalismo eram diminutas porque os ideais da *intelligentsia* burguesa não encontravam apoio em camadas mais amplas da sociedade russa. Os conflitos de interesses entre os empresários industriais e a classe trabalhadora inviabilizaram uma coalizão dos setores urbanos contra o czarismo, ao passo que os membros da nobreza agrária – mesmo aqueles inicialmente ativos no âmbito dos *zemstvos* – perfilaram ao lado da autocracia em resposta à “fome de terras” do campesinato.

Weber mobilizou não apenas os fatos relacionados à conjuntura política, mas também conhecimentos sobre a literatura russa do século XIX e as tradições da Igreja Ortodoxa (WEBER, 1971a, p. 234-353, 1971b). Embora naquela ocasião também se referisse despretensiosamente aos seus artigos como “notas ao estilo de crônicas”, Weber desenvolveu ali formulações de caráter sociológico coerentes com seus pressupostos metodológicos do “pluralismo causal”, esmiuçando em alguma medida os interesses materiais e ideais das camadas sociais e partidos envolvidos nos conflitos (SOUZA, 2017; MATTÁ, 2006).

Nesse cenário, Weber não conseguiu vislumbrar de onde poderia surgir o impulso para implantar as propostas dos programas do campo democrático. Apesar de ter encarado a luta emancipatória na Rússia “com profunda participação e comoção interior” (WEBER, 2005a, p. 118), suas observações não lhe permitiram estabelecer afinidades substanciais entre o liberalismo constitucional e as condições econômicas do “alto capitalismo” [*Hochkapitalismus*], matriz do processo de modernização na Rússia (e, em larga medida, também na Alemanha).

No segundo artigo do tríptico, publicado em agosto de 1906, “A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional”, Weber interpreta os *zig-zags* políticos do czarismo à luz de sua dependência dos bancos estrangeiros. Com o intuito de aplacar as críticas da opinião pública internacional – mas, sobretudo, para apaziguar os credores de Berlim e Paris em relação aos seus investimentos na Rússia –, o governo publicou o “Manifesto de Outubro”, uma declaração redigida pelo ministro Sergei Witte que estabelecia direitos civis assentados no princípio da inviolabilidade da pessoa e assegurava as liberdades de “consciência”, “expressão”, “reunião” e “organização”, além de promover a Duma de órgão consultivo a órgão legislativo (WEBER, 1971b, p. 165-401).

De maneira emblemática, porém, o manifesto foi pregado nos muros das cidades russas ao lado da ordem dada poucos dias antes pelo General Trepov ao Exército para “não poupar munição” na coibição de motins. Ao fim e ao cabo, as perseguições continuaram; então, Weber demonstrou que cada uma das garantias oferecidas no documento não tinha mais valor que uma letra morta. A autocracia limitou as atribuições da Duma, esvaziando-a de poderes e tratando com animosidade a representação popular. O caráter “pseudoconstitucional” do novo regime tornou-se explícito quando a oposição venceu por duas vezes as eleições e a resposta do czar em ambas as ocasiões foi a dissolução do parlamento. Contudo, depois que novos empréstimos foram obtidos, nem a Duma nem Witte se faziam mais necessários; pelo contrário, a essa altura a estabilidade do regime e também os ânimos dos credores estrangeiros passaram a depender, sobretudo, da capacidade repressiva da autocracia.

Weber considerou, no entanto, que o “Manifesto de Outubro” iria produzir um efeito duradouro: a perda relativa dos poderes do czar diante do aparato burocrático. As novas disposições consolidariam no terreno institucional o predomínio do aparato administrativo, promovendo uma centralização do poder capaz de reordenar a situação caótica da realidade política anterior (WEBER, 1971b). Weber incorreu, porém, no equívoco de levar demasiado a sério as novas diretrizes legais. Tal como antes, o aparato administrativo russo continuou a pouco diferir do retrato feito por Nikolai Gógol (2009) na peça *O Inspetor Geral*. As alterações institucionais não se mostraram efetivas no sentido de limitar os caprichos do czar, nem permearam a administração pública com parâmetros de racionalidade que coibissem várias de suas práticas arbitrárias costumeiras.

O terceiro artigo, publicado em abril de 1917, “A transição da Rússia para a pseudodemocracia” (WEBER, 2005b), retoma tópicos, análises e conceitos presentes nos dois artigos de 1906. O termo *Scheindemokratie*, por exemplo, utilizado para caracterizar a natureza do processo em curso em 1917, remete a *Scheinkonstitutionalismus*, adjetivo com o qual Weber designa o regime político implantado em 1906. A repetição do qualificativo “*Schein*” indica, portanto, sua discordância da tese de que a Revolução de Fevereiro acarretaria mudanças substantivas na política russa.

Segundo Weber, a burguesia havia apoiado a sublevação popular apenas para se desembaraçar de um monarca incompetente que havia levado o país ao caos. O “governo provisório” é descrito como um carro sem direção, no qual o peso maior cabia aos representantes conservadores da burguesia industrial, aos militares de carreira, ao quadro burocrático e aos credores das finanças nacional e estrangeira. Assim, Weber minimiza a participação no governo de representantes da *intelligentsia* revolucionária, considerando-os como pouco mais que instrumentos das antigas elites para manter a sua autoridade política.

Weber reconhecia a força de mencheviques e socialistas-revolucionários (herdeiros da tradição *narodnik*, cujo principal expoente em 1917 era Alexander Kerensky) que dispunham naquele momento dos meios de comunicação e transportes, além de contarem com apoios de parcela dos

quadros da burocracia rural. No entanto, apesar disso, sustentou que a presença de radicais no governo se devia apenas à estratégia das velhas elites conservadoras de manter a aparência revolucionária do novo regime, sem enfraquecer o controle que exerciam sobre o aparelho de Estado.

No segundo bloco, a exposição se desenrola em torno da determinação do caráter do processo em curso. Weber avaliou, na contracorrente do debate alemão sobre a situação vigente na Rússia (BROUÉ, 2005), que a sequência de acontecimentos decorrentes da insurreição de fevereiro, em especial a formação de um “governo provisório”, não configurava propriamente uma “revolução”, como, aliás, a expressão do título “pseudo-democracia” já indicava. Ele resume, em uma frase e em tom categórico, o resultado de sua análise quanto a esse ponto: “Até agora se realizou não uma revolução, mas um simples desligamento de um monarca “incapaz” (WEBER, 1984b, p. 253).

Essa conclusão assenta-se em considerações de duas ordens, o exame das relações de poder, no âmbito do “governo provisório”, entre os representantes políticos da burguesia, do proletariado e do campesinato; e uma consideração demorada das possibilidades de coalizão entre classes com demandas bastante diferentes. Os acelerados desdobramentos da insurreição – intensificados num cenário de derrotas parciais na guerra e de persistente desabastecimento – forçaram os círculos burgueses e a elite política a aceitar a supressão da linha dinástica (na prática, a derrubada da monarquia) e a compor um governo com indesejados representantes dos camponeses e do proletariado.

Weber pondera que o “governo provisório” configura uma situação de equilíbrio altamente instável que irá desembocar em um dos dois desdobramentos possíveis: a ditadura militar ou a democracia. Cabe observar que Weber sequer menciona, nem mesmo como possibilidade longínqua, a opção que veio a prevalecer em outubro, a “revolução social” ou “proletária”, apesar de este termo ser recorrente na propaganda dos círculos radicais. Na sua ótica, se a tendência predominante no momento fosse invertida e o processo em andamento desaguasse numa “revolução”, o que se teria, no limite, seria uma mudança de regime político.

O diagnóstico de Weber, decorrente de uma análise do poder desigualmente distribuído no interior do “governo provisório”, prevê que é “[...] muito pouco provável que um desenvolvimento para uma ditadura militar clara ou velada não se realize, caso a guerra continue” (WEBER, 1984b, p. 248). Ele justifica essa previsão por meio de uma análise dos interesses prevaletentes entre as forças majoritárias no governo. Segundo Weber, três setores decisivos temem a democracia e, por conseguinte, esforçam-se para manter a continuidade da guerra: os oficiais de carreira (logo, o comando das Forças Armadas); as camadas burguesas na Duma e no “governo provisório”; e as finanças internas e externas (corporificadas nas bolsas e no setor bancário).

Assim como em seus escritos da década anterior, Weber sublinhou que as pressões dos credores estrangeiros continuavam a definir os contornos da política russa. As demais potências da *Entente*, França e Inglaterra, financiavam não só os gastos militares, mas também o combate da burguesia russa aos seus “inimigos internos”. Em outras palavras, a permanência da Rússia na guerra era tanto uma contrapartida aos empréstimos concedidos pelos aliados como uma maneira de imobilizar no *front* a massa de camponeses que demandava a redistribuição das terras.

Essa tática concedia às elites uma margem de tempo para reorganizar o aparato repressivo necessário para conter os elementos radicais nos centros urbanos e nos vilarejos. Nas palavras de Weber (1984b, p. 249): “Os senhores Miliukov e Gutschkov dirigem seu olhar para os bancos internos e externos, e agora para a América – não com a finalidade primeira de levar adiante a guerra, mas para se firmarem na sela contra os radicais”. Weber desacreditava da possibilidade de que a ala efetivamente democrática do “governo provisório” revertesse a hegemonia da coalizão entre grande burguesia, latifundiários e antigos funcionários, pois Kerenski e seus aliados não dispunham de *Kreditfähigkeit* perante os bancos estrangeiros nem das condições para assumir as responsabilidades pela administração pública sem o apoio destes setores.

Ao focar sua análise na coalizão de interesses entre bancos estrangeiros e as camadas proprietárias em prejuízo do campesinato, Weber concluía que a política russa permanecia como antes de 1917. Mesmo que os cam-

poneses representassem a imensa maioria do povo russo e efetivamente desejassem o fim da guerra, suas reivindicações materiais não poderiam ser satisfeitas sem uma ampla reforma que desapropriasse as terras da nobreza agrária e daquela pequena parcela de camponeses ricos (*kulaks*) que havia sido favorecida pelas medidas adotadas por Piotr Stolypin em 1907 para modernizar a produção agrícola e conter os distúrbios agrários que se seguiram à primeira revolução.

As resistências das camadas proprietárias às exigências dos camponeses eram tanto maiores porque o desequilíbrio nas finanças do Estado inviabilizava o pagamento de indenizações pelas desapropriações. Além disso, a dívida externa também jogava um papel importante na questão agrária. Nas palavras de Weber (1984b, 249):

[...] recai sobre os camponeses a cobertura dos juros da dívida externa, repete-se o processo descrito pela economia política russa: essa camada subnutrida é obrigada por meio de violentos impostos a ceder para a exportação o cereal exigido para cobrir aqueles juros.

A incompatibilidade entre os interesses da burguesia e as demandas dos camponeses explicaria as ações dos representantes políticos da camada dirigente para procrastinar a realização das já convocadas eleições para a Assembleia Constituinte. O êxito dessas articulações decorria, na avaliação de Weber, da hesitação dos representantes do campo democrático no governo em romper com a situação de dependência da Rússia em relação às finanças internacionais.

Assim, de certo modo, na medida em que subordina o desenrolar dos acontecimentos políticos ao poder e ao controle dos bancos estrangeiros, Weber projeta o futuro como uma reiteração das experiências do passado. O “juízo sóbrio”, a preocupação em permanecer atento ao jogo da *Realpolitik* descartando arroubos e utopias românticas, mostra aqui os seus limites. Mesmo que a pressão desses credores tenha sido decisiva para as manobras do “pseudoconstitucionalismo” durante a revolução de 1905, Weber não percebeu que a iminência da derrota militar e o colapso do aparato estatal criavam agora uma situação de descontentamento entre as massas que os “empréstimos da liberdade” já não seriam capazes de mitigar (COLLINS, 2001, p. 188).

Em suas considerações acerca das possibilidades de coalizão entre as três classes principais, burguesia, proletariado e camponeses, o tratamento que Weber concede a cada uma delas vai além de uma mera descrição estática da estratificação social. As análises de cada caso procuram ressaltar a dinâmica que se estabelece por meio de um complexo jogo de conexões entre relações de afinidade ou solidariedade e os interesses contraditórios que estão na base de conflitos permanentes. Nesta análise de um caso concreto, a situação das classes no âmbito da Revolução de Fevereiro, o critério decisivo é a posição da burguesia, do proletariado e do campesinato diante da possibilidade de configuração de uma coalizão duradoura que sustentasse um regime democrático não efêmero.

O diagnóstico de Weber de que o advento de uma ditadura militar clara ou velada era a hipótese mais provável não era de forma nenhuma descabido. Tanto assim que essa perspectiva esteve no horizonte no final de agosto de 1917, quando o então comandante do Exército, general Lavr Kornilov, enviou tropas para Petrogrado. No entanto, o fato de Weber sequer ter vislumbrado como hipótese, ainda que improvável, os rumos que o processo revolucionário russo tomaria em outubro (o que não deixa de ser espantoso tendo em vista sua acuidade como analista político), é algo que demanda explicação. Esta talvez se encontre na enumeração de seus equívocos de avaliação acerca das afinidades e contradições que possibilitavam ou impediam alianças de classe.

Aos seus olhos, seria inconcebível a formação de um governo num Estado moderno sem a participação da burguesia, pois mesmo um empresário com pouco ou nenhum dinheiro na carteira gozaria de mais confiança que quaisquer elementos das camadas populares, especialmente quando estes se orientassem por ideais coletivistas (OZHIGANOV, 2019, p. 128). Além disso, Weber não levou suficientemente em consideração as especificidades históricas locais ao desacreditar a viabilidade de uma coalizão entre operários e camponeses na Rússia. Mesmo tendo em diversas ocasiões questionado o materialismo vulgar da Segunda Internacional, Weber adotou como referência Gueorgui Plekhânov (exponente teórico menchevique e representante do evolucionismo econômico) para afirmar um suposto antagonismo de interesses entre proletários e mujiques.

Segundo o esquema de Plekhânov, os operários enxergariam os camponeses como uma massa atrasada pautada pelo “ideal pequeno burguês de igualdade e divisão”, cujos anseios poderiam deter o desenvolvimento industrial russo por muitos anos (GETZER, 1984). Os ganhos materiais dos operários na indústria da guerra lhes seria vantajoso, assim como o interesse na redução do preço do pão – fatores contrários ao anseio camponês pela paz e pela valorização na cotação dos cereais. “Os líderes socialistas dos trabalhadores podem, pela obstrução da administração, obter concessões políticas de um governo burguês – não, porém, de uma Constituinte de camponeses” (WEBER, 1984b, p. 253). Weber, portanto, não apenas descartou o prognóstico de uma aliança operário-campesina, como também sublinhou que os trabalhadores urbanos partilhavam do interesse das elites de manter o campesinato nas trincheiras.

Para além de quaisquer elementos conjunturais, é importante ponderar em que medida a leitura de Weber sobre as alianças de classe era tributária de uma incorporação parcial dos próprios escritos de Marx sobre o tema. Afinal de contas, tanto no *Manifesto do Partido Comunista* e em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, o fundador do materialismo histórico se expressa em termos bastante críticos em relação ao campesinato, pontuando seus vínculos com o antigo regime, seu apego à propriedade privada e seu caráter amorfo em termos de consciência de classe.

No entanto, como se tratavam de reflexões expostas em correspondências privadas que se mantiveram relativamente pouco conhecidas mesmo entre expoentes da socialdemocracia, Weber desconhecia o fato de que, no final de sua vida, Marx inclinou-se a rever com base nas especificidades russas os argumentos que havia aplicado ao campesinato da Europa Ocidental. Marx também se dedicou ao estudo da língua russa para analisar mais detidamente as tradições da *obshchina* (mir), uma instituição que garantia a propriedade coletiva das terras e sua periódica redistribuição entre os camponeses.

Com base nesse fundamento de propriedade coletiva, Marx reconheceu que os mujiques poderiam assumir uma posição anticzarista e, em aliança com o proletariado nascente de São Petersburgo e Moscou, lançar as bases para uma sociedade superior do ponto de vista civilizatório, sem

necessariamente atravessar o estágio intermediário do desenvolvimento capitalista. Marx foi explícito ao dizer que essa hipótese lutava contra o tempo, uma vez que as forças de mercado já estavam sendo patrocinadas pelo Estado e corroíam paulatinamente os fundamentos da *obshchina*. Além disso, postulou que dependeria também das ações do proletariado ocidental, sem as quais as potências da Europa provavelmente enviariam suas tropas em socorro ao czar (MARX, 2013, p. 71-116).

A ênfase desmedida nas manobras dos círculos dirigentes não permitiu, entretanto, que Weber atentasse para a dinâmica das mobilizações que alteraram decisivamente a correlação de forças na Rússia e expulsou os Romanov do poder. Não lhe pareceu muito relevante que o estopim para a derrubada do czar tenha se consumado a partir do enfrentamento liderado pelas operárias das fábricas têxteis de São Petersburgo, que foram capazes não apenas de angariar a solidariedade dos trabalhadores de outras indústrias, mas inclusive estabelecer diálogo com os soldados destinados à repressão e convencê-los a abaixar suas armas, descumprindo as ordens superiores para pôr fim às agitações. Essa investida representava o ápice de um movimento grevista que envolveu cerca de 590.000 operários entre setembro de 1916 e fevereiro de 1917, no qual 80% das paralizações incluíam exigências políticas (CHRETIEN, 2017). Numa palavra, tratava-se de um processo que revelava o desgaste da população civil com as repercussões negativas da guerra no plano interno e o acirramento de uma disputa em que o anseio pela paz era cada vez mais associada à necessidade de democratização das instituições políticas.

Já em relação às agitações no meio agrário, a queda da monarquia catalisou a iniciativa dos camponeses, que desenvolveram uma multiplicidade de estratégias para forçar a desapropriação de terras.

Alguns camponeses se engajaram em revoltas clandestinas simplesmente abrindo os portões e permitindo que o gado de todo o vilarejo se alimentasse no pasto dos donos das terras. Algumas comunidades produziram documentos aparentemente oficiais que lhes garantiram o uso dos recursos locais perpetuamente. Revoltas mais ousadas viram os camponeses trabalhando juntos para derrubar a madeira das florestas da vizinhança (BADCOCK, 2017, p. 2).

Os mujiques formavam a principal base de recrutamento para o exército e também já se sentiam exauridos pelo esforço de guerra, particularmente

porque o ônus dos empréstimos internacionais representava para eles uma sobrecarga fiscal que lhes arrancava boa parte do fruto de seus trabalhos. Nesse contexto, a ação coletiva dos camponeses mostrou-se a tal ponto efetiva que o “*Decreto sobre a Terra*”, editado pelos bolcheviques após a Revolução de Outubro, pode ser interpretado como a legitimação de uma conquista que os mujiques alcançaram por si mesmos, pois a essa altura eles já haviam expropriado vastas extensões de latifúndio.

A recapitulação dos fatos históricos nos remete, portanto, ao debate sobre os limites das teses sociológicas de Weber sobre poder e dominação. Isso porque suas formulações sobre a concentração dos meios administrativos e do monopólio da violência legítima colocam no centro da discussão política a relação entre um núcleo circunscrito de dirigentes e os funcionários especializados que implementam segundo procedimentos racionais os objetivos formulados por aquelas lideranças que se encontram à frente do Estado. É claro que esse argumento não se restringe às instituições estatais, valendo também para a relação entre dirigentes partidários e as “máquinas” burocráticas que sustentam as disputas encabeçadas por suas agremiações (WEBER, 1968, p. 55-70). De qualquer forma, esse esquema teórico-conceitual sobre a racionalização da esfera política confere uma atenção insuficiente para a ação coletiva das massas e seu papel na transformação histórica. As massas são representadas não como protagonistas dos conflitos por seus próprios interesses materiais e ideais, mas como séquito [*Gefolgschaft*] em disputa pelas elites políticas.

Na realidade, esses pressupostos conformam o substrato da teoria política weberiana que, em termos sociológicos, encontra sua formulação mais sistemática nas passagens de *Economia & Sociedade* dedicadas aos “tipos de dominação” (capítulo III) e à “sociologia da dominação” (capítulo IX). Em que pese as importantes diferenças traçadas por Weber entre ciência e política – isto é, entre a esfera dos juízos de fato e a esfera dos juízos de valor – a “teoria dos pequenos círculos” figura como um elemento comum tanto aos seus escritos sociológicos como àqueles dedicados à intervenção nos debates políticos de seu tempo.

No plano teórico analítico, Weber considera a ação coletiva imediata das massas nos Estados modernos inviável porque nessas condições o

processo decisório não responderia aos critérios de agilidade e eficácia garantidos pela centralização do poder (WEBER, 2004, p. 716-752). Além disso, as massas representariam disrupções emotivas que interfeririam na estabilidade das instituições e na racionalidade da ação política, de forma que exercício do poder direto pela população ou mediado por conselhos seriam incompatíveis com as exigências da *Realpolitik*. “As ‘massas’ [...], independentemente de quais camadas sociais as componham em cada circunstância, pensam somente até depois de amanhã” (WEBER, 1988a, p. 404). Já no plano normativo, Weber esquivou-se de considerar em maiores detalhes aqueles desenhos institucionais que ampliariam a participação política das massas para além da eleição de partidos ou lideranças carismáticas, porque as estruturas de poder popular originadas no bojo de revoluções – como os soviets na Rússia, ou os conselhos de operários e soldados, na Alemanha – haviam se constituído na esfera de influência dos socialistas, ameaçando as possibilidades de coalizão das classes urbanas sob a hegemonia burguesa (SELL, 2019).

No caso da política russa, a “teoria dos pequenos círculos” resultou num enquadramento que impediu Weber de reconhecer a eficácia da ação política das massas e as originalidades institucionais que dela resultaram. Na realidade, o surgimento dos conselhos de operários (soviets) como polos de enfrentamento ao czarismo remonta à revolução de 1905, e não deixa de ser emblemático que Weber tenha solenemente ignorado sua relevância ao longo da jornada de lutas que marcaram o choque do operariado contra a autocracia naquele período (MATTA, 2006, p. 205).

Com a Revolução de Fevereiro, já não era possível silenciar a respeito da existência dos soviets – que agora também abarcava uma importante parcela das forças armadas ao lado dos trabalhadores urbanos –, pois a Rússia vivenciava uma situação de “duplo poder”, na qual os decretos do Governo Provisório somente eram executados se não contradissem as diretrizes formuladas pelos soviets. Mesmo assim, a “teoria dos pequenos círculos” acarretou importantes distorções analíticas porque levou Weber a considerar a situação da democracia na Rússia e os prognósticos da paz quase que exclusivamente se remetendo aos membros do Governo Provisório, particularmente à ala militarista encabeçada por Miliukov.

“*A grande política é sempre feita por pequenos círculos de pessoas*. Decisivo para o sucesso, no entanto, é: 1) que suas decisões não sejam perturbadas pelas ideias de um monarca tão inepto politicamente como o czar; 2) que tenham atrás de si a dedicação livre de uma camada social suficientemente ampla e forte; 3) que saibam como as lutas pelo poder são conduzidas ali onde regulamento, comando, obediência militar ou burocrática segundo a natureza das coisas não sejam os meios técnicos de sua implementação – e este é o caso da grande política” (WEBER, 1984b, p. 245). Essa passagem revela que Weber considerava praticamente inexorável a participação da Rússia até o fim da guerra porque subestimava a capacidade de pressão das massas em suas exigências pela paz imediata e por concessões democráticas. Por essas razões, nosso argumento crítico em relação à “teoria dos pequenos círculos” demonstra afinidades com a avaliação de Maurício Tragtenberg (2005, p. 42-43), quando este afirma em relação a Weber que

[...] seu sistema político não reconhece nas massas nenhuma espécie efetiva de capacidade de ação: com efeito, para Weber qualquer atividade política pressupõe a existência intramuros de pequenos grupos manobrando em concordância com a alta burocracia e os meios que controlam as finanças e o crédito. Persuadido desta verdade, Weber articula os dados factuais de que dispõe. Vê na Revolução de Fevereiro uma vulgar *escroquerie*, um golpe montado pela pequena burguesia acumpliciada com a finança internacional, ocidental; quanto ao golpe de Estado de outubro, trata-se de outra *escroquerie*, imputável desta vez ao Exército.

De qualquer forma, é importante salientar que nossas considerações críticas ao papel subalterno conferido por Weber à intervenção das massas na história não implicam o equívoco oposto de propor uma teoria cega que ignore a “Razão de Estado” e os critérios de eficácia na administração das sociedades modernas. Nossos argumentos tampouco recaem na visão ingênua de afirmar que os princípios de organização política e o papel dos círculos dirigentes sejam irrelevantes nos momentos em que as massas deixam os bastidores para assumir o protagonismo da “grande política”. Pelo contrário, a efervescência das massas forja o surgimento de novas lideranças e reorganiza o tabuleiro das forças políticas preexistentes (LUXEMBURGO, 2017). Além disso, tal percepção não implica uma visão das massas como sujeito necessariamente homogêneo, sem divisões políticas internas, como atestariam as cisões no movimento de massas na Alemanha

contemporânea à revolução russa. Por fim, reconhecer o protagonismo das massas não significa atribuir juízos de valor necessariamente positivos ao conteúdo de suas intervenções em cada momento específico ou num determinado período histórico. Nesse sentido, um olhar sociológico mais acurado demandaria uma leitura mais dinâmica sobre as relações entre massas e círculos dirigentes, na qual as massas não fossem retratadas sempre e univocamente como portadoras de uma lógica imediatista a ser manipulada nas disputas entre pequenos círculos de organizações concorrentes.

Embora Weber não tenha publicado uma análise detalhada da Revolução de Outubro, os principais contornos de sua interpretação acerca da tomada do poder pelos bolcheviques foram delineados em sua conferência sobre o “Socialismo”, que realizou no verão de 1918 para um grupo de oficiais na Universidade de Viena, e em algumas passagens de outra conferência, “A Política como Vocação”, dessa vez ministrada aos estudantes da Universidade de Munique, justamente no momento a experiência dos Conselhos de Operários e Soldados disputavam os rumos da reordenação institucional na Alemanha. Segundo Weber, essa revolução teria sido um fenômeno excepcional, decorrente do colapso político e militar do Estado russo, agravado pelo desespero das massas famintas, que elevara ao poder uma ditadura militar de sargentos liderada por intelectuais diletantes (WEBER, 1984c, p. 629). Em outras palavras, a revolução não deveria ser creditada às massas operárias animadas de “consciência de classe”, mas à aliança de interesses entre a *intelligentsia* radical e um proletariado de soldados que buscavam recompensas materiais.

Dessa forma, Weber minimizou uma vez mais o protagonismo dos operários e camponeses, subtraindo de sua análise a consideração por quaisquer “interesses ideais” que os tenham levado a aderir ao programa bolchevique. Seu julgamento não levou em consideração o fato de que a maioria dos elementos ativos nos sovietes apenas migrou da esfera de influência menchevique para o bolchevismo a partir da revolta contrarrevolucionária da burguesia e dos latifundiários sob a liderança do general czarista Kornilov. Assim, a mesma *intelligentsia* burguesa que, em fevereiro, se valeu da oposição das massas ao czarismo para assumir o poder, conspiraria seis meses depois com o Batalhão da Terceira Cavalaria para dispersar os sovietes e, a

partir disso, fortalecer o “governo provisório”. Os bolcheviques foram os principais articuladores da resistência ao assalto das tropas de Kornilov a Petrogrado; somente a partir de então, foram vistos por setores crescentes da população como os únicos efetivamente comprometidos com a defesa da República e as negociações por uma paz imediata. Em resumo, os episódios de fevereiro e agosto demonstram que os principais responsáveis pela derrocada do czar foram as massas de operários e soldados de Petersburgo e Moscou, e não o exército imperialista alemão ou a *intelligentsia* burguesa na Rússia (LUXEMBURGO, 2017, p. 24).

A tomada do poder pelos bolcheviques se deu num contexto de acirramento da luta de classes na Alemanha, fortalecendo os grupos da esquerda radical. Weber considerou essa influência deletéria, mas duvidou que Lenin e seus correligionários seriam capazes de se manter por muito tempo à frente do Estado. “O bolchevismo é uma ditadura militar como qualquer outra, e irá entrar em colapso como qualquer outra. A sociedade burguesa não poderá ser transformada em uma utopia socialista por uma revolução. A consequência de uma revolução seria a invasão pelo inimigo e, mais tarde, um regime reacionário” (WEBER, 1995, p. 572). Do ponto de vista político, Weber apontava como fragilidade do bolchevismo uma suposta incapacidade para dirigir a máquina do Estado em tempos de paz. Esse argumento corroborava-se no esforço da *intelligentsia* revolucionária para cooptar os elementos do antigo quadro de funcionários e assim garantir a manutenção da administração pública e da economia. Ao seu ver, essa colaboração somente era possível em virtude da coerção imposta pelo exército vermelho, mas dificilmente perduraria quando a guerra civil encontrasse seu fim (WEBER, 1984c, p. 629).

O paradoxo histórico condensado na revolução bolchevique consiste; porém, no fato de que as condições “tão diabolicamente difíceis” nas quais se realizou a tomada do poder justificaram, perante Lenin e seus correligionários, uma relação instrumental com as massas populares e a democracia⁹ (LUXEMBURGO, 2017, p. 105). Enquanto no período anterior à

9 Na realidade, as afinidades do pensamento de Lenin com a “teoria dos pequenos círculos” já haviam se anunciado desde sua defesa do “centralismo democrático” na polêmica com os mencheviques em 1902 (LENIN, 1986).

revolução o fortalecimento dos soviets oferecia um canal para a expressão das massas no espaço público, no período subsequente à tomada do poder as liberdades democráticas foram suprimidas uma a uma: Assembleia Constituinte, sufrágio universal, liberdade de imprensa e reunião. Os bolcheviques esperavam que a revolução dos trabalhadores alemães pudesse criar as bases para a construção de um ambiente mais permeável à democracia na Rússia, mas, quando viram frustradas essas esperanças, até mesmo a palavra de ordem “todo poder aos soviets” foi progressivamente esvaziada em favor da centralização do poder no Conselho do Comissariado do Povo, dirigido por Lenin de maneira quase monocrática (WEBER, 2004, p. 223).

Já do ponto de vista propriamente econômico, Weber contrapôs as teses do socialismo evolucionário – referenciando-se uma vez mais em Plekhánov – ao empreendimento de uma revolução socialista na periferia do capitalismo. Nesse sentido, uma revolução socialista seria particularmente inviável naqueles contextos em que o capitalismo não estivesse plenamente “maduro”, de modo que somente uma “seita” ignoraria a questão da “[...] evolução por etapas, que até hoje é o dogma do verdadeiro marxismo, [...] e acreditaria que a Rússia poderia saltar os estágios de desenvolvimento da Europa Ocidental” (WEBER, 1984c, p. 623). Com relação a esse argumento, já demonstramos anteriormente que aquilo que Weber nomeia de “dogma do verdadeiro marxismo” não corresponde aos nexos dialéticos que Marx enxergava entre as revoluções na Rússia e no Ocidente.

De qualquer forma, Weber reconheceu que a centralização do poder favorecia a modernização econômica da Rússia, uma vez que o uso da força permitia que iniciativas de socialização viessem acompanhadas de medidas características do sistema de produção capitalista dos países economicamente avançados.

[...] Os soviéticos conservaram, ou melhor, restabeleceram a figura do empreendedor amplamente remunerado, o trabalho forçado, o sistema Taylor, a disciplina no exército e na fábrica e chegam a lançar olhares para os capitais estrangeiros. Numa palavra, para colocarem em marcha a máquina econômica e estatal, viram-se eles condenados a adotar tudo quanto condenaram como instituições da classe burguesa, além disso, reintegram nas velhas funções os agentes da antiga Ochrana (polícia secreta czarista), transformando-os em instrumentos essenciais do poder político. (WEBER, 1968, p. 85).

Por essas razões, Weber julgava que as perspectivas de emancipação política e econômica do proletariado russo não se realizariam sob o regime bolchevique. Mais do que isso, Weber assumia como um dado inexorável que o socialismo sempre implicaria restrições ainda maiores para as liberdades individuais, pois o amálgama do capital com o Estado eliminaria a concorrência entre as burocracias pública e privada e, desse modo, estrangularia qualquer possibilidade de livre iniciativa. Os trabalhadores tampouco alcançariam pelo socialismo a superação da “alienação do trabalho”, pois nesse cenário escapariam à autoridade do capitalista para recair sob o jugo de uma “ditadura de funcionários” (WEBER, 1984c, p. 621). Em virtude de seus valores pessoais expressos nas metas da afirmação da Alemanha como *Machtstaat*, de suas análises sobre o primado da “eficácia” na condução do Estado moderno e da inexorabilidade da luta pelo poder entre “pequenos círculos”, Weber descartaria também os argumentos daqueles socialistas alemães que refutavam o bolchevismo em nome de uma democracia socialista, na qual os conselhos poderiam atuar como uma espécie de *Nebenparlament* que alargasse as bases para a educação política das massas e sua expressão criativa, sem que isso implicasse excessos autoritários. “A escolha hoje não é entre democracia e ditadura. A questão colocada pela história na agenda é: democracia burguesa ou democracia socialista” (LUXEMBURG *apud* BROUÉ, 2005, p. 166).

Referências

- BADCOCK, Sarah. As revoluções camponesas de 1917. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/09/12/a-revolucao-dos-camponeses-de-1917-especial-revolucao-russa/>. Acesso em: 12 maio 2020.
- BROUÉ, Pierre. **The German Revolution 1917-1923**. Boston: Brill, 2005.
- CHRETIEN, Todd. **Eyewitnesses to the Russian Revolution**. Chicago: Haymarket Books, 2017.
- COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**. Max Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COHN, Gabriel. Soberania e responsabilidade – Weber sobre parlamento e governo. *In*: COHN, Gabriel. **Weber, Frankfurt: teoria e pensamento social**. Rio de Janeiro: Azougue, 2016. p. 143-157.
- COLLINS, Randall. Weber and the Sociology of Revolution. **Journal of Classical Sociology**, v. 1, n. 2, 171-94, 2001.
- DAHLMANN, Dittmar; MOMMSEN, Wolfgang J. Einleitung. *In*: WEBER, Max. **Max Weber Gesamtausgabe**. Vol. 10. Tübingen: Mohr Siebeck, 1989.

GETZER, Israel. Gueorqi V. Plekhânov: a danação da ortodoxia. *In*: HOBBSAWM, Eric. J. **História do marxismo**. Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1984. p. ?

GÓGOL, Nikolai. O Inspetor Geral. *In*: GÓGOL, Nikolai. **Teatro Completo**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HEINRICH, Dieter. **Die Einheit der Wissenschaftlehre Max Webers**. Tübingen: J. C. B.: Mohr, 1952.

HEUSS, Theodor. **Friedrich Naumann – Der Mann, das Werk, die Zeit**. Hamburg: Siebenstern Taschenbuch Verlag, 1968.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

MARX, Karl. **O 18 Brumário**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl. A correspondência entre Vera Ivanova Zsulitch e Kar Marx. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTA, Sérgio da. Max Weber e o destino do “despotismo oriental”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 203-207, 2006.

MOMMSEN, Wolfgang J. **Max Weber and German Politics (1890/1920)**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1984.

OZHIGANOV, Edward. Weber's and Sorokin's Analytical Treatment of the Russian Revolutions. **Russian Sociological Review**, v. 18, n. 2, p. 120-137, 2019.

POLLAK, Michael. Un Texte dans son Contexte. L'enquête de Max Weber sur les ouvriers agricoles. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 65, p. 69-75, 1986.

POLLAK, Michael. Max Weber: elementos para uma biografia sociointelectual (parte II). **Mana**, v. 2, n. 2, p. 85-113, 1996.

RINGER, Fritz. **A metodologia de Max Weber**. São Paulo: Edusp, 2004.

SELL, Carlos Eduardo. Carnaval Revolucionário: Max Weber e a Revolução de Novembro (1918-1919) na Alemanha. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 30, p. 159-98, 2019.

SOUZA, Luiz Enrique Vieira de. **Espelho Convexo: os escritos de Max Weber, Rosa Luxemburg, Karl Kautsky e Eduard Bernstein sobre a revolução russa de 1905**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TRAGTENBERG, Maurício. Max Weber e a revolução russa. *In*: WEBER, Max. **Estudos Políticos: Rússia 1905 e 1917**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

WEBER, Marianne. **Biografia de Max Weber**. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1995.

WEBER, Max. A Política como Vocação. *In*: WEBER, Max. **Ciência e Política** – duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

WEBER, Max. Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Russland. **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**. Vol. 22. London: Johnson Reprint Corporation, 1971a.

WEBER, Max. Russlands Übergang zum Scheinkonstitutionalismus. **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**. Vol. 22. London: Johnson Reprint Corporation, 1971b.

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1973.

WEBER, Max. Die Lage der Landerbeiter im ostelbischen Deutschland. *In*: WEBER, Max. **Max Weber Gesamtausgabe**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1984a.

WEBER, Max. Russlands Übergang zur Scheindemokratie. *In*: WEBER, Max. **Zur Politik im Weltkrieg**. Schriften und Reden 1914. Max Weber Gesamtausgabe. Tübingen: Mohr, 1984b.

WEBER, Max. Der Sozialismus. *In*: WEBER, Max. **Zur Politik im Weltkrieg**. Schriften und Reden 1914. Max Weber Gesamtausgabe. Tübingen: Mohr, 1984c.

WEBER, Max. O Estado Nacional e a Política Econômica. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1986a. p. 58-78.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1986b. p. 79-127.

WEBER, Max. Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland. *In*: WEBER, Max. **Gesammelte politische Schriften**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1988a.

WEBER, Max. **Gesammelte politische Schriften**. Tübingen: Mohr, 1988b.

WEBER, Max. Landarbeiterfrage, Nationalstaat und Volkswirtschaftspolitik. *In*: WEBER, Max. **Max Weber Gesamtausgabe**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1993.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2004.

WEBER, Max. A situação da democracia burguesa na Rússia. *In*: WEBER, Max. **Estudos Políticos/ Rússia 1905 e 1917**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005a.

WEBER, Max. A transição da Rússia à pseudodemocracia. *In*: WEBER, Max. **Estudos Políticos/ Rússia 1905 e 1917**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005b.

Recebido: 31/05/2020
Aprovado: 11/08/2020

Max Weber's political Analysis of the February Revolution of 1917: a critical Review

Abstract

This paper critically discusses Max Weber's analysis of the political situation in Russia in 1917, particularly his article on the February Revolution [Russia's transition to pseudo-democracy]. We establish the links between this article and his writings on the Russian revolution of 1905, focusing on the analysis of social classes and the viability of a democratic coalition capable of supplanting tsarism. In 1917, Weber questions the democratic character of the "provisional government" and concludes that the revolutionary process was nothing but the annulment of an incompetent monarch, without changing the conservative position of the ruling classes in relation to the agrarian question, nor their dependence on foreign banks. Thus, we analyze the mistakes that led Weber to disregard the possibility of an alliance between workers and peasants, as well as the insufficiencies of his theoretical scheme to include the dynamics of the mass movement in the historical transformation.

Keywords: Max Weber. February Revolution. "Pseudodemocracy. Tzarism.

A dominação carismática em regimes democráticos

Roger Laureano¹

Resumo

O artigo busca analisar a possibilidade de conciliar o conceito weberiano de dominação carismática com as democracias contemporâneas e com líderes que não rompem com as normas institucionais. A partir da análise exegética de Weber, chegamos a uma definição de dominação carismática que se baseia primordialmente na relação afetiva dos seguidores com o líder em razão de seu caráter extraordinário. Contestando outras interpretações, argumentamos que essa definição é compatível com líderes democráticos sem perder a eficiência de sua aplicação a casos subversivos. Finalmente, para além de Weber, apresentamos algumas possíveis aplicações do conceito a partir de três elementos ideais-típicos: intensidade, difusão e direção do carisma. Esse modelo pode incluir carismas autoritários e antiautoritários e explicar o comportamento dos seguidores em medidas que envolvam os líderes.

Palavras-chave: Dominação carismática. Democracia. Weber. Liderança.

I Introdução

O conceito de carisma, tornado célebre nas ciências sociais pela obra de Max Weber, já foi instrumentalizado de maneiras muito díspares. A disputa existe na própria exegese de Weber; primeiramente se o clássico alemão modificou o significado de carisma ao longo de sua obra, depois nas pleiteias hermenêuticas sobre a própria definição do conceito. Mas a polêmica não se resume a uma disputa exegética. A popularidade difundiu o seu uso gerando atualizações, remendos e mudanças (SHILS, 1965);

¹ Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Titular da FUCAP-Univinte.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

logo, angariou acusações de abuso do termo e anarquia conceitual. Alguns chegaram a propor o seu abandono. Spinrad escreveu que “talvez seria salutar a total eliminação do conceito de carisma”² (1991, p. 319). Daniel Bell, sociólogo responsável por popularizar o termo em um artigo de jornal em 1947, demonstrou arrependimento: “as pessoas não sabem o que significa. Os sociólogos não sabem o que significa” (LINGEMAN, 1968, p. 28). Alguns mais otimistas fazem um apelo epistemológico pela construção de uma visão unificada do conceito de carisma (MIYAHARA, 1983). As preces, no entanto, não surtiram efeito.

Ainda que não seja um problema que tire o sono dos sociólogos, o atual estado da arte do conceito de carisma é, na melhor das hipóteses, polissêmico, e, na pior, anárquico. A raiz disso pode estar na sua própria origem genética. Lindholm (2002) e Joosse (2014) apontam para a influência do *Übermensch*, de Friedrich Nietzsche. Nesse caso, o conceito de carisma teria sido desenvolvido a partir das análises históricas dos grandes homens do passado. A obra de Theodor Mommsen sobre os césares serve como uma evidência que apontaria para essa direção. Mas o mais provável – e aqui sigo muitos intérpretes (SCHLUCHTER, 1981; BENDIX, 1986; EISENSTADT, 1968; SELL, 2018) – é que as fontes sejam teológicas, mais especificamente o trabalho de Rudolf Sohm acerca do processo de estruturação do cristianismo. Seja César, seja Paulo, as raízes conceituais do carisma estão fundamentadas em lideranças pré-modernas, anteriores ao desencantamento do mundo e às tendências políticas e econômicas às quais a sociologia enfrentou ao se consolidar academicamente. O século XX, apesar de suas turbulências sem precedentes, foi protagonista de um forte processo de democratização do ocidente, que ainda é mais regra que exceção. A sociologia não encontrou empecilhos para aplicar o conceito de carisma aos seus momentos autoritários e totalitários, como Adolf Hitler (LINDHOLM, 2002; LEPSIUS, 2007), Stálin (STRONG; KILLINGSWORTH, 2011) Fidel Castro (FAGAN, 1965) e Mao (SCHRAM, 1967), mas não teve o mesmo grau de eficácia e consenso em relação a líderes democráticos. De fato, Weber chegou a definir o carisma como “força

2 Em todos os casos em que a bibliografia citada está em outro idioma, a tradução é minha.

revolucionária” (2000, p. 161), o que dificulta a sua aplicação para líderes políticos de sistemas altamente institucionalizados que exigem o cumprimento de normas e ritos. Contudo, o mesmo Weber (2000, p. 175-178) avaliou a possibilidade de um *carisma antiautoritário*. Além disso, interpretações associando o conceito a populistas de regimes democráticos contemporâneos também já foram desenvolvidas (SELL, 2013). Mas qual é, portanto, a sua aplicabilidade para líderes democráticos que não subvertem a ordem institucional? Ou, aproveitando a deixa de Cavalli (1987), Kennedy foi, do ponto de vista sociológico, um líder carismático? E os casos brasileiros de Lula e Bolsonaro?

Assim, neste artigo, a partir de Weber, proponho a fundamentação de um conceito de dominação carismática que seja aplicável a uma sociologia política dos regimes democráticos, enfatizando que o caráter fundamental do carisma está na *relação* do dominador com os dominados. Não tenho a pretensão de retomar diretamente as polêmicas supramencionadas acerca de sua polissemia conceitual, nem, por óbvio, encerrar as disputas interpretativas que se formaram ao longo de um século. O desenvolvimento da minha argumentação se realizará em três pontos: 1) questões preliminares relativas ao conceito weberiano de dominação e de carisma em seu tipo puro, sua rotinização e sua relação com a *democracia plebiscitária*; 2) apresentar uma definição de dominação carismática a partir da interpretação de Weber; 3) complementar a definição apresentada com considerações que estão *além* da obra do sociólogo alemão.

2 A dominação carismática em Weber

O ponto preliminar para a compreensão do pensamento de Weber acerca do carisma está na tripla divisão dos tipos de dominação criada pelo autor: racional-legal, tradicional e carismática. Os tipos de dominação estão entre os conceitos mais populares da sociologia weberiana. A dominação pode ser definida como uma relação social de obediência com pretensões de legitimidade, i.e., ser reconhecida como tal. Nesses termos, a obediência é para Weber uma “máxima de conduta”, que deve ser acatada como uma ordem unicamente em virtude da relação social que a estabeleceu.

2.1 O carisma em seu tipo puro

A definição de carisma em *tipo puro* aparece da seguinte maneira:

Uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes extraordinários específicos ou então se a toma como envidada de Deus, como exemplar e, portanto, como “líder”. (WEBER, 2000, p. 158-159).

A dominação carismática é, por consequência, a estrita obediência ao líder em virtude de seus poderes extraordinários. Como uma sociologia não valorativa, Weber não trata das qualidades éticas ou estéticas do compromisso criado a partir dessa relação, nem da realidade objetiva dos poderes do líder, de sua mágica ou seu charlatanismo; na dominação carismática, há uma livre crença dos adeptos, incitada pelo líder através da relação social estabelecida.

O carisma e a tradição são os dois tipos usuais de dominação em épocas pré-racionalistas. Por essa razão, Weber aponta o carisma como um poder subversivo às dominações tradicionais. O líder é uma força extracotidiana que desafia os costumes estabelecidos pela expressão de seus “milagres”; é por meio dos milagres que ele prova a sua vocação e estabelece a entrega dos dominados à sua revelação. A relação de dominação carismática, em seu sentido puro, é sempre dependente de novas provas e do bem-estar dos dominados. Por essa razão, trata-se de um tipo extracotidiano e instável de dominação, em oposição às outras duas formas elencadas por Weber, tipicamente cotidianas e estáveis. O líder deve provar “não apenas que Deus o enviou, mas que ele permanece do seu lado” (SCHLUCHTER, 1981, p. 121). Por falta de provas, a dominação pode ser efêmera, e a vocação do profeta pode se esvaír tão rapidamente quanto foi revelada³.

Pelo seu caráter subversivo, as crises sociais são as condições ideais para a conformação de uma liderança dessa natureza. É a situação em que o carisma alcança de maneira mais eficiente sua força transformadora, “nascida

3 O caráter possivelmente transitório e efêmero da dominação carismática na obra de Weber (2000, p. 161) passa despercebido por muitos intérpretes que se focam apenas na sua “força revolucionária” e tomam “extracotidiano” como sinônimo de grandeza.

da miséria ou entusiasmo”, gerando uma nova conformação de crenças e ações perante o mundo (WEBER, 2000, p. 161). Essa situação de crise torna o terreno propício à provação de novos líderes, podendo ser relacionada ao conceito de *efervescência* de Durkheim⁴ (1995) ou, de maneira mais precisa, à *função latente* de Merton (1968). É pela segunda via que segue a análise de Lepsius (2007) sobre a ascensão carismática de Hitler. As crises geram condições latentes de inclinação social à crença na salvação e o líder carismático será aquele que melhor conseguir se apresentar como solução para o problema e for reconhecido como tal. Essa é a transição da potência latente para o ato. Seu sucesso vai depender de sucessivos testes vocacionais revelados em sua capacidade de dar prosseguimento à missão para a qual foi encarregado. Novamente, a qualidade do diagnóstico e da solução que o líder confere à crise não é o objeto em discussão. Cada um pode construir seu próprio estratagema. Lepsius cita que Hitler agiu através da “dramatização da percepção da crise em direção à sua interpretação” (2007, p. 95). A metanoia, traço central de seu elemento subversivo, de maneira eficiente, representa a construção de uma relação de obediência a partir da modificação do sentido da consciência e das ações dos dominados.

2.2 Rotinização do carisma

Se a dominação carismática não for uma relação efêmera, mas permanente, ela modifica o seu caráter, tradicionalizando-se ou racionalizando-se. O carisma tende a se institucionalizar, o que significa que ele não é um conceito meramente psicológico, pois produz estruturas típicas de dominação. Para utilizar a terminologia de Sell (2018), esse é o momento em que o *poder subversivo* do carisma se torna um *poder instituído*. O carisma, em seu tipo puro, é de caráter extraordinário – o que o torna incapaz de atuar cotidianamente. Essa mudança surge do interesse ideal ou material dos próprios adeptos; as missões carismáticas são estranhas à família e à economia, mas não têm como se isolar permanentemente do mundo

4 É importante ressaltar que, apesar das aproximações, o sagrado de Durkheim não é o mesmo que carisma de Weber. A efervescência se consolida pela influência coletiva dos indivíduos, levando-os a um estado mental de frenesi e de arrebatamento por uma força superior onde o indivíduo já não age mais como agiria em situações ordinárias. “A intensidade e a repetição dessa experiência”, afirma Weiss, “acabam por fixar a percepção quanto à existência desses dois mundos distintos” (2013, p. 175), um mundo mecânico e cotidiano; outro, sagrado e extraordinário.

ordinário. Quando o cotidiano lhe toca a porta, torna-se necessário discutir questões referentes a quadros administrativos e de sucessão do líder carismático. Diferentemente dos casos efêmeros, o carisma rotinizado acaba por se objetivar; afinal, ele se despersonaliza nas estruturas instituídas, em quadros administrativos, partidos e cargos, e também pode se hibridizar, abandonando sua forma pura, tornando-se um carisma tradicional ou racional.

A “tradicionalização” ocorre pela manutenção do poder do líder em razão dos interesses dos próprios adeptos. Os membros do séquito mais íntimo, antes uma mera escolha arbitrária de salvação, aos poucos se tornam seus senhores feudais, membros oficiais do Estado, secretários ou quaisquer outros cargos com suas respectivas distinções de acordo com a distribuição dos espólios do sucesso. O povo se torna súdito. “A relação entre o líder e seus seguidores”, escreve Bendix, “[...] perde a fé em um poder ou uma missão extraordinários e passa a ter como base uma crença na autoridade santificada pela tradição” (1986, p. 241). A transição é possível porque ambos os tipos de dominação têm relação com o sagrado, ainda que de maneiras distintas. Todo apelo revolucionário de sua gênese se esvai, dando lugar às novas ordens sociais que fundou e cuja legitimidade brota do líder carismático que a instituiu. O carisma, portanto, é simultaneamente uma força destruidora e criadora de tradições. Nesse sentido, após a rotinização, há obediência dos dominados ao líder carismático apenas na medida em que eles reconhecem a autoridade na santidade das tradições fundadas pelo antigo líder. É, para a maior parte dos efeitos, uma dominação tradicional. Se essa mudança ocorre nos meios burocratizados do Estado ou em formas análogas de associação política, decorre-se a passagem para a sua versão racional e burocrática, quando, por exemplo, os antigos homens de confiança do líder se tornam funcionários do partido. A preocupação de Weber, segundo Gerth e Mills, não estava focada nas “grandes figuras” da história, mas em “[...] apreender o que se conservou do trabalho desses homens nas ordens institucionais”. Não se trata de Júlio César, mas o cesarismo; não Calvino, mas o calvinismo” (1974, p. 13).

A institucionalização do carisma gerou debates e atualizações na teoria sociológica, inclusive acerca de sua validade em sociedades seculares.

Edward Shils (1965) desenvolve uma versão contemporânea da ideia de carisma institucional a partir do que denominou “necessidade de ordem”, presente em qualquer vínculo social. A ordem aqui é simbólica e diz respeito ao centro da existência humana. O centro não é geográfico, mas uma conformação das principais crenças e instituições que constroem a *identidade* dessa ordem. A suprema corte, o presidente, as casas legislativas, os juízes, os cientistas e até mesmo os cidadãos, todos gozam de algum prestígio carismático pela relação que a sua função exerce com o centro da ordem, enquanto o desprestígio é relativo à periferia, a distância que aquela função se encontra em relação ao centro. O carisma seria a própria razão da estratificação social – um ponto que ainda tem relação com Weber. Mas ela não se resume a uma relação de centro e periferia, pois “toda legitimação de um poder de larga escala contém um elemento carismático” (SHILS, 1965, p. 204). Segundo essa percepção, o carisma é parte essencial do poder instituído. Ele não é mais uma força extraordinária, é uma força arraigada ao cotidiano, dispersa em múltiplas funções.

A teoria de Shils é inteiramente institucional e pouco tem a dizer diretamente sobre lideranças. O carisma não possui nenhum elemento revolucionário. O conceito perdeu o seu valor como principal fator de mudança social. A única via pela qual isso poderia ocorrer seria através de uma competição carismática entre o novo líder subversivo e as instituições da ordem. Shils não desenvolveu tal questão, mas adentrando nas conseqüências lógicas de seu raciocínio, o sucesso do poder subversivo, em consonância com a tese de Weber, somente seria possível em uma situação de crise social, o que, nesse caso, seria o mesmo que uma crise de carisma institucional: o ruir do poder simbólico do centro diante da sublimação da periferia. A teoria passa a se distanciar da sociologia weberiana, no entanto, na medida em que o carisma é tratado como uma questão de identidade social. Em Weber, a rotinização ocorre do ponto de vista histórico a partir do momento em que o poder subversivo do líder se consolida como poder instituído e o carisma puro se rotiniza tradicional ou racionalmente. Para Shils (1965), contudo, se o carisma existe onde há poder; se a graça é concedida a tudo que se aproxima do centro simbólico, então ele é um *fato social a-histórico*. Como aponta Miyahara (1983), Shils acabou equalizando o conceito weberiano de carisma ao sagrado de Durkheim, provavelmente

inspirado por Parsons (1947). Eisenstadt (1968) parece seguir pelo mesmo caminho. O sagrado, para Durkheim, sempre compreendido em dualidade com o profano, é “tudo aquilo que constitui objeto de adoração” (WEISS, 2013, p. 162), cujos poderes atribuídos se expressam através das lendas, dos mitos e das crenças. Em paralelo com a ordem de Shils, em uma sociedade constituída sob tal conformação, o líder teria de ser o “grupo encarnado e personificado” (DURKHEIM, 1995, p. 215), em oposição ao subversivo que a dominação carismática autoriza com mais facilidade.

2.3 Democracia plebiscitária e burocracia

É na relação estabelecida por Weber entre democracia e carisma que eu me aproximo de maneira mais enfática ao tópico principal do artigo. Nesse momento surge o senhor que Weber denominou “líder livremente eleito”, também designado “carisma antiautoritário”. Se parte significativa do que foi desenvolvido até aqui tem seus fundamentos e seus modelos exemplares em sociedades e lideranças pré-racionalistas, quando tratamos de democracia e eleição o tópico é simultaneamente mais familiar e mais moderno.

No carisma em seu tipo puro, a legitimidade de um líder é consequência do reconhecimento de sua autoridade por parte dos adeptos. Na *legitimidade democrática*; no entanto, há uma inversão: o reconhecimento é “considerado fundamento, em vez de consequência, da legitimidade”. O reconhecimento é, no caso, a própria eleição. Trata-se de uma graça imanente concedida ao líder pelos dominados. As comunidades, antes inteiramente entranhadas à ideia de que havia apenas um único direito compatível com o dever, passam a reconhecer em si mesmas o poder de “declarar, reconhecer e revogar o direito”, de maneira que “o tratamento do direito aproxima-se da concepção *legal*” (WEBER, 2000, p. 176). O princípio eletivo não é aplicado exclusivamente aos líderes de grandes pretensões. No modelo democrático, o quadro administrativo é formado por *funcionários eleitos*. Não são necessariamente quadros técnicos, nem burocráticos, nem impessoais; mas, assim como o líder plebiscitário, são figuras legitimadas em razão da confiança dos dominados. Creio que o resumo mais adequado para o conceito de democracia plebiscitária tenha sido escrito pelo próprio Weber:

A “democracia plebiscitária” – o tipo mais importante da democracia de líderes –, em seu sentido genuíno, é uma espécie de dominação carismática oculta sob a *forma* de uma legitimidade derivada da vontade dos dominados e que só persiste em virtude desta. O líder (demagogo) domina, na verdade, devido à lealdade e à confiança de seu séquito político para com sua *pessoa* como tal. Ele domina, inicialmente, os partidários que conquistou e, em seguida, no caso de estes o levarem ao poder, toda a associação. (WEBER, 2000, p. 176).

É de interesse apontar que, apesar do caráter misto da dominação exercida nas democracias (como fica implícito em muitos pontos deste tópico), a relação entre o líder carismático e seus adeptos persiste assumindo a forma de uma ação que, por parte dos dominados, é *afetiva* ou *emocional* em relação à própria pessoa do líder. Ela já se caracteriza enquanto tal quando está restrita a um espectro de partidários e mesmo que o poder máximo da nação nunca seja alcançado. Para Weber, o caso exemplar deste modelo de democracia são os Estados Unidos da América.

Nesse contexto, Weber modifica os dois tipos de dominação antitéticos. A disputa privilegiada que tratamos anteriormente se dava entre tradição e carisma; logo, no âmbito democrático moderno, o nosso foco se concentrará na relação entre carisma e burocracia. Os Estados sofreram um processo de racionalização de quadros administrativos, com obrigações objetivas, competências e salários fixos, qualificação profissional, disciplina, progressão de carreira e impessoalidade. Essa nova burocracia representa a cristalização do processo de racionalização do ocidente pelo exercício da dominação legal. “Num Estado moderno”, escreve Weber, “[...] o verdadeiro *governo*, que não atua nos discursos parlamentares nem nos pronunciamentos dos monarcas, e sim no *manejo da administração* na vida cotidiana, está necessária e inevitavelmente nas mãos do *funcionalismo*” (2015a, p. 167). Afinal, cabe a esta classe decidir sobre todas as necessidades e reclamações cotidianas da população. Embora a burocracia – dotada de racionalidade, impessoalidade e eficiência – seja necessária para o mundo moderno, Weber apresenta muitas desconfianças com relação à condução *política* que uma categoria com essas características viria a tomar.

A solução para o enrijecimento burocrático das democracias se encontra justamente nas lideranças políticas e no carisma como conceito antitético. Weber aponta uma diferença de fundamentos entre o político e o burocrata: a natureza de suas responsabilidades. Se um burocrata

recebe uma ordem da qual discorda e, após ponderação, o superior insiste na ordem, ele deve cumpri-la como um dever ou uma honra, “como se correspondesse à sua própria convicção” (WEBER, 2015a, p. 180), *sine ira et studio*. Um político não pode agir dessa maneira. O burocrata, pela natureza de sua posição, deve estar acima dos partidos e fora da luta pelo poder. Por essa razão,

[...] a dominação dos funcionários *falhou completamente* sempre que teve de se ocupar de questões políticas. Isso não aconteceu por acaso. Seria, antes, surpreendente se capacidades intrinsecamente tão distintas coincidissem dentro da mesma estrutura política [...] *não é próprio de um funcionário* participar de conflitos políticos de acordo com suas convicções pessoais [...]. Pelo contrário, seu orgulho é proteger sua imparcialidade e, portanto, poder superar suas próprias inclinações e opiniões. (WEBER, 2015a, p. 195).

Weber não está negando a necessidade ou a utilidade da burocracia no mundo moderno, mas afirmando que, por muito tempo – especialmente na Alemanha –, ela esteve exercendo uma função que não lhe é própria, com responsabilidades que desconhece e com vocações que lhe são estranhas. Dessa forma, o sociólogo conclui que “os *políticos* devem ser o contrapeso à dominação do funcionalismo” (WEBER, 2015a, p. 196). Ou seja, a política, o carisma e a ação afetiva ou emocional na defesa ativa de suas causas são maneiras de balancear o racionalismo e a impessoalidade técnica do burocratismo. Assim a simpatia por uma ordem mais carismática se consolidou no pensamento de Weber, percebendo que “o carisma não era apenas um fenômeno sociológico inusitado”, aponta Adair-Totéff (2015, p. 153): “mas que o líder carismático provavelmente era a melhor escolha para o futuro político”.

Tal crença deve ser sopesada. Se Weber acreditava que o líder carismático era a melhor opção política para o futuro, temos duas opções para interpretar seu pensamento: ou Weber era antidemocrático, ou ele acreditava que era possível balancear democracia e dominação carismática. Os trechos supramencionados de sua obra dão um bom indicativo de que a segunda resposta é a correta. Então encontramos outro problema. Se a dominação carismática for exclusivamente revolucionária, antissistêmica e contrária à ordem estabelecida, a teoria de Weber, ao permitir a conciliação entre as duas coisas, acabaria fatalmente levando à conclusão de que a demo-

cracia é um regime implosivo cujo destino é parir o seu próprio carrasco. Esse desfecho, no entanto, não está presente em seus livros. Mesmo em *O Presidente do Reich*, um dos textos mais pró-carisma de Weber, fica claro que o líder deve ser constrangido por normas institucionais. “Devemos cuidar”, ele escreve, “[...] para que o presidente do *Reich* sempre tenha perante os olhos ‘força e corda’ como consequência de qualquer tentativa de interferir nas leis ou de governar autocraticamente” (WEBER, 2015b, p. 310). Deve-se “limitar o poder do presidente eleito pelo povo” e permitir a sua interferência apenas em casos “[...] de crises temporariamente insolúveis (mediante o *veto suspensivo* e convocação de ministros compostos de funcionários públicos)” (WEBER, 2015b, p. 312). Mesmo sua força revolucionária não foi descrita como absoluta, ele apenas afirmou que o carisma tinha essa característica em “épocas com forte vinculação à tradição” (WEBER, 2000, p. 161). A exegese de Weber, portanto, permite claramente uma interpretação que concilie democracia e dominação carismática em uma versão antiautoritária.

3 Definindo a dominação carismática

A interpretação do conceito de dominação carismática que pretendo contrapor neste artigo é apresentada por Lepsius em seu célebre estudo sobre o nazismo – ainda que seja uma posição bem difundida, é mais brilhantemente apresentada por ele⁵. Lepsius argumenta que enquanto um líder “não muda o sistema social”, ou não excede às expectativas do cargo que assumiu, ele “não pode ser um líder carismático” (LEPSIUS, 2007, p. 92). John F. Kennedy, Marthin Luter King e Otto Von Bismarck são apresentados como líderes “carismatizados”, não propriamente líderes carismáticos; em outras palavras, não cumpriram os requisitos básicos do conceito, não romperam com a ordem estabelecida. Embora não se possa afirmar, mesmo com essa definição, que apenas tiranos sejam dignos de tal denominação, a conexão do conceito com líderes democráticos que seguem a ordem institucional tende a ser frágil. No que segue apresentarei uma posição contrária à de Lepsius, defendendo que a chave para a

5 Por exemplo, Adair-Totteff (2015), Bendix (1986), Kalyvas (2008) e Pappas (2011) apresentam visões semelhantes.

compreensão da dominação carismática está na *relação social* estabelecida entre o líder e o dominado, não nas consequências do ato do líder. As questões básicas da sociologia de Weber apresentadas até aqui servirão como auxílio para fundamentar minha posição.

Sendo a dominação carismática interpretada, conforme exposto anteriormente, como a obediência de um seguidor a um líder em virtude de seus poderes extraordinários, e sendo a obediência compreendida como uma máxima de conduta, o axioma básico do conceito se encontra na *relação* de dominação exercida entre os agentes. Existe um relacionamento recíproco na medida em que um age em referência ao outro, mas a reciprocidade referencial não se traduz em reciprocidade de sentido: não se trata de uma relação mútua de obediência, trata-se de uma relação em que um ordena e o outro obedece. Até este ponto qualquer tipo de dominação é aplicável. O diferencial da dominação carismática está em uma das formas de legitimidade citadas por Weber: “[...] a legitimidade de uma ordem pode estar *garantida*: [...] 1. de modo afetivo: por entrega sentimental” (2000, p. 20). A ação tipicamente relacionada ao carisma é, portanto, a *ação afetiva* ou *emocional*, que busca a satisfação de uma necessidade atual de maneira inconsequente e não planejada. Os termos costumeiramente empregados por Weber para definir o reconhecimento da legitimidade do líder por parte dos adeptos são tipicamente psicológicos: “entrega crente”, “entusiasmo”, “miséria” ou “esperança”. Dessa maneira, em seu sentido mais básico, *caracteriza-se dominação carismática toda relação de dominação cuja raiz da obediência de um adepto a um líder seja o vínculo afetivo e a entrega emocional do adepto em razão dos poderes extraordinários ou do caráter exemplar do líder*. Essa é uma definição suficientemente abrangente para possuir uma aplicabilidade razoável aos regimes democráticos sem perder o conteúdo explicativo do conceito e, também, sem ignorar a possibilidade de seu caráter revolucionário. A partir da amplificação dessas relações se funda uma coletivização emocional desses vínculos gerando grupos que gravitam sobre um mesmo líder.

Esse caráter emocional é demonstrado de diversas formas em estudos sobre líderes carismáticos. Era comum entre apoiadores de Fidel Castro, como demonstra Fagan (1965), expressar que o beijariam ou que morre-

riam junto com ele. A comparação do líder da Revolução Cubana com o divino também aparece entre seus fiéis, os quais afirmam coisas como: “Fidel Castro é um instrumento das mãos de Deus para o estabelecimento de Seu reino entre os homens”; “Fidel tem as mesmas ideias que Jesus Cristo, nosso protetor e guia” (FAGAN, 1965, p. 278). Andrews-Lee aponta como “as emoções profundamente guardadas” e “as memórias alegres” mantiveram o vínculo dos cidadãos venezuelanos com o bolivarianismo “apesar da morte de Chávez e das circunstâncias desfavoráveis” (2020a, p. 20). Acerca de poderes extraordinários, Mao era considerado o “mediador entre o povo chinês e o seu destino histórico” (SCHRAM, 1967, p. 387). Khomeini, de acordo com Ashraf, era para os seus seguidores “[...] o redentor e a esperança para os miseráveis da Terra e para os milhões que ainda vivem em uma ‘Era de Crença’” (1990, p. 142). Esses são apenas alguns exemplos. O caráter emotivo, cuja miséria e entusiasmo se fazem presentes nos trechos supracitados, possui um vínculo de reciprocidade e de retroalimentação com as suas características extraordinárias; nesses casos extremos, o amor é produto do contato com o divino.

Transformar o *afetivo* no ponto central do conceito não é uma novidade. No entanto, deve-se manter o cuidado de não outorgar à dominação carismática uma definição excessivamente psicológica⁶. A interpretação psicanalítica de Camic (1980), além de conferir ao conceito elementos patológicos, iguala o carisma a um objeto de adoração afetiva a partir de necessidades individuais extraordinárias. Como Miyahara (1983) aponta, se um sujeito esquizofrênico desenvolve uma veneração por uma boneca qualquer, essa relação pode ser incluída, sob a concepção de Camic, como uma dominação carismática. Do ponto de vista sociológico isso é inócuo, e o mesmo reducionismo individualizante não pode ser empregado para a definição que estabeleci anteriormente. A base do conceito é a *relação social* da dominação carismática. Para Weber, isso significa que há pelo menos dois agentes na equação. Uma boneca pode ser objeto de adoração como um símbolo sagrado, e, na medida em que isso se torna um fenômeno

6 Estou me referindo ao interesse *sociológico* deste trabalho. Isso não significa que não possa haver nenhuma reflexão psicológica acerca do fenômeno nem que a psicologia não pode, de forma geral, se propor a estudar as razões psíquicas dessa relação.

social, pode ser estudado sociologicamente. No entanto, uma boneca é incapaz de realizar uma ação de qualquer natureza; conseqüentemente, não se trata de dominação carismática, mas de outro tipo de fenômeno. As mesmas considerações explicam por que o carisma não se iguala efetivamente ao *sagrado*. Afastando-se de sua versão psicanalítica, o conceito de dominação carismática pode tratar tanto do indivíduo – apresentando-o como um retrato microcósmico do macrocosmo social – quanto de aspectos macrosociais da ação do líder – os quais se refletem nas estruturas e nas instituições políticas.

Na mesma linha argumentativa, faz-se necessário distinguir a posição de Weber daquelas apresentadas por Gustav Le Bon (1963) e Gabriel Tarde (1890) quanto às “situações de massa”. Algumas reações podem ser facilitadas ou dificultadas pelo simples fato de um indivíduo fazer parte de um grupo. Contudo, a situação de massa de Le Bon se refere a uma ocorrência potencialmente hipnótica e puramente reativa. Para Weber, esse tipo de acontecimento sequer poderia ser considerado uma ação, pois não possui *relação de sentido*. Igualmente, a imitação de Tarde, que faz constantes analogias a situações hipnóticas e a sonhos, “[...] não pode ser considerada uma ação *especificamente* ‘social’ quando é puramente reativa, sem orientação da ação própria pela alheia quanto ao sentido” (WEBER, 2000, p. 14). Dessa maneira, numa relação de dominação carismática, ainda que os adeptos estejam mobilizados por uma ação afetiva, que está, segundo Weber, no limite “daquilo que é uma ação conscientemente orientada” (WEBER, 2000, p. 15), as suas ações possuem um sentido subjetivamente visado – não se encontram, portanto, em uma situação descerebrada, hipnótica ou animalesca. Com isso, não estou afirmando que situações de massa à maneira de Le Bon simplesmente não existam – o que caberia um estudo de outra natureza –, mas que a dominação carismática não é caracterizada como tal, ainda que muitas semelhanças entre as duas teorias possam ser apontadas sem erros⁷. A transição de uma ação puramente rea-

7 O próprio Weber é responsável por algumas aproximações ao tratar do conceito de demagogia. Em *Parlamento e Governo*, ele afirma que “a massa”, como a experiência demonstra, pensa apenas até “depois de amanhã” e “sempre está exposta à influência atual, puramente emocional e irracional” (2015a, p. 242). Dessa forma, poder-se-ia deixar em aberto a possibilidade de situações extremas que aproximassem Weber das concepções de Le Bon e Tarde.

tiva para uma dotada de sentido é bastante fluida, como Weber gosta de ponderar, *talvez* até sociologicamente imperceptível. Mas claramente não há uma continuidade lógica e conceitual direta entre os três pensadores, como acredita Lindholm (2002).

4 Intensidade, difusão e direção do carisma

Excluídas algumas interpretações e comparações incabíveis, passo agora a ponderações sequenciais da definição de dominação carismática. Desse ponto em diante, não trato mais de uma exegese direta de Weber, mas de possíveis desenvolvimentos da teoria a partir do que foi estabelecido pelo sociólogo alemão.

Em seu estudo, Lepsius (2007, p. 92) aponta que a interpretação weberiana permite discriminar o carisma em *intensidade* e *direção*. A minha contribuição é semelhante, mas com algumas importantes modificações. Na concepção de Lepsius, a intensidade é a força da relação carismática, o problema é que essa força é medida na proporção do abandono das normas políticas institucionalizadas. Embora exista correlação entre as duas coisas, essa não precisa ser a única régua. De fato, a intensidade deve medir a força da obediência, mas ela não precisa ser uma obediência revolucionária. O que vai indicar o teor normativo da obediência é justamente a sua *direção*, que é, nos termos weberianos, o *sentido da ação*, ou em uma concepção mais familiar à filosofia da linguagem contemporânea, a *intenção*. Eu acrescentaria, ainda, um terceiro elemento: a *difusão* do carisma, estritamente ligado ao número de adeptos. Intensidade e difusão não possuem o mesmo significado. É possível que um líder possua alto grau de carisma com baixa difusão, e vice-versa. Com isso, não pretendo quantificar as relações de dominação carismática a partir de três variáveis, mas apenas ponderar três aspectos ideais-típicos de sua natureza. Em especial o caso da *direção*, intimamente relacionado aos interesses e valores do *líder*, possui fundamental importância para uma interpretação democrática do carisma, pois são os interesses que o líder possui pelas regras democráticas, ou até mesmo os valores que prezam por essas mesmas instituições, que são capazes de manter um líder carismático dentro das relações institucionais ordinárias – ainda que o grau e a difusão de seu carisma sejam extraordinários. Podemos listar os itens da seguinte forma:

Quadro I – Dimensões da Dominação Carismática

Intensidade	Propriedades qualitativas da relação carismática
Difusão	Propriedades quantitativas da relação carismática
Direção	Sentido ou intenção do líder carismático

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

É possível que um político consiga, por meio de seu carisma, mobilizar um grande número de seguidores para defendê-lo, por exemplo, de uma acusação bem fundamentada de corrupção, mas que seja incapaz de se fazer obedecer diante de ordens mais radicais, caracterizando alta difusão e baixa intensidade. Essa talvez seja a variante mais comum de líderes populares carismáticos em democracias contemporâneas, especialmente aqueles que não conseguem (ou não tentam) romper com a ordem institucional⁸. De modo inversamente proporcional, alguns séquitos são capazes de seguir o líder até a morte – literalmente –, como no caso do suicídio coletivo da seita de Jim Jones (JOHNSON, 1979), cuja relação carismática possuía alta intensidade, mas com uma difusão muito reduzida. Igualmente possível, mas mais rara, é a possibilidade de um político conquistar, simultaneamente, alta difusão e intensidade. Nesse caso, os estudos de Lepsius (2007) sobre a ascensão de Hitler servem como exemplo. Em outra *direção*, também é o caso de Jesus (PIOVANELLI, 2005): 2 mil anos após a sua morte, sua palavra continua sendo ouvida, difundida e obedecida – por vezes com muita intensidade – por um percentual muito significativo não apenas de uma nação, mas de toda a humanidade. Contudo, provavelmente os casos mais comuns e menos estudados dizem respeito aos carismas efêmeros, de baixo ou médio alcance em todos os critérios. Podemos citar figuras políticas que possuem um público muito específico, geograficamente loca-

8 Podemos aqui levantar a hipótese de quanto líderes contemporâneos de sistemas representativos como Obama, Lula, Trump e Bolsonaro poderiam se encaixar, com *direções* distintas, nessa categoria: todos possuem um percentual não desprezível de seguidores emocionalmente engajados que não raramente lhes atribuem qualidades extraordinárias. A confirmação dessa hipótese dependeria de um estudo específico para cada caso, o que foge do escopo deste artigo, mas algumas qualidades carismáticas dos políticos citados já foram trabalhadas em algumas pesquisas (BOWDEN, 2010; SAMUELS; ZUCCO JR., 2014; JOOSSE, 2018a, 2018b; CESARINO, 2019).

lizado, ou líderes comunitários e religiosos, *desde que* eles consigam, ainda que por momentos mais breves, construir uma relação de dominação com seus seguidores cuja obediência esteja atrelada a um vínculo afetivo e a um pretense caráter extraordinário.

É importante ressaltar, no entanto, que uma aplicação para o conceito em um contexto democrático não significa igualar o líder carismático a qualquer outro conquistador de votos. Um líder comum pode se estabelecer por suprir de maneira mais eficiente os interesses da população, por representar os valores de determinada localidade, classe ou grupo, ou simplesmente pela construção de um marketing preciso. Essas são, na verdade, as relações políticas mais usuais. Nada disso configura uma relação afetiva de obediência. Essa diferenciação também não indica qual líder será mais popular, pois interesses e valores – que geram diferentes estratégias e retóricas – podem ser tão ou mais eficazes que os afetos. É mais provável que em um contexto eleitoral alguns líderes possuam eleitores de todos os tipos: interessados, ideológicos e fiéis, com variações de intensidade e difusão⁹. Nos conceitos sociológicos fundamentais, Weber aponta que a transição da ação racional com relação a valores para a ação afetiva é fluida. Em alguma medida, essa afetividade pode se transferir para o candidato que representa esses valores. Pode-se imaginar que o contexto eleitoral, ocasião de grande efervescência política, seja um desses momentos em que a distinção ideal-típica fique enodada e a relação se torne mista. Ainda assim, deve-se pontuar que a simples manifestação emocional dos valores e dos interesses não caracteriza uma dominação carismática se ela não for suficiente para gerar *obediência* ao líder em razão de seu caráter exemplar ou extraordinário, reforçando que a origem do carisma sempre deve ser personalista¹⁰.

9 Pappas (2011) elenca alguns “sintomas” da existência da dominação carismática em sistemas representativos: I) a quase absoluta centralização exercida por um único líder em um partido ou movimento de massa; II) a grande e irrazoável paixão que acompanha a relação entre o líder e os seguidores; III) a capacidade missionária e delegativa do líder diante dos fiéis. Apesar de a definição de Pappas estar mais diretamente ligada ao carisma autoritário, essas características não são contraditórias com a definição aqui apresentada.

10 O carisma institucional disperso e despersonalizado, em conformidade com a posição de Shils, é uma hipótese plausível apenas na medida em que os indivíduos possam prestar obediência a determinadas instituições pela relação afetiva que construíram com elas. Um grande apego afetivo à ordem democrática, por exemplo, *pode* gerar uma dominação mista, simultaneamente racional-legal e carismática, em que a obediência a uma ordem legal de um juiz (aqui se caracteriza a relação social) se consolide mais pela *dedicação emocional* à ordem política instituída do que pela sua legitimidade racional. Deve-se tomar com cautela essa hipótese, tratando-a como

A *direção* determinará a relação dos adeptos com as instituições. A dominação carismática pode ser mobilizada para a realização de mudanças radicais na ordem estabelecida, tanto na direção “progressista” quanto na direção “reacionária”. A primeira é a demonstração revolucionária, afeita à missão e às promessas de prosperidade e bem-estar por parte do líder que se realizariam hipoteticamente em uma *nova* ordem construída sobre as ruínas do *status quo*. A versão reacionária, menos trabalhada sociologicamente, de caráter misto, ocorre quando o carisma mobiliza a *tradição* para a refundação de uma nostálgica e finada era sociopolítica. É o caso da Revolução Iraniana e seu líder Khomeini, com fortes traços de dominação carismática (ASHRAF, 1990; BRUMBERG, 1997). Diferentemente do que argumenta Levay (2009), esse tipo de uso do carisma não foge ao conceito weberiano. Ainda que o poder subversivo esteja atrelado a uma força tradicionalista e que o fundamento de sua promessa resida no retorno ao passado, não há de fato um retorno; o sucesso do projeto leva à conformação de uma ordem política tradicionalmente orientada, mas ainda uma *nova* ordem, mesmo que neofóbica. Menos desenvolvida que ambas as concepções anteriores é a dominação carismática exercida por forças ligadas, de alguma forma, ao *status quo* – especificamente nos casos democráticos. A obediência afetiva ao líder pode ser direcionada para estratégias que não rompem com as instituições democráticas. Ela pode ocorrer: a) para a simples consolidação eleitoral de uma nova elite política, constituída pela graça do líder; b) para o reformismo social “progressista”, também caracterizada por uma missão de mudança, mas evitando o rompimento com as regras do jogo democrático; c) para o reformismo reacionário, cuja missão de reestabelecimento dos antigos valores se efetue institucionalmente. Os carismas “b” e “c” não são necessariamente contraditórios a “a”.

Pode acontecer de um carisma autoritário surgir em um contexto democrático. Nesse caso, o líder sempre agirá no limiar das normas

uma probabilidade menor. De qualquer maneira, o carisma institucional não pode ser atribuído a representantes individuais das instituições, como sugere Shils (1965, p. 206). A raiz da dominação por parte do adepto sempre deve se encontrar, nessa hipótese, em sua relação afetiva com as instituições, não com o indivíduo que ocupa o cargo – a propriedade carismática não está na pessoa, mas nas regras. Os cargos próximos ao “centro da ordem” exercem dominação carismática individualmente apenas na medida em que suas relações estabelecidas de obediência afetiva são de liderança *pessoal*, nunca por dispersão burocrática, assim retornando ao cerne personalista do conceito.

institucionais e poderá, de acordo com a oportunidade, tentar um golpe contra o regime¹¹. Embora essa seja uma consequência direta da *direção* da relação de dominação, o vínculo carismático já está estabelecido quando a relação se consolida, sem necessitar da concretização das vontades autoritárias. A dominação carismática não existe em razão da consolidação das intenções do agente ou das consequências intencionais da ação, mas já na própria configuração de uma relação de obediência afetiva em razão das características extraordinárias do líder, ainda que a latência nunca se torne potência.

Em todos os casos democráticos, a dominação carismática e a legitimidade não se concretizam em seus tipos puros. Sua íntima relação com as instituições democráticas lhe confere um caráter misto proveniente da racionalidade legal. Se por um lado a legitimidade do líder em relação aos seus adeptos reside na dominação carismática, a crença na legitimidade do mesmo líder em relação à totalidade do Estado-nação – incluindo opositores ou eleitores não carismaticamente dominados – se baseia no direito pessoal de mando daqueles que estão nomeados a determinadas posições da ordem instituída em concordância com os procedimentos legais. O tipo específico de dominação depende de *quem* está obedecendo.

A mistura dos tipos-ideais weberianos não possui como consequência a eliminação de todas as outras características proféticas, mágicas ou revolucionárias da dominação carismática em contextos democráticos. Como demonstra Lepsius (2007), o líder busca dramatizar a percepção ideológica dos adeptos através de construções maniqueístas, duais e restritas da realidade política, não raramente apelando a conspiracionismos, às emoções, ou, em alguns casos, ao radical recorro político da relação amigo-inimigo – ainda que, em ocasiões democráticas, tal mobilização seja mais problemática. A dramatização constrói a base de valores abstratos do séquito de seguidores. Consolidada a relação carismática, a partir de certa intensidade de dominação o líder busca possuir o *monopólio da interpretação ideológica dos adeptos*. Os fiéis, portanto, passam a ler a realidade pela ótica do líder. O sentido da ação social do séquito tende a emular o sentido da ação do

11 Uma *direção* oposta na ação social também é possível: a criação de um carisma democrático que se manifeste em regimes autoritários, como no caso de Atatürk (RUSTOW, 1968).

salvador. Há diversas maneiras de mobilizar esse poder. Por intermédio do carisma antiautoritário, o líder pode buscar engajamento dos seguidores para as suas pautas econômicas, para a consolidação de políticas públicas e projetos de reformas do Estado, mas se mantendo restrito às vias institucionais legítimas. Em sua versão autoritária, o mesmo tipo de engajamento pode acontecer mediante ameaças aos outros poderes do Estado, por medidas ilegítimas ou até mesmo pelo recurso à violência política. Do ponto de vista individual, outros comportamentos dos seguidores podem ser explicados em razão da força da ação do dominador: a defesa incondicional do líder, mesmo diante de fortes acusações morais e políticas; a aceitação passiva de leituras flagrantemente contraditórias de seu próprio ideário político, social e econômico; a crença em conspirações irreais ou altamente improváveis, carentes de provas, que supostamente existam contra o líder; ou até mesmo a crença em notícias incontestavelmente falsas que, de alguma maneira, beneficiam o líder ou prejudicam o adversário. A lista poderia se estender a todas as ações realizadas pelos adeptos em razão da obediência à interpretação ideológica do líder, esta que, nesse caso específico, ocorre em coexistência com os regimes democráticos.

O vínculo eleitoral de uma relação carismática também se diferencia dos casos ordinários. Quando o eleitor está comprando o “produto” eleitoral do líder – para utilizar a famosa imagem de Schumpeter –, ele não está adquirindo apenas um pacote de promessas de políticas públicas, mas um completo filtro moral e político que será mobilizado para ler a realidade, as notícias, e, igualmente, para moldar a sua ação. O seguidor passará a encarar os fatos a partir das declarações e das narrativas oficiais do profeta, privilegiando aquilo que beneficia o chefe com o qual está emocionalmente comprometido ou que prejudique os adversários. O grau em que isso acontece depende da intensidade da relação carismática. Esse amplo espectro de ações defensivas e ofensivas está diretamente ligado ao caráter extraordinário que o seguidor atribui ao seu profeta, que não pode, em razão de sua *santidade*, estar envolvido em um esquema de corrupção; não pode estar se contradizendo ou descumprindo promessas; não pode estar no centro de polêmicas ou cometer erros, senão por uma conspiração

obscura; e não pode estar transmitindo uma informação falsa. Nos casos mais intensos, pela afetividade da relação social, a reação do fiel às acusações tenderá a ser emotiva, negatória e até mesmo violenta¹².

No mundo contemporâneo, em que as redes sociais adquiriram importância política, novos meios podem ser mobilizados para estreitar os vínculos afetivos de dominação, a partir de uma relação “face a face” virtual. O mundo digital também permite a criação de mecanismos tanto de informação quanto de desinformação mais eficientes. A mensagem do líder, seja incitando uma ordem, seja comunicando uma narrativa oficial, pode ser transmitida com mais rapidez a distâncias maiores. Isso levou Toode a concluir, estudando casos da Itália e da Estônia, que “líderes políticos carismáticos podem ser mais bem-sucedidos no novo ambiente midiático” (2020, p. 21). Podemos até refletir sobre o quanto o anonimato virtual pode gerar uma amplificação do fanatismo por facilitar ataques a adversários políticos sem qualquer consequência de exposição pessoal, social ou jurídica. Mesmo que algumas dessas considerações sejam especulativas, já existem estudos sobre as ações de líderes carismáticos em redes sociais (CESARINO, 2019; TOODE, 2020). Sem dúvidas, muitos dos expedientes citados são pouco republicanos e podem ser contrastados ou atenuados pela burocracia e pelas instituições políticas e judiciais na medida em que alcançam ou ultrapassam os limites democráticos. Mas essas ações não apenas coexistem com a democracia contemporânea como também fazem parte das estratégias eleitorais, políticas e comunicacionais de muitos de seus líderes.

5 Considerações finais

O conceito de carisma sempre foi facilmente aplicado a contextos políticos revolucionários como poder subversivo e, posteriormente, poder instituído; no entanto, com frágil funcionalidade para os regimes de-

12 O que constitui uma das bases primeiras da distinção entre um indivíduo que segue um líder por razões carismáticas e um que o faz por interesse ou valor. Este último grupo não possuirá uma reação emocional às acusações e não terá dificuldade em abandonar o líder quando ele não satisfizer mais seus interesses ou os valores que, em primeiro lugar, eram a razão pela qual o vínculo foi criado.

mocráticos contemporâneos. Durante o artigo busquei demonstrar que é possível, partindo de Weber, desenvolver uma interpretação do conceito de dominação carismática que seja aplicável a líderes que não fujam das rédeas institucionais ordinárias, usando como axioma básico a *relação* afetiva ou emocional de dominação estabelecida entre o líder e o dominado. Essa condição – que, em âmbitos democráticos, é sempre um misto de dominação carismática e dominação racional-legal – é gerada a partir da obediência dos adeptos, os quais se resguardam às ordens do detentor do carisma como máximas ou à sua interpretação ideológica dos fatos políticos e sociais.

Dessa maneira, o conceito de dominação carismática, quando desenvolvido a partir de relações afetivas de obediência, pode ser aplicável tanto ao seu caráter revolucionário comumente mobilizado na bibliografia sociológica, quanto como uma explicação plausível para determinadas relações de dominação estabelecidas entre líderes e adeptos em sociedades políticas democráticas. Novas pesquisas podem ser desenvolvidas a partir dessa relação para corroborar ou descartar algumas hipóteses levantadas. No âmbito macropolítico, essa perspectiva pode ajudar a explicar a fundação, capitalização, consolidação e rotinização da dominação carismática de líderes políticos que atuam em sistemas democráticos, tendo como foco a *relação social* de base emotiva estabelecida entre o dominador e os seguidores. Disputas por sucessão e pela herança do carisma do líder também foram apenas brevemente mencionadas, mas representam um campo frutífero de pesquisa¹³. Na dimensão micro, pode-se buscar compreender alguns comportamentos dos dominados, tais como: a mobilização emocional em defesa de líderes políticos, a transição de parte da opinião pública acerca de alguma reforma em conformidade com a defesa do líder, a crença em obscuras teorias da conspiração, a aceitação acrítica – e conseqüente propagação – de notícias falsas e a incredulidade diante de acusações jurídicas e políticas. Ou seja, a partir de um filtro ideológico “recebido” do dominador que busca

13 A herança do carisma já foi discutida nos casos de Stálin (STRONG; KILLINGSWORTH, 2011), Khomeini (BRUMBERG, 1997) e de movimentos latino-americanos como o chavismo, o peronismo e o fujimorismo (ANDREWS-LEE, 2020b).

engajar comportamentos e crenças que privilegiam o líder. O caráter mais ou menos democrático de todos esses elementos depende da *direção* das ações do político e de seus seguidores.

Nas sociedades democráticas modernas, é comum a coexistência de determinada intensidade e difusão de carisma com a dominação racional-legal rotineira. O método político utilizado, a partir de eleições livres e periódicas, estimula concursos de popularidade e encantamento – mesmo que provisórios e efêmeros –, gerando um ambiente propício à consolidação de relações de natureza carismática. Esses concursos eleitorais podem se pautar em valores e interesses, mas não é raro o apelo à paixão, ao ódio, à raiva, ao medo e outros aspectos da psicologia social que podem favorecer o estabelecimento de vínculos carismáticos. Sell aponta que “[...] tanto em sua origem quanto em sua modalidade presidencialista, a democracia é um fenômeno cujo núcleo é essencialmente carismático” (2018, p. 10). A desmagificação e a secularização do mundo não impediram o surgimento de fenômenos que buscam reencantar a vida política, aflorando paixões e relações personalistas de dominação. A democracia é a arena em que algumas dessas faíscas mágicas do passado sobreviveram à racionalização do mundo moderno.

Referências

- ADAIR-TOTTEFF, Christopher. **Fundamental Concepts in Max Weber's Sociology of Religion**. London: Palgrave MacMillan, 2013.
- ANDREWS-LEE, Caitlin. The Power of Charisma: Investigating the Neglected Citizen-Politician Linkage. **Journal of Politics in Latin America**, v. 11, n. 3, p. 298-322, 2020a.
- ANDREWS-LEE, Caitlin. The Politics of Succession in Charismatic Movements: Routinization versus Revival in Argentina, Venezuela, and Peru. **Comparative Politics**, v. 52, n. 2, p. 289-316, 2020b.
- ASHRAF, Ahmad. Theocracy and Charisma: New Men of Power in Iran, **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 4, n. 1, p. 113-152, 1990.
- BENDIX, Reinhard. **Max Weber: um perfil intelectual**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BOWDEN, Gary. Obama, Palin and Weber: Charisma and Social Change in the 2008 U.S. Election. **Canadian Review of Sociology**, v. 47, n. 2, p. 171-190, 2010.
- BRUMBERG, Daniel. **Reinventing Khomeini: the struggle for reform in Iran**. Chicago: Chicago University Press, 1997.

CAVALLI, Luciano. Charisma and Twentieth-Century Politics. *In*: WHIMSTER, Sam; LASH, Scott (org.). **Max Weber, Rationality and Modernity**. New York: Routledge, 1987. p. 317-333.

CAMIC, Charles. Charisma: Its varieties, preconditions, and consequences. **Sociological Inquiry**, v. 50, p. 5-23, 1980.

CESARINO, Letícia. Identidade e Representação no Bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 3, p. 530-57, 2019.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

DURKHEIM, Émile. **Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Introduction. *In*: WEBER, Max. **Max Weber: On Charisma and Institution Building**. Chicago: University of Chicago Press, 1968. p. IX-LVI.

FAGAN, Richard R. Charismatic Authority and the Leadership of Fidel Castro. **Western Political Quarterly**, v. 18, p. 275-284, 1965.

GERTH, Hans Gerth; MILLS, C. Wright. Introdução: o homem e sua obra. *In*: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982. p. 15-93.

JOHNSON, Doyle Paul. Dilemmas of Charismatic Leadership: The Case of the People's Temple. **Sociological Analysis**, v. 40, n. 4, p. 315-323, 1979.

JOOSSE, Paul. Becoming a God: Max Weber and social construction of charisma. **Journal of Classical Sociology**, v. 14, p. 266-283, 2014.

JOOSSE, Paul. Countering Trump: Toward a Theory of Charismatic Counter-Roles. **Social Forces**, v. 97, n. 2, p.1-14, 2018a.

JOOSSE, Paul. Expanding Moral Panic Theory to Include the Agency of Charismatic Entrepreneurs. **The British Journal of Criminology**, v. 58, n. 4, p. 993-1012, 2018b.

KALYVAS, Andreas. **Democracy and the Politics of the Extraordinary: Max Weber, Carl Schmitt, and Hannah Arendt**. New York: Cambridge University Press, 2008.

LE BON, Gustave. **Psychologie des Foules**. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1963.

LEPSIUS, Mario Rainer. **Max Weber and Institutional Theory**. Switzerland: Springer, 2017.

LEVAY, Charlotta. Charismatic leadership in resistance to change. **The Leadership Quarterly**, n. 21, p. 127-143, 2010.

LINDHOLM, Charles. **Charisma**. New York: Blackwell Pub, 2002.

LINGEMAN, Richard. The Greeks Had a Word for It - But What Does It Mean?. **New York Times**, Nova York, 4 ago. 1969, p. 28.

- MERTON, Robert K. **Social Theory and Social Structure**. New York: The Free Press, 1968.
- MIYAHARA, Kojiro. Charisma: From Weber to Contemporary Sociology. **Sociological Inquiry**, v. 53, n. 4, p. 368-388, oct. 1983.
- PAPPAS, Takis. Political Charisma Revisited, and Reclaimed for Political Science. **EUI Working Paper/RSCAS**, v. 60, p. 1-16, 2011.
- PARSONS, Talcott. Introduction. *In*: WEBER, Max. **Max Weber: The Theory of Social and Economic Organization**, New York: Oxford University Press, 1947. p. 3-86.
- PIOVANELLI, Pierluigi. Jesus Charismatic Authority: On the Historical Applicability of a Sociological Model. **Journal of the American Academy of Religion**, v. 73, n. 2, p. 395-427, 2005.
- RUSTOW, Dankwart A. Atatürk as Founder of a State. **Dædalus**, n. 97, p. 793-828, 1968.
- SAMUELS, David; ZUCCO JR., Cesar. Lulismo, Petismo and the Future of Brazilian Politics. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, p. 129-158, 2014.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. **The Rise of Western Rationalism: Max Weber's Developmental History**. Berkeley: University of California Press, 1981.
- SCHRAM, Stuart R. Mao Tse-tung as a Charismatic Leader. **Asian Survey**, v. 7, n. 6, p. 383-388, 1967.
- SELL, Carlos Eduardo. A liderança carismática: sobre o caráter político do populismo. **Tomo**, n. 23, p. 13-44, 2013.
- SELL, Carlos Eduardo. Poder Instituído e Potência Subversiva: Max Weber e a dupla face da dominação carismática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, p. 1-16, 2018.
- SHILS, E. Charisma, order, and status. **American Sociological Review**, v. 30, p. 199-213, 1965.
- SPINRAD, William. Charisma: A Blighted Concept and an Alternativa Formula. **Political Science Quarterly**, v. 106, n. 2, p. 296-311, 1991.
- STRONG, Carol; KILLINGSWORTH, Matt. Stalin the Charismatic Leader? Explaining the "Cult of Personality" as a Legitimation Technique. **Politics, Religion & Ideology**, v. 12, Issue 4, p. 391-411, 2011.
- TARDE, Gabriel. **Les Lois de L'imitation: étude sociologique**. Paris: Felix Alcan, 1890.
- TOODE, Ülle. Charismatic Leaders in a New Perspective: Reality in Estonia and Italy. **Studies in Media and Communication**, v. 8, n. 1, p. 11-24, 2020.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- WEBER, Max. Parlamento e Governo na Alemanha Reorganizada. *In*: WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015a. p. 153-278.

WEBER, Max. O Presidente do Reich. *In*: WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015b. p. 309-314.

WEISS, Raquel Andrade. Efervescência, dinamogenia, e ontogênese social do sagrado. **Mana**, v. 19, n. 1, p. 157-179, 2013.

Recebido: 26/05/2020

Aprovado: 02/08/2020

Charismatic authority in democratic regimes

Abstract

The article seeks to analyze the possibility of reconciling the Weberian concept of charismatic authority with contemporary democracies and with leaders who do not break with institutional norms. From Weber's exegetical analysis, we arrive at a definition of charismatic authority that is based primarily on the affective relationship of the followers with the leader because of his extraordinary character. Contesting other interpretations, we argue that this definition is compatible with democratic leaders without losing the efficiency of its application to subversive cases. Finally, in addition to Weber, we present some possible applications of the concept based on three ideal-typical elements: intensity, diffusion and direction of the charism. This model can include authoritarian and anti-authoritarian charisms and explain the behavior of followers in measures that involve their leaders.

Keyword: Charismatic authority. Democracy. Weber. Leadership.

Sociologia da Educação de Max Weber: o Clinamen¹ na prática pedagógica

Alonso Bezerra Carvalho²

Resumo

Este artigo consiste, fundamentalmente, em uma análise do pensamento de Max Weber, de maneira a buscar uma possível contribuição ao campo da educação na atualidade. Ao expor sua compreensão sobre o processo de racionalização, tendo na burocracia uma de suas manifestações mais contundentes, Weber compreende as ações humanas como constituídas de uma tensão permanente. Não haveria no mundo um sentido, com validade universal, que orientasse a existência. Neste aspecto, a educação precisa adquirir outro significado, isto é, uma educação que faça o clinamen surgir e ressurgir, introduzindo no mecanismo determinista o espaço de libertação, que consiste em romper o determinismo inerente a qualquer situação objetiva e, de forma desviante, abrir espaço para o exercício da autonomia. Se ao professor cumpre fornecer alguma esperança para a vida de seus alunos, esta deve ser estabelecida a partir do reconhecimento do caráter agônístico da existência. Agir assim é garantir a integridade e a liberdade intelectual.

Palavras-chave: desencantamento do mundo; burocracia; processo de racionalização; sociologia da educação; prática pedagógica.

- 1 O filósofo José Américo Motta Pessanha ao analisar o pensamento de Epicuro, reporta-se à ideia do *clinamen*. Segundo ele, “[...] o *clinamen* [desvio] é condição indispensável para que o mundo, cuja existência é provada por nossos sentidos, fosse gerado. O que vale dizer: a passagem do possível ao real exige um desvio – mínimo – das leis mecânicas; deixadas só em si mesmas, elas estabelecem um cenário racional onde o mundo é apenas possibilidade abstrata [...] O *clinamen* [...] também explica a possibilidade de o homem reorientar sua vida interior, desviando-se de sensações dolorosas para ir ao encontro do prazer. A liberdade – para ser feliz mesmo na adversidade – subtende o desvio, a recusa da fatalidade” (PESSANHA, 1997, p. 71, grifo do autor).
- 2 Professor do Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da UNESP, Campus de Marília. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Ética e Sociedade (GEPEES), cadastrado no CNPq. E-mail: alonso.carvalho@unesp.br.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I Introdução

É possível formular uma concepção pedagógica weberiana? É o que pretendemos responder. Se conhecemos os trabalhos e as ideias de Weber como pertencentes ao campo da sociologia, isso não impede de colocá-los em contato com outras áreas do conhecimento. A sociologia de Weber traz questões importantíssimas do ponto de vista filosófico, antropológico e para a psicologia. Neste artigo, o objetivo é relacionar estas questões à educação. É verdade que não é nossa pretensão tratá-las como objeto específico do campo pedagógico, tornando Weber mais um pensador da educação. Os temas weberianos que serão apresentados nos fornecem elementos para rediscutirmos o significado que a educação teve e ainda tem em um mundo que foi desencantado.

De início, tentemos imaginar como, geralmente, é o cotidiano de uma sala de aula: os alunos sentam-se enfileirados, vestidos uniformemente, obrigados a se comportarem também uniformemente – com uma postura ereta, silenciosos e atentos aos ensinamentos –, proporcionando condições para absorverem os conhecimentos de outra pessoa, o professor, que se julga detentor do conhecimento, pelo menos da área previamente proposta pela instituição. Esta imagem, todavia, representa um olhar desatento sobre uma sala de aula. Com um olhar mais apurado, percebemos que cada aluno possui uma história de vida, experiências peculiares, pensamentos únicos e, principalmente, comportamentos e sentimentos diferenciados. Tomamos, neste sentido, que a uniformidade não se torna tão clara quanto parecia anteriormente. Tais alunos, geralmente tratados como iguais, são colocados em uma condição de aprendizagem dos mesmos conteúdos, na mesma velocidade e da mesma forma. Não se respeitam seus conhecimentos prévios, suas diferenças em termos de capacidade, muito menos suas opiniões sobre o que se está aprendendo. O aluno tem apenas o dever de aprender em um tempo determinado, de uma forma preestabelecida e configurada de acordo com o que se cobra na sociedade. Vemos, neste âmbito, um processo de homogeneização, vítima de uma racionalização, produzida a partir de modelos, os quais se tornam almeçados, porém raramente alcançados.

Talvez o vínculo educacional mais forte existente na instituição seja aquele formado entre o professor e o aluno. Tal vínculo é alimentado,

por parte do professor, pelas suas expectativas em passar o conhecimento, adquirido através de estudos ao longo da vida; e, para os alunos, este vínculo é mantido, após uma provável identificação com o professor, pela expectativa de obter uma profissão. Quanto às pretensões do professor, de conseguir fazer com que seus alunos adquiram o conhecimento necessário para poder almejar uma profissão de sucesso, é preciso atentar para que caminho escolher.

Podemos partir da ideia de que o objetivo principal da educação é proporcionar aos alunos um conteúdo que incentive a reflexão. Porém, para que isso aconteça, não basta somente conteúdo, é necessário também pensar a maneira como este é passado. Para isso, é preciso que o professor adote uma ética não partidária na sala de aula, ou seja, é necessário que o professor, ao apresentar um conteúdo, não exponha a sua opinião sobre este e, se o fizer, tenha a honestidade de dizer que o está fazendo. É preciso que ele incentive o aluno a refletir sobre o que foi apresentado e, então, adotar uma opinião condizente com a sua compreensão. Assim, é de extrema importância que o professor mantenha uma posição “neutra” para que, não só na sala de aula mas também fora dela, o aluno possa refletir e questionar sobre o que observa, experimenta e decide.

A importância desta atitude do professor justifica-se na medida em que o aluno se encontra num processo de formação identificatória, até mesmo em relação ao próprio professor. Esse processo de identificação, antes ocorrido apenas em âmbito familiar, se estende para a vida social e, principalmente, para a instituição educacional. Partindo-se desse princípio, o professor adquire um papel de extrema importância para a formação do aluno, priorizando sua independência de reflexão sobre o mundo que o cerca, dando-lhe a capacidade de questionar e afirmar, oferecendo condições para construir crenças e proposições condizentes com suas características.

Porém, muitos professores não adotam esta maneira de ensinar e, sim, uma postura muitas vezes ditatorial, passando como um rolo compressor pelas diferenças dos alunos, impondo seu ponto de vista sobre assuntos que deveriam ser discutidos em sala de aula, mas que, na verdade, são

“despejados” nos alunos – considerados como “folhas em branco” –, em detrimento de suas peculiaridades e opiniões.

A educação, constituída com esse caráter institucional, racional e burocrático, parece impedir uma liberdade maior de construção do conhecimento por parte dos alunos, presos que estão a uma espécie de treinamento. Um espírito carismático não sobressai nessa relação, mas apenas o burocrático-disciplinador.

Há de se supor, a partir dessas constatações inspiradas no pensamento de Weber, que fica cada vez mais intenso o processo de massificação, com a construção contínua de modelos, que tem início já na escola e que acompanhará o indivíduo em todo o decorrer de sua vida. O mundo racionalizado, usando dos meios burocráticos, transforma a escola em uma forma de almejar a posição de algum modelo, construído por esta mesma sociedade, de acordo com as suas necessidades, obrigando o ser humano, enquanto inserido em todo esse processo, a limitar suas opções. Parece configurar-se, aqui, o sofrimento da humanidade, tornando então notório o grande envolvimento da sociologia weberiana com os “problemas da atualidade”, como chama a atenção Foucault³. Contudo, a possibilidade de mudança de tal quadro não pode ser ignorada; assim, para equilibrá-lo, é preciso despertar o carisma.

A indagação que percorre as investigações weberianas refere-se ao homem *especificamente moderno*, que pode ser visto na perspectiva de sua personalidade, da cultura ou da sociedade. Weber estuda o presente, a atualidade, o agora, procurando o que lhe é específico; porém, com uma diferença: o mundo moderno perdeu o seu *signum*, ou seja, não há um progresso em direção ao melhor. Ele não faz um prognóstico, mas, sim, um diagnóstico da modernidade, olhando o mundo empírico na dureza dos fatos desagradáveis que o constituem. Não o higieniza, não o perfuma.

3 Segundo Foucault (1984), Weber é um dos pensadores que procurou compreender o mundo ocidental moderno dentro dos limites que a própria modernidade colocou a si mesma. A “ontologia do presente” weberiana trata das exigências que o cotidiano faz aos homens, exigências estas que, muitas vezes, o homem não está em condições de atender. Essa posição filosófica, preocupada com uma “ontologia de nós mesmos”, fundou uma forma de reflexão que vai “de Hegel à Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche e Max Weber” (FOUCAULT, 1984, p. 112).

Até pensa que a razão trouxe coisas boas, mas indica também que, junto com ela, vieram a perda de sentido e uma irracionalidade destrutiva – uma razão antinômica. O diagnóstico weberiano está centrado em elementos indicativos de que o homem moderno perdeu o sentido. Não há mais forças misteriosas, transcendentais e determinantes que orientem a ação humana. O mundo reificado produziu pessoas que se tornaram *especialistas sem espírito e hedonistas sem coração*.

Se pararmos por aqui, a conclusão mais plausível é a de que Weber é um pessimista. Estaríamos submetidos a uma “carapaça dura como aço” (*stahlhartes Gehäuse*) que, como na caverna platônica, nos prende a grilhões difíceis de serem quebrados. Mas podemos afirmar, com certo grau de segurança, que essa leitura encontra-se, sim, nos textos de Weber, mas restringir-se a ela é perder a riqueza de seu pensamento. É possível deduzir de sua diagnose uma prognose, ou seja, o mesmo mundo que domina gera as condições para o surgimento das figuras chamadas por Jessé Souza (1997, p. 112, grifo do autor) de “especialista *com* espírito e do homem do prazer *com* coração”.

2 A sociologia weberiana e a modernidade: questões para se pensar a educação

A problematização trazida por Weber sugere que sua posição estaria além de uma mera crítica resignada, mas seria uma espécie de “*terapia*” contra os efeitos alienantes e patológicos típicos do cotidiano moderno. Haveria, portanto, em Weber, dois caminhos: o do pessimismo cultural, que é o momento de denúncia das condições modernas, e aquele que adota as perspectivas terapêuticas, o momento de esperança em uma sociedade diferente⁴. Weber deposita sua confiança na liberação de forças capazes de possibilitar uma atitude de resistência contra as instituições burocráticas e o “casulo da servidão”.

A ideia de vocação moderna na Reforma, inicialmente, ganha os contornos de uma superação da religiosidade pela ascese monástica, na

4 Henrich, Offe e Schluchter (1990, p. 230-233) mencionam que Weber, além de historiador e diagnosticador das condições modernas, trata-se também de um terapeuta – analisa como devemos reagir a essas condições.

medida em que afirma que a satisfação dos deveres intramundanos é o único caminho para agradecer a Deus. Esse *ethos* estende-se às coisas do mundo, perde o caráter divino. A conexão entre a doutrina da predestinação e a “certeza da salvação” produz o estímulo para uma condução da vida ascética, antitradicionalista, intramundana e metódica. Esse comportamento representa, de certa forma, o surgimento da liberdade moderna.

Nesse sentido, Weber é simpático a esse homem puritano, pois o seu ascetismo capacita-o para uma vida clara, desperta e consciente. Esse seria o aspecto positivo do puritanismo. Porém, se os ideais éticos do ascetismo puritano favoreceram o surgimento do espírito capitalista, os resultados desse processo fugiram do controle. As consequências advindas são paradoxais. Fazendo referência à América, afirma:

No setor de seu mais alto desenvolvimento, nos Estados Unidos, a procura da riqueza, despidida de sua roupagem ético-religiosa, tende cada vez mais a associar-se com paixões puramente mundanas, que frequentemente lhe dão o caráter de esporte. (WEBER, 1967, p. 131).

Uma das consequências, não previstas, da conduta do homem puritano foi o “desencantamento do mundo”, que retirou as condições de validade dessa conduta do mundo mágico-religioso. A concepção de mundo que se baseava numa ética material, – substantiva e com valor universal –, funcionando como substrato das relações entre os homens e regulando, com ambições totalitárias, o espaço público pertence definitivamente ao passado. Weber estava perfeitamente consciente de que vivia na época do “individualismo ético”. O mundo objetivo não tem nenhum significado em si, e a tarefa de conferir significado a este mundo é uma tarefa individual e solitária. Cada qual está só com o seu Deus ou demônio que rege as suas escolhas significativas. Não há mais nenhum Deus, nenhum sacramento e nenhum sacerdote que explique e dê sentido à existência humana em seu conjunto.

Ademais, temos um processo de especialização, como consequência da progressiva divisão social do trabalho. Nesse ambiente, a personalidade do homem moderno estaria como que subsumida aos grilhões de uma prisão.

Na modernidade diagnosticada por Weber, o que importa é a superação e a renúncia das paixões, que obscurecem e desviam. Renúncia adquire

aqui, portanto, o sentido de uma subordinação do sujeito em relação às condições não escolhidas do mundo impessoal. Segundo ele, a presença de Goethe nesse diagnóstico é cristalina, pois ação e renúncia condicionam-se reciprocamente na medida em que o trabalho, no mundo moderno, exige, necessariamente, uma limitação a uma pequena esfera da atividade produtiva em cada área de atividade; e isso pressupõe, ao mesmo tempo, concentração de esforços e aumento do desempenho.

A limitação do trabalho especializado, com a renúncia à Faustiana universalidade do homem por ela subentendida, é uma condição para qualquer trabalho válido no mundo contemporâneo; daí a “ação” e “renúncia” hoje inevitavelmente se condicionarem uma à outra. Esse traço fundamentalmente ascético do estilo de vida [...] foi o que Goethe quis nos ensinar no auge de sua sabedoria [...] Para ele, essa consciência implicava a despedida de uma era de plenitude e beleza humana que, no decorrer de nosso desenvolvimento cultural tem tão poucas chances de se repetir como a época de florescimento da cultura ateniense da Antiguidade. (WEBER, 1967, p. 130).

Como vemos, da análise de Weber é possível retirar afirmações que expressam ainda uma expectativa, que – embora não seja rósea – é ainda um lampejo de esperança. Se nossa época está desencantada, pelo menos podemos intuir, olhando o passado, “o renascimento de velhos pensamentos e ideias”, como Nietzsche fez ao olhar para os gregos. Nem tudo está perdido, diria Weber. Em alguns de seus textos, embora trate das antinomias da vida social moderna, mesmo que assistematicamente, encontramos alguns apontamentos que, se forem considerados na ação educativa, podem ainda render alguns bons frutos.

A tipologia pedagógica, que emana da análise sociológica weberiana sobre o mundo moderno, exige dos homens uma ética aristocrática e heroica. Primeiramente, porque é privilégio de poucos, visto que a regra é a acomodação à ausência de sentido e de liberdade; segundo, porque está na mais radical oposição em relação às leis das estruturas objetivas do mundo racionalizado, no sentido que luta ainda para manter um espaço de valores éticos em uma época em que esses valores parecem terem sido definitivamente expulsos do espaço público.

Vemos, aqui, o que Weber veio a chamar de “paradoxo das consequências”. Isso significa que se produziu uma tragédia que não foi originalmente

intencionada. Os puritanos teriam criado, sem querer, a “*carapaça dura como aço*” das instituições capitalistas ao tentarem realizar os mandamentos de Deus na Terra. A “nova escravidão” assume a forma de uma oposição entre as lógicas individual e institucional. A lógica institucional materializa-se na disciplinarização antilibertária dos indivíduos, de acordo com seus próprios fins institucionais que são, agora, independentes dos fins individuais. A liberdade, no sentido weberiano, é expulsa do espaço público. Há uma racionalização técnica da conduta da vida humana, que obedece às regras passíveis de serem generalizadas segundo padrões de eficiência. Essas “patologias da modernidade”, que exigem uma terapia, podem ser superadas com a ação pedagógica.

É isso que podemos depreender das ideias weberianas. A conduta de professores e alunos em uma instituição, do ponto de vista das relações humanas e profissionais, pode preparar o terreno para “[suportarmos] o destino de nossa época”. Portanto, vemos em Weber, não apenas um autor que constata a tragédia do mundo moderno, no qual convivemos os paradoxos de uma existência fundada na inevitabilidade da renúncia. É possível uma educação que equilibre a tensão entre um mundo que se tornou burocrático e despersonalizado burocraticamente e a possibilidade de atitudes carismáticas.

O caráter revolucionário do carisma é compreendido por Weber como o rompimento com as rotinas cotidianas e com todas as normas racionais. A manifestação extática da ação carismática, que experimenta a sensação produzida por aqueles que praticam a música, a dança, o sexo etc., representa um estado além da razão. Aplica-se

[...] tanto à adoração de Romeu por Julieta quando à raiva de Otelo no assassinato de Desdêmona. Tanto Romeu quanto Otelo são retirados para fora de si por emoções poderosas de arrebatamento e raiva que provocam expressões apaixonadas e frenéticas [...] Como o deus Dioniso, o carisma “representa a própria força viva encarnada, o ímpeto da seiva na árvore e o do sangue nas veias [...] Revolucionaria os homens a partir de dentro”, liberando os elementos emocionais e instintivos previamente reprimidos pela existência cotidiana. (DOW JR., 1978, p. 84).

Todavia, Weber não defende uma conduta que seja integralmente extática, como as Mênades estraçalhando Penteu em *As Bacantes*, de Eurípedes.

Ao invés de uma selvageria caótica, uma ação controlada e apaixonada, como encontramos no texto *A política como vocação*. Permanecer para além do alcance da dominação burocrática significa ampliar a conduta individual diferenciada, sem, no entanto, abrir mão da responsabilidade. É possível aventurar-se sem desconhecer as regras. Se a algum tipo de homem é dada a chance de colocar a mão na roda da história, este homem deve ter as qualidades carismáticas e a disciplina – instrumento da racionalização.

Para Weber, então, nem a completa repressão nem a completa liberação representa um comportamento “maduro” ou “genuinamente humano” [...] O homem “genuíno” representa uma síntese do carisma e do ascetismo [...], sua alma está “livre” para se expressar apaixonadamente em defesa de uma ética da responsabilidade [...]. [Weber, portanto,] não quer sancionar totalmente o irracional como uma solução. (DOW JR., 1978, p. 87).

Weber foi professor, cientista e tentou ser político. Tinha alguma esperança na “superação” de uma existência que prendia o homem a uma couraça, impossibilitando, assim, a manifestação de sua liberdade. Almejou construir um pensamento que compreendesse as condições modernas naquilo que elas têm de específico em comparação a outras épocas e concluiu que nós vivemos em um mundo que perdeu os seus valores transcendentais. Não haveria, na modernidade, um sistema de valores universais que justificasse as ações dos homens. Estaríamos diante apenas dos nossos próprios valores, que cada um cria para orientar a sua conduta.

Como já dissemos, Weber desconfia das profecias científicas ou filosóficas que postulam um melhoramento cada vez maior da humanidade, seja em direção a uma sociedade harmoniosa e solidária, como queria Durkheim, justa, fraterna e socialista, como pensa Marx, ou perfeita e cosmopolita, como acredita Kant. Se encontramos neles a tranquila crença em um progresso inevitável, em uma autonomização, engrandecimento e sofisticação contínuos do espírito individual, para Weber, o mundo ocidental moderno – em especial o mundo europeu-americano, com o seu processo racional-burocrático, resultado do desencantamento do mundo – deixou aos homens, como consequência não desejada do protestantismo ascético, uma “irracionalidade ética”. O politeísmo de valores é o sinal de nossos tempos. Diante dessa situação não há mais uma teoria ética, meta-fisicamente constituída, que sustente qualquer escolha feita pelos homens. E não há ciência e nenhuma ação educativa que possa ajudar a resolver esse problema.

O processo de racionalização do Ocidente solicita aos homens agirem com virilidade, resistindo e enfrentando o quanto puderem “as exigências do cotidiano”. Os tempos modernos são aqueles em que os grilhões inumanos e frios estão difundidos por toda parte. A vida transformou-se em um contínuo uso individual de instrumentos, dos quais o Outro vem a ser o mais útil. E, para governar homens assim privados e “coisificados”, nada melhor do que a burocracia, em todas as suas faces, o que fez Weber chamar a atenção de seus contemporâneos para as graves consequências que a desapareição da vida pública e dos grandes valores humanos traria para o Ocidente.

O carisma é, em Weber, o contraponto para pensarmos em uma “saída” de uma era submetida à “carapaça dura como aço”. Com essa noção, ele alimenta a esperança de vivermos livres das garras de um sistema que nos aprisiona. Se a educação quiser garantir uma existência saudável, devemos nos esforçar para equilibrar o jogo em que a burocracia está vencendo. Ao buscar uma integração entre o carisma e o ascetismo, Weber acredita que a paixão, a serviço de uma ética da responsabilidade, possa ainda salvar o homem da imaturidade e da desumanidade, tanto das rotinas cotidianas quanto da manifestação extática irresponsável (DOW JR., 1978, p. 91). O compromisso ético do homem e, por extensão, da educação é fazer com que essa tensão se equilibre; e Weber teve essa esperança tanto como homem quanto como acadêmico.

A educação carismática e a educação especializada, burocrática, nos ajudam a compreender a “saída” que Weber procura para a cultura moderna. Se ele percebia a pedagogia racional-burocrática como predominante na vida ocidental moderna, por outro lado, apontava que é possível equilibrar esse domínio com o despertar do carisma; porém, contrabalançar essas duas forças não significa estar diante de um progresso da humanidade em direção a uma sociedade solidária, harmoniosa e perfeita. Na verdade, estamos apenas reconhecendo que a vida é uma permanente luta de perspectivas, tanto hoje como antigamente. “Vivemos como os antigos, quando o seu mundo ainda não havia sido desencantado de seus deuses e demônios” (WEBER, 1982, p. 175). Para suportarmos, em nossos tempos, as exigências de cada dia, devemos reconhecer, em primeiro lugar, este destino.

Falar do “destino de nosso tempo” e de educação exige de nós a disposição de provocar e fustigar a sua aparente tranquilidade. E aqui Nietzsche,

com a noção de apolíneo e dionisíaco, pode nos ajudar a entender esse diagnóstico weberiano. Aquele filósofo repõe a dimensão dionisíaca no palco da existência humana. Isso quer dizer que não precisamos aprender a separar o “fazer não” do “dizer-sim”, que podem ser entendidos como a conduta que pretende destruir e construir. A relação entre Apolo e Dioniso revela esse jogo. Apolo, o deus da bela forma e da individuação, permite que Dioniso se manifeste. Dioniso, o deus da embriaguez e do dilaceramento, possibilita que Apolo se exprima. Um assegura ponderação e domínio de si; o outro envolve excesso e vertigem. Esse jogo, na minha compreensão, é o que Weber procura reconhecer entre o carisma e a burocracia.

Nesse sentido, o mundo não é só apolíneo-burocrático, é também dionisíaco-carismático. Se ainda não reconhecemos isso, talvez caiba à educação nos ajudar a fazer essa experiência, no mínimo como reflexão. Compreender que o mundo, como pleno vir a ser no sentido heraclítico, não constitui um sistema, mas uma totalidade permanentemente geradora e destruidora de si mesma – um processo e não uma estrutura estável, um campo de *forças* instáveis em permanente tensão, não governado por leis –, ou seja, o mundo não se acha submetido a um poder transcendente e sua coesão não é garantida por substância alguma.

Mas assim também é a *vida*. Na análise que fez sobre o ascetismo protestante, Weber concluiu que as consequências não previstas advindas do *ethos* protestante são que não existe a garantia de outro mundo, sendo este o único com que se pode contar. Se quisermos a certeza de uma possível salvação, devemos nos voltar para este mundo.

Por seu lado, a filosofia de Nietzsche recusa que o suprassensível possa justificar o mundo; rejeita que um poder transcendente venha redimir a vida. O mundo subsiste; não é nada que vem a ser, nada que perece ou permanece. Não podemos atribuir-lhe nenhuma intencionalidade; não se deve conferir caráter teleológico algum. O que nos resta é a vida. Ela é o único critério que se impõe por si mesmo. Fazer qualquer apreciação, passar pelo crivo da vida, equivale a perguntar se contribui para favorecê-la ou obstruí-la. Portanto, é necessário nos perguntarmos se a educação moderna está favorecendo a vida ou não.

Assim, a concepção dionisíaca/carismática nos traz a possibilidade de enfrentarmos o mundo e a vida tal como ela é. Transforma-se em martelo para derruir construtivamente as ideias e as condutas modernas. O espírito dionisíaco e o carismático surgem para assinalar que são possíveis “outros mundos”, tornando-se parâmetros também para avaliar a modernidade.

Se assim é, precisamos nos preparar para a existência do *amor fati*: nem conformismo, nem resignação, nem submissão passiva, mas *amor*. Nem lei, nem causa, nem fim, mas *fatum*. Assentir sem restrições a todo acontecer, admitir sem reservas tudo o que ocorre, anuir a cada instante tal como é, é aceitar amorosamente o que advém; “é dizer-sim ao mundo” (MARTON, 1994, p. 16).

Como leitor de Nietzsche, Weber parece recomendar também, como resposta a essa modernidade desumanizante, uma ética do *amor fati*. Se o destino do homem é enfrentar a vida racionalizada, isso exige uma virilidade bem calibrada para podermos aceitar, sem ilusões políticas, religiosas, filosóficas, educacionais e morais, o caráter intramundano de nossas existências. Isso significa estarmos atentos a tudo o que há de mais terrível e doloroso, mas também de mais alegre e exuberante nessa existência. Aqueles que concebem a metafísica, isto é, que constroem mundos para além desse, que profetizam e esperam a superação do espetáculo da finitude, desprezando o que ocorre aqui e agora, supondo existir outra vida, se igualam ao “homem da ordem”, o homem burocrático. Incluir a dimensão carismática e dionisíaca na educação, marcada por uma racionalização que despessoaliza, é afirmar, sem reserva, o *fatum* que espelha o mundo, que traduz a vida, que nos dá chance de formar a *personalidade*.

3 Ensinar não é doutrinar: os limites do professor e a liberdade acadêmica

Para Weber, quando motivações, motivos políticos ou eclesiásticos influenciam e adentram o funcionamento de uma instituição de ensino, estamos diante apenas de uma parte do problema. Segundo ele, é um erro, também, quando professores transmitem opiniões favoráveis ou hostis ao Estado ou a qualquer setor da vida social. Não é tarefa das instituições escolares inculcar valores morais e absolutos ou fundamentais nos estudantes. A elas cumpre garantir o exame dos

[...] fatos, suas condições, leis e inter-relações; os conceitos, seus pressupostos lógicos e seu verdadeiro significado. Elas não ensinam e não podem ensinar o que deveria acontecer – uma vez que isso é matéria de valores e crenças fundamentais, de pontos de vista essenciais, que não podem ser “demonstrados” como uma proposição científica. (WEBER, 1989, p. 69-70).

O mesmo serve para o professor. Estaria indo além de suas fronteiras o professor que procurasse fornecer crenças e ideais a seus alunos, em detrimento do conhecimento e da compreensão dos fatos. Decidir sobre que valores ou quais deuses cultuar não é da alçada da atividade docente, mas apenas propiciar as condições para que o estudante possa escolher com *responsabilidade, consciência e sentido* qual a melhor atitude diante da vida. Os professores “[...] podem aguçar a capacidade do estudante para compreender as condições reais de suas próprias ações; podem transmitir-lhe a capacidade de pensar com clareza e ‘de saber o que quer’” (WEBER, 1989, p. 69-70). Seja radical, moderado, de esquerda ou de direita, cumpre ao professor exercer o autocontrole, ajudando os estudantes a assumirem o hábito de agir com integridade intelectual.

A ideia que podemos depreender dessa posição é a de que, para Weber, o fundamental é o exercício da liberdade. O indivíduo deve conseguir por si mesmo as suas aspirações e metas, enfrentando as tarefas e os problemas da vida. Nesse caso, seria presunção do professor querer justificar e demonstrar cientificamente o sentido das convicções e juízos de valor de cada um e, além disso, pretender orientar ou decidir qual o melhor valor a ser seguido.

O dever de cada um é decidir se [suas] crenças últimas devem ser aceitas ou rejeitadas, se ele estará disposto a aceitar como condição os pré-requisitos e repercussões de concretização [dessas crenças], ou se considerará grandes demais os custos em proporção às chances de êxito. Não há professor que possa poupá-lo dessa decisão e nem ele poderá fazê-lo, pois esses não são problemas que se possam propor cientificamente [ou pedagogicamente]. (WEBER, 1989, p. 71).

Na biografia que escreveu sobre o sociólogo alemão, Marianne Weber (1997), sua esposa, relata que Max Weber tinha convicção de que “[...] a *felicidade* humana não era o importante, mas, sim, que a *liberdade* e a *dignidade* humana eram [ou poderiam ser] os valores últimos e supremos, cuja

realização deveria estar ao alcance de todos” (WEBER, 1997, p. 306, grifos do autor). Essa posição percorre toda sua vida. No caso de um homem de ciência, a sua conduta deve estar comprometida com a integridade de seu trabalho investigativo e, ao mesmo tempo, livre de qualquer controle externo. Nos textos sobre o significado da universidade, observamos a preocupação com o espaço que deve ser dado aos debates e às críticas, sem os quais não é possível o exercício sadio da atividade científica e pedagógica. Como defensor dos ideais liberais, Weber sentia que, em seu próprio país, a dominação burocrática difundia os seus tentáculos de maneira voraz por todos os lugares. A universidade alemã estava submetida às vontades frias dos integrantes do Estado ou da Igreja. A liberdade acadêmica corria sérios riscos. Em artigos publicados nos Jornais e Revistas alemães, considera que os membros do mundo universitário na Alemanha estavam perdendo o sentido da dignidade de seu papel acadêmico.

O sistema educacional alemão, subjugado ao domínio prussiano, estava estruturado com base nos desejos do governo. Friedrich Althoff (1839-1908), ministro da educação de 1881 a 1908, desejava acabar com a autonomia das universidades, interferindo em todos os assuntos, especialmente nas nomeações de professores. O “sistema Althoff”, como ficou conhecido, trouxe consigo o perigo de produzir uma nova geração acadêmica, não mais fiel às antigas tradições da universidade alemã, influenciando de maneira contundente e arbitrária os seus rumos. Weber travou uma polêmica com os propósitos desse “sistema”, pois, para ele, não são considerações ligadas à amizade pessoal, mas sim, considerações científicas, acadêmicas e educacionais sérias e realistas que devem nortear as nomeações e promoções dentro das universidades. Segundo ele, “[...] o sistema vigente está tentando transformar os membros de nossa geração acadêmica em ‘operadores’ acadêmicos, em pessoas que se ajustarão a esse mecanismo sem qualquer reflexão mais profunda” (WEBER, 1989, p. 74). A universidade, dependente do Estado, coloca-se, portanto, na posição de “canto no tom de quem me dá o pão”, incentivando a obediência política do estudante e do professor.

Em um artigo publicado no *Frankfurter Zeitung* (WEBER, 1989, p. 37-45), intitulado “*O Caso Bernhard*”, Weber trata da nomeação do

professor Ludwig Bernhard, feita pelo ministro prussiano sem qualquer consulta à respectiva congregação da Universidade de Berlim. Para ele, a iniciativa do ministro não passava de um escândalo. Contudo, o que mais o surpreendia era o fato de o professor ter aceitado a nomeação, tornando-se, assim, desrespeitoso com um dos elementos básicos de um professor – a “decência acadêmica”. Aceitar as imposições políticas ou eclesiásticas corresponde à perda da “confiança intelectual” dos colegas. Parecendo angustiado com essas atitudes sem caráter, Weber arremata: “[...] foi-se o tempo em que [a nomeação para um cargo de professor] era encarada como grande distinção científica e acadêmica”.

Segundo Weber, a independência acadêmica e o mérito intelectual não podem ser aniquilados por preferências e interesses pessoais, políticos ou eclesiásticos. Como afirma ele, “[...] eventos como o ‘caso Bernhard’, e as situações de que esse ‘caso’ é sintoma, estão fadados a diminuir seriamente o respeito que o corpo discente mantém pelos professores da universidade” (WEBER, 1989, p. 45).

Em outro artigo (WEBER, 1989, p. 57-63), ele trata dos obstáculos que os interesses eclesiásticos causam à liberdade acadêmica. Cita o caso do professor e amigo Robert Michels que, pretendendo habilitar-se em uma universidade, foi impedido porque manifestava publicamente convicções sociais e democráticas, mas, sobretudo, porque “não [teria permitido] que seus filhos fossem batizados”. E conclui: “[...] enquanto tais opiniões prevalecerem, será impossível agir como se possuíssemos uma ‘liberdade acadêmica’.”⁵ Segundo ele, seria merecedor de desprezo quando os sacramentos são usados para tal fim. Portanto, não é possível falar em liberdade acadêmica, quando fatores dessa natureza adentram o campo intelectual. O momento histórico da Alemanha permite “liberdade” na atividade científica apenas dentro dos limites da “aceitabilidade política e eclesiástica”. Nesse sentido, Marianne Weber (1997, p. 354). menciona que

5 É preciso compreender que quando Weber utiliza aspas em alguns conceitos, como é o caso de “liberdade acadêmica”, aqui ele o faz apenas para ilustrar que não está adotando nem concordando com a definição corrente, mas querendo mostrar que as ações humanas e sociais são apenas arremedos do significado profundo do conceito usado.

[...] um dos princípios de [Max] Weber era que todas as disciplinas baseadas em “valores”, particularmente nos campos da filosofia, da história e da ciência política, representantes de diversas convicções deviam trabalhar, se possível, uma do lado da outra. Uma universidade como ele a imaginava não devia ser uma “igreja” nem uma “seita” nem uma instituição defensora do estado, mas um foro de liberdade e de luta intelectual.

A “liberdade acadêmica”, como Weber a diagnosticava na Alemanha de sua época, estava muito distante daquela defendida por ele. Muitos colegas de cátedra tinham um comportamento hostil em relação à liberdade na atividade docente, defendendo que a tarefa das universidades era formar jovens para servir ao Estado e à Igreja. Estes professores consideravam que não se podia confiar, por exemplo, nos socialistas, uma vez que, segundo eles, eram inimigos da ordem social e política alemã e que estavam decididos a destruí-la. Portanto, nessa visão, um professor deveria ser admitido na ordem pública, não somente por suas qualificações científicas, mas, sobretudo, pela “sua docilidade perante as autoridades políticas e seus costumes eclesiásticos”. Qualquer “protesto público contra o sistema político reinante [justificava] a perda de uma cátedra”. Dessa maneira, restaria às pessoas, que foram nomeadas professores universitários, a sala de aula como lugar onde poderiam expressar-se como queriam, independentemente de toda autoridade; porém, desde que não tornassem públicas suas críticas.

“A liberdade de ciência, de estudo e de ensino” em uma universidade certamente não existe quando se faz com que a nomeação para uma função docente seja dependente do fato de que se possua – ou que se simule – um certo ponto de vista que seja “aceitável nos círculos mais altos” da Igreja e do Estado. (WEBER, 1989, p. 64).

A crítica de Weber à falsa liberdade acadêmica do final do século XIX, na Alemanha, deve ser entendida, desse modo, como um sinal de sua posição sobre o significado que o cientista ou o professor tem na modernidade. Pelo menos é o que quero evidenciar a seguir.

Para Weber, a falta de dignidade intelectual e docente está em nos reduzirmos a ideias cristalizadas, isto é, à busca de uma institucionalização do conhecimento, como se fosse possível transformar os valores, as perspectivas em que cada um acredita, em fundamento último da existência humana. Ao nos comportarmos assim, estamos sufocando a criatividade e

os voos imaginativos, qualidades pertencentes àqueles que têm propriedades carismático-dionisíacas⁶, qualidades muitas vezes ausentes no ambiente intelectual. Observando a realidade alemã, Weber constata o quanto os professores estão sujeitos a um processo de burocratização e apolinização da vida.

Dessa posição weberiana, é possível extrair alguns apontamentos para a prática e a postura do professor na sala de aula, para além de uma boa didática que leve e eleve os estudantes a agirem em direção à dignidade intelectual, elemento fundamental para uma compreensão significativa da vida social.

O professor, se quiser permanecer nos limites da honestidade intelectual, deve ter a consciência de que não é possível ter o domínio das rodas da história, fazendo-as girar de acordo com o seus desejos e, ademais, indicar que essa ou aquela é a melhor. A ele cabe apenas garantir e respeitar a autonomia decisória dos estudantes e, não sendo arrogante, não educá-los dentro de crenças e pontos de vista que considera essenciais e, a partir daí, querer doutrinar. Portanto, Weber faz um diagnóstico contundente do significado que o professor e o cientista, sobretudo aqueles que tratam das ações humanas, adquirem na modernidade. A eles cumpre identificar os seus limites e ter consciência deles. Nenhuma ação pedagógica ou científica teria condições de instaurar um “consenso cultural”.

Alguém que deseje esse consenso – seja professor, cientista, Estado ou Igreja – deve pôr de lado todo tipo de instrução em valores e crenças últimos; [...] [enfim], ter o mais rígido dever de procurar não manifestar a própria posição na luta entre os ideais. (WEBER, 1989, p. 73).

A sala de aula, a pesquisa e os espaços escolares e universitários devem ser fóruns onde se busca fortalecer a compreensão dos pontos de vista últimos de cada um e não uma arena para a divulgação de ideais de grupos, “igrejas” ou “seitas”.

6 Isso significa que o mundo é considerado como pleno devir, não se constituindo um sistema, mas uma totalidade permanentemente geradora e destruidora de si mesma – um processo e não uma estrutura estável, mas um campo de *forças* instáveis em permanente tensão, não governado por leis; não se acha submetido a um poder transcendente e sua coesão não é garantida por substância alguma, como propunha o caráter burocrático-apolíneo.

Enfim, Weber não acredita em programas e projetos que buscam o consenso da vida cultural. O que significa que a sociedade cosmopolita e o desenvolvimento pleno dos germes de humanidade que há em nós, como esperado pela filosofia kantiana, não são mais possíveis no mundo moderno desencantado. Aqueles que “inventam” profecias e querem doutrinar a partir delas podem provocar os resultados mais desastrosos. Em *A Ciência como Vocação*, ele faz a seguinte afirmação: “[...] as profecias que caem das cátedras universitárias não têm outro resultado senão o de dar lugar a seitas de fanáticos e jamais produzem comunidades [científicas e pedagógicas] verdadeiras” (WEBER, 1995, p. 453). Ao homem moderno é apenas possível “suportar virilmente esse destino de nossa época”. Quem não for capaz disso deve voltar, “[...] com simplicidade e recolhimento, aos braços abertos e cheios de misericórdia das velhas Igrejas”; esta atitude, diz Weber, “[...] é superior ao procedimento de todas as profecias de catedráticos que não compreendem claramente que nas salas de aula [...] nenhuma outra virtude   válida a não ser a simples integridade intelectual” (WEBER, 1995, p. 453).

Para os intelectuais e professores modernos, que tratam de criar substitutos de religiões, profetas, discípulos e igrejas, que fabricam experiências e edificam sobre elas carreiras literárias, Weber não sentia mais que desprezo. Dizia que era simplesmente um tipo de autoengano. Nenhum intento de criar artificialmente arte monumental ou religiões novas ou novas comunidades poderia ter êxito em uma era, cuja vida pública esteja tão desprovida de profecia, de *pneuma* e de carisma. Quanto tempo iria durar esse tempo? “Vem a manhã, mas ainda   noite. Se quereis perguntar, voltaei noutro dia”. Diante desse destino quase sem sentido, Weber pedia aos estudantes simplesmente que cumprissem com “[...] ‘as exigências de cada dia’ – tanto no campo das relações humanas, como das atividades profissionais. Esta exigência, decerto,   simples e clara, se cada um de nós encontra e obedece ao ‘demônio’ (*daimon*) que tece as teias de [nossas] vidas” (WEBER, 1995, p. 453).

Em um tempo que se caracteriza pela racionalização e pelo desencantamento do mundo, ao homem cumpre apenas ouvir a sua voz interior, a sua consciência, pois não há mais valores supremos e sublimes que

orientam a sua conduta. Viveríamos em uma época de luta irreconciliável de todos os valores, não havendo mais uma única perspectiva que unificasse as ações humanas. Diante desse quadro, que Weber chama de politeísmo de valores, o professor não é e não pode ser um mistagogo⁷, ou seja, o portador de uma mensagem salvadora ou profética, orientando as ações de todos os homens. É dessa posição weberiana que podemos extrair elementos mais ricos e mais aprofundados para se pensar a educação.

4 Considerações finais

A partir do diagnóstico weberiano, se é possível construir uma ação educativa na modernidade, ela deve estar fundada em um questionamento permanente de suas próprias condições. No final do texto *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, ele afirma a necessidade do surgimento de novos pensamentos e de novos ideais para contraporem-se a um mundo que transformou o homem em um ser insensível e calculista. Aponta para a possibilidade de rompermos com o estado de coisas, originado no capitalismo moderno.

Portanto, é preciso pensar em uma *terapia* das condições modernas. Essa terapia deve ser de tal maneira que desconfie da razão que se coloca como um princípio ordenador da relação homem-mundo, expressa no caráter burocrático da existência. O burocrata ou o “espírito de peso”, como diz Nietzsche, julga que existem leis universais, acredita que há regras de conduta válidas para todos e, estabelecendo coerção, norma, zela pelos valores instituídos e estatuídos.

Retomar o espírito carismático e o dionisíaco pode ser o “caminho” para aqueles que querem a liberdade. A educação e nossas práticas pedagógicas podem nos ajudar nesse processo. Ao invés de uma vida fundada na rigidez, na frieza e no cálculo, experimentar a sensação fornecida pelo movimento que resulta da dança. Ver a vida como dança, como um jogo, é pôr em cena variados pontos de vista, diferentes perspectivas, fazendo surgir aspectos inesperados da existência. Com a dança, evoca-se o fluxo vital; com ela, alude-se à permanente mudança de tudo o que existe, contra

7 Pessoa que inicia outros em crenças místicas; um educador ou pessoa que tem conhecimento dos “mistérios sagrados” e que ensina as doutrinas.

qualquer dogmatismo. Pondo sob suspeita toda e qualquer certeza, antecipa ideias para fazer experimentos com o pensar. Cadenciada, a dança põe em xeque a aparente imobilidade das coisas, a rigidez imposta ao pensamento e à vida. A dança é ainda alegria, alegria dionisíaca. Assim, podemos pensar em uma educação que leve em conta a dança alegre dionisíaca e o espírito extático do carisma.

Como na ação carismática, é preciso orientar a vida a partir da desconfiança, evitando somente as convicções; abandonar comodidades, renunciando à segurança. É preciso ousadia para abrir mão de antigas concepções, libertar-se de esperanças vãs e fazer brotar “espíritos livres”. Assim diz Nietzsche:

[...] *onde* um homem chega à convicção fundamental de que é preciso que mandem nele, ele se torna “crente”; inversamente, seria pensável um prazer e força a autodeterminação, uma *liberdade* da vontade, em que um espírito se despede de toda crença, de todo desejo e possibilidades, e mesmo diante de abismos dançar ainda. Um tal espírito seria o *espírito livre par excellence*. (NIETZSCHE, 1978, p. 215, grifo do autor).

É necessário uma educação que faça o *clinamen* surgir e ressurgir, que introduza no mecanismo determinista o espaço de libertação, que consiste em romper o determinismo inerente a qualquer situação objetiva e, de forma desviante, abrir espaço para o exercício da autonomia.

Ser mortal, o homem constrói sua liberdade no tempo, no tempo desta vida que deve ser transformado em tempo de felicidade. Para isso, Weber vai considerar necessário que enfrentemos o mundo burocrático, que estabelece um cenário racional, para que o mundo e a vida não deixem de ser apenas uma “possibilidade abstrata”. Essa deve ser a *responsabilidade* da ação educativa. Uma educação que, ao invés de burocratizar e normatizar friamente, liberte, rompa e revolucione, expanda-se, autocontroladamente, garantindo a autonomia. A burocracia, que tende a representar a ausência de liberdade, pode ser impedida de avançar ainda mais se a colocarmos em um confronto equilibrado com as qualidades carismáticas, e o professor pode cumprir um papel importante nesse processo.

Concluindo, podemos afirmar que a sociologia weberiana nos permite adotar uma postura analítica mais apurada sobre a sociedade, a ciência e

a educação. Ela traz questões pertinentes sobre as ações humanas na atualidade. Vemos em Weber não apenas um autor que constata a tragédia do mundo moderno, no qual convivem os paradoxos de uma existência fundada no cálculo, na frieza e na racionalidade, o que pode nos dar a falsa ideia de que ele é pessimista e profundamente desiludido com a vida, a sociedade e os humanos, mas também alguém que lida com as possibilidades, isto é, com a chance de realização de algumas perspectivas. Nem tudo ainda está perdido: nem a liberdade, nem o sentido da vida. É possível um projeto que equilibre, ou pelo menos leve em conta, as tensões e os conflitos que compõem e formam a nossa existência de maneira inovadora sem exageros e de certa maneira esperançosa.

Referências

- DOW JR., Thomas E. An analysis of Weber's work on charisma. **British Journal of Sociology**, v. 29, n. 1, p. 83-93, march 1978.
- FOUCAULT, Michel. O que é o Iluminismo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). **Michel Foucault (1926-1984): o Dossier – últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1984. p. 112.
- HENRICH, Dieter; OFFE, Claus; SCHLUCHTER, Wolfgang. Max. Max Weber e o projeto da modernidade. **Lua Nova**, São Paulo, v. 22, p. 229-257, 1990.
- MARTON, Scarlett. Por uma filosofia dionisíaca. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 35, n. 89, p. 9-20, jul. 1994.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- PESSANHA, José Américo Motta. As delícias do jardim. In: NOVAES, Adauto (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 57-85.
- SOUZA, Jessé. **Patologias da modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber**. São Paulo: Annablume, 1997.
- WEBER, Marianne. **Biografia de Max Weber**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.
- WEBER, Max. **Sobre a universidade: o poder do Estado e a dignidade acadêmica**. São Paulo: Cortez, 1989.
- WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. Parte 2.

Recebido: 26/05/2020

Aceito: 14/08/2020

The sociology of education of Max Weber: the clinamen in pedagogical practice

Abstract

This article consists, essentially, of an analysis of Max Weber's thinking, in order to seek a possible contribution in the field of education on present. When expose his comprehension about the rationalization process, having on bureaucracy as one of its most striking manifestations, Weber understands human actions as constituted by a permanent tension. There would not be a meaning in the world, with universal validity, that could guide existence. In this aspect, education needs to acquire another meaning, that is, an education that does the clinamen emerge and revive, introducing on determinist mechanism the space of liberation, which consists in breaking the inherent determinism in any objective situation and, in a deviant way, to promote aperture for the exercise of autonomy. If to the teacher belongs the obligation to provide some hope for the life of his students, it must be established from the recognition of the agonistic character of existence. To do in this way, is guarantee integrity and intellectual freedom.

Keywords: Disenchantment of the world. Bureaucracy. Rationalization process. Sociology of education. Pedagogical practice.

Biography and Scholarship. In Memory of Guenther Roth

Luciana Villas Bôas

About a year ago, I booked a flight from Rio de Janeiro to NYC to pay my last visit to Guenther Roth. A few weeks earlier, a friend had told me that his illness had reached a terminal phase. I was fortunate to find him in good shape, ready to take me for lunch in his favorite neighborhood restaurant, and to the latest exhibition on the history of jewelry in the Metropolitan Museum. As he grew feebler towards the end of my stay, instead of taking me to an exhibition on the Hudson River at New York Historical Society, he invited me for tea and cake at his place on Riverside Drive. These were the rituals we followed for over twenty-three years, from 1996 through 2019, hence from the time I was a young graduate student at Columbia University until I had become a literature professor, a mother of two children and, as Guenther's once remarked, "mature but still young". This essay in memory of Guenther Roth is neither an obituary nor a scholarly appraisal of his sociological and historical work, but rather the attempt at recording the history of a friendship. Everyone who knew Guenther personally will always remember, and occasionally wonder at, the assured way he impersonated the values and issues that concerned him as a scholar. In writing down this testimony, I wish to remember and share how I grew to understand Guenther's personality and intellectual integrity.

Let me begin with a description of the last day of my visit to Guenther, on February 27th 2019. We both knew, and Guenther said it upfront, that it would probably be the last time we saw each other. As I walked into the living room I saw two copies of his thick book, *Max Webers deutsch-englische Familiengeschichte, 1800-1950*, one wrapped, the other unwrapped, placed



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

on the couch in front of his chair. He asked me to sit down, picked up the unwrapped copy, sat on my side and read out loud the last paragraph of his work, a long citation of a letter Hannah Arendt wrote to her teacher, and lifelong friend, Karl Jaspers, in 1933. The subject of Arendt's commentary is an article published by Karl Jaspers in 1932 on Max Weber, under the title "Max Weber. Politiker. Philosoph. Deutsches Wesen im politischen Denken, Forschen und Philosophieren." In 1954, Ralph Mannheim would issue a "cleaned" (ROTH, 2001, p. 628) English translation of Jasper's article, in which the most embarrassing nationalistic statements of Weber, which Jasper's had avowedly incorporated in his encomium, were left out. The result was a historical falsification, a *Geschichtsklitterung* (ROTH, 2001, p. 628). "This was all the more regrettable", as Roth points out, "given the fact that the young Hannah Arendt had reacted to the text, by the time of its publication, with clear-sightedness." Still unaware of the coming catastrophe, she had told Jaspers:

Es handelt sich dabei nicht darum, das Sie in Max Weber den großen Deutschen, sondern dass Sie in ihm das ‚deutsche Wesen‘ darstellen, und dass sie dies mit ‚Vernünftigkeit und Menschlichkeit aus dem Ursprung der Leidenschaft‘ identifizieren. Das bereitet mir die gleiche Schwierigkeit der *Stellungnahme* wie die zu dem eindrucksvollen Patriotismus Max Webers selbst. Sie werden verstehen, dass ich als Jüdin dazu weder Ja noch Nein sagen kann. [...] Für mich ist Deutschland die Muttersprache, die Philosophie und die Dichtung. Für all das kann und muss ich einstehen. Aber ich bin zur *Distanz* verpflichtet, ich kann weder dazu noch dagegen sein, wenn ich den großartigen Satz Max Webers lese, zur Wiederaufrichtung Deutschlands würde er sich auch mit dem leibhaftigen Teufel verbünden. Und in diesem Satz scheint mir *das Entscheidende* offenbar zu sein (ARENDR, 1985, p. 52).

It does not bother me that you portray Max Weber as the great German but, rather, that you find the "German essence" in him and identify that essence with rationality and humanity originating in passion." I have the same difficulty of commenting on that as I do on Max Weber's imposing patriotism itself. You will understand that I as a Jew can say neither yes nor no and that my agreement on this would be as inappropriate as an argument against it. [...] For me Germany means my mother tongue, philosophy and literature. I can and must stand by all that. But I am obliged to keep my distance, I can neither be for nor against when I read Max Weber's wonderful sentence where he says that to put Germany back on her feet he would form an alliance with the devil himself. And it is this sentence which seems to me to reveal the critical point here (ARENDR, 1992, p. 16)¹.

1 I have slightly revised the translation to make the phrasing correspond with that of the original.

That Hannah Arendt's outspoken rejection of German nationalism should be the closing words of Roth's book is, of course, significant. The reasons for her disapproval resonate with the book's overarching argument. Had it been in accordance with the author's choosing, the book would have been titled "From Cosmopolitanism to Nationalism", a shorthand for the fateful transformation of Max Weber's Anglo-German family history. Besides marking her difference from both Weber's and Jasper's political positions, Arendt's statement reaches beyond the immediate context of the letter by foreshadowing the coming events. In Arendt's capacity to recognize the danger inherent in nationalism and name it as something that was "decisive" lies her clear-sightedness. Furthermore, she sees her reaction to Weber's patriotism and its consequences as an imperative, "ich bin zur Distanz verpflichtet"; his readiness to make a pact with the devil for the sake of Germany was decisive also in the sense that one had to respond to it by taking up a position. Arendt's willingness to speak out and take a position, which she pointedly underlines by her choice of words - *Stellungnahme*, *Distanz*, and *das Entscheidende* - struck me in hindsight as something relevant to understand Guenther's personality and attitudes. So I began to link Arendt's and Roth's biographies: their existence as emigrants from Nazi and post-war Germany, respectively; their pursuit of historical truth in understanding the rise of authoritarian and totalitarian regimes; their capacity to argue for and state their positions both in private and in public.

The ending of Roth's book embodies one of his main concerns: the clarification of the concrete individuals responsible for the publication history of a text, the actual reach of their decisions and, last but not least, the acknowledgment of women's distinct intellectual contribution. By reproducing Arendt's own words, Roth shows, *in actu*, as it were, Arendt's readiness for defying authority and comprehending what was at stake in the early 1930's. Arendt's exemplary *Stellungnahme* at a young age and throughout her life bear, I wish to say, on Roth's resolute decision to leave post-war Germany; his lifelong effort to understand modern society and political systems from a critical, historical perspective; his view that, because dictatorships and authoritarian regimes misrepresent and threaten the pursuit of historical truth, scholars should take upon themselves the

responsibility to ensure the political conditions of their own existence. The direct citation from Arendt's letter attests, finally, his commitment to let others speak in their own voice. This commitment shaped Roth's sociability, and historical sensibility; it carried his joy in unearthing letters in family archives, and gratified his efforts to ensure the careful publication of his findings.

That Guenther chose to read that particular passage to me on the day of my last visit relates, as well, to my own trajectory and work. Guenther knew that, before I moved to NYC, I had translated the correspondence between Hannah Arendt and Karl Jaspers, and that the translation had never been printed. The publishers pushed the publication of the more fashionable correspondence between Arendt and Heidegger ahead and, in the process, lost the right to publish my translation. Back then, in the spring of 2019, I was particularly pleased, as I had told Guenther, that a small publishing house had acquired the rights of a text included in the correspondence, a speech Arendt made in honor of Jaspers after his death at the University of Basel. My translation of this beautiful speech had been finally published in a little volume together with an essay originally titled "Freedom to be free" (ARENDR, [1955, 1969] 2018).

Guenther's tacit acknowledgement of my experience as a translator on the day of my last visit circles back to the circumstances of the first day we met in the fall of 1996. I was then translating Reinhart Koselleck's *Critique and Crisis* into Portuguese and hoped to dissipate terminological doubts by consulting with the great Weber scholar and translator of *Economy and Society*. I sent him an email asking if he could see me during his office hours. He listened attentively to my questions, told me about the book's reception in the US (and gave me Xerox copies of the most relevant secondary literature). He did not hesitate to ask my opinion about the book's argument and to express his fierce skepticism about its historical validity. I immediately liked his outspokenness. Later in the fall, he called me to ask if I would like to sort out the German books which might interest me and which he would have to clean out of his office before retiring in the spring. When I arrived in his office, he set a condition – maybe it was half-jokingly, but I took it to heart – that I did not take

up another translation until I was done with the dissertation. I kept my promise. The first translation I did was in the short interlude after my dissertation defense and before the award of a postdoc fellowship.

As we shared the background which had allowed us to become translators, it gradually sealed our friendship. Some people knew, because of my language skills, that I had spent my childhood in Germany, but only a few, Guenther among them, knew that my parents had escaped persecution in the early 1970's by the Brazilian military dictatorship. Thanks to the efforts of the Ökumenisches Studienwerk in Bochum to rescue political refugees they could settle with their two children in Germany and pursue their graduate education as sociologists. Guenther was the first person who called my attention to the fact that my dissertation topic (the first reports from the New World which were printed in Germany) originated from my own biography, something I knew, but had never reflected upon. Moreover, in the middle of a conversation about the translation of sociological concepts, he asked why I had chosen the English, rather than the German Department, as home department. As a proof of the troublesome standards of the English Department he cited, among other things, a dissertation project on Émile Durkheim by a candidate who did not read in French nor cared about the reception history of his work. I explained that, when I applied, I was led to think that Comparative Literature was associated with English, that I did not know that I could have chosen any other department affiliated with Institute for Comparative Literature and Society. I also explained that I was taking a seminar in the German Department and that I enjoyed the intellectual atmosphere there, but that I would have to consider the better funding opportunities available in the English Department. Guenther's reaction was unwavering: He asked if I had come to Columbia for the money or for my education. I took the first steps to switch to the German Department on the next day and remained grateful for his straightforwardness not just then, but on many other crucial occasions.

Luckily, my first year in graduate school overlapped with Guenther's last year before retirement. It was also a blessing, I think, to the Sociology students who still had the chance to take his theory classes. Among them were my

ex-husband, Carlos Costa Ribeiro and a close friend, Fernanda Wanderley, who never failed to speak enthusiastically about Guenther's unconventional and surprising classes. Being somewhat older than their cohort, having done empirical research, and written a Master's dissertation, they somehow could relate more easily to Guenther's intellectual standards than the average graduate student. Early in the semester they mistakenly took a reading for a written assignment and handed in a comprehensive review of a substantial part of the reading list. Guenther read, commented and corrected their work and, in the next seminar section, referred to them in front of other classmates as an example to be followed "you should all do like the Brazilian students." In private, he strongly advised them to take their theory exams earlier, and thereby be able to spend more time on their research projects. It was something of a challenge - let alone a reversal of expectations. They had to overcome their scarce experience in writing in English, and they had to quickly come to terms with North-American approaches to classical authors that were partly unknown to them. On the eve of the exam, Fernanda spoke with Roth over the phone. I think, she told me, he was trying to encourage me, but frankly, I did not understand his phrasing, something like it was not the time to "chicken" or to be "freaking" out. We both puzzled over and laughed about the meaning of "chicken" or "freaking" out and how little sense these words made in Portuguese. Guenther was happily reassured when the "Brazilian students" passed their exams. Years later, I learned reading his autobiography that, as a young German graduate student at Berkeley, with a reputation for knowing theory, he had failed his theory exam, which he decided to take early. The way he writes about his failure is telling: "When I tried to make the qualifying examinations after only six months, I was flunked and sent back to read the seventy-five books that everybody had to read on pain of failing. Having to study books with a variety of orientations that I had disdained or disregarded before broadened my horizon in a most salutary manner" (ROTH, 1990, p. 403).

Roth's retirement ceremony was held in the spring of 1997 in the large and bright room of Columbia's Faculty House. I still have vivid memories of that day. I remember that Guenther's wife, Caroline Walker Bynum, at that time professor of medieval history at Columbia, was worried that Antonia, her daughter, might not find the hidden entrance to the building.

So Fernanda and I offered to wait outside for Antonia. Besides social scientists and some colleagues from other institutions, faculty from the German Department came, and a number of students I had never met before. A younger faculty member acknowledged what I already knew, that Guenther thought that aging faculty should know the right time to leave and open up room for the younger generation. A German faculty member greeted Guenther by calling him “Du Glücklicher,” (“you lucky one”), adding that retirement finally allowed one to do his own work, a sentence I would recall when I got a permanent position. Guy Oakes gave a memorable speech, titled “Guenther Roth and Weber Studies in America,” which was published in the fall of 1997. Beginning with spirited observations on Weber’s *Science as Vocation*, Oakes approached Roth’s contribution to Weber studies remarking that “To come to terms with *Economy and Society* as Guenther Roth has done, is not merely to translate a book of monumental proportions, but to follow Weber’s path in charting this universe” and that in “elaborating and refining Weber’s work” Roth “concentrated primarily in political sociology.” I did not know and was struck to learn that Roth’s authority in the field was also related to the “well over a hundred reviews” he had written and that he “practiced reviewing as a scholarly responsibility” (OAKES, 1997, p. 178). Oakes emphasized that in view of the widespread conception of reviewing as marketing, “the sort of criticism practiced by Guenther Roth - actually studying the book under review, locating a work in its disciplinary and historical context, and assessing its merits – appears as a somewhat quaint and increasingly marginal activity.” Many of us in the audience took these words to heart and rushed to the library to learn the stakes of scholarly debate from Guenther’s sharply written – some with unforgiving irony – reviews.

The next years Guenther was emeritus but not retired - he worked intensely, traveling to archives and doing research on a wealth of new sources to write his great book on the history of Max Weber’s family, published in 2001. These were busy years for me as well, as I finished my dissertation, with two children, in-between two continents. We kept in regular contact throughout the years. When Guenther visited on Morningside Drive for the first time after my son’s birth in 1998 he

gave me a postcard of Cronus eating his children and warned “the clock is ticking.” The postcard is either in a book, or among memorabilia, so I cannot recover the painting’s reference, but remember feeling surprised at Guenther’s memento as Joaquim was less than three months old. That year and afterwards we sometimes met on Riverside Park for a walk, in the afternoon, after pick-up time at daycare or summer-camp. Guenther seemed perfectly at ease, even familiar with our peripatetic arrangement. We spoke about the latest political news, everyday routine and writing hours, and I marveled when he told me how his eldest son stayed in the baby seat while he worked. On Joaquim’s first birthday Guenther brought him from Germany a wonderful gift: a *Speiseschieber* (baby food pusher), made of stainless steel, an object that was already a counter-cultural rarity. He had to go on a real odyssey to find it and eventually ordered it directly from the manufacturer. The little anachronic, civilizational device became a much beloved and envied object in the family, and the German word part of daily parlance at home, to the point that my children’s closest friends knew what it meant.

After settling back in Rio de Janeiro, I would always welcome an excuse to visit New York and every time I would meet Guenther for lunch in the neighborhood and, if time allowed, for a museum visit. He knew everything about the application process at Brazilian universities and listened patiently to my exasperated ethnographies of “concurso”, the cumbersome written and oral exams candidates have to take. We talked about the efficacy of affirmative action, the expansion of higher education, university politics, and the outcome of elections. He was, I think approvingly, amused by my argument in defense of Brazilian mandatory voting as a Kantian antinomy of progress. He would compare citizenship rights in the US and Europe, and explain to me what a local referendum was all about. The challenges to reconcile motherhood and academic work were a persisting topic. He always knew exactly how old my children were, Joaquim and Clara, and wanted to hear how they were thriving. More often than not the first question he asked was about my mother, Glaucia Villas Bôas, whom he had met as a fellow sociologist, and editor of two articles he published in Brazil. Whenever I sent him my work, he read it promptly and with attention. Sometimes he could not relate to the literary-

theoretical parts of it, but mostly enjoyed the historical arguments I made. Over the years Guenther shared with enthusiasm the accomplishments of his stepdaughter, Antonia Walker, as a triathlon athlete. He never failed to make detailed reports about Caroline's career, ongoing projects, and books in print. If he realized that I did not yet have a copy of her latest book, he would swing by at a local bookstore on the way home and get me one. Guenther was overjoyed when Caroline was elected 2012 to the *Orden pour le mérite für Wissenschaften und Künste* of the Federal Republic of Germany. I remember him proudly describing the occasion of two framed pictures of Caroline that stood one a book shelf in his office: one in which she holds the "Report of the Committee on the Status of Women in the Faculty of Arts and Science" at Harvard University, and another one in which she is wearing the medal of the "Orden pour le mérite".

Perhaps because I am an early modernist I read more Bynum's than Roth's work. Still, as I engaged their writings I often wondered about their intellectual ties and forms of collaboration. I found indication of their exchange not only in the several mutual dedications of their work to each other, but also in their approach to, and choice of, subject matters. Bynum's discussion of the Cistercian conception of 'community', her distinction between the "individual" and "self" in *Jesus as Mother* (1982), as well her reassessment of the typologies of Max Weber and Ernst Troeltsch, based on her work on the mysticism and asceticism of medieval women in *Fragmentation and Redemption* (2012), seemed to bear the imprint of a rich dialogue. Roth's efforts to recuperate and understand Marianne Weber's intellectual legacy ("Marinane Weber and Her Circle", 1988), his steady interest in highlighting the work and action of women in history were certainly inspired by Bynum's work on women's spirituality and piety. Indeed, if we pay close attention to the phrasing of Guenther's dedication of *Webers Familiengeschichte*, we learn that his tribute to Caroline reaches beyond that: "Ich widme dieses Buch meiner Frau Caroline Walker Bynum, Dr. h. c. mult., Mediävistin an der Columbia University in the City of New York – *Magistra verbo et exemplo*. (ROTH, 2001, p. XX). The phrase tying biography and scholarship together is a tacit reference to Bynum's first book, *Docere verbo et exemplo. An Aspect of Twelfth Century Spirituality* (1979).

In the long intervals I could not come to NY we kept in touch over email. Guenther never failed to send his birthday greetings to me and my children (“mother’s should also be congratulated”, he once wrote) as well as a Merry Christmas message, in either German or English, the languages we used to communicate. In the last years he would also send me, as attachment, a *Jahresbericht*, which he circulated among friends and relatives before new year’s eve. In January 2016 he wrote a short birthday report which is characteristic of his self-irony and capacity to blend matter-of-factness and historical sensibility. After writing that the visit of the mayor to German friends on the occasion of their golden wedding celebration demonstrated the persistence of an old German custom, he adds that for the first time, and to his utter surprise, he was sent an official birthday greeting from his Senator, Adriano Espaillat, the first Dominican-American elected to New York’s state legislature. Guenther attributes Espaillat’s birthday card to an aging German-American to the culturally diverse electorate the Senator needed to address. Reminded by his wife that on his 100th birthday he would receive a greeting card from the President, he foresees the vanishing worth of fellow centenarians in 2031 and juxtaposes this prediction with an appreciation of Obama’s dignity at making his last State of the Union Address.

Seine Hausmacht ist dominikanisch, aber er braucht eine Koalition. So werden die Geburtstagsgruesse auch auf Spanisch, Chinesisch, Japanisch, Russisch, Polnisch und Hebraeisch gedruckt. Caroline erinnerte mich daran, dass wenn ich hundert Jahre alt werde, ich einen Gruss vom Praesidenten der USA bekommen werde, wer das auch im Jahre 2031 sein mag. Da es bis dahin sehr viel mehr Hundertjaehrige geben wird, wird der seinerzeitige Praesident mehr zu tun haben als Obama, der gerade seine letzte State of the Union Rede in wuerdiger Form vor dem Kongress gegeben hat (Birthday report, 2016),

His power base is Dominican, but he needs coalition. So birthday cards are printed in Spanish, Chinese, Japanese, Russian, Polish and Hebrew. Caroline reminded me that, when I turn one hundred years old, I will receive a birthday greeting from the president of the United States, whoever he might be in 2031. Since until then there will be many more centenarians, the president at that time will have more to do than Obama, who just made with dignity his last State of the Union Address to the Congress. (The author’s translation).

As I reread our correspondence it becomes clear that Gunther was fully aware of the political situation: “Politically, the new year will be a nightmare. We tried hard, with financial commitment, to restore the Democratic majority in the Senate, but we lost. I’ll attach a memo I wrote soon after the election to German friends and relatives. In the meantime the terrible consequences become clearer every day.” (Email from 2 January 2017) The last time we met was two years after Trump’s, two months after Bolsonaro’s election. We talked about politics and what he described as a return in the present of the problems from the 1930s he believed had been overcome. He asked me how often my son living in Germany had to renew his visa and whether citizenship rights were a possibility at all. When I asked how he felt about his US citizenship he replied that he was still proud of his American passport.

Reflecting on his words over and over I decided to reread Guenther’s autobiography, which I had read in 2014, at a time when the political horizon seemed to be more distant from the 1930’s. First I reread the expanded German version, “Politische Generationserfahrung und politisches Interesse: Versuch über eine deutsch-amerikanische Laufbahn” (ROTH, 1987:246-282), then the English “Partisanship and Scholarship” (ROTH, 1990, p. 383-409): “I grew up in Nazi Germany in a hurry. War made me a political animal; liberation an intellectual; emigration a political sociologist”. (ROTH, 1990, p. 383) read the quick opening lines, absent from the German version. They offer a short cut to the most crucial formative events of an individual’s vocation born out of political experience and insight. As the text unfolds, historical existential determination (*Seinsverbundenheit*) is relativized, “individuals react differently to the same events”(1990, p. 383). But upon acknowledging individual difference, the commonality of generational post-war experiences is reasserted: “Too young to actively rebuild German democracy and economy, we were the prime beneficiaries of the reconstruction” (1990, p. 383). Throughout the narrative Roth draws on notions, which applied heuristically allow him to contrast his generation with his schoolmates at the humanistic Gymnasium, his antifascist family background, or his sense of belonging to his generation “as an outsider, an observer, and an occasional participant” (1987, p. 383).

In the German title, the term *Versuch*, meaning attempt or experiment, resonates with the author's objection to determinism, already suggested by the book's title *Political domination and personal freedom* (*Politische Herrschaft und persönliche Freiheit*), and made explicit in the section dedicated to Reinhard Bendix's non-deterministic conception of history, "which dwells on the relationship between freedom and constraint." ("die um das Verhältnis von Freiheit und Beschränkung kreist." (ROTH, 1987, p. 233). Like Bendix, his mentor, Roth was critical of both deterministic and idealistic historical interpretations. Removed from the retrospective determinism or historical inexorability, they both shared "[Weber's] conviction about the individual's capacity to make, the power of circumstances notwithstanding, moral decisions" ("der Überzeugung von der Fähigkeit des Individuums, moralische Entscheidungen trotz der Macht der Umstände zu treffen," 1987, p. 234).

Guenther's reconstruction of the nexus between his life and his work, which he claims was "blurry" to him (ROTH, 1990, p. 384) entails an element of *Bildung*, of formative development and apprenticeship. If political perceptions, not the academic discipline per se, drew him to do social sciences, he underwent three distinct moments in his career path (*Laufbahn*). When he joined the Social Student Federation and became the youngest research assistant at the Institute of Social Research at Frankfurt we read: "In fact my historical, sociological, and political interests were all bound up with one another in a tangle of scholarship and partisanship." (1990, p. 396-7). When he finished his doctoral dissertation at Berkeley on *The Social Democrats in Imperial Germany* he had moved from political activism to the study of political reality, and displaced to a foreign country, eventually came to "accept the role of observer over that of actor." (1987, p. 403). The third and last moment, which occurred in the 1960's, Roth curiously phrases as "reawakening": "My political combativeness was reawakened by the challenge of a younger generation that knew nothing about war and fascism. My response took the form a partisan defense of scholarship." (1990, p. 405). By "partisan defense of scholarship" Guenther refers to his understanding that any defense of the university against the dangers of "radical politicization" rested on the separation of scholarship and partisanship (1987, p. 405). Unlike older refugee scholars, like Bendix or Adorno, who became the target of "anti-authoritarian" movements, Roth

was still able at Berkeley to persuade militant students to enroll his courses on Weber's sociology of domination. By reading *Politische Herrschaft und persönliche Freiheit* I could learn how Roth applied Weber's sociology of domination to understand concrete constellations of political modernity and the contradictions of post-war world powers. Weber's concepts are not put in the service of a normative theory of modernity to identify transitional stages between tradition and modernity or between charisma and bureaucracy. Rather, Weber's distinctions are explored and tested broadly to understand new forms of political personalism in democracies or communist regimes, counter-cultural or revolutionary movements. Insofar as Roth's exercise sheds light on the coexistence of old and modern structures, he corroborates the lesson he draws from Weber's work: "By and large sociology remains to Weber an auxiliary discipline to history, Clio's maidservant" ("Die Soziologie bleibt für Weber weitgehend eine Hilfswissenschaft der Geschichte, Klios Dienstmagd") (1987, p. 26-27).

Let me return to my last visit to Guenther. As I have said before, we did not go to the exhibition on the Hudson River at the New York Historical Society. But, on the second day we met, we saw the exhibition "Jewelry: The Body Transformed" at the Metropolitan Museum. Because of his limited mobility, Guenther used a walker. So we had to take a cab and get into the building through an entrance accessible to disabled visitors. As usual, he had seen the exhibition before and guided me through it, complementing and correcting available information, smiling at my naive questions. Although visibly worn, he insisted that we should have lunch in the museum's cafeteria. When we finished eating our sandwiches he suggested that I should spend the afternoon in the museum, and that he would find his way home by himself. Obviously I was going to escort him home, so we settled for a compromise: I asked him to show me an art work that was especially meaningful to him. He was silent for a long moment. Then we headed to the American Wing.

Guenther had chosen to show me "America Today," a mural painted in 1930-31 by Thomas Hart Benton, comprising ten canvas panels.² The

2 Reproductions of the panels integrating the mural are available on the site of the "Heilbrun Timeline of Art History" at: https://www.metmuseum.org/toah/hd/bent/hd_bent.htm.

panels convey Benton's view of modernization, differentiated according to regions, modes of production, and life styles. In depicting the progress of modern technology, Benton emphasizes the realities of manual and industrial labor. The coal, steel and urban construction industries are compared with the cotton industry of the "Deep South" and its reliance on African American Workers, or the farming and logging activities in the Midwest. Throughout the panels representing the country's production chains and labor division, racial tensions are pushed to the foreground. The last and smallest panel, titled *Outreaching Hands*, shows the aggravation of inequality caused by the Great Depression framing out one body part of the American 'body' politic: hands reaching for food are set in opposition to other hands holding money and against the façade of a prison in the background. Two panels titled *City Activities with Dance Hall* and *City Activities with Subway* elaborate on the liberating and conflictual sociability of urban life. Scenes of dancing to jazz music, and drinking (during Prohibition 1920-33), alternate with box matches, lovers kissing on a public square, passengers strap-hanging in the subway, or spectators in a movie theatre. At first, Guenther pointed out the main features of each one of the panels sitting on a bench. Unable to remember all the facts about the mural's commission he blamed the feebleness of his "old brain." Soon enough, before we could really notice, he was making observations moving around the room without the walker.

Today, I can hardly tell apart what Guenther taught me that day from what I read about Benton's mural afterwards. I know that the mural was commissioned by the director of the New School for Social Research in 1930 to decorate the boardroom of a new building opened in 1931. It remained in the New School for more than fifty years until it was acquired by an insurance company in 1982, and finally donated to the Metropolitan Museum in 2012. I know that when Guenther moved to the US in 1953 he worked at Ohio State University, and then spent the year 1954-55 at the New School. Did he ever enter the room where Benton's mural was? Did he hear about it from the *émigré* community he lived in? How did it match his own perceptions of American society? There are indeed many questions

I did not have the time to ask him. But, as I seek answers to these, and many other questions, I can draw on my memories about Guenther, and embrace them with gratitude.

References

ARENDET, H. & K. JASPERS. **Briefwechsel 1926-1969**. 1 February 1933. Zurich: Piper, 1985, p. 52.

_____. **Correspondence 1926-1969**. 1 February 1933. New York: Harcourt Brace & Jovanovich, 1992, p. 16.

_____. Homenagem a Karl Jaspers. Trad. Luciana Villas Bôas. In: DUARTE, P. (Org. e trad.). **Liberdade para ser livre**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2018.

BENTON, T.H. America Today. Available at: “Heilbrun Timeline of Art History” at: https://www.metmuseum.org/toah/hd/bent/hd_bent.htm. Accessed 25 May 2020.

BYNUM, C.W. **Docere verbo et exemplo. An Aspect of Twelfth Century Spirituality**, Harvard Theological Papers, Missoula: Scholar’s Press, 1979.

_____. **Jesus as Mother. Studies in the Spirituality of the Late Middle Ages**. Berkeley: University of California Press, 1982.

_____. **Fragmentation and Redemption. Essays of Gender and the Human Body in Medieval Religion**. Cambridge MA and New York: MIT Press and Zone Books, 1992.

OAKES, G. Guenther Roth and Weber Studies in America. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 11, n. 1, p. 175-179, 1997.

ROTH, G. **Politische Herrschaft und persönliche Freiheit. Heidelberger Max Weber-Vorlesungen**. Frankfurt a. M.:Suhrkamp, 1987.

_____. Marianne Weber and Her Circle. In: ZOHN, H. (org. e trad.). Marianne Weber, **Max Weber. A Biography**. New Brunswick: Transaction Books, 1988, p. xv-lxi.

_____. Partisanship and Scholarship. In: BERGER, B. (org.) **Authors of Their Own Lives**. Berkeley: University of California Press, 1990, p. 383-409.

_____. **Max Webers deutsch-englische Familiengeschichte 1800-1950. Mit Briefen und Dokumenten**. Tübingen: 2001.

Guenther Roth (1931-2019)

Stephen Kalberg

Guenther Roth, Professor Emérito de Sociologia na Universidade de Columbia, faleceu a 18 de maio de 2019, com 88 anos de idade. Ele deixou sua esposa, a distinta medievalista Caroline Walker Bynum, a filha Alice Roth, o filho Christian Roth, e a enteada Antonia Walker.

O nome de Guenther estará para sempre ligado ao *magnum opus* de Max Weber: *Economia e Sociedade* (E&S, 1968, 1976, 2013). Com a ajuda do seu amigo e coeditor de longa data, Claus Wittich, ele atuou como o principal tradutor e editor deste livro, organizado nos Estados Unidos em três volumes. Esse trabalho de tradução tem sido reconhecido durante décadas como notável. E, de fato, Guenther era excepcionalmente qualificado para empreender tarefa tão hercúlea.

Isso porque o seu ginásio humanista, que ele cursou em sua cidade natal, Darmstadt, Alemanha, proporcionou-lhe uma excelente educação em línguas e história. Ali o estudo de línguas antigas (latim e grego) e modernas (francês e inglês) era obrigatório. Com efeito, organizar e traduzir o assustador e abstruso tratado de Weber teria sido impossível sem um domínio firme da história e das línguas ocidentais.

Mas, para entender o alcance do seu trabalho, precisamos levar em consideração também o quadro de alterações que afetou o ensino das ciências sociais nos Estados Unidos. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, o ensino já não poderia continuar a ser centrado nos Estados Unidos. Uma abertura ao mundo tinha de ocorrer e, de fato, as universidades americanas foram transformadas por uma onda de pesquisadores emigrados. O entusiasmo de Guenther por “imagens grandiosas”, a sua leitura atenta do escrito *Max Weber: um retrato intelectual* (1960), do seu mentor, Reinhard Bendix, foram fatores que o impulsionaram definitivamente para o estudo das obras de Weber.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

O volume de Bendix foi um grande sucesso, em parte devido a uma insatisfação crescente na década de 1960 com a teoria da modernização de Parsons. No entanto, as traduções existentes de Weber eram fragmentadas e frequentemente pouco confiáveis. Diante disso, Roth e Wittich assumiram uma tarefa enorme: E&S ocupava quase 1.500 páginas. Além disso, Guenther viu-se de frente com referências obscuras e um estilo de escrita alemão que, oriundo do século XIX, era extremamente complicado.

A E&S demarcou Weber claramente como um oponente do holismo funcionalista e banuiu o esforço de Parsons para torná-lo um teórico da modernização. Ao mesmo tempo, este estudo tornou-se uma referência central para muitos comparativistas norte-americanos. Dessa forma, um novo campo – a “sociologia histórico-comparativa” – adquiriu uma base sólida e uma “onda Weber” emergiu na macroteorização americana. De fato, esta transformação da disciplina nunca teria ocorrido sem os parâmetros firmes definidos pela E&S. Se Guenther não tivesse empreendido a tarefa, pode ser que E&S jamais se tornasse acessível aos investigadores. Não admira, pois, que as vendas acumuladas desta obra tenham atingido aproximadamente 40.000 exemplares.

Frente a tudo isso, talvez os historiadores da sociologia americana do futuro pensem em E&S como a principal contribuição de Guenther. No entanto, seu trabalho tinha uma voz própria. Redigidas tanto em alemão quanto inglês, suas publicações foram numerosas e influentes. Em primeiro lugar, e no que diz respeito à pesquisa sobre o pensamento de Weber, as contribuições de Guenther foram vastas. Ele esclareceu muitos de seus conceitos (como dominação [*Herrschaft*], legitimidade, patrimonialismo, burocracia e carisma), identificou a metodologia dos estados histórico-comparativos de Weber (“teorias seculares”, “modelos sócio-históricos” e tipos ideais de análise), demonstrou a capacidade desses métodos para guiar a pesquisa empírica e interpretou os escritos de Weber sobre as origens e a trajetória do Ocidente como uma “história desenvolvimental”. Guenther também utilizou uma variedade de seus tipos ideais para compreender fenômenos empíricos atuais, como o movimento estudantil da década de 1960 (carisma), além da dominação pessoal (patrimonial) e impessoal (burocrática) no mundo em desenvolvimento. Por fim, ele documentou

aspectos até então totalmente desconhecidos da vida de Weber, conectando-os aos principais temas de suas pesquisas acadêmicas, preocupações políticas e interesses pessoais. Em um épico de 700 páginas – *História da Família Anglo-Alemã de Max Weber, 1800-1950* (em alemão, 2001) –, ele investigou a extensa e cosmopolita família de Weber como um exemplo da globalização econômica do século XIX.

Em segundo lugar, as contribuições de Guenther vão além de Weber. Ele defendeu a disciplina de sociologia, bem como a missão da universidade em apoiar pesquisas não partidárias, rejeitando todas as tentativas de politizar a pesquisa em ciências sociais (ver *Bendix e Roth, Scholarship and Partisanship*; 1971, 1980). Ele também examinou os escritos e as atividades políticas da esposa de Weber, Marianne Weber, colocando-os dentro do contexto do ativismo feminista na Alemanha e defendendo o seu reconhecimento como uma grande teórica feminista. Além disso, escreveu um volume amplamente aclamado sobre a integração de um movimento político até então visto como hostil na Alemanha imperial, seu *Os Social-democratas na Alemanha Imperial* (1963, 1979); e analisou a imigração e assimilação judaica nos Estados Unidos (*Edgar Jaffe, Else von Richthofen and their Children*, (2011)). Por esses motivos, a voz distinta e poderosa de Guenther requer nossa atenção até hoje.

Sua longa jornada de vida abrangeu uma infância vivida sob o governo do Partido Nazista em sua cidade, correndo de prédio em prédio para evitar bombardeios e fornecendo instruções em inglês para soldados americanos. Ele chegou aos Estados Unidos em 1953, após dois anos estudando teoria crítica na Universidade de Frankfurt. Para sua alegria, Guenther recebeu uma autorização de residência, embora tivesse se oposto vigorosamente, por meio de suas atividades no Movimento pela Paz Alemã, ao rearmamento da Alemanha, uma posição defendida pelo governo americano.

Além da Columbia University, ocupou posições acadêmicas no estado de Ohio, na Stony Brook University, na UC-Davis e na University of Washington. Suas posições como professor convidado na Alemanha incluíram a Universidade de Heidelberg, a Universidade de Mannheim e a Universidade Livre de Berlim. Ele recebeu o Prêmio de Serviço Vitalício da Seção de História da Sociologia da ASA em 2007. “Eu cresci com pressa

na Alemanha nazista. A guerra me transformou em um animal político; a libertação em um intelectual e a emigração em um sociólogo político”.

Em seu ensaio autobiográfico (*Authors of their Own Lives*, 1990), Guenther escreveu que chegou aos EUA como um estudante estrangeiro “com pouca preparação cultural”. No entanto, ele também observou que nunca lhe faltou o apoio de uma rede cosmopolita espalhada por todo o país. Um guia importante em sua vida na América talvez possa ser compreendido por estas declarações: pelo menos desde os anos 1970, Guenther ajudou ativamente na aculturação de inúmeros acadêmicos alemães na América e de dezenas de acadêmicos americanos na Alemanha. Embora soubesse que sempre seria visto nos EUA como um estudioso “hifenizado” (teuto-americano), ele desejava “retribuir” a generosidade que recebera em seus primeiros anos ao se tornar um mediador transatlântico. Um caminho prático para a “construção de pontes” foi o *Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico* (DAAD), uma fundação financiada pelo governo que fornece bolsas de estudo para estudantes e pós-doutorado para professores. Ele fez parte do comitê de seleção por seis anos. Talvez os esforços de Guenther como um “conselheiro confiável” tenham ajudado várias centenas de pessoas que precisavam de “preparação cultural”.

Guenther deixa para trás gerações de alunos que apreciaram a ampla expansão e a base empírica de sua teorização, uma capacidade singular de enquadrar eventos e desenvolvimentos por meio de teorias, um humor seco e uma dedicação sincera à sua tarefa. “Meu tipo de sociologia”, escreveu ele, “deve abordar as grandes questões políticas, culturais e sociais da modernidade”.

Recebido: 22/06/2020

Aceito: 11/08/2020

Percurso para o Senado: carreiras e social background dos senadores das 51^a e 52^a Legislaturas¹⁻²

Alison Ribeiro Centeno³

Resumo

Analisando o Senado Federal entre 1999 e 2006, objetiva-se apresentar as características de recrutamento dos Senadores de acordo com o posicionamento de seus partidos no espectro ideológico esquerda-centro-direita. Estruturou-se um banco de dados com: titulação escolar, profissão prévia à carreira política, e os cargos institucionais eleitorais e nomeativos ocupados pelos 135 políticos que passaram pelo Senado durante o ínterim. Apresenta-se o período como composto por bacharéis, razoavelmente distintos em suas profissões progressas e um contraste na formação das carreiras políticas – alto nível de experimentação para políticos dos partidos de centro e direita, e menor experiência dos Senadores dos partidos de esquerda.⁴

Palavras-chave: Senado Federal. Carreiras políticas. Social background.

- 1 Versão aprofundada de trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Ciência Política (II SICP). Agradecimentos aos colegas do Grupo de Trabalho: Elites e poder judiciário, pelas críticas que enobreceram o trabalho.
- 2 Agradecimentos aos pareceristas pelas sugestões que geraram profundas reflexões e deram maior qualidade ao artigo através de suas colocações.
- 3 Atualmente, cursa Doutorado em Ciências Sociais (2019-2023) na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC- RS). Possui graduação em Ciências Econômicas (2011-2015) e Mestrado em Ciências Sociais (2016-2018), também pela PUC-RS. Estágio na Fundação de Economia e Estatística (FEE) como bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) (2013-2015), trabalhando com análise de indicadores; durante a pós-graduação, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) (2016-2018), desenvolvendo estudos na área de recrutamento de elites políticas, com artigos publicados sobre eleições e teoria política. Atualmente, é revisor de periódicos na área de Ciência Política, na qual tem experiência de pesquisa com ênfase em carreiras políticas, eleições majoritárias e Senado Federal. E-mail: alison.centeno@edu.pucrs.br.
- 4 O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Código de Financiamento 001.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I Introdução

O presente trabalho deriva da dissertação “Os maestros da elite: carreiras e trajetórias dos líderes no Senado Federal entre 1999 e 2006”. Na pesquisa anterior se buscou trazer luzes aos poucos estudos sobre a Casa da Federação, focando no *social background*, nas trajetórias e nas carreiras dos Senadores que compuseram as 51ª e 52ª Legislaturas, contrapondo esses perfis com os dos líderes no Senado Federal. A conclusão da escrita prévia foi que as lideranças das legendas e das bancadas suprapartidárias no Senado durante o período eram ainda mais experientes politicamente, com maior incidência de diplomas no ensino superior e de maior concentração das trajetórias predominantes encontradas no “corpo” da Casa.

Há consenso que o Senado é o ente legislativo por onde passam muitos dos mais experimentados políticos do País; porém, pouco ainda se foi explorado academicamente sobre sua dinâmica interna (NEIVA, 2011; ARAÚJO, 2011; CENTENO, 2018), considerando todas as prerrogativas constitucionais que a Câmara Alta tem no Brasil. Isto posto, combinado com os estudos que reforçam a preeminência do capital social e da experimentação política na eleição para o Congresso Nacional, invoca-se o estudo quanto à possível “padronização” ou “dissonância” do recrutamento dos partidos à Casa da Federação de acordo com seus respectivos posicionamentos no espectro ideológico nesse importante período da história política do Brasil pós-redemocratização.

No constante digladiar entre situação e oposição, seja na fiscalização de atividades de instituições, seja na sabatina de autoridades indicadas, na simbologia do embate político está a capacidade de impor o argumento prevalente. Passa pelo Senado Federal a conduta das temáticas basilares da estruturação de políticas de cada governo. Ao longo das próximas três seções, espera-se apresentar os padrões de recrutamento das legendas nos termos do *social background* – profissão e titulação escolar prévios ao mandato de Senador, e de carreira política – mandatos eletivos e nomeativos dos Senadores antes dos mandatos nas legislaturas em estudo.

Objetiva-se delinear as principais características de antecedentes à empreitada política e, após adentrar o meio político, quais cargos os Senadores ambicionaram na seara eleitoral até chegarem à representação federativa.

As informações sobre diplomas e profissões, bem como cargos políticos prévios ocupados foram coletadas no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas e nas minibiografias dos Senadores, no portal do Senado Federal.

Os partidos foram divididos na escala ideológica esquerda-centro-direita, de acordo com os parâmetros de Rodrigues (2009) e Power e Zucco Jr. (2009), sendo: esquerda (PCdoB, PT, PSB, PPS e PDT), centro (PSDB e PMDB) e direita (PTB, PR⁵, DEM e PP). Ao longo do período em estudo, dez partidos tiveram representação no Senado Federal, num total de 135 políticos que passaram pela Casa, titulares (113) e suplentes (22). Mesmo com o maior número de partidos, a esquerda foi a que menos teve acesso aos assentos da Câmara Alta (34 políticos), número menor que o conjunto de membros de partidos de direita (43); porém, ambos sobrepostos pelos Senadores filiados aos dois partidos de centro (58), algo que, na próxima subseção, será melhor tratado.

Após essa introdução, há um compêndio de levantamentos recentes sobre o *social background* do *mainstream* político nacional, prezando pelos estudos que mais se aproximam do ente legislativo, da esfera e do período que são escopos do presente trabalho. Por fim, retratam-se os padrões das carreiras institucionais dos Senadores, desaguando nas conclusões que mostram um Senado de perfil coeso, ressalvadas idiosincrasias partidárias.

2 Recrutamento de elites políticas

Os estudos sobre elites políticas no Brasil avançam pelas mais diversas frentes: profissionalização política (COSTA; CODATO, 2012; MIGUEL, 2003; PERISSINOTTO; VEIGA, 2014), capital familiar (MIGUEL, MARQUES; MACHADO, 2015), *social background* (RODRIGUES, 2002, 2009; NEIVA; IZUMI, 2014; CORADINI, 2012) e trajetórias políticas (CORADINI, 2007) formam os principais mecanismos para entender a formação da elite parlamentar brasileira. Rodrigues (2002, 2009) e Gaxie (2012) sintetizam o entendimento que, majoritariamente, a classe

5 Extinto PL (partido que, posteriormente a fusão com o PRONA, tornou-se o PR).

política, quando não é dotada de elevados recursos socioeconômicos, se distancia da maioria da população pelos recursos educacionais.

Muitos dos que “furam a fila” dos profissionais da política, coabitam no campo político (BOURDIEU, 2002) por fora dos meios institucionais e convertem capital social, midiático, religioso etc., (RODRIGUES, 2002, 2009; MIGUEL, 2003; CORADINI, 2007) em votos, pavimentando a chegada aos mandatos eletivos, estruturando capital político. Todavia, quanto mais elevado o posto, mais difícil para *outsiders* se valerem de recursos que os projetem ao campo político (MIGUEL, 2003; COSTA; CODATO, 2012).

Ao passo que nos partidos de direita e de centro há “uma posição social mais elevada”, enquanto existe “uma tendência a posições sociais médias e baixas nos partidos de esquerda” (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p. 312), indistinta a posição no espectro ideológico estão os políticos profissionais. É justamente nesses padrões sociais característicos dos partidos políticos brasileiros que Rodrigues (2002, 2009) demonstra que as principais mudanças no perfil da Câmara dos Deputados entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000 decorre de um avanço dos partidos de esquerda na Câmara Baixa do Parlamento, precisamente o período (1999-2006) aqui em estudo sobre as bancadas do Senado Federal.

Tudo isso torna ainda mais pertinente avançar o estudo, ao passo que Lemos e Ranincheski (2008) já detectaram que os Senadores da década de 1990 eram mais experimentados politicamente que seus colegas da Câmara dos Deputados, espera-se apontar a natureza dessa *expertise* e as principais características das bancadas que compuseram o período. A Casa da Federação por si já tem um “tom” de elite, sendo o único ente Legislativo com eleição majoritária, tradicionalmente disputado por Governadores, Deputados de longas carreiras e até mesmo Presidentes da República: “A elite política se encontra no Senado Federal” (CENTENO, 2018, p. 57).

Tabela 1 – Número de parlamentares (por ano, entre 1999 e 2006) nas bancadas das 51ª e 52ª legislaturas⁶

Part./Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DEM	19	21	21	18	18	17	17	16
PCdoB	0	0	0	0	0	0	0	1
PDT	2	3	3	5	5	5	4	4
PR	0	0	0	1	3	3	3	3
PMDB	27	26	26	25	20	23	23	20
PRB	0	0	0	0	0	0	0	1
PP	4	2	2	3	0	0	0	0
PPS	1	3	3	3	3	2	1	0
PSB	3	3	3	3	3	3	2	3
PSDB	16	14	14	12	11	11	13	15
PSOL	0	0	0	0	0	0	1	1
PT	8	7	7	7	14	13	13	12
PTB	1	1	1	4	4	3	3	4
S/P*	0	1	1	0	0	1	1	1

*S/P = Sem Partido.

Fonte: Senado Federal (2017).

Como se pode observar na Tabela 1, que capta movimentações e alterações entre as bancadas, PMDB, DEM, PSDB e PT foram os maiores partidos no Senado Federal durante os anos de 1999 e 2006; especialmente o PMDB, que nunca teve menos de 25% da composição da Casa. Entre as 51ª e 52ª Legislaturas, o DEM (antigo PFL), ainda obtinha números robustos nas urnas na disputa pela representação das Unidades da Federação, em patamares que se aproximavam do PMDB. As bancadas tucanas, a cada Sessão Legislativa (cada ano de uma Legislatura, que dura quatro anos), decresceram durante o segundo período do governo FHC; mas, ascenderam nos anos em que o partido foi oposição ao governo Lula. Ao PT coube o movimento surpreendente de dobrar sua bancada entre 2002

⁶ Os partidos PCdoB, PRB e PSOL receberam Senadores em meio de mandato.

e 2003 (período que marca a eleição de Lula, concomitante às eleições legislativas e à chegada do partido ao Palácio do Planalto), visto que o PT historicamente obtém números magros na disputa pelo Senado.

Durante esse período, não houve tamanha fragmentação partidária como a que se observou a partir de 2010; porém, receberam representantes os partidos então recém-criados PSOL, PR e PRB, enquanto o PCdoB ganhou um Senador. Partidos médios como o PDT e o PSB se mantiveram estáveis; já o crescimento do PPS no início dos anos 2000 foi reduzido a nenhum político representando o partido, havendo um aumento considerável do PTB na Casa e o periódico (posteriormente revertido) desaparecimento do PP. Para efeitos de análise, esses novos partidos e as movimentações dentro das bancadas não serão avaliados; observar-se-á apenas o quadro partidário no início de cada legislatura (1999 e 2003) em estudo.

A fim de dinamizar a análise, as profissões e as diplomações dos Senadores foram divididas por áreas na Tabela 2, não havendo prejuízo no detalhar das informações, pois se pretende esmiuçar esses dados ao longo dos próximos parágrafos. Todavia, reforça-se que essas classificações evitam de a tabela ter menções minuciosas em casos nos quais profissões e diplomas figuraram em apenas uma biografia. Tão importante quanto isso, é aferir que há um claro descompasso nas áreas de profissão e diplomação: enquanto diplomas em Direito, assim como nas “Engenharias”, superaram os percentuais de profissionais desses segmentos, as áreas da “Comunicação” e “Economia e Negócios” tiveram patamares maiores de profissionais no ramo (decorrente, respectivamente, dos casos de jornalistas, radialistas e apresentadores sem diploma em Jornalismo/ Comunicação Social e dado o alto volume de empresários – profissão com indistinção de formação prévia). A isso, soma-se a particularidade que “muitos políticos não exercem profissão na área de diplomação” (MADEIRA; CENTENO, 2018).

Tabela 2 – Diplomações e profissões dos senadores (1999-2006) por área de classificação

Área da profissão	Nº	%	Área do diploma	Nº	%
Jurídica	30	22,2	Jurídica	43	31,9
Economia e Negócios	28	20,7	Economia e Negócios	17	12,6
Engenharias	15	11,1	Engenharias	17	12,6
Ensino	13	9,6	Saúde	11	8,1
Saúde	13	9,6	Ensino	6	4,4
Comunicação	8	5,9	Ensino Médio	6	4,4
Agricultura, pecuária e afins	6	4,4	Técnica	5	3,7
Diplomacia e Serviço Público	5	3,7	Ciências Naturais	4	3
Outros	5	3,7	Ciências Sociais	4	3
Ciências Naturais	3	2,2	Agricultura, pecuária e afins	3	2,2
Ciências Sociais	2	1,5	Comunicação	3	2,2
Técnica	1	0,7	Outros	3	2,2
TOTAL	135	100	TOTAL	135	100

Fonte: Senado Federal (2017).

No Senado, historicamente predominaram os bacharéis (LEMONS; RANINCHESKI, 2008; CORADINI, 2007; NEIVA; IZUMI, 2014; CENTENO, 2018), não sendo diferente durante as 51ª e 52ª Legislaturas. Apenas 24 dos 135 políticos que passaram pela Casa da Federação ao longo dos anos em estudo tinham diplomas de ensino médio/técnico ou formação imprecisa por falta de dados. De maneira prévia, essas informações vão ao encontro das escritas de autores já citados – Rodrigues (2002, 2009) e Gaxie (2012) – bem como da literatura de Bourdieu (2002), mostrando o diferencial do capital cultural dentre setores da elite política nacional.

A tradição foi reforçada também pela diplomação mais recorrente entre os Senadores do intervalo: o bacharelado em Direito se fez presente em 43 biografias, número maior que a soma dos diplomados nas áreas de Economia e Negócios e nas “Engenharias”, que agregam vários diplomas. Mesmo que cerca de 1/3 não tenha exercido profissão na área, ainda assim os profissionais do ramo jurídico foram maioria na Casa. O histórico

do diploma em Ciências Jurídicas e dos profissionais do meio atravessam gerações no Senado (Codato *et al.*, 2016), bem como se reforçam para o período, considerando que cinco dos seis Presidentes do Senado durante o interím eram bacharéis em Direito.

Esse predomínio também “atravessa as fronteiras” do espectro ideológico (Anexo I), mais da metade dos democratas (15 de 28) e 40% dos peemedebistas tinham formação na área. Nas bancadas dos pequenos partidos de esquerda (PDT, PSB e PPS), onde cada legenda teve cinco Senadores entre 1999 e 2006, havia dois formados em Direito em cada partido, dando a esses, análogo percentual de formados em Ciências Jurídicas do PMDB. O mesmo não foi detectado entre os pequenos partidos de direita, tampouco no PSDB – única legenda, entre as que aqui estão sendo estudadas, na mesma posição ideológica do PMDB (entre os tucanos, apenas quatro dos 23 políticos do partido tinham tal graduação). De todos os partidos no Senado, apenas o PR não teve pelo menos um graduado em Direito.

Não diferente foi a incidência de diplomas nas divisões das “Engenharias”. Com exceção do PPS e do PP, em todos os partidos havia pelo menos um graduado em um dos ramos da área. Se observados isoladamente (Civil, Mecânica etc.), esses produzem pequenos números dispersos; porém, quando agregados pela ciência, em partidos como o PSB, as “Engenharias” superam até mesmo o número de formados no ramo Jurídico, enquanto o número de tucanos formados nesse campo é análogo aos formados em Direito.

Cabe destacar outro diploma “universal” entre os partidos durante as duas legislaturas: Medicina. Apenas alguns partidos com pequenas bancadas como PSB, PP e PR não tinham políticos com essa formação, diferentemente do PTB, chegando a dois dos cinco Senadores da agremiação com bacharelado na área. Apesar de espraiada pelas mais distintas legendas, esse diploma não alcançou números volumosos nos mandatos dos grandes partidos, apenas dois democratas e outros dois petistas eram graduados em Medicina; nos de centro (PMDB e PSDB), havia apenas um em cada. Entre os quatro grandes do Senado – PMDB, DEM, PSDB e PT, cabe destacar a diplomação em Economia/Ciências Econômicas, sendo três po-

líticos tucanos, dois petistas, e dois divididos entre PMDB e DEM (o PPS também teve um bacharel em Economia).

Observa-se de tal forma a universalização de diplomas tradicionais em partidos dos três segmentos ideológicos, também em legendas das mais diversas magnitudes, desde nanicos até os partidos que dominaram a Casa da Federação ao longo dos anos em estudo. Há casos em que formações se revelaram apenas em alguns partidos, mas sempre com apenas um político entre mais de uma centena em estudo: por exemplo, um formado em Geografia no PT, outra graduada em Arquitetura, no mesmo partido, um bacharel em Educação Física no PP e um em Teologia no PR. É imprescindível pontuar que essas comparações tratam de um pequeno universo de 135 políticos, não representando tendência, tampouco sendo plausível carimbar essas detecções como características das legendas.

Formações nas áreas de Administração/Administração de Empresas e Agronomia somente se fizeram presentes nos partidos de centro e direita, ao passo que diplomações em Jornalismo/Comunicação apenas foram detectadas em biografias dos dois partidos de centro, sendo os únicos casos em termos educacionais no *social background* dos políticos com assento na Casa da Federação durante o período em estudo em que há uma profunda diferenciação entre os partidos de acordo com seu posicionamento na escala esquerda-centro-direita. Até mesmo em áreas humanas, como na História, havia uma petista e um tucano com formação na área; na Pedagogia, havia um caso no PPS e outro no DEM; Geologia, um petista e um democrata; Ciências Sociais/Sociologia, um no PMDB e equivalente no DEM; por fim, nas Letras, uma petista e um peemedebista.

Assim, é relevante que – para termos de análise do período e tão somente do período –, com pequenas exceções, os partidos no Senado Federal pouco se distinguiram em termos de recrutamento, no que se refere aos diplomas dos políticos que passaram pela Câmara Alta. Isso porque, para além do predomínio do quarteto PMDB, DEM, PSDB e PT, que fez com que os demais partidos ficassem reduzidos, houve nove casos imprecisos (onde não se pode constatar com precisão a diplomação do Senador) e três biografias que possuíam diversos diplomas em diferentes áreas. Cabe, então, averiguar se o mesmo se repete no *social background* dos Senadores

quando observada a profissão prévia à carreira política; afinal, como recentemente afirmado, há áreas nas quais os índices de diplomação se distinguem fortemente do patamar de profissionais.

As profissões entre os políticos de partidos de esquerda durante o período em análise trazem algumas curiosidades: o PT, maior partido nesse espectro ideológico, apresentava um grande conjunto de distintas formações entre seus integrantes, tendo mais de 20% de seus políticos como antigos professores universitários; somados a esses, dois professores de ensino básico deram a seis entre os 19 Senadores da legenda o histórico profissional ligado ao Ensino. Já nos pequenos partidos de esquerda, ao passo que os pedetistas e os Senadores do PPS formados em Direito foram fidedignos à área e atuaram como advogados, no PSB havia uma profissão diferente para cada um dos cinco Senadores que passaram pelo partido entre 1999 e 2006. Todos os formados em Medicina que eram dos partidos de esquerda declararam ter exercido a profissão; no que se refere ao quesito profissional no *social background* de Senadores dos partidos de esquerda, não houve o descompasso encontrado no todo da Casa quanto ao diferencial de atuação na área de formação.

O mesmo não ocorreu nos partidos de centro: inicialmente, porque dos 40% de peemedebistas formados na área Jurídica, pouco mais de 1/3 atuou na área; segundo, o contingente de empresários nos partidos que representam esse espectro ideológico foi maior que na soma desses profissionais nos partidos de direita (não houve nenhum empresário em partidos de esquerda). Existiam seis empresários no PMDB e quatro no tucanato nas 51ª e 52ª Legislaturas. E estas foram as únicas legendas com graduados na área da Comunicação. Esses partidos abrigaram todos os profissionais jornalistas (no PTB, pequeno partido de direita, havia um radialista). Por fim, cabe mencionar que, entre os cinco políticos que se declararam pecuaristas/agropecuáristas, quase todos estavam no PSDB, com exceção de um no PP.

Como já tangenciado, empresários também foram uma característica profissional dos Senadores dos partidos de direita; porém, é fundamental colocar que em todos os pequenos partidos desse campo ideológico (PP, PR e PTB), essa profissão foi de dois dos cinco Senadores que cada partido ti-

nha, mesmo número do DEM (que teve 28 Senadores no intervalo). Nesse último partido, havia nove advogados, um promotor e um delegado; essa legenda apresentou múltiplas características em termos de recrutamento profissional, havendo no mínimo treze profissões distintas declaradas (dois Senadores não tinham declaração profissional em suas biografias). Ainda nas pequenas agremiações de direita, destacam-se dois engenheiros no PR e dois médicos no PTB; apesar do pequeno número de políticos nesses partidos, em termos de recrutamento as características foram concisas.

Essas duas profissões já haviam se mostrado universalizadas em termos de diplomações nos partidos dos mais distintos posicionamentos na escala esquerda-centro-direita (o ramo da “Saúde”, como apresentado na Tabela 2, é um campo onde os políticos com mandato no período em estudo mais se mantiveram na profissão da linha de formação). Todavia, há exceções: enquanto o PSB teve três de seus cinco Senadores com diploma na área das “Engenharias”, apenas um declarou ter atuado profissionalmente; no PSDB, os engenheiros empataram com os empresários e formaram quatro dos representantes da legenda; no DEM, igualaram-se ao número de médicos (três).

Essa última profissão, ecumênica entre as legendas em termos de formação educacional, não teve profissionais apenas no PR e no PSB. O diploma em Ciências Econômicas/Economia, que se destacou nos quatro grandes partidos do Senado (PMDB, DEM, PSDB e PT), somente teve profissionais economistas nessas legendas. Contudo, enquanto os diplomados somaram 11, os que atuaram previamente ao mandato no Senado eram apenas sete, um no DEM e os demais divididos equitativamente nas outras três legendas. Sintetiza-se que, no *social background* dos Senadores, as diferenças entre os partidos políticos se acentuaram quanto às profissões. Além do fato, acima pontuado, de que muitos políticos não chegam a atuar no seu ramo de formação, a função de empresário (ocupação importante nos partidos de centro e direita) não requer instrução educacional específica e pode ser desempenhada concomitante ao mandato.

3 Carreiras prévias aos mandatos senatoriais

Tendo trabalhado com os dados do *social background* dos 135 Senadores que tiveram assento nas duas legislaturas em estudo, passa-se

para a parte final da análise que permeia a experiência política desses Senadores, analisando a construção de suas carreiras e as principais características dessas. Adota-se análoga divisão e classificação dos cargos outrora utilizada na dissertação a qual esse artigo está vinculado: “Eletivos” (quando o Senador, apenas exerceu cargos para os quais foi eleito), “Nomeativos” (para os casos em que o Senador apenas exerceu cargos para os quais foi nomeado), “Ambos” (experiência ou no Executivo, ou no Legislativo, e em cargos por indicação), “Nenhum” (sem carreira institucional e burocrática) e “Todos” (para quando o Senador exerceu mandatos no Executivo, no Legislativo e em postos de nomeação). Não havendo menção e/ou diante da falta de informação nas biografias, esses foram taxados como “Impreciso”.

De saída, percebe-se a profunda diferença que o quesito gênero traz para as carreiras políticas. O pequeno número de mulheres no Senado durante o período foi de uma bancada feminina com carreira construída sobretudo por mandatos eletivos. Não que entre os homens tenha predominado a carreira por cargos de nomeação; do pequeno número de Senadores com essa característica, somente havia uma Senadora entre os 13 do grupo. Além disso, 60 políticos dos 135 em estudo tiveram carreiras solidificadas por mandatos obtidos somente nas urnas. Outros 19 tiveram experiência ou no Executivo, ou no Legislativo, e em cargos por indicação.

Tabela 3 – Experiência dos senadores em cargos eletivos e nomeativos, por gênero e situação (titular x suplente) – 1999-2006

Cargo (s)	Gênero		Situação		Total	
	F	M	Suplente	Titular	Nº	%
Eletivos	9	51	6	54	60	44,4
Nomeativos	1	13	4	10	14	10,4
Ambos	1	18	0	19	19	14,1
Todos	0	21	0	21	21	15,6
Nenhum	2	13	7	8	15	11,1
Impreciso	0	6	5	1	6	4,4
TOTAL	13	122	22	113	135	100

Fonte: Senado Federal (2017) e CPDOC (2017).

No que se soma uma maioria absoluta de políticos com pelo menos uma vitória nas urnas em suas carreiras antes de chegarem ao Senado Federal, aprofundam-se as diferenças de gênero quando é analisado o contingente de políticos cujas carreiras foram rotuladas por histórico de mandatos no Executivo, no Legislativo e em postos de nomeação (todos): apenas 21 (nenhum suplente) alcançaram tamanha experiência; porém, nenhuma Senadora.

As distinções dos partidos, que eram mais profícuas na profissão pregressa à carreira política, se acentuam quando estudada e detalhada a construção da experiência no campo político profissional de acordo com a divisão partidária no Senado. Era do PMDB um terço dos políticos que tinham histórico de mandatos no Executivo, no Legislativo e em postos de nomeação; era desse mesmo partido o único político que na época somava dez mandatos antes do que então exercia no Senado (José Maranhão – PMDB/PB). Outro um terço de políticos com carreiras marcadas pela passagem em “Todos” os aspectos institucionais do poder, estava no DEM; metade dos que tinham oito mandatos eletivos na bagagem eram democratas, os demais, peemedebistas.

Mesmo que compondo o grande quarteto de partidos no Senado, o PT não integrou essa máxima de experimentação, junto de pequenos partidos como o PP e o PTB. Todas as demais legendas tinham pelo menos um político com esse grau de experimento. Inclusive, foram os petistas que lideraram o número de Senadores que não tinham nenhum cargo político prévio ao mandato, cinco de um total de 15. Ainda assim, metade da bancada do partido era composta de políticos com “currículo” marcado por mandatos eletivos. Petistas, tucanos e democratas somaram o maior conjunto de Senadores que somente exerceram cargos de nomeação antes de chegarem à Casa da Federação, onde o DEM teve cinco dos 14, junto de dois pedetistas, um pessebista, três tucanos e equivalentes petistas.

A menor *expertise* petista não se encontrou nos demais partidos de esquerda, pois no PPS, no PSB e no PDT nenhum político deixou de ter pelo menos um posto eletivo ou nomeativo prévio ao mandato de Senador. O principal adversário do PT fez uma bancada mais próxima dos outros dois grandes partidos da Casa, com tucanos de histórico de mandatos ex-

clusivamente eletivos (oito de 23 políticos do PSDB), onde somente quatro partidários não dispunham de experiência prévia comprovada.

Pode-se afirmar que o Senado Federal, entre os anos de 1999 e 2006, foi composto sobretudo de políticos versados. Essa realidade não foi diferente entre os pequenos partidos de direita. Ainda que no PR houve dois de seus cinco partidários totalmente inexperientes, no PTB todos os Senadores da legenda tinham pelo menos um cargo eletivo anterior ao mandato em exercício, mesmo caso de três políticos do PP.

Tabela 4 – Experiência (absoluta e relativa) dos senadores em cargos eletivos e nomeativos, de acordo com o posicionamento do partido na escala ideológica – 1999-2006

Cargo (s)	Classificação ideológica						Total
	Esquerda	%	Centro	%	Direita	%	
Ambos	2	5,88	9	15,52	9	20,93	20
Eletivos	17	50,00	29	50,00	15	34,88	61
Impreciso	1	2,94	2	3,45	3	6,98	6
Nenhum	5	14,71	5	8,62	4	9,30	14
Nomeativos	6	17,65	3	5,17	4	9,30	13
Todos	3	8,82	10	17,24	8	18,60	21
TOTAL	34	100	58	100	43	100	135

Fontes: Senado Federal (2017) e CPDOC (2017).

Deveras, resguardadas as características pontuais (como o caso dos profissionais do ensino no PT e os políticos inexperientes no mesmo partido), pode-se pensar o Senado durante os anos de 1999 e 2006 como Casa Legislativa de políticos com *social background* destacado, cujas titulações e profissões são comuns entre as legendas, fator corroborado pela experimentação política também regular e frequente entre os partidos, mais acentuada nos partidos de centro e direita, cujos políticos tenderam a passar pelas diversas naturezas de cargos políticos. Todavia, há diferenças nessa formação de *expertise* política pelos Senadores no que tange à magnitude e à projeção dos cargos que exerceram previamente.

Indiscutivelmente, ao longo do intervalo em estudo, houve predomínio de carreiras de natureza eletiva, indistinto o partido, indiferente o posicionamento no espectro ideológico. Quando esmiuçado pelo poder e pela esfera, surgem pontos nevrálgicos para o entendimento do Senado Federal como a casa da elite política brasileira. Ao todo, 39 dos 135 Senadores tinham exercido o cargo de Governador, enquanto 59 foram Deputados Federais antes de chegarem à Câmara Alta. Durante essas duas legislaturas, até mesmo o ex-Presidente José Sarney (PMDB/AP) e o ex-Vice-Presidente Marco Maciel (DEM/PE) passaram pela Casa da Federação.

Vê-se, de antemão, que boa parte dos Senadores do período exerceu os dois postos eletivos de maior projeção abaixo da Presidência da República e do próprio mandato senatorial. Desses políticos, 34 também foram Prefeitos ao longo de suas carreiras: mais da metade (18) deles nos partidos de centro, dez nos partidos de direita e apenas seis nos partidos de esquerda. No PT, nenhum de seus Senadores foi eleito Prefeito antes de chegar ao lado esquerdo do Palácio Nereu Ramos; ao contrário do PSB, pois três Senadores deste partido anteriormente já tinham chefiado algum Paço Municipal. Ademais, 13 peemedebistas e cinco tucanos tinham tal feito em suas biografias, e também em todos os partidos de direita havia pelo menos um ex-Prefeito em suas bancadas.

Subindo na esfera do Poder Executivo, ainda que aumente o número de políticos com passagem pelo cargo de Governador em relação ao de Prefeito, diminui o número de partidos com mandatários de semelhante característica. Com exceção do DEM, nenhum partido de direita tinha algum político que tenha chefiado Palácio Estadual (11 dos 28 democratas administraram seus estados). Essa não é uma realidade muito diferente dos partidos de esquerda: até mesmo o PDT e o PPS (que, diferentemente do PT, tinham ex-Prefeitos entre seus representantes no Senado) não elegeram Senadores para governos estaduais em suas trajetórias. Um entre os 19 petistas fez esse contraponto na bancada majoritariamente desprovida de histórico executivo, enquanto o PSB reforçou sua experiência executiva com dois ex-Governadores. Já nos partidos de centro, cerca de dois em cada cinco Senadores exerceram o cargo antes de chegarem ao Senado, sobretudo no PMDB; afinal, nessa legenda, mais da metade dos mandatários havia sido Governador previamente.

Quando observada a experiência política no Legislativo dos integrantes das bancadas que compuseram as duas legislaturas em análise, quanto maior a projeção do cargo legislativo abaixo do cargo de Senador, maior a incidência desse nas biografias estudadas. Ao todo, 26 dos Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas haviam sido Vereadores em suas carreiras; esse número quase dobra e chega a 51 ex-Deputados Estaduais, e sobe para os já citados 59 ex-Deputados Federais.

De todos os partidos, somente o PDT e o PTB não tinham Senadores que passaram pela Câmara dos Deputados. Aqui, até mesmo o partido com o maior volume de políticos inexperientes, o PT, tinha cinco de seus 19 partidários com passagem pelo lado direito do Congresso Nacional; tanto DEM como PMDB tinham quase metade de suas bancadas com políticos que anteriormente foram eleitos Deputados Federais. Poucos Senadores haviam exercido o próprio posto anteriormente – 22 dos 135 políticos em estudo: seis democratas e 11 peemedebistas tinham pelo menos um mandato anterior ao exercido durante o ínterim.

Enquanto apenas três Senadores passaram por secretarias municipais, 35 foram indicados para secretarias estaduais ao longo de suas carreiras; porém, apenas dez Senadores foram Ministros de Estado antes de tomarem assento no Senado da República. Os postos de secretários em governos nas unidades federativas estiveram presentes nas biografias de pelo menos um Senador em cada partido que compôs as duas legislaturas sob análise. Já o cargo de Ministro foi exercido apenas por um petista, seis democratas e três peemedebistas.

Ressalta-se que, por mais importantes que os postos nomeativos sejam para as carreiras políticas, em muitas ocasiões servindo de trampolim para campanhas eleitorais, esses são pouco valorizados nos relatos das carreiras dos Senadores. Além disso, é possível que um político exerça um cargo de nomeação enquanto está incumbido em um mandato no legislativo. Esses, entre outros fatores, tiram o protagonismo dos cargos de nomeação e deixam biografias oficiais e extraoficiais com ausência de registros importantes para a pesquisa de carreiras políticas.

Observa-se, portanto, que os Senadores dos partidos de centro e direita tinham carreiras mais largas, eram mais versados na política em relação

aos seus homólogos dos partidos de esquerda, sobretudo pelos padrões do maior partido desse espectro ideológico – o PT, onde prevaleceu a menor experiência prévia ao mandato na Casa da Federação. O predomínio dos partidos de centro (principalmente o PMDB) e, sobretudo, do DEM na direita justifica os padrões encontrados; entretanto, é inevitável pontuar que, mesmo em pequenas legendas, muitas dessas constatações se repetiam, assim como a formação educacional semelhante dos membros de pequenos partidos de esquerda em relação à titulação escolar de Senadores dos partidos de centro e direita.

4 Considerações finais

Inicialmente visando a comparar o *social background* e a formação de carreiras dos políticos de acordo com o posicionamento dos partidos no espectro ideológico, observou-se, no transcorrer da análise, uma relativização (ao menos nas duas legislaturas em estudo) da colocação de Perissinotto e Miriade (2009) em seu estudo sobre a Câmara dos Deputados, quanto às posições sociais mais elevadas nos partidos de centro e direita, e de médias a baixas nas legendas de esquerda.

Como já mencionado, durante o período, os partidos no Senado se distinguiram mais pela profissão progressa à carreira política. Os petistas foram marcados por carreiras ligadas ao ensino, ao passo que, nos partidos de centro e direita, havia um grande número de empresários. Todavia, simultaneamente, as legendas de direita tinham uma grande teia de profissões nos mais distintos ramos. O que mais pesou nessa relativização foi o contingente de médicos e advogados nos pequenos partidos de esquerda. Soma-se a isso o fato que no Senado Federal, em termos de formação e titulação escolar, houve uma tríade de diplomações que imperou nas mais diversas legendas: Direito, “Engenharias” e Medicina. Os quatro grandes partidos no Senado – PMDB, DEM, PSDB e PT – também se assemelhavam por terem quase a totalidade dos graduados em Ciências Econômicas/Economia.

Novamente trazendo a leitura de Perissinotto e Miriade (2009), indiferente o espectro ideológico, os políticos profissionais se sobressaem no Congresso Nacional. No estudo que se encerra, há constatações importantes para esse entendimento e para futuras empreitadas que visem a

aprofundar os conhecimentos sobre o Senado Federal: o PMDB e o DEM agregaram a maior parte dos políticos aqui descritos como de grau maior de experimentação política (mandatos no Executivo, Legislativo e cargos de nomeação), bem como de políticos que mais acumularam mandatos antes de chegarem no Senado. Entre os Senadores do período, aqueles que, em suas carreiras, tinham cargos eletivos no Executivo eram majoritariamente de partidos de centro e direita.

Nos pequenos partidos de esquerda, averiguou-se que, apesar da maior experiência em relação ao maior partido desse espectro ideológico – o PT, esses continuavam parcialmente menos experientes que os políticos das legendas de centro e direita. Uma possibilidade para tal conjuntura jaz na perseguição e na ilegalidade que muitos políticos foram jogados durante o período ditatorial. Assim, este estudo incita trabalhos que vão além do estudo de carreiras, aprofundando as leituras das biografias para melhor compreender o quadro aqui apresentado: de uma assembleia da elite política brasileira.

Como pontuado no início do presente trabalho, pelo Senado Federal passam muitos dos políticos brasileiros mais experientes, seja em termos de longevidade política, seja na envergadura do cargo que ocuparam. Não por acaso, no detalhar da formação das carreiras dos políticos em estudo, um ex-Presidente e diversos ex-Governadores compuseram as duas legislaturas sob análise. Ressalva-se que, ainda em maior número, a ampla experiência legislativa dos 135 Senadores do período precisa ser observada sem sobressair diante dos chefes de executivo estadual.

Os 39 ex-Governadores representam políticos que disputaram eleições majoritárias vencidas por maioria absoluta de votos, método diferente da própria votação para Senador; simultaneamente, os Deputados Federais são eleitos por regras profundamente distintas e tomam posse em um conjunto superior a cinco centenas, frente aos 27 que assumem os palácios estaduais. Assim, reforça-se a preeminência da elite política, mostrando o Senado como caminho natural dos políticos que alcançaram o ápice de suas carreiras em âmbito estadual ou mesmo daqueles que foram Chefes da Nação e do Estado brasileiro. Posteriormente à chegada de José Sarney em 1990, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco também foram eleitos Senadores. É a Câmara Alta do Parlamento do Brasil o ponto de encontro da alta-roda da política nacional.

Referências

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 20, n. 2, p. 550-580, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CENTENO, Alison Ribeiro. **Os maestros da elite**: carreiras e trajetórias dos líderes no Senado Federal entre 1999 e 2006. 2018. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8046>.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República. **Textos para discussão**, Curitiba, n. 2, p. 1-28, abr. 2012.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano; MASSIMO, Lucas; HEINZ, Flavio. Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 60, p. 47-68, dez. 2016.

CORADINI, Odaci Luiz. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 181-203, jun. 2007.

CORADINI, Odaci Luiz. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 109-122, fev. 2012.

GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 8, p. 165-208, ago. 2012.

LEMOS, Leany Barreiro; RANINCHESKI, Sônia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, Leany Barreiro (org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: UniLegis; Senado Federal, 2008. p. 87-120.

MADEIRA, Rafael Machado, CENTENO, Alison Ribeiro. **A “dança das cadeiras” está circunscrita à Câmara dos Deputados?** Uma análise da evolução da fragmentação partidária e da origem socio-ocupacional dos eleitos ao Senado Federal, aos governos dos estados e às suas respectivas capitais. In: 11º Encontro da ABCP, 2018. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2019/05/danca-das-cadeiras-esta-circunscrita-camara-dos-deputados.pdf>

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MIGUEL, Luís Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015.

NEIVA, Pedro. Coesão e disciplina partidária no Senado Federal. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 289-318, 2011.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 165-188, fev. 2014.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333, jun. 2009.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 49-66, abr. 2014.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. Estimating ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A reserach communication. **Latin American Research Review**, Baltimore, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31-47, fev. 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Mudanças na classe política brasileira. **Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=114>. Acesso em: 29 set. 2018.

Recebido: 28/11/2019

Aceito: 29/04/2020

Route to the Federal Senate: Brazilian Senator's political careers and social background in the 51st legislatures

Abstract

Analyzing the Brazilian Federal Senate between 1999 and 2006 the main objective is to present the characteristics of recruitment of the Senators who had a seat in the Upper House according to parties' position in the political spectrum. Exploring a database consisting of information such as academic degree, profession before the political career and positions previously held by the 135 politicians with mandates during the interim, the Federal Senate was composed mainly of politicians with bachelor's degrees, who were reasonably distinct in their previous professions and with a strong contrast in the formation of their political careers – high level of experience for center and right parties' politicians and less experience of Senators from the left.

Keywords: Brazilian Senate. Political careers. Social background.

ANEXO I

Tabela 5 – Diplomas e profissões dos senadores (1999-2006) por área de classificação, de acordo com o posicionamento partidário na escala ideológica

Área da profissão	Classificação			TOTAL	Área do diploma	Classificação			TOTAL
	Esquerda	Centro	Direita			Esquerda	Centro	Direita	
Impreciso	3	1	2	6	Impreciso	2	7	4	13
Agricultura, pecuária e afins	1	4	1	6	Agricultura, pecuária e afins	0	1	2	3
Ciências Naturais	2	0	1	3	Ciências Naturais	3	0	1	4
Ciências Sociais	0	1	1	2	Ciências Sociais	1	2	1	4
Comunicação	0	7	1	8	Comunicação	0	3	0	3
Diplomacia e Serviço Público	3	1	1	5	Economia e Negócios	3	10	4	17
Economia e Negócios	2	16	10	28	Engenharias	6	7	4	17
Engenharias	3	7	5	15	Ensino	2	2	2	6
Ensino	8	2	3	13	Ensino Médio	2	2	2	6
Jurídica	5	15	10	30	Jurídica	8	18	17	43
Outros	2	1	2	5	Outros	1	1	1	3
Saúde	5	2	6	13	Saúde	5	2	4	11
Técnica	0	1	0	1	Técnica	1	3	1	5
TOTAL	34	58	43	135	TOTAL	34	58	43	135

Fontes: Senado Federal (2017) e CPDOC (2017).

Democracia e Legitimidade: três teses sobre o papel da comunicação na justificação política

Renato Francisquini¹

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para uma compreensão abrangente sobre o papel atribuído à comunicação, pela teoria democrática contemporânea, na justificação da autoridade política. Para realizar esse objetivo, as diversas perspectivas teóricas serão agrupadas em três rubricas – as teses da contribuição, da exclusividade e da necessidade – segundo o lugar conferido por elas à deliberação pública na garantia da legitimidade das decisões coletivas. A partir de uma revisão da literatura pertinente, evidencia-se uma distinção no que se refere às condições suficientes e/ou necessárias para que as decisões políticas sejam consideradas por todos os afetados como moralmente aceitáveis e politicamente convenientes. Resta claro, destarte, uma discordância de fundo nessas perspectivas no que tange ao grau de importância assinalado à comunicação entre iguais para assegurar a justificação da autoridade política.

Palavras-chave: Teoria democrática. Legitimidade. Comunicação.

I Introdução

A democracia é, por sua natureza, um sistema em que se veda a imposição de decisões vinculantes aos cidadãos (DAHL, 2006). Uma das principais preocupações da teoria democrática, nesse sentido, é a de identificar as razões que poderiam ser mobilizadas para assegurar o consentimento, o qual se sustenta na convicção dos cidadãos que estão submetidos às regras e decisões de que estas são moralmente defensáveis e politicamente

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
E-mail: renato.francisquini@ufba.br



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

convenientes. Descarta-se, como razão plausível, entre outras coisas, o recurso à violência ou à ameaça de coerção, que desconstrói a capacidade do poder de reivindicar obediência. A legitimidade de um arranjo político e de suas decisões – que envolvem eventualmente o emprego da coerção física – depende de que sejam justificáveis aos cidadãos sobre os quais reivindicam autoridade.

A teoria democrática, todavia, compreende de maneiras distintas as razões que levam os que se submetem à estrutura institucional a aceitar as normas propaladas e a sua execução pelo aparato político. Essa questão, veja-se, não se refere à gênese histórica da estrutura institucional vigente, mas, antes, à justificação das restrições impostas por tal estrutura, isto é, às formas de autoridade que nela se constituem. Em regimes democráticos, a legitimidade está associada à possibilidade de se justificar as decisões coletivas e o emprego do aparato coercitivo do Estado. Justificação, esta, que se sustenta em certas razões que são capazes de reivindicar o consentimento dos cidadãos.

Em oposição à tese, de viés hobbesiano, que considera que a autoridade legítima consiste em uma abdicação justificada da faculdade do julgamento em favor do soberano representante, a tradição democrática sustenta que os cidadãos mantêm a prerrogativa do julgamento com respeito às decisões políticas e à sua implementação. A capacidade de julgamento, nessa tradição, identifica-se com a ideia de soberania popular, que remete a certos elementos práticos, como os mecanismos de decisão majoritários, a garantia dos direitos individuais associados à participação no autogoverno e os procedimentos deliberativos presentes nas democracias contemporâneas (WARREN, 1996, p. 46).

A ideia de legitimidade guarda uma relação direta com a informação disponível à fundamentação de nossas decisões e com a possibilidade de livre comunicação entre os cidadãos. No trabalho que ora se introduz, discuto diferentes maneiras de se olhar para o papel da comunicação na justificação das decisões políticas e da autoridade democrática. Vou me orientar, neste trabalho, por uma ideia de comunicação entendida *lato sensu*

como discussão pública². Compreendo a comunicação pública como um intercâmbio multifacetado e diversificado de discursos, argumentos, razões e opiniões, uma troca que ocorre nas inúmeras esferas públicas e entre estas e os fóruns formais do Estado. A relação entre comunicação e democracia não deve ser entendida apenas como o engajamento simultâneo, de um número qualquer de pessoas, sob uma estrutura institucional específica. Como sugere Chambers, “[...] estudar a deliberação como um fenômeno de massas significa falar sobre fenômenos, isto é, significa generalizar sobre formas múltiplas, plurais e sobrepostas de discurso político dispostas no tempo e no espaço” (2012, p. 54)³.

Na democracia, a comunicação é uma atividade essencialmente prática. Isso significa que a comunicação pública se orienta pela busca de respostas para questões acerca “do que deve ser feito”, sobre “quem somos”, “como nos relacionamos com o outro” e “que tipo de sociedade queremos”. As práticas comunicativas envolvem, assim, o oferecimento, a recepção e a avaliação de razões a favor ou contra um curso de ação, os fundamentos das relações entre as pessoas e a nossa própria compreensão de nós mesmos e do mundo (CHAMBERS, 2012)⁴.

Chambers (2012, p. 56-59) distingue “deliberação” de “discussão”, sugerindo que a primeira recorre necessariamente a razões, enquanto a última pode se restringir a uma reunião de opiniões. Contudo, se a deliberação for restrita ao debate sobre princípios de justiça, apenas muito raramente deliberamos nas sociedades reais. A comunicação pública em uma ordem política democrática não é apenas uma forma de deliberação entre

2 Como evidenciam Elstub, Ercan e Mendonça (2016) essa ampliação no conceito de comunicação prevalece desde ao menos a segunda geração dos estudos deliberativos, que se origina a partir de críticas ao caráter exclusivista de “deliberação racional” suposto nas primeiras elaborações teóricas na perspectiva deliberativista. No artigo de Elstub, Ercan e Mendonça (2016), há uma exposição exaustiva sobre a “estrutura geracional” da vertente deliberativa.

3 No original: *studying deliberation as a mass phenomenon means talking about phenomena, that is, generalizing about multiple, plural, and overlapping forms of political talk over time and place.*

4 Gostaria, em primeiro lugar, de evitar a associação exclusiva entre deliberação pública e uma forma de argumentação crítica, que traz consigo, via de regra, uma concepção impregnada de viés cultural, associada a contextos institucionais particulares, tais como o debate científico, os parlamentos modernos, os tribunais e os salões e cafés que se desenvolveram nas sociedades burguesas europeias do século XVIII. Esses fóruns, como sabemos, pressupõem uma forma de expressão determinada de antemão, tanto institucional quanto normativamente.

sujeitos que compartilham de antemão certos entendimentos básicos. Ela é frequentemente uma luta entre os membros de uma sociedade para ter os seus interesses, suas experiências e opiniões reconhecidos pelos demais, uma disputa para persuadir os que fazem parte de uma mesma associação da justiça das reivindicações de cada um. A defesa de interesses no espaço público constitui parte do que a própria teoria deliberativa denomina afirmação de si. Faz sentido, portanto, sugerir que a deliberação não deve ser apenas um confronto racional de argumentos críticos para solucionar um problema coletivo. Ela não deve excluir a representação de interesses pessoais, tampouco estar restrita a contextos institucionais formais de diálogo face a face. A comunicação, no sentido a ela atribuído neste trabalho, embora não seja meramente uma “conversa”, não se limita aos espaços institucionalizados nem confere exclusividade à argumentação racional (YOUNG, 2001)⁵.

Formas e conteúdos distintos de expressão circulam nos vários níveis da comunicação pública, desde os debates estruturados de acordo com normas institucionais até a conversação cívica que mantemos no dia a dia com as pessoas mais próximas de nós (SEARING *et al.*, 2007). Embora as interações cotidianas sejam a fonte fundamental da elaboração das atitudes políticas dos cidadãos, estamos, via de regra, expostos a uma diversidade de conteúdos discursivos que contribuem para a formulação de razões a favor ou contra determinado curso de ação pública. As interações discursivas sobre temas moralmente relevantes, como o ideal de boa vida e a interpretação das necessidades, surgem no mundo da vida e reverberam posteriormente na esfera pública. Nas diversas arenas do espaço público, as questões que emergem no mundo da vida são tematizadas e os pontos de vista e as opiniões podem se transformar em argumentos razoáveis, capazes de emergir como justificção às decisões políticas. A esfera pública é, a qualquer tempo, a morada de uma constelação de discursos, compreendidos em termos de “um modo compartilhado de compreender o mundo incrustado na linguagem” (DRYZEK, 2004, p. 49).

5 Iris Young denomina essa teoria ampliada de “democracia comunicativa” no intuito de “indicar a atribuição igual de privilégios a qualquer forma de interação comunicativa [...] Enquanto a argumentação é elemento necessário num esforço para discutir e convencer outros sobre questões políticas, pode ser expressada de diversas maneiras, entremeadas de, ou paralela a, outras formas de comunicação” (2001, p. 373-374).

Sem fazer uma afirmação forte sobre os resultados e os valores promovidos pela discussão pública, é possível estabelecer que ela é um fato da vida política democrática. A ação política depende, antes de tudo, do conhecimento que os agentes possuem sobre o mundo social em que estão inseridos. Ela consiste, ao mesmo tempo, em um esforço para produzir e impor representações que sejam capazes de intervir sobre o mundo social e as representações dos agentes a respeito dele. A linguagem tem, portanto, um poder constituinte e estruturante, sendo capaz de modificar a realidade social ao transformar a representação que os agentes têm a respeito dela e dos próprios sujeitos (BOURDIEU, 2008).

Partindo de um esquema proposto por Christiano (1997) – ainda que não siga à risca sua forma de classificação –, vou tomar três concepções ideais sobre o lugar da comunicação na democracia, procurando identificar cada uma delas com uma concepção específica sobre os critérios necessários à legitimidade da autoridade política. São elas: (1) a *tese da contribuição*, que afirma que a discussão pública pode figurar tão somente como uma contribuição para a legitimidade política, cujo critério central seriam os procedimentos formais de formação da vontade democrática; (2) a *tese da exclusividade*, que afirma que os valores constituídos por meio da comunicação pública são a condição por excelência de uma sociedade democrática, a razão de ser da legitimidade das normas que regulam a conduta dos membros da associação política; e, por fim, (3) a *tese da necessidade*, cujo argumento central é o de que a deliberação é uma condição necessária à democracia, ou que uma sociedade que toma decisões sem a deliberação pública é um arranjo indesejável, embora ela não seja suficiente, em si mesma, para tornar justificáveis as decisões coletivas e seus efeitos (CHRISTIANO, 1997, p. 246)⁶.

6 Não ignoro os inconvenientes de reunir, em categorias amplas, perspectivas teóricas que em tantos e variados aspectos se opõem umas às outras. Acredito, porém, ser possível mobilizar os autores agrupados nas seções abaixo a partir da relação que estabelecem entre o discurso público e a legitimidade das decisões vinculantes que tomamos em associações democráticas.

2 A tese da contribuição

For in the end, democracy is but a framework within which somewhat equal, somewhat effective, and somewhat free people can struggle peacefully to improve the world according to their different visions, values, and interests. (PRZEWORSKI, 2010, p. 18).

É possível identificar, na teoria democrática, diversas interpretações minimalistas sobre o papel da comunicação pública para a justificação das decisões vinculantes. Parece tarefa ingrata tentar incorporá-las em um mesmo quadro analítico. Contudo, ainda que variem na intensidade de seu minimalismo, não creio ser impróprio encontrar um terreno comum que nos permita compreender a visão de tal literatura sobre a contribuição do debate público para a legitimidade de um arranjo democrático⁷. De modo geral, os autores que se filiam a essa perspectiva sustentam que a discussão pública é (em maior ou menor grau) secundária, dispensável, infactível ou mesmo perniciosas nas sociedades contemporâneas.

Partindo de um pressuposto basicamente aceito na teoria política – o de que o regime democrático se fundamenta na indeterminação sobre os fins últimos da vida em comum –, teóricos minimalistas sustentam que o que torna uma decisão aceitável é o fato de que o arranjo por meio do qual ela emerge oferece igual consideração pelos interesses de cada pessoa submetida à sua autoridade (DAHL, 1989). Desse ponto de vista, a democracia se configura como um processo competitivo no qual cidadãos e grupos de interesses lançam programas políticos e se esforçam para conseguir o apoio do maior número de pessoas. Os atores políticos e sociais se comportam estrategicamente e administram as suas ações e coalizões de acordo com a sua própria percepção da dinâmica de preferências na sociedade. Se assumimos que este processo é aberto e justo, os resultados deverão refletir, em todos os níveis, a agregação mais amplamente sustentada de preferências em uma sociedade (DOWNS, 1999). De acordo com essa concepção, portanto, as decisões políticas – e a própria sobrevivência do regime democrático – são o resultado contingente da competição política.

7 Refiro-me aqui, grosso modo, ao elitismo democrático, representado por Schumpeter; à teoria econômica da democracia, desenvolvida por Downs; no minimalismo de Przeworski; e, em certo sentido, ao pluralismo dahliano, este que, embora incorpore elementos normativos, ainda parece identificar no arranjo decisório a justificação da autoridade política.

As teses da contribuição não têm como intuito central estabelecer quais procedimentos específicos poderiam produzir resultados mais justos. De toda maneira, oferecem uma série de elementos necessários e condições suficientes à construção de um arranjo político em que não haja uma desigualdade significativa na consideração dos interesses dos cidadãos. Do ponto de vista institucional, a igual consideração pelos interesses de todos depende de mecanismos em que, por definição, as escolhas de todos tenham igual valor. Ora, nada mais natural do que localizar o núcleo do empreendimento democrático naquele instrumento que, dentre os mecanismos democráticos ora conhecidos, oferece peso idêntico à participação de cada um, isto é, o voto.

Nas concepções minimalistas, a legitimidade deriva do direito ao voto em eleições livres, igualitárias e secretas, e, em alguma medida, na teoria pluralista, da atuação de grupos de interesses em barganhas junto e no interior do sistema político. A plausibilidade dessa ideia se assenta em uma espécie de “subjetivismo ético”. Esta forma de subjetivismo, por um lado, seculariza o entendimento sobre a igualdade humana fundamental, e, por outro, substitui a origem transcendental de comandos obrigatórios por uma validade imanente; ou seja, a validade das normas se sustenta na vontade dos sujeitos determinada a partir da agregação de votos e da estabilidade política até o novo movimento de reunião das vontades políticas (SCHUMPETER, 1961; PRZEWORSKI, 2010).

Para essa perspectiva as convicções, uma vez consolidadas, não são racionalmente justificadas; mas, antes, expressam uma decisão que, naquele momento, se torna dominante. Assim, a aceitação das decisões majoritárias não se fundamenta em apelos ao bem comum, considerado como uma ficção inscrita no “museu de ideias do século XVIII” (PRZEWORSKI, 1999, p. 12). O processo argumentativo tem função meramente retórica e seus efeitos são exclusivamente perlocucionários. Em outras palavras, os termos do debate político devem ser entendidos em sua função de promover a aquiescência de cidadãos, de resto pouco atentos ao que não lhes parece exercer influência mais direta sobre a realização dos seus interesses – isto é, o discurso político tem função “sociopsicológica”, não cognitiva. (HABERMAS, 1989, p. 292-293).

Conforme observa Przeworski (1999, p. 14-15), o que autoriza a coerção é o voto, ou o fato de que todos têm o direito a votar e o voto de todos tem peso igual, não as razões que estão por trás dele. O sufrágio universal, na ausência de coerção aparente, é o que impõe a todos a obrigação de respeitar os resultados de uma votação e aquiescer com as decisões coletivas. A democracia persiste porque as pessoas em geral se sentem racionalmente convencidas a obedecer aos resultados de um processo de decisão do qual participaram voluntariamente. Embora o voto não expresse uma vontade coletiva singular, ele é capaz de assegurar que as decisões coletivas, mesmo na ausência de um processo comunicativo perene a julgá-las, sejam aceitas como *procedimentalmente* corretas.

Uma forma de interpretar o controle dos cidadãos sobre os seus representantes afirma que o voto seria um mecanismo de controle retrospectivo, na medida em que os primeiros sejam capazes de discernir se, e em que grau, estes últimos agiram de acordo com o seu melhor interesse. No entanto, se os eleitores não estão adequadamente informados, o voto retrospectivo não poderá ser um instrumento eficaz de *accountability*, por razões óbvias (SARTORI, 1994)⁸. O sufrágio envolve, necessariamente, uma experiência prévia de formação das opiniões; este é o momento, por excelência, da comunicação no processo democrático. Enquanto o direito de escolher os representantes seria uma “garantia mecânica” da democracia política, a existência de condições adequadas para a formação de opiniões assegura que o voto promova a responsividade (SARTORI, 1994, p. 37-38).

A relevância da comunicação política repousa, nesse aspecto, em sua capacidade de oferecer informações adequadas para que os cidadãos formem preferências autônomas e se tornem julgadores mais preparados para exercer o direito à escolha de elites governantes. O público forma uma audiência mais ou menos atenta (MANIN, 1995), que procura compreender o processo de barganha envolvendo os grupos de interesse a fim de fazer escolhas de acordo com seu melhor interesse. A presença ou a ausência de

8 Por certo, o processo é mais complexo do que poderia ser exposto neste espaço. Essa forma de controle exige uma capacidade de reconstruir toda a cadeia causal, por vezes longa, que liga atores, decisões, políticas, efeitos etc. Adiante menciono outras maneiras, mais complexas, por meio das quais o processo poderia ocorrer.

uma discussão pública que contribua para a construção de preferências autônomas não é, em si, fundamental à legitimidade da ordem política; i.e., a opinião pública, ainda que moldada de maneira livre de forças arbitrárias, não autoriza o governo a exercer o poder. O resultado do processo eleitoral, sob o princípio majoritário, configura o equilíbrio contingente que resulta dos ajustamentos espontâneos e automáticos próprios da operação dos mecanismos que asseguram a competição política aberta. A democracia, assim, prescinde da referência a normas, e a sua legitimidade é, também, dependente de contingências que podem a qualquer momento se desfazer (PRZEWORSKI, 1999, p. 15-16).

Os pressupostos expostos acima podem dar forma a diversas interpretações sobre a facticidade do processo democrático. Como veremos a seguir, quanto mais elementos forem inseridos nesse quadro, tanto mais complexa se torna a concepção de seus resultados. Em alguns casos, a comunicação pública ganha mais proeminência; em outros tantos, restringe-se ao debate entre as elites e pode tornar-se, até mesmo, nociva aos interesses dos cidadãos. A forma mais comum de se considerar a organização democrática nas teses da contribuição afirma que os cidadãos têm preferências acerca de políticas públicas e estas preferências guiam a ação de lideranças políticas e governos. Os cidadãos escolhem, para lhes representar, aqueles candidatos que lhes parecem mais afeitos a implementar as políticas que eles, cidadãos, preferem. Os governantes, ciosos de se (re)eleger, fazem precisamente o que aqueles a quem representam desejam, como demonstra o seguinte esquema:

Preferências dos cidadãos → Propostas dos políticos → Políticas governamentais.⁹

É óbvio que essa visão ultrassimplificada do voto como um controle prospectivo não leva em consideração outros elementos intermitentes que atuam na dinâmica política e que podem distorcer essa estrutura. Dentre eles, não pode deixar de figurar a formação das opiniões dos cidadãos, que, como nos diz Sartori (1994), dependem sobremaneira da estrutura

9 Esta e as demais representações do esquema de formação de opiniões encontram-se em Stokes (1998, p. 125).

comunicativa e da difusão de informações. Além disso, a implementação de programas de governo depende da distribuição das preferências entre as elites (MANIN, 1995; STOKES, 1998, p. 124).

Outra visão comum entende as preferências como resultado de um processo comunicativo que se dá ao nível das elites. A comunicação, nesse modelo, não se configura de modo geral como algo que se dá de baixo para cima, dos cidadãos para seus representantes. Antes, ela se estrutura como um processo no qual as elites tendem a moldar ou influenciar as crenças dos cidadãos e as suas preferências quanto a temas de interesse público, mediante a opção por determinados enquadramentos ou por meio de forte exposição à comunicação política difundida em cascata (STOKES, 1998, p. 125).

Debate entre a elite → Opinião Pública → Políticas governamentais.

Para Kinder e Sears (1985), o que importa aos representantes é ter o suporte da opinião pública – entre outros motivos, o mais importante sendo o de que haverá, em um futuro pré-determinado, nova rodada de competição pelo poder. Entretanto, desfrutar do apoio da opinião pública não significa necessariamente responder às preferências autonomamente formadas dos cidadãos; significa, em vez disso, enquadrar informações de forma adequada. Tais informações interagem com os valores e as predisposições que são construídos mediante a socialização e as experiências pessoais, estando, portanto, menos sujeitas à influência das elites. De acordo com essa perspectiva,

O papel proeminente que estudiosos da opinião pública conferem à comunicação pública de presidentes, partidos, legisladores, *experts*, pessoas anônimas, pesquisas de opinião e os meios noticiosos na determinação da forma como os cidadãos pensam sobre a política deveria nos levar a duvidar da visão de que as preferências dos cidadãos são exógenas à comunicação política. Nesse sentido, a deliberação, longe de ser um complemento, talvez um complemento desejável, ao processo democrático, é uma parte inextricável deste processo, para o bem ou para o mal. (STOKES, 1998, p. 126-127, tradução livre).¹⁰

10 No original: *The prominent role that scholars of public opinion assign to the public communications of presidents, parties, legislators, experts, anonymous others, polls, and the news media in determining how citizens think about politics should lead us to doubt the view of citizen preferences as exogenous to political communi-*

Seria possível incluir, ainda, um novo elemento nesse quadro, de modo a sugerir a direção em que se dá a formação de preferências e a sua entrada na construção da vontade política. Outra forma de influência sobre a discussão pública provém de atores privados autointeressados, que intervêm sobre o debate público no intuito de convencer os cidadãos de determinadas “crenças causais” (PRZEWORSKI, 1998), esperando que este público pressione os seus representantes a tomar decisões baseadas em tais crenças. Nesse sentido, segundo Stokes (1998, p. 128):

Interesses especiais se expressam contra a política A → Cidadãos se voltam contra a política A → Política A rejeitada.

Esta hipótese pode ainda ser expressa de uma maneira diversa, a saber: os *lobbies*, em vez de influenciarem as opiniões dos cidadãos, podem agir de modo a influenciar a percepção dos legisladores acerca da preferência dos cidadãos. O Senador Paul Douglas sustenta que este foi o caso na derubada do fundo para a saúde pública nos EUA no governo Truman. Um processo semelhante, tratando da mesma questão, se deu durante o governo Clinton, em 1992, quando da discussão do programa público de saúde que, de início, desfrutava de amplo apoio do eleitorado (PRZEWORSKI, 1998; STOKES, 1998, p. 129-130). Nesse caso, segundo Stokes (1998, p. 130), o processo teria se configurado da seguinte forma:

Interesses especiais se expressam contra a política A → Representantes compreendem equivocadamente (ou não) que o público está contra a política A → Política A rejeitada.

Em uma variante dessa sequência, a transformação das opiniões públicas pode ser o resultado combinado de uma interpretação equivocada das preferências dos cidadãos, seguida pelo debate entre as elites, que acaba influenciando sobre o posicionamento do público. Costuma-se estimar que os formuladores de políticas públicas tendem a se valer das pesquisas de opinião não para conhecer as preferências dos cidadãos e adaptar as políticas a essas preferências, mas para formular uma estratégia no sentido de convencer a opinião pública de suas próprias preferências políticas e

cation. Hence, deliberation, far from being a complement, perhaps a desirable one, to the democratic process is an inextricable part of that process, for good or ill.

posições partidárias. Portanto, “[...] a percepção equivocada da mudança das preferências do público foi o resultado político relevante da deliberação” (STOKES, 1998, p. 129-30)¹¹. Para Stokes (1998, p. 132), esse modelo mais complexo poderia ser expresso da seguinte maneira:

Governo propõe A → Oposição e cidadãos aquiescem → Interesses especiais se manifestam → Imprensa reporta oposição da opinião pública a A → Oposição acredita na imprensa e argumenta contra a política A → Cidadãos se opõem à política A → Política A rejeitada.

Seja qual for a interpretação sobre o processo de formação da opinião pública e da vontade democrática, resta claro que os candidatos, os partidos, os financiadores de campanha e outros grupos de interesses se esforçam para influenciar as crenças dos cidadãos a respeito, não tanto das preferências, mas sobre a relação entre os meios e os fins das políticas públicas que defendem. Tais crenças, por serem endógenas ao processo político, são afetadas pela desigualdade de recursos informacionais e cognitivos. O mesmo pode ser dito a respeito da desigualdade de recursos no processo discursivo, pois as consequências da ampliação do debate público em um contexto marcado por vastas e variadas desigualdades podem ser altamente indesejáveis do ponto de vista dos interesses dos cidadãos (STOKES, 1998, p. 147).

A exposição acima nos permite ver, com clareza maior, uma objeção adicional à associação da legitimidade política aos processos comunicativos. O que os modelos de formação da vontade democrática apresentados evidenciam é que, em algumas circunstâncias, a discussão pública pode ser perniciosa, porquanto “manipulada” para favorecer interesses particulares. Partindo dessa percepção, o princípio da igual consideração pelo interesse de todos, que justifica e se materializa nas regras da competição política, afasta a legitimidade da ordem democrática dos processos discursivos.

Uma das razões pelas quais Mill (2000) defendeu de maneira tão enfática a importância da discussão para a vida pública tem a ver justamente com a possibilidade que esta cria para que dissidentes exponham conven-

¹¹ No original: *misperception of changed public preferences was the politically relevant outcome of deliberation.*

ções e preconceitos. Entretanto, a dinâmica argumentativa das democracias contemporâneas se afasta cada vez mais do ideal de discurso público projetado por Mill, especialmente devido ao grau em que este processo está maculado pela influência do poder econômico (SHAPIRO, 2003, p. 225-226). Como sugere Przeworski, num contexto de desigualdade profunda de recursos, “a deliberação pode levar à ‘dominação ideológica’” (1998, p. 140)¹². A comunicação pública, portanto, pode induzir as pessoas a sustentarem crenças que são, a um só tempo, pouco acuradas e mais favoráveis aos interesses dos que dispõem de recursos que lhes permitam ocupar a posição de líderes de opinião.

A perspectiva apresentada nesta seção sustenta, assim, que os processos comunicativos estão inevitavelmente envoltos em um mar de contingências, em especial na medida em que são levados a cabo em sociedades caracterizadas pela persistência de desigualdades de recursos em diversos níveis. Nesse sentido, ainda que a etapa de formação das opiniões seja relevante para as escolhas que fazemos quando convocados a participar das decisões políticas, diretamente ou por meio da escolha de representantes, a legitimidade do arranjo político não pode depender dos processos comunicativos, na medida em que estes podem ser, e constantemente o são, enviesados e parciais.

Para as teses contribucionistas, o regime político democrático seria uma espécie de resposta tentativa a um contexto em que permanece a indeterminação em relação aos fundamentos últimos da vida em sociedade. Na medida em que não podemos encontrar critérios mais substantivos a partir dos quais sustentar a autoridade política, as teses da contribuição apostam as suas fichas nos procedimentos agregativos que, como nos diz Przeworski (1999), asseguram a obediência sem recorrer ao subterfúgio da violência.

A democracia, dessa perspectiva, é uma forma de ser governado, não o contrário. Reconhecendo de saída que a sociedade é marcada pelo conflito de valores e interesses presumivelmente irreconciliáveis, o processo eleitoral autoriza a coerção na medida em que reflete o equilíbrio de forças e a distribuição de preferências no eleitorado. Eis, segundo Przeworski, o

12 No original: *deliberation may lead to 'ideological domination'*.

milagre da democracia: as forças políticas em conflito acatam o resultado das urnas, o governo põe em risco seu poder ao se submeter ao processo eleitoral; a oposição, por sua vez, recolhe as “armas” e aguarda a próxima rodada de disputa. Ao final, os conflitos são regulados e, portanto, limitados. Nesse sentido, os votos são como “pedras de papel”, na metáfora usada por Engels (PRZEWORSKI, 1999, p. 15-16).

3 A tese da exclusividade

Democracy is not an alternative to other principles of associated life. It is the idea of community life itself... [It is] a name for a life of free and enriching communion. (DEWEY apud BARBER, 1984, p. 117).

A tese a ser exposta nesta seção identifica, nas interações comunicativas, o núcleo da justificação da autoridade coletiva da sociedade. Embora haja variações no que se refere a certos requisitos normativos e à materialização institucional da democracia, a razão de ser do regime democrático, para os autores que se filiam a essa tradição, é o processo associado à autorrealização de cidadãos inseridos em uma comunidade de iguais. As controvérsias sobre o lugar da comunicação na justificação da autoridade política se referem ao seu papel na cooperação política. Enquanto a literatura associada ao republicanismo cívico¹³ sustenta que a comunicação depende, para ocorrer a contento, da presença de valores éticos que a subjazem, a perspectiva ligada à ideia de “democracia forte”¹⁴ entende que a comunicação cria e dá forma aos pressupostos da cooperação.

A concepção da exclusividade – que se alimenta, em boa medida, das teses associadas ao republicanismo cívico e das teorias participativas da democracia – não aceita a restrição da política ao processo competitivo (como o modelo contribucionista), pois considera a política como o processo de constituição da própria comunidade e, em alguns casos, como a realização de um ideal de boa vida. Há duas visões que subjazem a essa perspectiva. De um lado, o foco recai sobre a identificação prévia dos indivíduos com a ética comunitária, que seria atualizada por meio da participação dos

13 Refiro-me aqui a autores como Michael Sandel e Charles Taylor, cujos argumentos vou examinar a seguir.

14 As referências centrais nessa posição são as obras de Carole Pateman e Benjamin Barber.

cidadãos no discurso público; de outro, há uma ênfase sobre o compromisso que deve ser obtido por meio do engajamento dos cidadãos no processo de autodeterminação coletiva, que teria um impacto sobre as virtudes cívicas dos que dele tomam parte.

Na posição que se aproxima do republicanismo cívico, a formação da vontade democrática assume a forma de um autoentendimento ético-político, no qual a ordem democrática se sustenta no consenso de fundo culturalmente estabelecido e compartilhado pelos cidadãos. A comunidade política seria uma comunidade ética pré-política e o bem comum se converte em uma substância previamente existente, parte da essência de uma comunidade que deve ser reafirmada por meio da comunicação livre entre iguais (SANDEL, 1998). Já em outra visão, menos aferrada à necessidade de um consenso cultural de fundo, a democracia se assenta na ideia de uma comunidade autogovernante de cidadãos, que são unidos menos por valores homogêneos do que por sua capacidade de compartilhar objetivos e agir em um concerto sustentado em suas virtudes cívicas e seu senso de justiça (BARBER, 1984).

A primeira posição remete a um entendimento de raiz aristotélica, que enxerga a *pólis* como um regime político dotado de uma finalidade específica, a saber, a realização do bem comum. Este objetivo lhe dá forma e constitui a comunidade como um sistema no qual as instituições expressam um modo de vida particular. A eticidade de um Estado não se constitui da soma de suas partes. Ela é, antes, a representação de avaliações substantivas que dão origem à identidade entre os espíritos subjetivo e objetivo da sociedade (FORST, 2010, p. 129 ss).

Rousseau (2006) pode ser considerado o teórico fundamental para a segunda perspectiva. Nessa visão, não se pressupõe uma unidade ética substantiva dos cidadãos; tal unidade seria o resultado mesmo do processo de participação política por meio do qual os cidadãos realizam a sua liberdade e produzem a vontade geral. Cidadãos politicamente virtuosos são capazes de concertar a sua razão, tal como em um moteto, emprestando objetividade à soberania popular mediante a expressão da vontade geral. O elemento da soberania popular direta, nesse contexto, tem um efeito sociopsicológico sobre os cidadãos, garantindo uma inter-relação entre o

processo democrático e o fomento das capacidades esperadas dos membros da sociedade que exercem a sua autonomia política. O autor genebrino destaca o processo de aprendizado permanente que é inerente ao exercício da autodeterminação coletiva. Os cidadãos são levados a considerar temas e perspectivas bem mais abrangentes do que os seus interesses privados lhes poderiam oferecer. Esse mecanismo contribui para que tomem decisões recorrendo a um senso de justiça (PATEMAN, 1992, p. 37-39).

Vejamos, a seguir, mais detidamente como as duas vertentes se apresentam.

No núcleo da versão mais forte da ética comunitária, encontra-se um movimento que vai de encontro ao privatismo de uma sociedade despoliticizada. Segundo essa primeira vertente, uma associação política deve ser uma comunidade ética culturalmente integrada, pois tal integração sustenta a soberania e a solidariedade que possibilitam o exercício da autodeterminação coletiva. Seria impossível, segundo essa perspectiva, a formulação de uma ideia coerente da moral sem uma concepção abrangente do bem como *télos*, ou seja, não seria concebível uma comunidade política na ausência de um ideal compartilhado do bem viver. Rejeita-se, assim, não apenas a moral universalista desligada do contexto social, cultural e político, mas, também, a própria possibilidade de se fundamentar a comunidade política em um abstrato pluralismo de valores.

Uma comunidade política “autêntica” deve apresentar uma forma de práxis comunitária ancorada na tradição moral na qual os indivíduos podem se reencontrar. A narrativa da vida individual deve ser parte de uma narrativa de ordem superior. O *télos* eticamente desejável da vida deriva dessa trindade de práxis, tradição e biografia subjetiva: desejável é um “valor interno” às práticas sociais. (FORST, 2010, p. 132).

Considera-se, nesse aspecto, que a relação de pertencimento comunitário é inevitavelmente constitutiva das identidades privadas. Bellah (1991), em uma versão da doutrina do interesse bem compreendido¹⁵, sustenta que, mesmo em uma sociedade que conviva com o pluralismo de valores razoáveis, faz-se necessário o reconhecimento de um “pluralismo

15 Ver Tocqueville (2004), Livro II, segunda parte.

aprofundado” a que os cidadãos possam recorrer no intuito de formular o bem comum como parte de seu próprio bem particular.

A identificação dos cidadãos com a comunidade, que em alguns casos se traduziu como a virtude do patriotismo, se dá na medida em que a coletividade incorpora certos valores necessários à sua autocompreensão, bem como normas com as quais os cidadãos são capazes de se identificar em “avaliações fortes”. Haveria dois critérios essenciais para uma identificação forte como condição necessária à autodeterminação pública. O primeiro deles seria o reconhecimento das formas participativas da política para a determinação do próprio sentido comunitário de integração. O segundo, por sua vez, seria um senso forte de comunalidade que se sustenta e se mantém através da participação (TAYLOR, 2000)¹⁶.

A participação no processo discursivo, nesse sentido, não cria o propósito comum; antes, a sua realização pressupõe a existência de tal consenso, que se reforça e se reproduz por meio da discussão pública. Contra o que considera uma abstração típica do liberalismo clássico, essa literatura destaca o enraizamento das concepções de bem nas autocompreensões e nas tradições constitutivas da comunidade autogovernante. Esta, com seus valores e práticas amadurecidos historicamente, dá origem a um horizonte valorativo que é a própria urdidura das identidades de seus membros. Assim, a integração política, a soberania, se quisermos, se configura como a afirmação de certa unidade que se ampara nos valores ético-culturais compartilhados intersubjetivamente mediante uma comunicação amparada em valores comuns (FORST, 2010, p. 114-117).

Mesmo a igualdade política só faz sentido quando remete à pertença de todos a um mundo compartilhado intersubjetivamente. Por igualdade, não se entende que todos sejam iguais perante a lei, tampouco que a lei seja igual para todos; trata-se de algo mais profundo: de uma igualdade compreendida como a concessão dos mesmos direitos e condições efetivas de realizar as atividades tipicamente humanas, i.e., as ações políticas – e, por desfrutarem de tais condições em um contexto comunitário de

16 O exemplo sugerido por Taylor (2000, p. 220) seria o Canadá. Todavia, o autor encontra apenas a primeira dessas condições no país. A segunda, uma identidade nacional eticamente constituída, não se faz presente no país, que convive com um pluralismo de valores éticos, etnias e preferências.

normas compartilhadas – os cidadãos exercem, de fato, o direito à liberdade (ARENDETT, 2007).

A segunda vertente, dentro da tese exclusivista, toma a política como uma “forma de viver” (em oposição a uma “forma de vida”). O fazer político aparece como um empreendimento por meio do qual os cidadãos, com interesses distintos, mas possivelmente sobreponíveis, podem conviver entre si sem que nenhum deles exerça domínio sobre os demais. A competição de interesses privados e o conflito que eventualmente surge dessa competição não têm nessa ideia forte de democracia uma forma de resolução. Supõe-se haver, todavia, uma maneira de criar uma linguagem pública que seja capaz de reformular a defesa desses interesses em termos suscetíveis de serem acomodados publicamente (BARBER, 1984, p. 119).

É possível entender o mundo político como circunscrito por condições que tornam obrigatória a ação pública, e por extensão uma escolha pública razoável, em um contexto no qual o conflito não pode ser resolvido em campo privado ou independente do julgamento da comunidade autogovernante. Dessa forma, é preciso agir e tomar decisões que afetam todos em uma coletividade, ainda que haja discordância tanto em relação aos fins quanto em relação aos meios de fazê-lo. Segundo Barber, a possibilidade de se chegar a acordos políticos remete à própria experiência política: “[...] a política é o que os homens fazem quando a metafísica falha; não é a metafísica reificada como uma Constituição” (1984, p. 128-129)¹⁷.

Segundo essa ideia, a política é realizada *pelos* cidadãos e não *para* eles; a sua principal virtude é a atividade, sendo a comunicação, a decisão e o trabalho comuns sua marca distintiva. Confere-se centralidade, assim, à agência e à responsabilização, pois se lhes reconhece como elementos centrais à ação dos cidadãos em face dos conflitos inerentes às sociedades humanas – rejeitando-se a conclusão de que o conflito é intratável e somente pode ser passível de tolerância ou adjudicação. A forma como a política é aqui pensada confere à participação dos cidadãos, à deliberação e à educação cívica a tarefa de fomentar meios através dos quais o conflito possa ser

17 No original: *Politics is what men do when metaphysics fails; it is not metaphysics reified as a constitution.*

reelaborado como cooperação. Se a política nessa teoria se inicia no conflito, ela não termina com uma mera acomodação de posições concorrentes, mas propõe uma ação transformadora (BARBER, 1984, p. 134-135).

A legitimidade de um valor é função de seu caráter público, de como é refinado e modificado quando confrontado com o público e as normas públicas previamente definidas no processo político. Essa forma de autoridade emerge, portanto, da transformação que ocorre na comunicação à qual estão sujeitos estes julgamentos. Ao contrário da barganha, em que se define entre opções previamente determinadas, na política de transformação os atores políticos são levados a modificar e ampliar as suas opções ao entrar em contato com novas opiniões, preferências, interesses e pontos de vista (BARBER, 1984, p. 134-135).

Essa forma de “democracia forte” (BARBER, 1984) exige, de um lado, uma cidadania ativa, que participe tanto ao nível local quanto nacional, que se engaje na discussão pública e nas decisões – uma forma de autogoverno que dispensa, em boa medida, as instâncias tradicionais de mediação. De outro, requer a constituição de instâncias deliberativas que tornem o sistema político e social uma forma de “associação de associações”, nas quais a comunicação seja não apenas um fim, um objetivo, mas também o meio através do qual seria possível construir consensos legítimos. Assim, a legitimidade das leis não pode ser desvinculada do processo de sua gênese: há uma conexão interna entre as práticas de autodeterminação pública e o império da lei, entre procedimento e substância.

O autogoverno democrático não tem valor apenas instrumental, como método para a escolha de governos, mas é parte constitutiva da própria ideia de liberdade. A liberdade pessoal não se restringe ao estabelecimento de uma área livre de interferências, ela consiste em uma forma de agir. Em certo sentido, pode-se afirmar que o resultado da ação comunicativa é a própria política, entendida como a interação entre iguais na esfera pública. Ação e política, segundo Arendt (2007), são, dentre todas as capacidades e potencialidades humanas, as únicas que não poderíamos sequer conceber sem admitir a existência da liberdade. Para ela, “[a] *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (ARENDDT, 2007, p. 192).

Os direitos ganham, nesse sentido, um caráter de liberdades positivas, no sentido de Berlin (2002); nestes direitos, destacam-se os direitos de participação e comunicação políticas. Estas últimas garantem aos cidadãos o *status* de autores políticos responsáveis pela constituição e reprodução da comunidade. O poder político é gerado na prática da autodeterminação dos cidadãos e se legitima pela institucionalização e pela realização das liberdades públicas. A existência do Estado e das instituições políticas justifica-se como garantia de um processo comunicativo inclusivo de formação das vontades políticas. Mas os encargos relativos à distribuição dos benefícios da cooperação, assim como a constituição da própria comunidade, estão assentados na agência política dos próprios cidadãos. Os procedimentos de autolegislação e construção comunitária são genuinamente independentes de normas externas, verdades pré-políticas e direitos naturais (HABERMAS, 1995).

A autonomia do processo político garante uma equalização nos pontos de partida e associa a legitimidade ao que ocorre com as convicções e os valores no curso do processo de discussão e ação política. As instituições formais emergem como expressão das reivindicações de uma “democracia forte”, em que a discussão, o julgamento e os encontros públicos aparecem como alternativa à representação, ao voto e ao governo dos burocratas e especialistas (BARBER, 1984, p. 262-263). Os componentes básicos do projeto são voltados para a discussão pública, o processo de decisão e a ação criadora da política, no sentido material do termo – à comunicação, nesse aspecto, confere-se um valor intrínseco, tornando-se um elemento substantivo na justificação da autoridade política.

4 A tese da necessidade

Tomando como referência os rótulos sugeridos por Christiano (1997), chegamos, finalmente, à perspectiva da necessidade, terceira forma de abordagem sobre o papel da comunicação na justificação das decisões políticas. A tese da necessidade baseia-se, grosso modo, no que se convencionou denominar como a teoria deliberativa da democracia. Desde a sua primeira fundamentação, que remonta ao trabalho do filósofo alemão, Jürgen

Habermas¹⁸, nota-se uma preocupação em lançar luz sobre a capacidade que a dinâmica argumentativa presente (ou latente) nas sociedades contemporâneas teria de gerar decisões racionais. Os estudos deliberativos se debruçaram sobre uma série de elementos e características da comunicação pública, bem como analisaram múltiplas instâncias deliberativas, procurando entender desde os aspectos teórico-normativos – notadamente em sua primeira geração – até questões relacionadas à estrutura institucional dos arranjos deliberativos (ELSTUB; ERCAN; MENDONÇA, 2016).

Em sua fase mais recente, que Elstub, Ercan e Mendonça (2016) sugerem tratar-se de uma quarta geração dos estudos deliberativos, a literatura tem voltado a lidar mais diretamente com questões teórico-normativas¹⁹, conferindo uma renovada atenção e um olhar inédito sobre ideia de “sistemas deliberativos”, presente já na perspectiva habermasiana²⁰. A abordagem sistêmica apresenta ao menos três aspectos que nos interessam mais diretamente aqui, quais sejam: (a) um esforço para compreender a deliberação em larga escala, (b) a ideia de uma divisão do trabalho deliberativo entre múltiplas arenas e, por fim, (c) a concepção de critérios distintos para avaliar a deliberação nas diversas instâncias onde ela ocorre, conferindo um papel importante a espaços menos propriamente deliberativos no conjunto mais amplo do sistema (ELSTUB; ERCAN; MENDONÇA, 2016, p. 143-144).

Uma abordagem como essa se afasta da perspectiva baseada nos modelos de democracia, que opunha a democracia competitiva à democracia

18 Algumas abordagens observam, porém, que já no começo do século XX, teríamos a formulação de uma teoria deliberativa da democracia, nos trabalhos de Dewey, Mead. Ver, por exemplo, Mendonça (2016).

19 Ainda que se possa argumentar que a terceira geração não tenha deixado de lado as questões teóricas, não me parece de todo impróprio afirmar que houve uma ênfase em estudos sobre a praticabilidade da deliberação, de modo que os estudos dirigiram um olhar especial para a pesquisa empírica acerca da qualidade da deliberação e dos elementos que impactam sobre ela, notadamente em espaços mais restritos, como minipúblicos, conselhos, conferências e orçamento participativo.

20 O esforço no sentido de elaborar uma concepção sistêmica da democracia vem sendo levado a cabo por um grupo de teóricos da democracia, a maioria norte-americanos. A coletânea editada por Parkinson e Mansbridge, em 2012, é o resultado mais acabado da conferência *Democracy and the Deliberative Society*, que fora realizada, em 2009, na University of York. A ideia dos autores que contribuíram para o trabalho é elaborar uma concepção da democracia deliberativa, baseada nas ideias formuladas por Habermas, que concorra para uma compreensão de como a deliberação pública perpassa toda a sociedade, e não apenas os fóruns mais restritos, como convencionalmente têm se teorizado a respeito dela.

diretamente participativa. Para a perspectiva dos sistemas deliberativos, a comunicação pública não substitui a agregação de votos, tampouco a representação pode ser considerada como um *second best* da participação. Nos “modelos de democracia”, é comum que se defina um mecanismo particular – seja a agregação de preferências, seja o discurso público – como suficiente para garantir a legitimidade da autoridade política²¹. Ao opor a comunicação pública à agregação de votos, as perspectivas holísticas argumentam que estes elementos devem executar as mesmas tarefas em um sistema democrático. A tese da necessidade, por sua vez, tem uma interpretação diversa. Segundo essa perspectiva, é preciso observar o sistema de uma maneira ampla, procurando compreender as funções realizadas por cada parte e de que modo podem contribuir para a democratização da sociedade. Nesse sentido, a comunicação pública poderia ser capaz de realizar certas funções, como a formulação das razões aceitáveis à justificação das decisões coletivas, enquanto a agregação, ao garantir o mesmo peso ao voto de todos, poderia promover a representação do dissenso, ambos elementos fundamentais para a legitimidade das decisões coletivas (MANSBRIDGE *et al.*, 2012).

Para compreender o papel da comunicação seria necessário observar o caráter das funções realizadas por um sistema político democrático, procurando analisar os mecanismos mais adequados a oferecer uma resposta a eles. Ao considerar a democracia como um “sistema deliberativo”, evidencia-se a diferenciação e a integração entre as partes, assim como certa divisão de funções entre elas. Essa ideia é, ao mesmo tempo, normativa e sistemática: normativa no sentido de definir *normativamente* como um sistema democrático deve funcionar; sistemática por supor que determinados procedimentos e resultados são *normativamente* mais adequados a certas instituições e não a outras (MANSBRIDGE *et al.*, 2012; WARREN, 2012).

As sociedades contemporâneas se reproduzem por meio de uma série de sistemas diferenciados, cada um dos quais com objetivos, mecanismos de coordenação e critérios de sucesso distintos. As universidades, os mercados, os *media* e as instituições do Estado se organizam e operam em lógicas

21 Como, aliás, fica evidente pela argumentação apresentada nas seções anteriores, em que os modelos contribucionista e exclusivista formulam a sua posição em contraponto uma à outra.

específicas, que traduzem as interações dentre e entre eles de acordo com seus próprios códigos. Um sistema deliberativo democrático inclui desde interações informais até decisões vinculantes que ocorrem em âmbito externo ao Estado Nacional, em organismos internacionais e supranacionais, nas arenas sociais e corporativas:

Estados liberal-democráticos e constitucionais criam espaços de deliberação em instituições políticas, tais como as legislaturas e as cortes. Eles também possibilitam a deliberação na sociedade ao proteger a liberdade de discurso e de associação. Eles encorajam a deliberação ao subscrever instituições em que a deliberação é, em si mesma, constitutiva, tais como universidades e fundações de pesquisa científica. Mas ainda que Estados realizem um papel central e comumente constitutivo em sistemas deliberativos, nem todas as partes do sistema levam ao Estado. O Estado não é o fim de toda deliberação. (MANSBRIDGE *et al.*, 2012 p. 10)²².

Os sistemas deliberativos incluem quatro dimensões principais: (1) as decisões coletivas vinculantes do Estado (sobre as leis e a sua implementação), (2) atividades ligadas à preparação para tais julgamentos, (3) conversas informais relacionadas a tais decisões e (4) arenas de discussão formal e informal acerca das decisões sobre questões de interesse comum que não são dirigidas às decisões coletivamente vinculantes. Uma sociedade democrática, nesse aspecto, “[...] possibilita um enquadramento normativo das consequências causais de uma variedade de dispositivos democráticos” (WARREN, 2012, p. 6)²³.

Há aqui, portanto, uma compreensão sobre a relação entre democracia e comunicação pública, ou melhor, uma interpretação sobre o papel constitutivo da comunicação na justificação da autoridade, que incorpora este elemento de forma ampla como dispositivo necessário para assegurar, como sugere Cohen (1998), o caráter *coletivo* das decisões políticas. De acordo com este entendimento, a legitimidade das decisões vinculantes

22 No original: *Liberal-democratic, constitutional states create spaces of deliberation within political institutions such as legislature and courts. They also enable deliberation within society by protecting free speech and association. They encourage deliberation by underwriting institutions in which deliberation is itself constitutive, such as universities and scientific research establishments. But even though states play a central and often constitutive role in deliberative systems, not all efficacious and important parts in the system lead to the state. The state is not the terminus of all deliberation.*

23 No original: *enables normative framing of the causal consequences of variety of democratic devices*

depende dos processos comunicativos que ocorrem na sociedade civil, nas instituições do sistema político, nas instâncias deliberativas formais e entre tais arenas. No entanto, a comunicação – sobretudo quando os critérios para a qualidade da deliberação são demasiado exigentes ou quando pressupõem a existência prévia de uma compreensão ética compartilhada pela comunidade – não assegura, por si mesma, a justificação da autoridade política em um sistema democrático.

Na tese da necessidade, a comunicação pública seria “[...] um modo de formular os planos (de uma associação política), de estabelecer seus objetivos e construir suas decisões de acordo com o plano traçado” (RAWLS, 2011, p. 212). A deliberação, nesse sentido, ocorre em inúmeros tipos de sistemas sociais, embora não haja, para todos eles, o mesmo tipo de exigência quanto ao arranjo institucional e à qualidade dos argumentos. A discussão pública pode acontecer em enclaves isolados da comunidade de pessoas afetadas pelas decisões ou, ainda, mais tipicamente, entre uma elite proporcionalmente diminuta, cujos argumentos são predominantemente técnico-legais e não remetem à formação reflexiva de preferências dos cidadãos. Mesmo na presença de instituições formalmente democráticas, outros sistemas de poder pressionam as decisões em direções que se afastam do controle por meio do consenso popular, como o sistema judiciário e a burocracia administrativa (MANSBRIDGE *et al.*, 2012).

A democracia, da forma como a compreende a tese da necessidade, remete a duas ideias. A primeira, mais óbvia, é a de que, em um regime político democrático, as decisões sobre os rumos da sociedade são *coletivas* em algum sentido. Assim, uma decisão será devidamente coletiva na medida em que for o resultado de um arranjo institucional que estabeleça condições adequadas para a comunicação pública livre entre iguais (COHEN, 1998, p. 185-186). Condições, estas, que dependem tanto de direitos formais que não estão submetidos ao consenso popular – mesmo aquele gerado “comunicativamente” –, quanto do que Rawls (2008, 2011) denominou de “valor equitativo das liberdades políticas”²⁴. Segundo Cohen, esta compreensão sobre a natureza coletiva das decisões políticas se distingue

24 A democracia, na concepção deliberativa, não é apenas uma forma política. Segundo Cohen (1998, p. 186), a democracia é “uma estrutura de arranjos sociais e institucionais”.

de maneira fundamental das concepções que ele denomina “agregativas”. Nestas o caráter coletivo das decisões se sustenta no fato de que “[...] emergem de arranjos de escolhas coletivas vinculantes que conferem igual consideração – ou, mais genericamente, são positivamente responsivos – aos interesses de cada pessoa vinculada às decisões” (COHEN, 1998, p. 186)²⁵.

A segunda ideia, associada a esta última, afirma que a democracia se assenta na justificação da autoridade. Os cidadãos tratam uns aos outros como iguais na medida em que se esforçam por oferecer razões para as decisões que possam ser mutuamente aceitáveis por todos aqueles que estão submetidos ao poder coletivo da sociedade (COHEN, 1998)²⁶. A argumentação pública se apresenta, portanto, como um componente central da justificação política, que exige a conformação de um sistema de arranjos políticos e sociais que liga institucionalmente o exercício do poder político à comunicação pública entre iguais. A comunicação pública aparece, destarte, como um processo por meio do qual os cidadãos, enquanto um corpo coletivo, chegam a alguma forma de compreensão sobre suas metas comuns (ANDERSON, 2009).

A ideia de igualdade política, nessa definição, sustenta que os membros de uma sociedade democrática devem ser substantivamente iguais no sentido de que a distribuição de poder e outros recursos não molde definitivamente as suas chances de contribuir para a argumentação pública, nem represente um papel impositivo na participação de cada um nas decisões coletivas. Trata-se, portanto, da garantia de um valor equitativo das liberdades comunicativas”, pois estas liberdades são os meios institucionais essenciais para a realização das liberdades fundamentais (FRANCISQUINI, 2014). A possibilidade de formação de razões públicas está condicionada à possibilidade de os cidadãos argumentarem dentro de um sistema comunicativo, ainda que indiretamente e a partir de arenas dispersas ao longo do sistema.

25 Nesse sentido, a agregação de preferências expressas por meio do voto, cujo peso de cada um é igual ao de todos os outros, constitui o mecanismo fundamental através do qual emergem decisões justificáveis porque são propriamente coletivas.

26 Segundo Cohen, “[...] a consideration is an acceptable political reason just in case it has the support of the different comprehensive views that might be endorsed by reasonable citizens” (1998, p. 195).

Isso envolve, por um lado, a forma de organização da estrutura básica e o quanto as instituições que a compõem exercem duas funções: (a) facilitar a livre argumentação oferecendo, por exemplo, condições favoráveis à expressão, à participação e à associação; e (b) amarrar a autorização para o exercício do poder coercitivo da sociedade à justificação pública, mediante a construção de um arcabouço institucional que favoreça a responsividade e o *accountability* do poder político, estabelecendo eleições periódicas, transparência das decisões legislativas, liberdade de expressão e de imprensa, espaços de interação e julgamento públicos. Por outro, exige também a proteção aos valores da tolerância, às liberdades que asseguram o livre exercício da autodeterminação individual e as bases sociais do autorrespeito (RAWLS, 2003, p. 59). Tal proteção implica e se justifica pelo reconhecimento do status de igualdade entre os cidadãos “[...] no que respeita à realização dos julgamentos impositivos finais sobre os assuntos coletivos” (COHEN, 2003, p. 109)²⁷.

Ao considerar o processo argumentativo na esfera pública uma condição necessária – ainda que não suficiente – para conferir legitimidade à autoridade política, essa visão ressalta a importância de processos em que *todos* os membros de uma associação possam tomar parte, não apenas exercendo influência pelo processo comunicativo mas também assinando petições, tomando parte em protestos, participando de movimentos sociais e de outras associações da sociedade civil e, por que não, votando. Explicita-se, com isso, o vínculo entre as diversas dimensões da política democrática, que vão desde as ações expressivas e comunicativas na esfera pública, passam pela barganha política e a negociação de interesses, e chegam até o ato de tomar parte das decisões coletivas por meio do voto para a escolha de representantes e de políticas públicas²⁸.

As decisões coletivas possuem um aspecto que não se sustenta no discurso, mas que seria ato “puro” e silencioso de vontade, o que não está

27 No original: *with respect to making the final authoritative judgments about collective affairs*.

28 Parece-me que era este, em boa medida, o argumento de Habermas, em conferência proferida em 1991, quando ele estabelece a teoria do discurso entre os polos do paradigma liberal e republicano, aproveitando deste a importância crucial do processo comunicativo e, daquele, a necessidade de institucionalização da vontade democrática por meio de decisões legislativas (HABERMAS, 1995).

presente nos ideais republicanos de autodeterminação coletiva. A questão que fica em aberto aqui é a maneira pela qual seria possível ligar o ato de vontade, o voto, ao processo comunicativo necessário à garantia de decisões legítimas. As teses da necessidade identificam a comunicação pública como um processo por meio do qual se definem quais razões seriam aceitáveis para justificar o uso do poder político. Essas razões poderiam ser entendidas como um leque de bens que uma associação democrática compartilha num dado momento, sempre aberto a transformações, dentro de certos limites. O conjunto de razões legítimas não determina uma opção, mas um leque de opções aceitáveis, dentre as quais a agência vai optar por uma. Nesse sentido, o objetivo principal do processo discursivo não é o consenso sobre uma decisão específica, mas ligar a razão pública, que elenca as opções razoáveis, à vontade coletiva (ARAÚJO, 2004, p. 165-166).

A questão sobre as condições de possibilidade da democracia consiste, assim, em indagar a respeito de *como* a racionalidade das práticas argumentativas pode servir como base para a construção de referenciais indispensáveis à continuidade de um sistema democrático ao longo do tempo. O que há de peculiar nessa interpretação não é apenas a necessidade da deliberação *per se* como prática fundamental à justificação da autoridade. Antes, consiste no objeto a respeito do qual se delibera e nas razões que são levadas em consideração nas decisões coletivas. As condições necessárias à realização da democracia vão desde exigências de igualdade política até a garantia de direitos substantivos e condições institucionais que vão além das regras procedimentais. Essa perspectiva possui uma forte concepção de inclusão no sentido em que Young (2010) concebe este ideal.

Uma análise mais aprofundada da tese da necessidade poderia demonstrar de que maneira as diversas arenas do sistema democrático desenvolvem códigos e formas de organização distintos, como elas se coordenam e interagem. Tais instâncias, que incluem o Poder Legislativo, as cortes, a sociedade civil organizada, as instituições participativas, os meios de comunicação de massas, entre outros, impõem exigências diferentes em relação à razão pública. Incorporam, além disso, variados requisitos de acesso e condições para o discurso. Não caberia, porém, no escopo deste trabalho,

um olhar mais detido sobre tais peculiaridades²⁹. Cabe assinalar apenas aquilo que parece mais significativo a distingui-la das perspectivas anteriores, a saber, o reconhecimento do caráter deliberativo da autoridade que se constitui na medida em que se exige o oferecimento de razões para justificar a coerção que ultrapassa a agregação de interesses, ao mesmo tempo em que não se limitam nem às bases éticas de uma comunidade, tampouco à cooperação produzida mediante a participação no processo discursivo.

5 Considerações finais

O artigo que ora se encerra buscou oferecer uma visão abrangente sobre o modo como a teoria democrática lida com a questão de legitimidade política – ou o papel conferido pelas teorias contemporâneas da democracia à comunicação, entendida de forma ampla como “discussão pública”, na justificação das decisões coletivas. Para tanto, buscamos lançar luz sobre a função atribuída à comunicação na justificação da autoridade política em interpretações distintas sobre a ideia de democracia e o seu valor. O tema é, ao mesmo tempo, clássico e atual, na medida em que se dedica a uma questão perene dentro do arcabouço epistêmico da teoria política – a justificação da autoridade – bem como a um problema premente com o qual lidamos no cotidiano de nossas democracias e na teoria política contemporânea – a questão da deliberação pública.

Ao buscar elucidar os fundamentos normativos da legitimidade e o lugar dos processos comunicativos em sua constituição, o texto identifica três tipos de respostas, que, inspirando-me em Christiano (1997), denominei de (a) tese da contribuição, (b) tese da exclusividade e (c) tese da necessidade. Não obstante a dificuldade de situar autores e perspectivas distintas em cada uma das teses apresentadas, pareceu-me possível apresentar a questão a partir de uma controvérsia acerca das condições necessárias e/ou suficientes para se considerar legítima uma decisão coletiva. *Grosso modo*, cada uma das teses corresponde, respectivamente, à forma como, primeiramente, as teorias

29 Dryzek (2016) e Elstub, Ercan e Mendonça (2016) sugerem que estes são os aspectos em que os estudos deliberativos devem se desenvolver em futuro próximo. Procurando incorporar metodologias inovadoras na avaliação dos sistemas deliberativos, aparecem como questões a serem observadas a inserção de arenas não deliberativas, a conexão entre as diversas instâncias que constituem o sistema, entre outras.

competitivas, em seguida, as teses comunitaristas e participativas, e, por fim, a teoria deliberativa (notadamente em sua geração mais recente) enxergam o lugar da deliberação pública na legitimidade da autoridade política.

Por meio da revisão da literatura, evidenciou-se, de um lado, dois modelos de democracia – a saber, um modelo minimalista e um modelo que poderíamos denominar como republicano e/ou participativo – e, de outro, uma vertente deliberativa da teoria democrática. Enquanto as primeiras estabelecem determinado procedimento, a agregação de preferências, em um caso, e a participação discursiva, no outro, como responsáveis pela legitimidade da autoridade, a última evita situar a legitimidade em apenas um mecanismo de construção de uma ordem democrática. Embora estabeleça a comunicação entre iguais que ocorre na esfera pública e nas diversas instâncias discursivas como componente fundamental da justificação política, ressalta a importância, para o estabelecimento de razões aceitáveis ao exercício do poder, de outras instâncias deliberativas bem como de outras formas de participação.

O quadro final apresentado parece-me representativo tanto das formas mais tradicionais de colocar o problema quanto do que de mais inovador tem surgido na literatura da área. Se não foi possível esgotar todos os pontos de vista que se apresentam ao debate, o artigo faz um convite aos que se dedicam, no campo da teoria política, aos problemas de ordem normativa e às questões presentes no dia a dia das democracias atuais, a pensar o problema da justificação pública das normas e as implicações das formas de comunicação para constituir uma autoridade legítima.

Referências

- ANDERSON, Elizabeth. Democracy: Instrumental vs. Non-Instrumental Value. *In*: CHRISTIANO, Thomas; CHRISTMAN, John. **Contemporary Debates in Political Philosophy**. Wiley-Blackwell, Oxford, UK, 2009. p. 213-227
- ARAÚJO, Cícero. Razão Pública, bem comum e decisão democrática. *In*: COELHO, Vera Schattan Ruas Pereira; NOBRE, Marcos (org.). **Participação e Deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 157-169.
- ARENDT, Hannah. “O que é liberdade?”. *In*: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. p. 189-220.

ARENDDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Organizado por Jerome Kohn; Tradução de Pedro Jorgensen Jr.. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

BARBER, Benjamin R. **Strong Democracy**: participatory politics for a new age. Berkeley: University of California Press, 1984.

BELLAH, Robert N. **The Good Society**. New York: Knopf, 1991.

BERLIN, Isaiah. Two concepts of liberty. *In*: HARDY, Henry (org.), **Liberty**. Oxford, 2002. p. 118-172.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CHAMBERS, Simone. Deliberation and Mass Democracy. *In*: PARKINSON, John; MANSBRIDGE, Jane (ed.). **Deliberative Systems**: deliberative democracy at the large scale. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 52-71.

CHRISTIANO, Thomas. The Significance of Public Deliberation. *In*: BOHMANN, James; REGH, William (ed.). **Deliberative Democracy**: essays on reason and politics. Cambridge, MA: The MIT Press, 1997. p. 243-278.

COHEN, Joshua. Democracy and Liberty. *In*: ELSTER, Jon (ed.). **Deliberative Democracy**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1998. p. 185-231.

COHEN, Joshua. Reflections On Habermas On Democracy. **Ratio Juris**, v. 12, n. 4, p. 385-416, dec. 1999.

COHEN, Joshua. For a democratic society. *In*: FREEMAN, Samuel. (org.). **The Cambridge Companion to Rawls**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 86-138.

DAHL, Robert. **Democracy and Its Critics**. New Haven: Yale University Press, 1989.

DAHL, Robert. **On Political Equality**. New Haven: Yale University Press, 2006.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DRYZEK, John S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. *In*: COELHO, Vera Schattan P; NOBRE, Marcos (org.). **Participação e Deliberação**: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 41-62.

ELSTUB, Stephen; ERCAN, Selen; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Editorial introduction: The fourth generation of deliberative democracy. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 2, p. 139-151, 2016.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Antes de Habermas, Para Além de Habermas: uma abordagem pragmatista de democracia deliberativa. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 741-768, set./dez. 2016.

FORST, Rainer. **Contextos da Justiça**. Filosofia Política Para Além de Liberalismo e Comunitarismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

FRANCISQUINI, Renato. **Democracia, liberdade de expressão e o valor equitativo das liberdades comunicativas**. Orientador: Álvaro de Vita. 2014. 296 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of a Bourgeois Society.** Cambridge: MIT Press, 1989.

HABERMAS, Jürgen. Três Modelos Normativos de Democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 39-53, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

KINDER, Donald; SEARS, David. Public Opinion and Political Action. *In:* LINDZEY, Gardner; ARONSON, Elliot (ed.). **Handbook of Social Psychology.** 4th ed. New York: Random House, 1985. p. 659-741.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995.

MANSBRIDGE, Jane; BOHMAN, James; CHAMBERS, Simone; CHRISTIANO, Thomas; FUNG, Archon; PARKINSON, John; THOMPSON, Dennis; WARREN, Mark. A Systemic Approach to Deliberative Democracy. *In:* PARKINSON, John; MANSBRIDGE, Jane (ed.). **Deliberative Systems:** deliberative democracy at the large scale. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 1-26.

MILL, John Stuart. **A Liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PRZEWORSKI, Adam. Deliberation and Ideological Domination. *In:* ELSTER, Jon. (ed.) **Deliberative Democracy.** Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1998. p. 140-160.

PRZEWORSKI, Adam. Minimalist conception of democracy: a defense. *In:* SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDÓN, Cassiano (ed.). **Democracy's Value.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 12-17.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the Limits of Self-Government.** New York: Cambridge University Press, 2010.

RAWLS, John. **Justice as Fairness** – a restatement. Edited by Erin Kelly. Cambridge, Mass: The Belknap Press of Harvard University Press, 2003.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça.** Tradução de Jussara Simões. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político.** Tradução de Álvaro de Vita. ed. ampl. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social.** Tradução de Antonio Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANDEL, Michael. **Democracy's Discontent:** America in Search of a Public Philosophy. Cambridge, Mass: Belknap Press/Harvard University Press, 1998.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada**. Volume I – O Debate Contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd.; tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEARING, Donald D.; SOLT, Frederick; JOHNSTON, Pamela; CREWE, Ivor. Public discussion in the deliberative system: does it make better citizens? **British Journal of Political Science**, v. 37, n. 4, p. 587-618, 2007.

SHAPIRO, Ian. **The Moral Foundations of Politics**. Yale: Yale University Press, 2003.

STOKES, Susan. Pathologies of Deliberation. *In*: ELSTER, Jon (ed.). **Deliberative Democracy**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1998. p. 123-139.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy In America**. Translated by Arthur Goldhammer. New York: Library of America, Distr. By Penguin Putnam, 2004.

WARREN, Mark E. Deliberative Democracy and Authority. **American Political Science Review**, v. 90, n. 1, p. 46-60, march 1996.

WARREN, Mark E. When, Where and Why Do We Need Deliberation, Voting and Other Means of Organizing Democracy? A Problem Based Approach to Democratic Systems. **Prepared for the 2012 Annual Meeting of the American Political Science Association**. New Orleans, sep. 2012.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o Outro: Além da Democracia Deliberativa. *In*: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 365-386.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. New York: Oxford University Press, 2010.

Recebido: 12/02/2019

Aceito: 23/03/2020

Democracy and Legitimacy: three thesis on the role of communication in political justification

Abstract

This paper intends to contribute to a broad understanding of the role attributed to communication, by contemporary democratic theory, in the justification of political authority. To achieve this goal, diversified theoretical perspectives will be settled in three groups – the theses of contribution, exclusivity and necessity – according to the place each assigns to deliberation in guaranteeing legitimacy to collective decisions. Based on the review of the relevant literature, a distinction becomes evident in what refers to sufficient and/or necessary conditions for political decisions to be considered by all of those affected as morally acceptable and politically convenient. It rests clear, therefore, a background disagreement in the degree of importance attributed to communication between equals to assure the justification of political authority.

Keywords: Democratic theory. Legitimacy. Communication.

Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária

Cassio Brancaleone¹

Resumo

O debate contemporâneo sobre experiências alternativas de organização do trabalho e da produção se encontra no Brasil dominado pela chamada “economia solidária”. Disseminadamente conhecidas como “cooperativas” ou “fábricas e empresas recuperadas”, muitas dessas experiências evidentemente não são novas, remontando às primeiras práticas de resistência e de auto-organização social protagonizadas pela classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, sua condição e seu potencial de “alternativa” societária em variadas circunstâncias são minimizados e mesmo colocados em xeque pelo modo como estas se inserem no âmbito de relações de subordinação e dependência com agências, mecanismos e operadores do Estado e do mercado capitalista. O artigo em questão pretende apresentar um sucinto balanço crítico do repertório teórico mobilizado por expoentes da economia solidária à luz de perspectivas oriundas do campo anarquista e marxista heterodoxo, relacionando-o com a proposta da “economia participativa” (PARECON). Dessa forma, espera-se contribuir com uma crítica a este marco teórico através da recuperação do sentido antissistêmico do conceito de autogestão, subsidiando a reflexão e a análise relativas a tais experiências.

Palavras-chave: Autogestão. Auto-organização social. Economia solidária, PARECON.

1 Doutor em sociologia pelo (Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) IESP/UERJ, com pós-doutorado em sociologia pela (Universidad de Buenos Aires) UBA/Argentina. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim/RS. Investigador do Grupo de Trabalho Anticapitalismos & Sociabilidades Emergentes (ACySE) do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), espaço no qual esse texto assumiu suas primeiras feições. Autor de “Teoria social, democracia e autonomia. Uma interpretação da experiência zapatista de autogoverno. 2. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. E-mail: cassioبرانcaleone@gmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I Introdução

A cooperação voluntária, a democracia direta e a colaboração horizontal, como valores e conteúdos práticos de experiências de autonomia, protagonismo e socialização concretizadas no interior de empresas e unidades produtivas, compõem o que poderíamos considerar como o repertório de “tecnologias sócio-organizacionais” criado e acumulado pelos trabalhadores e atores sociais subalternos. No âmbito do processo histórico de resistência e negação dos imperativos heteronômicos institucionalizados pela forma-Capital e pela forma-Estado como instâncias vertebradoras do mundo moderno (GRAEBER, 2010), os registros dessas experiências podem ser localizados em distintos tempos e geografias. Sob denominações como mutualismo, apoio mútuo, conselhismo, cooperativismo, ou, mais recentemente, economia social, solidária e participativa, os processos que lhe são resultantes podem ser compreendidos de um modo mais amplo como “fenômenos de autogestão”. Este entendimento, porém, não implica uma uniformização das características de suas manifestações, o que por si justifica a investigação sistemática de cada uma dessas experiências, nas diversas temporalidades, espacialidades e nos regimes discursivos em que se realizaram.

Por um lado, reconhece-se amplamente que a condição e o potencial de “alternativa” societária dessa “outra economia”, em variadas circunstâncias, são minimizados e mesmo colocados em xeque pelo modo como estas se inserem no âmbito de relações de subordinação e dependência com agências, mecanismos e operadores do Estado e do mercado capitalista. Por outro lado, com o advento do que se convencionou denominar como acumulação flexível e reestruturação produtiva, até mesmo alguns dos “expedientes” que participam da “forma autogestionária” de organizar o processo de trabalho e produção foram absorvidos e apropriados por parte das teorias e práticas de gestão e administração de empresas, de organizações governamentais e não governamentais (como nos casos dos chamados “paradigma gerencialista”, “modelo japonês” ou *toyotismo*), na maior parte das vezes, para escamotear processos de flexibilização e precarização de direitos trabalhistas ou potencializar o desempenho funcional da força de trabalho sob menor custo disciplinar.

Embora o debate contemporâneo se encontre hoje no Brasil e na América Latina dominado pela gramática institucionalizada da chamada “economia solidária” (SINGER; SOUZA, 2000), que contribui para promover um ambiente discursivo que visa a alcançar algum nível de consenso sobre a natureza e os possíveis desdobramentos dessas experiências, a paisagem social e o enquadramento teórico da questão continuam sendo caracterizados pela complexidade, heterogeneidade e ambivalência (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015).

O artigo em questão pretende esboçar um sucinto balanço crítico do repertório teórico mobilizado pelo movimento autodenominado como economia solidária à luz de elementos constituintes da perspectiva autogestionária oriundos do campo anarquista e marxista heterodoxo, confrontando-o com a proposta da chamada “economia participativa” (PARECON) (ALBERT, 2003), objetivando, com isso, contribuir com os debates correntes inscritos no marco teórico dedicado à reflexão e análise de experiências contemporâneas de auto-organização social em espaços de trabalho e produção.

2 Autogestão: uma velha ideia nova

[...] en el siglo XVIII el concepto de democracia canalizó y expresó las esperanzas revolucionarias. En el siglo XIX ese papel lo desempeñó el concepto de socialismo. Nuestra tesis es que el concepto de autogestión está destinado a desempeñar el mismo papel que desempeñó en sus días los de democracia y socialismo.

Pierre Rosanvallon

Ainda que a expressão “autogestão” seja relativamente recente, datando sua incorporação no vocabulário político francês à década de 1960², sua inscrição histórica como conteúdo de determinados valores e práticas sociais produzidos no seio de trabalhadores, artesãos, camponeses e outros atores subalternos, remonta sobretudo ao século XIX, particular-

2 A aparição pública da expressão remonta aos anos de 1950 e 1960, provavelmente com a tradução do termo sérvio *samoupravljie* para o francês *autogestion*, objetivando a retomada sobre o debate a respeito da intervenção operária na economia no contexto do socialismo iugoslavo e seus desdobramentos como crítica ao modelo soviético, tendo relevante recepção nas revistas francesas *Socialismo ou Barbárie* e *Socialismo e Autogestão* (GUILLERM; BOURDET, 1976; LOCKS FILHO; VERONESE, 2012).

mente aos processos de resistência à implantação do capitalismo industrial (THOMPSON, 2000; ROSANVALLON, 1979). Se a inflexão do curso da história da esquerda do século XX, predominantemente marxista, encontrou seu derradeiro marco em 1968, estimulando um processo de diferenciação em relação às perspectivas predominantes, como o leninismo e a socialdemocracia, o conceito de *autogestão* se tornou uma espécie de pedra angular que veio a canalizar muitas revisões e mesmo se tornar uma bússola para novos percursos, além, claro, de permitir que voltasse à superfície das ideias políticas visões de mundo até então consideradas “superadas”.

Os principais elementos que orientaram esse processo de “virada” encontraram sua expressão no entrecruzamento da *crítica à alienação econômica* (como diagnóstico dos efeitos da conjugação entre propriedade privada dos meios de produção e divisão social do trabalho, que separam o trabalhador dos meios e dos produtos de seu trabalho) e da *crítica à alienação política* (como diagnóstico dos efeitos da autonomização do poder soberano no seio do Estado, que separa o indivíduo/cidadão moderno dos meios de gestão da vida coletiva). E muito embora o Estado de Bem-Estar Social tenha sido uma capitulação circunstancial e pontual do livre curso de expansão da mercantilização da vida para garantir a paz social e a reconstrução do mundo europeu no pós-guerra, às custas da exploração das populações e territórios do capitalismo periférico, o socialismo real (ou capitalismo de Estado) não escapou de sua condição tecnocrática a serviço do desenvolvimento das forças produtivas, seguindo os parâmetros verticalizados e heterônomos da economia capitalista, estando longe, portanto, de realizar a emancipação da classe trabalhadora (BERNARDO, 2004; TRAGTENBERG, 1981, 2011).

Vale recordar, no entanto, que a ideia de uma transformação social que não se reduzisse a operações temporárias de mudança de senhores e dirigentes, e que implicasse um processo de real autonomia dos trabalhadores atacando a heteronomia no coração do mercado e do Estado, ou seja, promovendo democratização e socialização plena dos espaços de trabalho, produção e poder, não foi a “novidade” dos anos 1960 como parece ter sido insinuado por alguns membros da chamada Nova Esquerda.

Se buscarmos nos vestígios históricos das dinâmicas das lutas operárias e camponesas pretéritas (THOMPSON, 1997), bem como nas formulações teóricas de intelectuais e militantes anatematizados pelo monopólio exercido pelo marxismo (pelo menos em suas versões dominantes) na imaginação política da esquerda, encontraremos um amplo e significativo repertório de práticas e ideias nessa direção (ANDERSON, 2015; SCHMIDT; VAN DER WALT, 2008).

No campo do que viria a se constituir como tradição anarquista, podemos mencionar pelo menos duas contribuições teóricas que anteciparam e forjaram elementos indispensáveis para o substrato conceitual da emergente noção de autogestão. A primeira delas vem de Pierre-Joseph Proudhon, ao elaborar a crítica ao conjunto de relações sociais (de dominação e de exploração) que constituem a forma-Estado e a forma-Capital, respectivamente, como *governamentalismo* e *salariato*: o princípio de autoridade como configurador das relações sociais que moralizam e naturalizam a indispensabilidade da separação governo/governado e patronato/assalariado (BANCAL, 1984; PROUDHON, 1975).

Para Proudhon é politicamente inconcebível uma forma de regulação da vida coletiva que não seja a livre associação dos produtores (e se são produtores, isso quer dizer a superação do *salariato* e da estrutura social baseada no regime de propriedade que o torna possível), e seu anarquismo ultrapassa uma condição de projeto antiestatal exclusivamente apontado para o futuro na medida em que considera a complexidade da experiência humana situada historicamente. Ao fazer um balanço das mais diversas formas de organização social analisadas pelo conhecimento histórico-científico de sua época, Proudhon (1975) conclui que a maior parte da humanidade, pelo menos no registro de tempo por ele mobilizado e conhecido, foi capaz de constituir diversas modalidades de *ordem social* independentemente da formação de instituições de governo, tal como o Estado, por exemplo³. Assim demonstra, através de um argumento, que articula a re-

3 Apesar de ser praticamente ignorado pelas ciências sociais e inspirado em Proudhon, Kropotkin foi responsável por uma bela monografia antropológica na qual explora este tema. Recentemente, ainda no campo da antropologia, além do clássico trabalho de Pierre Clastres, existem exemplares estudos conduzidos por James Scott, David Graeber e Harold Barclay sobre contemporâneas sociedades sem governo (KROPOTKIN, 2012; SCOTT, 2009; GRAEBER, 2010; BARCLAY, 1990).

lação “gênero-espécie”, a qual fomos sistemática e arbitrariamente conduzidos a aceitar, desde pelo menos o advento das fabulações contratualistas (base jusnaturalista dos modernos Estados), que somente seria possível a ordem social (espécie), gerada pelo governo estabelecido (gênero), ainda que nem todo governo estabelecido seja capaz de produzir a ordem social. E inverte esta lógica quando alega que, na realidade, toda sociedade humana é, por si mesma, uma representação da ordem social (gênero), capaz de se constituir por modalidades particulares de organização, entre *uma* delas, o Estado (espécie).

Proudhon (1996) também apontava sua análise e proposta de reorganização social para o fenômeno da associação e da cooperação entre os subalternos, que interpretava à luz dos esforços de auto-organização existentes na Europa do seu tempo. Acreditava que, por meio de coalizões, os operários poderiam escapar do salariato, realocando progressivamente toda a força de trabalho para fora das unidades produtivas dominadas pelo patronato. Ele se apropriou da expressão *mutualismo*, utilizada nos meios operários, para denominar as diversas formas de associação voluntárias do trabalho para finalidades de produção, prestação de serviço, obtenção de crédito ou melhores condições de aquisição de bens de consumo. Na verdade, qualquer atividade humana poderia ser realizada e organizada pelo esforço colaborativo dos trabalhadores, para atender finalidades imediatas ou necessidades duradouras. Além do mais, para fazer frente ao *governamentalismo* e à forma-Estado (e este me parece o cerne de seu projeto de *anarquia* como *ordem*), tais iniciativas coletivas poderiam potencializar o alcance de suas ações e a escala de seus efeitos ao se associarem entre si sob a perspectiva do *federalismo*, estabelecendo laços por meio de acordos e pactos, também de duração e propósitos negociáveis, para além de limites territoriais e barreiras nacionais (PROUDHON, 1996).

Na proposta de *federalismo* de Proudhon podemos destacar pelo menos dois sentidos: a) o princípio geral que orienta a livre associação entre entidades autônomas e independentes (em geral de caráter funcional e produtivo); e b) a forma política assumida pelas comunicações (unidades territorial-demográficas autoidentificadas) associadas entre si, em oposição às atuais configurações de países e Estados. Esta segunda leitura permite

identificar a anarquia como uma complexa articulação colaborativa e associativa entre o que entendemos atualmente como esferas econômica (*mutualismo*) e política (*federalismo*) (TRINDADE, 2001; PROUDHON, 1996; MOTTA, 1981).

Não podemos negar que existe uma premissa de natureza econômica (ainda que não reduzida absolutamente a ela) na proposta mutualista de Proudhon: o operariado teria melhores oportunidades de se emancipar politicamente quando alcançasse a emancipação econômica mediante a abolição do regime de salariedade, ou seja, se fosse extinta a relação de subordinação e autoridade mantida pelo patronato como proprietário dos meios de produção. Por isso, Proudhon atribuía ao mutualismo uma potencialidade antissistêmica: como modalidade de “boicote” socioeconômico, a força associativa dos operários poderia realizar uma transformação social não “traumática”, utilizando a propriedade privada contra a própria propriedade privada (BUBER, 1955; CUVILLIER, 1934). A questão é que no lugar da *expropriação dos expropriadores*, Proudhon estimulava algo como um esvaziamento do chão de fábrica e da disponibilidade da mão de obra assalariada pela *abolição do mercado de trabalho*.

A outra contribuição valiosa do campo libertário a ser destacada é oriunda de Piotr Kropotkin, um dos principais anarquistas modernos a dedicar consistentes e sistemáticas reflexões sobre a necessidade (em contraste com Proudhon) da expropriação dos meios de produção diretamente por parte dos expropriados, não apenas como finalidade da revolução social mas também como sua própria realização enquanto tal. De onde deriva um conjunto de proposições que, de algum modo, se aproximariam de um esboço de um “programa anarquista” (KROPOTKIN, 2005), o qual é compatível com as especificidades das sociedades industrializadas e amparado na articulação da auto-organização popular nas esferas do consumo e da produção.

Kropotkin chegou a desenvolver um minucioso estudo sobre as possibilidades de descentralização da estrutura industrial, projetando sua conexão direta com a produção agrícola em pleno século XIX. Para ele, e na contramão do que se argumentava em seu tempo, os avanços técnico-científicos poderiam ser utilizados para estimular a disseminação das modernas

estruturas produtivas pelos mais diversos pontos do território do planeta, associando-as em distintas escalas, sem prejuízo a formas horizontais e democráticas de planejamento e gestão (KROPOTKIN, 1994), unificando trabalho manual e trabalho intelectual.

Provavelmente, a tese que lhe rendeu maior proeminência no cenário científico e, de algum modo, lançou bases mais sistemáticas para se pensar o anarquismo como teoria social moderna foi a “descoberta” do apoio mútuo como “fator evolutivo”. Impelido a confrontar diretamente o que ele considerava como darwinismo vulgar disseminado, e especialmente, seu contrabando para uma teoria sociológica que buscava justificar as desigualdades e o espírito concorrencial do capitalismo do século XIX, Kropotkin realizou uma profunda e ousada arqueologia dos fenômenos de cooperação do mundo natural à realidade humana, onde confluíam, como processos retroalimentadores, a cooperação, a individualização e a complexificação da vida.

Analisando os fenômenos sociais de cooperação existentes nas sociedades capitalistas modernas, Kropotkin desvela que o domínio estatal, longe de ser absoluto, não foi capaz de realizar a desejada pulverização em corpos isolados das formas de vida animadas pelo apoio mútuo, e encontra nas diversas manifestações da vida comunal camponesa velhos e novos elementos ainda pujantes. Ele cita exemplos de modos instituídos de colaboração auto-organizada com características semelhantes existentes em vários países da Europa, dos quais são dignos de nota o *mir* e o *artel* russos.

A comuna camponesa, ou *obshtchina*, consistia em um tipo peculiar de propriedade coletiva da terra existente em grande parte do campo russo no século XIX (inclusive, após a abolição da servidão, muitos camponeses que teriam direito ao acesso privado à terra optaram por se integrar em comunas). Seu governo, uma assembleia dirigida por anciãos onde todos podiam tomar parte, era designado pela palavra *mir*, significando “a comuna reunida em assembleia”, mas também “paz” e “mundo”. Mas a comuna, como um regime de vida social no campo, não era uma reunião de indivíduos, e sim um conjunto de lares e famílias. Não havia também uma identidade direta entre a comuna e a aldeia: várias comunas poderiam compor uma aldeia, ou uma comuna poderia ser constituída por mais de uma aldeia.

A coletividade da comuna não estava somente em sua assembleia. As deliberações eram conduzidas pelo consenso, com a participação de todos, sem a necessidade de qualquer órgão representativo. Apenas delegados eram escolhidos ou sorteados para demandas especiais. Toda a produção era estabelecida coletivamente, assim como a disposição das terras de plantio, que eram sorteadas em parcelas alternadas para cada família, em cada estação ou período agrícola. Bosques e rios congregavam o patrimônio de todos, e apenas as residências eram propriedade particular (MEYER, 1991). A persistência do *mir* no contexto do desenvolvimento capitalista na Rússia foi uma questão incontornável para as mais diferentes frações revolucionárias que se dedicavam à agitação política ou disputavam a direção dos movimentos insurrecionais no país, tanto que foi motivo de uma convergência entre vários ativistas políticos, muitos deles estudantes universitários, que passaram a ser conhecidos como *narodniki* (ou “populistas russos”), por apostarem no potencial revolucionário e regenerador das comunas rurais e de aspectos do modo de vida camponês (FERNANDES, 1982).

Já o *artel*, como forma de cooperação informal (próximo ao que chamamos por *mutirão* no Brasil, ou *tequio* entre os indígenas mexicanos) também possui origem rural, mas transcendeu o espaço agrário e de algum modo resignificou e difundiu elementos de “certa psicologia camponesa” para as mais diversas regiões da vida social russa. Para Kropotkin, na esteira de seu contemporâneo Herzen, a história da formação da Rússia e da colonização da Sibéria deveria ser considerada uma história dos *artéis*, das alianças de caça e comércio e das próprias comunidades aldeãs. Entre pequenos grupos de camponeses que migraram para trabalhar em fábricas, na união de vários ofícios da construção – entre pescadores, lenhadores, presos e condenados, florescendo de baixo pra cima no mundo do trabalho –, organizando-se de forma permanente ou temporária, atuando na produção ou consumo, eram tão disseminados que, em circunstâncias difíceis geradas por conflitos bélicos, o próprio governo czarista, através de agências estatais, realizou contratos de prestação de serviço ou produção de bens com trabalhadores organizados em *artéis*⁴.

4 Podemos registrar também, na região balcânica, a existência da *zadruga* – uma espécie de instituição de apoio mútuo lastreada por laços de parentesco, mas não exclusivas a eles –, sem a qual seria impossível uma com-

Entre os setores urbanos, especialmente no seio dos assalariados modernos, o apoio mútuo manifestava-se tanto pelo resgate de princípios de variantes do corporativismo medieval, atualizado pelos contornos da luta de classes, quanto pela criação de novos espaços, frentes ou organizações colaborativas inovadoras. A constituição dos primeiros sindicatos de trabalhadores carregava consigo a marca do apoio mútuo; afinal, se a luta por seu reconhecimento público é demasiadamente conhecida pela ferocidade repressiva e as atrocidades cometidas pelo Estado e capitalistas contra o proletariado que adquiria uma combativa consciência de classe, a “pré-história” da organização sindical pode ser rastreada na infinidade de associações mutualistas, clubes de auxílio funerário, grêmios esportivos e até sociedades secretas protagonizadas pelos subalternos e dissidentes rebeldes (THOMPSON, 1997, 2000).

Para além da luta política e social, o apoio mútuo também teria fomentado a proliferação moderna de uma infinidade de esferas associativas criadas como sociedades científicas, literárias, juvenis etc., todas movidas pelo espírito voluntário e pela disposição auto-organizativa para atender demandas, interesses e/ou afinidades de pessoas que buscavam no vínculo social, na ação direta e na colaboração com outros uma maneira de realização pessoal e de propósitos (e Kropotkin não subtrai nem as classes dominantes das dinâmicas promovidas pelo apoio mútuo).

O mais interessante no argumento kropotkiniano, que vale a pena insistir, é que o apoio mútuo, mesmo situado no plano de “fator de evolução”, nunca pode ser isolado de certa disposição individual para ser realizado (ou seja, não pode anular o “princípio da iniciativa individual”). No caso especial do mundo moderno, e tendo em vista o projeto ético-político que orienta a visão de Kropotkin, mais do que estabelecer as bases socio-biológicas da moral e da justiça, e mesmo reconhecendo a plausibilidade de uma comunalidade ontológica, a cooperação que pode ser lida a partir da ideia de “constrangimentos sociais e culturais”, também pode ser observada mediante a manifestação de tendências voluntárias, onde o afeto, a

preensão sócio-histórica do significado do processo de autogestão que tomou fôlego na ex-Iugoslávia, aparentemente relacionado, e de forma unilateral, a uma política oficial estimulada pela ruptura de Tito com Stalin (VENOSA, 1982).

amizade e a solidariedade se colocam fundamentalmente como uma opção cujo resultante, pelo menos, parece apontar para formas de interação e vínculos ao mesmo tempo integradores e liberadores.

Já no campo do marxismo, especialmente no que poderíamos considerar como suas correntes heterodoxas (particularmente tendo em vista a cristalização do marxismo-leninismo como tradição hegemônica do movimento revolucionário durante o século XX), encontramos no chamado “comunismo conselhistas” a melhor expressão teórica que se aprofundou em questões que atualmente são caras ao debate sobre autogestão. Anton Pannekoek, apesar de ser um nome pouco conhecido (mesmo entre os marxistas), pode ser considerado um dos mais importantes teóricos dos *conselhos operários* (BRICIANER, 1975). Tendo em vista as principais experiências “espontâneas” de resistência promovidas pelos trabalhadores no início do século XX, especialmente na Rússia de 1905 (VASSILEV, 2008) e na Alemanha de 1918-1923 (GUILLERM; BOURDET, 1976), Pannekoek traduzia a emergência dos *conselhos* como evidência que apontava importantes elementos a respeito da forma e do conteúdo que poderia assumir o processo de autoemancipação dos trabalhadores.

Crítico do sindicalismo moderno, que em geral teria se domesticado por adaptar-se às estruturas estatais, transformando-se em verdadeiras agências de contemporização e gestão do conflito de classe, inclusive pela sincronização de interesses/estilo de vida entre dirigentes sindicais, promovidos à condição de verdadeiras elites burocráticas (MICHELS, 1982), e setores da alta gestão empresarial, Pannekoek encontraria nos conselhos de trabalhadores os espaços privilegiados tanto para o despertar da consciência de classe quanto para o desenvolvimento de um senso de solidariedade, participação e protagonismo que conferiria as “condições subjetivas” para a autogestão da unidade produtiva.

O *conselho de fábrica*, que nasce da ação direta, muitas vezes como desdobramento da atividade grevista mais espontânea, ou seja, não dirigida pelo sindicato ou partido, poderia passar (como ocorreu na experiência alemã), mediante o que Pannekoek nomeava por “greve selvagem”, à expropriação dos meios de produção: a socialização e o controle exercidos e realizados *diretamente* por parte dos trabalhadores, tal seria o cerne da autoemancipação prognosticada por Pannekoek.

Não se reduzindo apenas à gestão coletiva da produção, os conselhos de trabalhadores poderiam fornecer as condições e as estruturas para a realização da autoadministração local, associando-se e federando-se a outros conselhos que compartilham um mesmo território ou integram uma mesma comunidade ou população. Pannekoek, em momento algum, buscou esboçar os detalhes e as direções que tais princípios poderiam assumir; mas, não se furtou de apontar algumas possibilidades historicamente situadas (PANNEKOEK, 2007, 2011).

Assumindo que os conselhos não se constituiriam como governo ou órgãos decisórios e deliberativos (tais funções caberiam propriamente à assembleia de todos os envolvidos no assunto) mas, pelo contrário, como instâncias de comunicação, coordenação e execução de demandas oriundas das bases, o mecanismo procedimental mais afinado com essa estrutura seria a delegação e o mandato imperativo e revogatório. Assim, toda deliberação mais substantiva passaria por uma articulação, por meio de escalas em níveis de agrupamento de trabalhadores, que pudesse encaminhar suas resoluções para instâncias indicadas ou competentes para sua execução.

Considerando as unidades produtivas como células gestoras da organização do trabalho e da produção, mas ao mesmo tempo da autoadministração local, isso implica que elas deveriam se desenvolver a partir dos circuitos de inter-relações existentes já no âmbito da complexa arquitetura da divisão social do trabalho das sociedades modernas. Portanto, uma ponte deve ser estabelecida entre a descentralização e a participação no campo da produção local, e a planificação e articulação da distribuição, das trocas e do consumo no âmbito de uma sociedade mais ampla.

Se as unidades produtivas podem se organizar como verdadeiros microuniversos ao redor dos quais orbitam um conjunto de relações e atividades humanas (da socialização ao lúdico, da vida comunitária aos fluxos cosmopolitas), é somente pela cooperação e pela colaboração *intra* e *inter* unidades produtivas que se torna viável a realocação de excedentes para a organização de serviços “especializados” socialmente indispensáveis, como saúde e educação, por exemplo, e serviços de gestão e administração democrática global da produção e do consumo.

Pannekoek insiste na questão das tarefas de gestão e administração, mas *destituindo-as de funções de governo*. Por tarefas de gestão e administração designa a organização de escritórios e agências de contabilidade e estatística para mensurar as necessidades de produção e consumo e auxiliar na coordenação de atividades entre os diversos conselhos de trabalhadores associados. Também poderiam ser as instâncias responsáveis por um tipo de tratamento racionalizado ao que cabe a cada indivíduo a partir das horas dedicadas ao trabalho, dado que este lhe parecia o principal critério de distribuição de bens e serviços.

Com isso, é possível argumentar que a expressão “autogestão”, surgida nos anos 1960, embora inspirada na tradução da prática de auto-organização dos trabalhadores iugoslavos, aglutinou ao seu redor um conjunto de pensadores como Castoriadis (1983), Lefebvre (2001), Guillerme e Bourdet (1976) e Rosanvallon (1979), por exemplo, que realizaram uma ruptura ou releitura libertária do marxismo, além de intelectuais de extração nitidamente proudhoniana e libertária, como Georges Gurvitch (1966, 1983). Um dos principais desdobramentos desse esforço conceitual e político culminou em um processo de recuperação de perspectivas até então marginalizadas que apontavam para uma visão sistêmica da autogestão, ou seja, como uma proposta global de alternativa societária. Bem distinta das leituras mais correntes que se fazem da autogestão, favorecidas em grande medida pelo lugar ocupado pela economia solidária no debate atual, que tende a circunscrevê-la exclusivamente no interior do espaço da empresa, como modalidade “mais democrática ou participativa” de gestão empresarial.

3 A economia solidária

O principal ponto de consenso entre muitos pesquisadores da economia solidária (LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015; NOVAES, 2011; BERTUCCI, 2010; BARBOSA, 2007; SINGER, 2006; FARIA, 2005; GAIGER, 1998, 2001, 2004, 2006; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; NASCIMENTO, 1999, 2004a; TIRIBA, 2001; MANCE, 2000) é a constatação da existência de um campo discursivo simultaneamente teórico e militante, marcado pela heterogeneidade de perspectivas. Embora as

dificuldades em delimitar as fronteiras entre o *aspecto normativo* (projeto sociopolítico) e o *aspecto descritivo-interpretativo* (análise de experiências) possa significar um claro sinal do *status* de *disputa* desse campo, é necessário também levar em conta a sua condição constitutiva, derivada de um forte agenciamento levado a cabo pelos movimentos sociais, fundamentalmente aqueles envolvidos diretamente com tais práticas e valores, na criação de espaços e redes de colaboração e disseminação de experiências (como fóruns nacionais e internacionais), privilegiando a interlocução com ativas, pesquisadores e agentes do Estado (especialmente no contexto dos “governos progressistas” da América Latina). A constituição da economia solidária como um campo político e de pesquisa relevante nos últimos 20 anos, portanto, significa também seu processo de institucionalização como objeto de políticas públicas, de ações extensionistas universitárias e de marcos jurídicos regulatórios.

Os predecessores mais próximos da economia solidária como conceito em construção, sem dúvida, são as noções de *economia social* e *economia popular*, tanto no âmbito semântico quanto no âmbito de experiências de auto-organização social do trabalho (NASCIMENTO, 1986; FRANÇA FILHO, 2002, 2006, 2007). A economia social faz referência aos repertórios mais tradicionais do cooperativismo europeu, incorporando as mais recentes “iniciativas locais” e comunitárias que ali se registraram. Já a economia popular visa demarcar o contexto de mobilização e organização de movimentos sociais da América Latina que – em grande medida, apoiados especialmente nos esforços da chamada igreja progressista – lutavam contra as condições de exclusão social resultantes das políticas de liberalização econômica. O contexto neoliberal acentuou a miséria e o desemprego estrutural, colocando em evidência a multiplicação de iniciativas de inclusão oriundas do que ficou conhecido como “economia dos setores populares” (KRAYCHETE, 2000), além de criar as condições de emergência de inúmeras fábricas falidas recuperadas e administradas por trabalhadores (NOVAES, 2007).

Um exercício de arqueologia do termo economia solidária parece apontar uma provável origem francesa, inicialmente utilizada nos trabalhos de Jean Louis Laville (1994). Mas o fato é que o conceito foi objeto de

uma apropriação dinâmica e complexa, recebendo tratamento teórico por parte de um conjunto de ativistas e intelectuais latino-americanos, em especial brasileiros. Isso situou a figura de Paul Singer (2002, 2003a, 2003b, 2006), à condição de principal referência sobre o assunto atualmente. A criação do *Fórum Social Mundial*, com seu lançamento em Porto Alegre, no Brasil, em 2001, parece ter conferido uma centralidade estratégica ao termo, culminando na internacionalização de interpretações forjadas nas coordenadas dos intelectuais brasileiros (com centralidade em Singer), propiciando a consolidação de um circuito de ideias de contraponto ao neoliberalismo no qual a própria expressão se converteu em um poderoso condutor. Podemos também incluir a formalização, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego do primeiro governo Lula em 2003, da *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (SENAES)⁵, órgão do qual ele se tornou o principal dirigente.

Paul Singer buscou sistematizar o conceito em uma dimensão analítica, política e histórica, ancorado em uma genealogia que atribui grande importância ao ativismo de *Robert Owen*, focando em seu apoio a causa operária e em sua iniciativa na criação de comunidades experimentais, bem como na herança cooperativista dos *Pioneiros de Rochdale*, ambos situados na primeira metade do século XIX. Ele traça também um panorama do desenvolvimento do cooperativismo europeu à luz da luta de classes, tanto em seu aspecto inicialmente revolucionário (de boicote ao assalariamento), quanto na sua relativa acomodação no seio do capitalismo emergente do pós-guerra (especialmente no caso do cooperativismo de consumo e agrícola). Nesse aspecto analisa, basicamente, o lugar ocupado pelas cooperativas na vida associativa de trabalhadores europeus.

Do ponto de vista analítico, Singer confere centralidade a “forma-cooperativa” no campo da economia solidária, e a define na qualidade de *modo de produção*, cujos princípios básicos seriam a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Em outras

5 Entre 2003 e 2016, Singer chefiou a SENAES. Não se pode negar, por sua vez, os vínculos entre a SENAES e os setores da CUT que já vinham se dedicando ao tema antes do primeiro governo do PT. Esta secretaria se tornou a principal agência pública nacional responsável pelo mapeamento do setor e elaboração de políticas para a área. Mais informações: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>.

palavras, sendo a cooperativa a manifestação concreta dos processos de auto-organização do trabalho, sua dinâmica interna demanda mecanismos democráticos, igualitários e solidários de funcionamento. No entanto, no campo da distribuição, ela responderia às dinâmicas do mercado e da competição. Aliás, na leitura de Singer, a economia solidária como modo de produção apresenta uma característica superior ao capitalismo que seria traduzida na *conjugação (virtuosa) entre cooperação* (intraempresa) e *competição* (interempresa).

Politicamente, Singer defende que a economia solidária coexiste com o modo de produção capitalista em uma *condição intersticial*, atuando pedagogicamente no meio dos trabalhadores e preparando o terreno para um possível processo de transição pós-capitalista. Mas vale contrapor que a legitimação e a institucionalização da economia solidária junto ao poder público e aos movimentos sociais no Brasil, pelo menos, tem sido afirmada ao redor da defesa da preservação dos postos de trabalho diante do desemprego estrutural e das situações de exclusão.

Para atender aos principais objetivos delineados por este trabalho, passo a sintetizar um conjunto de pontos relevantes do debate sobre a economia solidária, utilizando algumas referências mais apontadas na literatura sobre o assunto, buscando evidenciar tanto a multiplicidade de perspectivas quanto a nucleação de algumas questões que me pareceram estruturalmente relevantes por perpassarem os argumentos de muitos autores (PATEMAN, 1992; PARRA, 2002; SANTOS 2002).

3. 1 Novo modo de produção

Como mencionado anteriormente, Paul Singer é um dos principais autores que se filiam à perspectiva da economia solidária como novo modo de produção, existente intersticialmente no bojo do modo de produção capitalista. Para ele, as relações de trabalho promovidas pela cooperação, bem como a propriedade associada dos meios de produção, conferem aos empreendimentos solidários uma condição diferenciada no mercado capitalista que promove o empoderamento dos trabalhadores. Havendo mediações favoráveis e um contexto institucional que estimule os empreendimentos, tal coexistência poderia dar lugar a uma superação do modo de produção

capitalista. O argumento de Singer acompanha de forma análoga os passos da explicação marxista que pretende compreender o processo de transição do feudalismo ao capitalismo, quando a protoburguesia comercial ainda era periférica em relação ao poder econômico nobiliárquico.

No entanto, muitos autores hesitam entender ou designar a economia solidária como modo de produção. Os autores não marxistas, por razões óbvias. Entre os marxistas, Gaiger (2003) defende uma compreensão da economia solidária que a localiza no âmbito das relações de produção, existindo, pois, no interior do modo de produção capitalista, em equivalência às interpretações clássicas do marxismo sobre o campesinato, ou seja, promovendo relações diferenciadas de produção inseridas de *forma subalterna* à lógica do capital. Outros autores irão enfatizar o papel dessas experiências no processo de reprodução do capitalismo, sem necessariamente configurar novas relações de produção, no máximo, mudando as relações jurídicas de propriedade do capital, o que não coloca em xeque as relações funcionais com o mercado (NOVAES, 2007). Há ainda aqueles que não concebem uma reprodução da experiência solidária para além de alguns nichos ou franjas periféricas do mercado, não apresentando assim nenhuma expressão disruptiva (QUIJANO, 2002). Os mais ortodoxos irão simplesmente acusar a contaminação do marxismo pelo “socialismo utópico” e pelo neoliberalismo, reduzindo a economia solidária a *ideologia da gestão da pobreza* (MENEZES, 2007). Sobre esse tópico, também são significativas as leituras que visam a reiterar a opinião de Rosa Luxemburgo (2011), quando diagnosticava a condição híbrida das cooperativas: as mudanças democratizantes no quadro do processo produtivo entram em franca contradição com demandas do ambiente competitivo e heterodirigido do mercado. Daí o diagnóstico fulminante: as cooperativas não competitivas perecem, e as cooperativas competitivas se tornam empresas convencionais.

3.2 Dinâmicas e estrutura organizacional das experiências

A tendência de muitas leituras é restringir a *autogestão* ao incremento de *relações igualitárias e democráticas na organização interna* e na *propriedade da empresa*, bem como à *divisão dos excedentes*. Sua morfologia predominante (inclusive jurídica) é a da *cooperativa*. Mas o que se tem obser-

vado em geral, no momento de indicar ou exemplificar as experiências, é a manifestação de um verdadeiro *polimorfismo organizacional* (GAIGER, 2003, 2006), inclusive transitando entre as dimensões da formalidade e da informalidade, da institucionalidade e da não institucionalidade. É quase certo assumir que há um *núcleo duro* formado basicamente por *empreendimentos de produção e prestação de serviços atuando como trabalho associado*. Mas também existem muitas redes de trocas baseadas em moedas sociais, espaços de comércio justo, de consumo coletivo e até mesmo iniciativas que se orientam por lógicas predominantemente antiutilitárias (como os mutirões de trabalho).

Se ampliamos o recorte dessa “outra economia”, como sugerem Cattani (2003) e França Filho e Dizimira (1999), podemos incluir todo um “circuito da dádiva” que anima variadas modalidades de relações de reciprocidade a fim de atender demandas materiais e simbólicas dos envolvidos. Outro elemento importante é a relação que se estabeleceu entre economia solidária e o chamado “terceiro setor”, por intermédio da disseminação de uma profusão de organizações não governamentais (ONGs) que apoiam ou promovem diretamente ações dessa natureza.

3.3 Setores marginais e setores dinâmicos da economia

Outra questão polêmica sobre as experiências de economia solidária é sua localização no interior do próprio campo produtivo. Não é novidade a correspondência entre a multiplicação de iniciativas solidárias e o processo de reestruturação produtiva e desregulamentação estatal. Para além das cooperativas de consumo, relativamente mais estáveis e duradouras no âmbito do capitalismo, a floração de novas experiências de trabalho associado nos últimos anos parece ter se concentrado ou no campo das *empresas e indústrias falidas* (ou seja, “derrotadas” em um ambiente de abertura comercial e competição mais acirrado), ou no campo das iniciativas de *contenção da extrema pobreza* quando se manifesta o “solidarismo de casamata” (GAIGER, 2003) como fenômeno sazonal (cooperativas de catadores de papel, de artesanato reciclado, de prestadores de serviços de limpeza etc.⁶).

6 Paul Singer (2006) menciona o fenômeno das cooperativas degeneradas, no qual podemos incluir tanto aquelas que assumem feições nitidamente empresariais (especialmente no trato interno, com a hierarquização entre

Este, inclusive, é um dos elementos que favorece uma leitura eminentemente negativa da economia solidária, do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores. Tal condição é ainda mais agravada porque justamente nessas fileiras que sindicatos e movimentos sociais parecem depositar suas maiores energias, esvaziando o sentido da crítica ou combate às grandes empresas e às consequências do processo global de acumulação capitalista.

Uma exceção de cooperativas inseridas nos setores dinâmicos da economia poderia ser aplicada ao caso dos experimentos associativos de produtores rurais, que nos permite ilustrar o “cooperativismo empresarial” com mais propriedade. É interessante observar também que as cooperativas agroindustriais foram estimuladas nos anos 1970 no Brasil pelo próprio regime militar, visando a garantir melhores condições de comercialização e beneficiamento dos produtos agropecuários, dando passo ao nascimento de poderosas empresas cooperativas de larga escala e altos índices de contratação de mão de obra assalariada (BIALOSKORSKI, 2000; OLIVEIRA, 2013).

No entanto, se ultrapassarmos o campo produtivo como *locus* privilegiado da economia solidária, e tendo em vista sua vinculação às experiências situadas no campo do terceiro setor, podemos assumir as coordenadas da sociedade civil como espaço de manifestação e desenvolvimento dessas experiências e iniciativas, vinculadas ou não ao mundo produtivo. Assim, é possível visualizar organizações que subsistem e operam mediante a captação de recursos da iniciativa privada e/ou do Estado para oferecer treinamento, qualificação, postos de trabalho temporários, serviços, e outras ações que retroalimentam um complexo circuito do empreendedorismo solidário, materializando verdadeiros mercados da solidariedade (FONTES, 2006).

3.4 Relações com Estado

É praticamente unanimidade entre os autores que o Estado integra o “ambiente institucional” necessário para o desenvolvimento da economia solidária. Não se observou nenhuma ponderação a respeito das

associados, e destes em relação aos seus assalariados), quanto aquelas que são estimuladas e criadas por donos de empresas para atender aos objetivos de flexibilização das relações trabalhistas, geralmente nos contextos de terceirização (chamadas de “cooperatas”).

possibilidades de uma “outra economia” autônoma, rompendo ou friccionando os circuitos mercantis ou as regulamentações estatais (o que não significaria uma abstenção de relações com essas instâncias). Ainda que autores como Singer (2003a) admitam que as cooperativas podem nascer e crescer sem necessidade de fundos públicos, apontando a centralidade da sociedade civil no processo, ele mesmo considera imprescindível a atuação estatal como elemento “fiador” e regulador da cidadania para corrigir as “externalidades” de uma economia cooperativa competitiva, garantindo renda mínima e reinserção produtiva aos empreendimentos fracassados.

França Filho (2006) e Leite, Araújo e Lima (2015) apresentam uma leitura mais sofisticada das distintas tramas existentes na economia e na relação entre atores que sustentam os experimentos (trabalhadores, assessores e gestores estatais), mas não concebe o aprofundamento dos espaços associativos de trabalhadores sem a existência de políticas públicas regulatórias. Novaes (2007), apoiado em Mészáros, nos parece uma exceção ao conceber a necessidade de constituir um circuito entre os experimentos autogestionários que retroalimente suas necessidades de reprodução, diminuindo sua dependência em relação às dinâmicas da economia de mercado e do Estado. Mas esse movimento de autonomização apenas seria passível de se completar através de uma aliança com outros setores combativos da classe trabalhadora, no sentido de superar politicamente as instituições e lógicas responsáveis pela reprodução do sociometabolismo do capital.

3.5 Capacidade de transformação social

Sobre significado global ou sistêmico da economia solidária como fenômeno social, podemos observar entre os autores uma tendência à *polarização* entre a *precarização* e a *emancipação social* (o que obviamente não significa eliminar posições intermediárias). Ou seja, as avaliações opostas sobre os desdobramentos e efeitos das experiências solidárias sinalizam que elas podem tanto servir funcionalmente como estratégias adaptativas do capitalismo para gerenciar a pobreza e diminuir os custos dos dispositivos disciplinares da força de trabalho (MENEZES, 2007; QUIJANO, 2002) quanto representar gérmenes de novas instituições e relações sociais que atuam no sentido de um gradativo processo de emancipação do trabalhador (LEITE; ARAUJO; LIMA, 2015; FRANÇA FILHO, 2007; SIN-

GER, 2006; MANCE, 2000). O interessante é que ambas as posições, ao partir de premissas teóricas divergentes, que privilegiam determinados dados empíricos em virtude de outros, não são necessariamente excludentes. Tais argumentos, quando ensaiam defesas unilaterais do fenômeno, provavelmente apontem mais para referências ou inclinações normativas dos autores do que propriamente uma aproximação com a realidade.

Isso nos leva a um aspecto crucial dessa questão: o entendimento da *economia solidária como movimento social* (TIRIBA, 2008; TAUILE, 2002). Ora, como mencionado anteriormente, as fronteiras fluidas e a simultaneidade entre o ativismo e a pesquisa constituem um ponto de partida no campo da economia solidária. E esse fato não necessariamente deve ser analisado como uma dimensão negativa; pelo contrário: isso demonstra o *lugar da intencionalidade e da ação política e social* na criação de determinadas práticas, valores, instituições e realidades. Uma leitura macrossocial do fenômeno permite perceber que a atuação de grupos e agentes sociais na promoção dessas experiências ao longo dos últimos anos favoreceu a consolidação de uma identidade política e da formação de redes de colaboração e apoio mútuo entre seus participantes⁷. Na outra ponta, uma leitura microssocial nos possibilita aventar a hipótese sobre a emergência de determinadas dinâmicas de subjetivação que, do interior e no cotidiano das experiências, potencializam o desenvolvimento pedagógico de uma cultura do trabalho associado e de sociabilidades centradas na cooperação voluntária, na socialização democrática e na horizontalidade (ONUMA; MAFRA; MOREIRA, 2012; TIRIBA, 2008).

4 A economia participativa (PARECON)

A *economia participativa* (*participatory economy* – PARECON) consiste em uma concepção relativamente minuciosa e imaginativamente ousada

7 Sobre este aspecto, é necessário mencionar sobre a existência de espaços e organizações no Brasil que fomentaram a construção e consolidação da identidade do campo da economia solidária sob a ótica dos movimentos sociais: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (abrangendo Fóruns Municipais, Regionais e Estaduais), a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão), a UNICAFES (União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), a CONCRAB/MST (Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), a UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) e a ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário).

de “cartografia institucional” de uma economia pós-capitalista, inspirada em uma releitura de ideias anarquistas e conselhistas (ALBERT, 2003). Alimentada pelas experiências e vivências dos ativistas Michael Albert e Robin Hahnel (cientista político da Universidade de Harvard e economista do *Massachusetts Institute of Technology* respectivamente)⁸ e suas relações com círculos e coletivos altermundialistas nos anos 1990, ela oferece pistas e desenhos prospectivos para a visualização de esforços globais rumo a uma possível economia não capitalista, baseada nos princípios da *equidade, autogestão, diversidade e solidariedade*.

As tentações em compará-la aos planos de sociedades experimentais ao modo de um Fourier ou Owen são grandes, não fosse o fato de não se tratar estritamente de um projeto a ser implantado mediante o patrocínio de algum bilionário mecenas ou príncipe filantropo. Mesmo sendo, sem nenhum problema, enquadrada com facilidade na categoria *utopia*, é um exercício criativo inspirado em valores e experiências reais. Das experiências, a PARECON contém uma compilação das principais críticas oferecidas pela esquerda libertária tanto ao capitalismo quanto aos regimes burocráticos de centralização estatal. E recolhe os rastros dos pequenos e fragmentados atos de resistência e outros “ensaios” existentes (como aqueles oriundos da própria economia social, popular e solidária).

Partindo de um pressuposto ético e filosófico que os autores acreditam ser um fundamento da cultura moderna, o de que *peessoas não querem ser oprimidas e exploradas*, eles realizam uma discussão sobre o conjunto de *valores* coerentes com uma economia da liberdade, da solidariedade, da igualdade, da colaboração e da promoção do desenvolvimento das individualidades com a preservação do meio ambiente. Propõem, assim, a busca de mecanismos e instituições que possam orientar as ações de trabalhadores e consumidores por outras vias que não o mercado e o planejamento estatal centralizado.

A precedência argumentativa dos valores na proposta da PARECON baseia-se em um raciocínio que enfatiza a relevância da dimensão ética

8 Pelo menos cinco livros e uma dezena de artigos foram publicados pelos autores desde 1990. Para mais informações ver: <https://zcomm.org/category/topic/parecon/>; <http://www.participatoryeconomics.info/>. O desenvolvimento dos principais argumentos sobre o assunto aqui apresentados se encontram Albert (2013).

e normativa na arquitetura das instituições sociais. No caso, a centralidade da tese repousa na possibilidade de reconstrução ou reinvenção das instituições econômicas. Por economia, entendem o conjunto de instituições responsáveis pela produção, pela alocação e pelo consumo: relações de propriedade, mecanismos alocativos, divisão do trabalho, remuneração e espaços de tomada de decisão. O ponto é que estas instituições não são apenas a expressão da racionalidade instrumental e da livre iniciativa. Aliás, uma interpretação não economicista da economia já nos legou uma valiosa perspectiva teórica que aproximou autores como Weber, Polanyi e mais recentemente Granovetter. A economia se assenta em visões de mundo, e visões de mundo orientam instituições. Logo, os valores podem ser úteis tanto para criticar as instituições existentes (à medida que contrapõem ou não realizam os próprios valores que representam) quanto para indicar a necessidade de reforma ou criação de novas instituições. Isso alça a PARECON à condição de *projeto político de transformação* da economia, projeto amparado no *condicionante se*: “se” estamos de acordo, “se” há consenso em relação a este conjunto mínimo de valores: a) *equidade*, por meio da qual é possível destinar a parcela da riqueza socialmente produzida que cabe a cada indivíduo, relacionando rendimentos e remuneração com esforço, sacrifício ou necessidades pessoais (no caso daqueles impossibilitados de trabalhar); b) *autogestão*, que permite encontrar os meios adequados para canalizar o poder de decisão das pessoas ao modo como se organizam suas próprias condições de vida, redefinindo arenas de participação para que cada trabalhador/consumidor em uma economia possa influenciar os resultados de deliberações na proporção do impacto que esses resultados têm sobre eles; c) *diversidade*, para preservar variadas possibilidades de realização pessoal ao garantir espaços econômicos não majoritários em determinadas escalas, promovidos pela descentralização e agrupamento de afinidades por mecanismos federativos; d) *solidariedade*, que implica favorecer as estratégias de produção e consumo que estejam baseadas na cooperação. Tais valores não devem ser considerados a antípoda da *eficiência*. Pelo contrário, podem ser entendidos como condições morais que regulam as decisões econômicas no que tange ao atendimento de necessidades “sem desperdícios” e compatíveis com a disponibilidade de recursos de uma sociedade.

O próximo passo implica visualizar quais instituições poderiam compatibilizar adequadamente os valores mencionados acima em uma PARE-

CON. São apontadas, por Albert (2013), pelo menos cinco instituições: a) *propriedade social dos recursos produtivos*: entre a propriedade privada patronal e a propriedade estatal (calcadas na assimetria ou monopólio), a propriedade coletivamente possuída e gerida pelos trabalhadores dos empreendimentos e espaços de trabalho e produção, bem como controlada e fiscalizada socialmente por grupos de consumidores organizados; b) *conselhos autogestionários de trabalhadores e consumidores*: a constituição e multiplicação de espaços de democracia direta atuando nas empresas e nos territórios, com abertura para participação plena dos trabalhadores e consumidores diretamente afetados pelas decisões; c) *remuneração por esforço e sacrifício*: considerando o entendimento da equidade como remuneração segundo o tempo de trabalho dedicado à determinada atividade social, independentemente da qualificação do trabalhador ou do *status* da atividade (problematizando a hierarquização entre tempos vitais mais valiosos que outros e endossando o reconhecimento da interdependência das funções em uma economia); d) *complexos de trabalho equilibrado*: engenhoso mecanismo sugerido como forma de alocar de maneira mais justa as pessoas em atividades, evitando a existência de indivíduos especialistas exclusivamente dedicados a trabalhos insalubres, repetitivos e penosos ou criativos e realizadores, configurando “cotas de trabalho” que devem ser assumidas proporcionalmente para garantir o equilíbrio entre os tipos de tarefas existentes em uma economia; e) *planificação participativa*: articulação dos conselhos territorialmente no âmbito de uma economia regional ou nacional, com a mais ampla disseminação de informações sobre custos, disponibilidades de recursos e históricos de consumo, para garantir o atendimento de demandas, produção e distribuição.

Em publicações mais recentes, Albert (2013) descreve, em detalhes, vários aspectos de um modelo de economia participativa, inclusive lançando mão de artifícios matemáticos e exemplos para responder às críticas que se avolumaram ao longo dos últimos anos. Não é o caso de desenvolvê-las aqui. Mas, a título de balanço, irei destacar algumas incongruências (muitas reconhecidas pelos autores) e uma virtude da PARECON, tendo em vista os propósitos desse artigo.

Há pouco espaço na proposta para uma reflexão merecida acerca do lugar da política em uma economia participativa. Uma resposta possível

a essa crítica é que uma reorganização da sociedade nessa magnitude significaria o fim da política como a conhecemos. As funções exercidas pelo Estado e pelos governos poderiam ser subsumidas pelos conselhos de trabalhadores e consumidores. Uma ponderação nesse sentido iria de inegável encontro às formulações mais clássicas do anarquismo e mesmo do conselhismo marxista. Entretanto, não é o caso dos autores; afinal, eles se defendem por duas vias: na primeira via, justificam o esforço de pensar analiticamente (uma resposta para) a esfera econômica e, na segunda, reconhecem que o modelo PARECON é compatível com (e em algum grau até mesmo reivindica) o Estado Nacional, como macro-organismo regulador das trocas ou relações entre países e no seu interior. Do ponto de vista programático, os autores Michael Albert e Robin Hahnel até enfatizam a importância de ações da parte do poder público para promover a democratização/socialização da economia, permitindo o desenvolvimento de um processo similar no âmbito do próprio aparelho do Estado (e daí converge com as teses sobre democracia participativa e as experiências de governança local supostamente aprofundadas com a emergência e institucionalização dos orçamentos participativos).

A PARECON, por outras coordenadas (especialmente aquelas oriundas da esquerda ativista radical e da tradição anarquista), aponta para um horizonte não muito distinto daquele apresentado pela economia solidária, particularmente na sua versão delimitada e advogada por Paul Singer. A diferença é que se baseia em uma argumentação mais propositiva e militante, apelando para a intencionalidade dos agentes sociais e oferecendo a eles um modelo visualizável (o que não quer dizer verificável).

Outra debilidade que poderia ser apontada se relaciona às questões étnicas e de gênero (ou mesmo as ambientais). O endosso da diversidade no campo produtivo não necessariamente implicaria um reconhecimento de identidades e papéis sociais construídos de modo subalterno no interior das economias; do mesmo modo, a relação com países periféricos (dado que se considera desejável a preservação dos Estados Nacionais).

Por fim, comento acerca de questionamentos mais comuns referidos à PARECON. Quem garante, em última instância, o funcionamento ou respeito aos seus princípios? Que órgão ou “poder” zelaria pelo cumprimento

e pela distribuição das tarefas na economia? Ainda que essas perguntas aparentemente demonstrem críticas fulminantes à PARECON, podem ser descartadas facilmente quando se considera que o modelo não é algo a ser aplicado e implementado de cima para baixo por um poder revolucionário que conquistou o Estado, mas é um conjunto hipotético de procedimentos que poderiam amparar *práticas de transformação em curso*. O projeto somente passa a ter sentido quando promovido voluntariamente por um grande número de pessoas associadas em empreendimentos auto-organizados.

Sobre a virtude da PARECON, parece-me encorajadora a possibilidade de trazer à ordem do dia imagens e modelos alternativos de uma outra economia, mesmo que seja “fictícia”. Talvez as expressões *experiência virtual* ou *pragmática prospectiva* possam dizer algo a respeito, fundamentalmente quando respondem a experiências reais e práticas ativistas em curso que realizam parcialmente alguns desses valores, e se organizam identitariamente ao redor dos demais. Há uma dimensão prática muito relevante para a constituição de imaginários alternativos de ordem e a promoção de estados de mobilização e ação coletiva oriundos de muitas propostas ou narrativas que foram taxadas pejorativamente pelo cientificismo e positivismo marxista como utópicas. Não se trata de afirmar acriticamente o potencial indiscutível de qualquer “plano de transformação societária”, mas sim de entender o lugar que ocupam em determinados contextos sociais e culturais que o tornaram, inclusive, possíveis de serem enunciados.

Henri Lefebvre (1999) cunhou, certa vez, uma expressão que pode ser apropriada para refletir sobre esse mérito ou virtude da PARECON. Ao interpretar o que denominou como advento da sociedade urbana como um fenômeno global do capitalismo, ele partiu de uma hipótese considerada virtual: a tendência à urbanização total das sociedades humanas. Mais do que viver em cidades (o que também é concreto), a experiência dos indivíduos no capitalismo crescentemente se realiza por mediações, instituições, imaginários e práticas que são oriundos da sociedade urbana. A partir daí Lefebvre extraiu um conjunto de proposições e leituras possíveis sobre a condição do ser humano moderno. A este método de análise, ele chamou de *transdução*. Pois bem, se podemos realizar um exercício similar de *transdução* partindo da hipótese que admite uma *tendência ou um desejo em mo-*

vimento pela democratização virtual de todas as esferas da vida humana, seria possível derivar disso um conjunto de proposições e leituras sobre a vida moderna (obviamente não sem contradições ou impasses). Nesse sentido, a PARECON pode ser admitida como uma contribuição que oferece uma das visões mais abrangentes sobre o que poderia vir a ser uma economia socializada. Uma ferramenta simultaneamente conceitual e política, a seu modo, como a economia solidária.

5 Para além da economia solidária e da PARECON? A atualidade da autogestão

Autogestão é antes de tudo o meio de pôr em aplicação um princípio: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no local da empresa e no local de moradia.

Rene Berthier

Mesmo diante da observação de um quadro teórico que converte a economia solidária em um grande guarda-chuva conceitual capaz de incluir um universo complexo de experiências de auto-organização social, é inegável a relevância dos fenômenos a ela associados, particularmente a capacidade de agenciamento desenvolvida por atores sociais a partir da identidade e de determinadas intencionalidades que encontram nela um conector e uma expressão palpável. Mais do que a PARECON (ou se quisermos entender a PARECON como parte do quadro da economia solidária), a economia solidária contribuiu para sedimentar uma gramática a respeito da capacidade associativa dos trabalhadores e setores subalternos que trouxe à tona novamente e conferiu centralidade ao conceito de autogestão.

Entretanto, na medida em que obteve materialidade nas experiências e se tornou léxico comum entre pesquisadores e militantes sociais, também se pode perceber um relativo esvaziamento de sentido da autogestão, quer dizer, uma tendência a limitá-lo a condição de técnica de gestão democrática das empresas. De certo modo, este caráter restrito não consiste em um

problema em si, dado que autogerir empresas significa a possibilidade de destitui-las do seu caráter vertical, hierárquico, autoritário e privatista, em suma, de uma arquitetura organizacional heterônoma que tem representado a única concepção aceitável e possível para o gerenciamento da atividade econômica (ou mesmo das instituições políticas) (MASSARI, 1977).

Cabe, agora, realizar a necessária disputa de sentido que faça voltar à superfície uma das dimensões mais fundamentais do conceito de autogestão, tendo em vista sua importância histórica no movimento dos trabalhadores e o papel que já foi jogado por ele em contextos de radicalidade da luta de classes: seu fundamento e potencial como via de transformação social. Retomar esse legado antissistêmico do conceito de autogestão significa, portanto, recolocar em cena elementos de reflexões oriundos da tradição anarquista e conselheira, onde economia e política se reencontram na velha máxima do “autogoverno dos produtores associados”. Se a mudança da dimensão organizacional interna dos espaços de trabalho e produção é condição *sine qua non* para o avanço de uma possível tendência democratizante e socializante das sociedades de classes modernas, com organismos de base e ambientes onde era realizada a experiência/mediação direta dos trabalhadores, essa mesma mudança não pode ser compreendida sem a necessária conexão e articulação global desses espaços em territorialidades com capacidade de se autodeterminar e se autorregular, em suma, de se autogovernar. A autogestão ou é generalizada, engendrando dinâmicas progressivas de autonomia individual e coletiva, ou não é nada. Ou, melhor, é apenas latência e resistência. O que também não é pouca coisa.

A perspectiva elaborada pelos autores da PARECON, apesar das ambiguidades apontadas, é relevante pois introduz a autogestão como princípio vetor de uma nova institucionalidade econômica, mediante um esforço pertinente de desenhar alternativas possíveis em um sistema de produção, prestação de serviços, distribuição e consumo ancorado na ética do trabalho associado. E a grande diversidade de leituras possíveis no universo da economia solidária, com seus acordos e desacordos, por sua vez, tem o mérito de permitir a elaboração de um quadro a respeito de questões práticas enfrentadas pelas experiências, como a relação com o mercado, o Estado, os setores mais sensíveis ao seu desenvolvimento e o modo como este ocorre em cada circunstância.

Porém, se o que está em jogo nesse domínio, talvez mais do que em outros, é justamente a dificuldade em separar os aspectos ético-normativos dos descritivos-interpretativos (RAMOS, 1989), parece-me que poderia ser desafiador e frutífero assumir uma perspectiva teórica que dialogue criativamente com as preocupações herdadas pelas tradições oriundas do próprio movimento dos trabalhadores que apresentaram por sua iniciativa o problema da emancipação do trabalho em relação ao capital como o cerne da questão social moderna. Mutualismo, federalismo, comissões de fábrica, conselhos e assembleias foram expressões históricas de um vocabulário político que era, ao mesmo tempo, o conteúdo de tecnologias democráticas de resistência. Nos dias de hoje, o conceito de autogestão e de trabalho associado pode vir a ser um conector privilegiado dessas memórias, experiências e tecnologias de resistência.

Do ponto de vista de uma agenda permanente de pesquisa, o estudo sistemático das experiências existentes – levando em consideração tanto o grau de horizontalidade, participação e democratização realizado internamente nas organizações quanto a capacidade de articulação externa com outras organizações e atores sociais – nos permitiria produzir leituras em pequena e média escala sobre os *fenômenos de autogestão*, entendidos como processos de auto-organização social no mundo do trabalho e da produção.

Compatibilizando com as transformações do capitalismo contemporâneo, encontramos uma realidade na qual uma parte substantiva da força de trabalho foi e está sendo destituída de um *lugar próprio ou coletivo* de trabalho e produção, no sentido institucional (e mesmo físico) da empresa enquanto organismo funcional (ANTUNES, 1999). Do *homeworking* às multiatividades que se conjugam no setor de serviços, passando pelo trabalho em rede típico da *internet*, há questões que complexificam os modos e as possibilidades do trabalho associado, positiva e negativamente. Estas novas modalidades de trabalho e produção, certamente, coexistem com a forma convencional da empresa e as iniciativas populares típicas de relações de vizinhança, como os mutirões. Cabe considerar os mais diversos pontos de contato entre tais modalidades de trabalho e produção, no sentido de ampliar ou não a autonomia e o protagonismo dos agentes envolvidos em um contexto de vertiginosa interdependência e mudanças. Em diferentes

escalas e transversalmente em variados espaços sociais, tais fenômenos de autogestão poderiam ser entendidos como constituídos mediante a produção e profusão de *sociabilidades emergentes* (COLETIVO ACYSE, 2012), sendo estas identificadas como arranjos interativos e representações de ordem social lastreados por uma conjugação de valores e práticas – como: o apoio mútuo, a solidariedade, a cooperação, a democracia direta, a autonomia individual e coletiva, e a diversidade – com distintos gradientes de antagonismo às instâncias heterônomas e verticais da forma-Estado e da forma-Capital (GUILLEN, 1990).

Referências

- ALBERT, Michael. **PARECON**. Economia Participativa. A vida depois do capitalismo. Lisboa: 7 Nós, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BANCAL, Jean. **Proudhon** – pluralismo e autogestão. Brasília: Novos Tempos Editora, 1984.
- BARBOSA, Rosângela. **A economia solidária como política pública**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARCLAY, Harold. **People without government**. London: Khall & Averill, 1990.
- BERNARDO, João. **A democracia totalitária**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. Orientadora: Christiane Girard Ferreira Nunes. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BIALOSKORSKI, Sigismundo. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Fava Neves (org.). **Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira. 2000.
- BRASIL. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Secretaria do Trabalho**. 2018. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 10 maio 2018.
- BRICIANER, Serge (org.). **Anton Pannekoek y los Consejos Obreros**. Buenos Aires: Schapire, 1975.
- BUBER, Martin. **Caminos de utopia**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CATTANI, Antônio David (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COLETIVO ACYSE. Anticapitalismos & Sociabilidades Emergentes: nociones en construcción. *In*: CHAGUACEDA, Armando; BRANCALEONE, Cassio (org.). **Sociabilidades Emergentes y Movilizaciones Sociales en America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. ?.

CORRAGIO, José Luís. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, Bahia, v. 12, n. 1, p. 35-47, jun. 2002.

CUVILLIER, Armand (org.). **Proudhon**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1934.

FARIA, Maurício Sardá. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Orientador: Fernando Ponte de Sousa . 2005. 0411 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Dilemas do socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FONTES, Virgínia. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. **OSAL** – Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, año VI, n. 19, p. 341-350, ene./abr. 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, [S. l.], ano 3, n. 5, p. 52-60, 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos Ebape**, v. 2, n. 1, p. 443-461, mar. 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A economia popular e solidária no Brasil. *In*: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean Philippe (org.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre/Salvador: Edufrgs-Edufba, 2006. .

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação”. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; DZIMIRA, Sylvain. Economia solidária e dádiva. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 14, p. 141-183, jan./abr. 1999.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. (Coleção Sociedade e solidariedade).

GAIGER, Luiz Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. **Revista de Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 103-151, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante dos novos modos de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006.

GRAEBER, David. **Fragmentos de uma antropologia anarquista**. Porto Alegre: Deriva, 2010.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. São Paulo: FGV, 1989.

GUILLÉN, Abraham. **Economía Autogestionária**. Madrid: FEL, 1990.

GUILLÉN, Abraham. **Economía libertaria**. Alternativa para un mundo en crisis. Bilbao: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1998.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1976.

GURVITCH, George. Extraits de l'Oeuvre. **Autogestion, études, débats, documents**, Paris, Cahier n. 1, déc. 1966.

GURVITCH, George. **Proudhon**. Lisboa: Edições 70, 1983.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KROPOTKIN, Piotr. **Fields, factories and workshops**. Québec: Black Rose, 1994.

KROPOTKIN, Piotr. **La conquista del pan**. Buenos Aires: Libros del Anarres, 2005.

KROPOTKIN, Piotr. **Apoio mútuo – Um fator de evolução**. Porto Alegre: Deriva, 2012.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LEITE, Marcia de Paula, ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho na economia solidária**. Entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Anna Blume, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVAL, Gaston, BERTHIER, René; MINTZ, Frank. **Autogestão e Anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2002.

LOCKS FILHO, Pompílio; VERONESE, Marília Veríssimo. Tramas conceituais: uma análise do conceito de autogestão em Rosanvallon e Bourdet & Guillerme. **Política & Trabalho**, n. 36, p. 267-290, abr. 2012.

- LUXEMBURGO, Rosa . **Textos escolhidos**. Seleção de Isabel Loureiro. São Paulo: UNESP, 2011.
- MANCE, Euclides. **A revolução das redes**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MASSARI, Roberto. **Teorias de la Autogestión**. Madrid: Zero, 1977.
- MENEZES, Maria. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Granma, 2007.
- MEYER, Jean. **El campesino em la historia rusa y soviética**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- MOTTA, Fernando Prestes. **Burocracia e autogestão (a proposta de Proudhon)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NASCIMENTO, Claudio. **As lutas operárias autônomas e autogestionárias**. Rio de Janeiro: CEDAC, 1986.
- NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. **Temporaes: Democracia e Autogestão**, São Paulo, v. 1, p. 27-40, 1999.
- NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e novo cooperativismo. **Texto para Discussão. SENAES/MTE**. Brasília, 2004a. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestaooperativismo.pdf. Acesso em: 10 jun. 2015.
- NASCIMENTO, Claudio. Do “Beco dos sapos” aos Canaviais de Catende. **SENAES**, 2004b. Disponível em: www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf. Acesso em: 15 abr. 2015.
- NOVAES, Henrique. O fetiche da tecnologia. A experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- NOVAES, Henrique. O retorno do caracol a sua concha. Alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, Emerson Dias de. O cooperativismo popular como expressão da economia solidária. **Geoiingá**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 149-172, 2013.
- ONUMA, Mitsue Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-81, mar. 2012.
- PANNEKOEK, Anton. **A revolução dos trabalhadores**. [s. l.]: Editora Barba Ruiva, 2007.
- PANNEKOEK, Anton. **Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários**. São Paulo: Rizoma Editorial, 2011.
- PARRA, Henrique Zoqui Martins. **Liberdade e necessidades: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia**. Orientadora: Maria Celia Pinheiro

Machado Paoli. 2002. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1975.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo e da necessidade de reconstruir o partido da revolução**. Lisboa: Colibri, 1996.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção?. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

ROSANVALLON, Pierre. **La Autogestión**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. **Black flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland;Edinburgh: AK Press, 2009.

SCOTT, James. **The art of not being governed**. London: Yale University, 2009.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária. *In*: CARTTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003b. p-

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 107-122, jan./jun. 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumbres en común**. Barcelona: Crítica, 2000.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008.

TRAGTENBERG, Maurício. **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TRAGTENBERG, Maurício. **Autonomia operária**. São Paulo: UNESP, 2011.

TRINDADE, Francisco. **O essencial Proudhon**. São Paulo: Imaginário, 2001.

VASSILEV, Pano. **A ideia dos sovites**. São Paulo: Imaginário; Faísca, 2008.

VENOSA, Roberto. A institucionalização de tipologias organizacionais. Um estudo de caso: a autogestão na Iugoslávia. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 23-36, abr./jun. 1982.

Recebido: 01/11/2018

Aceito: 29/04/2020

Social self-organization in the field of work and production: notes for a critique of the solidarity economy

Abstract

The contemporary debate on alternative experiences of work organization and production is in Brazil dominated by the so-called “solidarity economy”. Also known as “cooperatives” or “recovered factories and enterprises”, many of these experiences are evidently not new, going back to the first practices of resistance and social self-organization carried out by the working class. At the same time, their condition and potential as a societal “alternative” in a variety of circumstances are minimized and even challenged by the way in which they fall within the framework of relations of subordination and dependence on agencies, mechanisms and actors of the state and the capitalist market. The article in question aims to present a brief critical review of the theoretical repertoire mobilized by exponents of the solidarity economy in the perspectives from the anarchist and heterodox marxist, relating it to the proposal of the “participatory economy” (PARECON). Thus, it is hoped to contribute with a critique of this theoretical framework through the recovery of the antisystemic sense of the concept of self-management, subsidizing the reflection and analysis related to such experiences.

Keywords: Self-management. Social self-organization. Solidarity economy. PARECON.

“Antigos” e “novos” no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa¹

Alexandre Bergamo²

Resumo

O presente artigo discute como, nos anos de 1980 e 1990, foram delineadas importantes formas de dominação e estratégias simbólicas no jornalismo brasileiro. Para tanto, discute as mudanças no mercado de trabalho dos jornalistas, o impacto da exigência legal do diploma para o exercício da profissão, a ampliação do número de escolas e a importância da adoção de regras próprias para a redação jornalística visando à consolidação de um modelo de trabalho e de escrita profissional. Mostra como no conflito entre “antigos” e “novos” jornalistas, que marcou o período, estavam em jogo modificações nas formas de trabalho e de percepção do ofício, nos critérios de hierarquização e de recrutamento social, assim como em sua identidade profissional.

Palavras-chave: Jornalismo brasileiro. Identidade profissional. Diploma de jornalismo. Campo do jornalismo. Sociologia da cultura.

I Introdução

O jornalismo é uma atividade profissional que se define – autodefine – pela “produção de notícias”. Embora esta seja, nos dias de hoje, a definição mais aceita para a profissão, não é a única. Durante muito tempo, sua principal definição foi a “reportagem”: a busca de informações “verídicas”

1 Esta pesquisa foi desenvolvida com recursos de uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2).

2 Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: a_bergamo@hotmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

e o esclarecimento público das questões políticas e sociais. Embora a "reportagem" ainda seja considerada a "definição clássica" para a profissão, sua essência mesma, impera nos dias de hoje a visão de que o jornalismo é "noticioso" (BERGAMO, 2011). Entre os dois termos, parece não haver muitas diferenças. Afinal, a informação de que se se reveste um jornal pode ser tanto "notícia", uma vez que anuncia e trata de novos acontecimentos, quanto uma "reportagem" ou o resultado de um trabalho de apuração especificamente jornalístico.

No entanto, entre os próprios jornalistas, "notícia" e "reportagem" são termos que designam práticas de trabalho e, principalmente, de escrita distintas. Escrever uma "notícia" não é equivalente a escrever uma "reportagem". Não se trata, portanto, de uma mudança terminológica de menor significação. Ao contrário, as transformações que podem ser observadas nos usos e na variação de significados e de importância entre os dois termos são reveladoras de uma série de mudanças na profissão: nas suas condições de trabalho, nos seus critérios de inserção e de legitimação profissionais, em sua própria identidade profissional.

A introdução, em certo mercado de trabalho, de novas atividades e a eliminação de outras tantas tendem, sempre que ocorrem, a tensionar os modelos de exercício profissional então existentes, deles exigindo ajustes e reformulações. No caso do jornalismo brasileiro, a "reportagem" continua sendo a "definição clássica" para se pensar a profissão. No entanto, a afirmação, hoje, de que o jornalismo é "noticioso", se lembrarmos de que "notícia" e "reportagem" correspondem a gêneros diferentes de escrita e de tratamento dos fatos, tende a tensionar a "definição clássica" para o ofício e, com isso, também sua própria identidade profissional.

Mais do que tão somente gêneros jornalísticos, "notícia" e "reportagem" traduzem as desigualdades das posições ocupadas no interior da profissão a partir dos anos de 1980 (BERGAMO, 2014). Especificamente no caso brasileiro, em que o diploma de jornalista foi uma exigência legal para o exercício da profissão, que vigorou de 1969 a 2009, produziu-se uma tensão capaz de opor não apenas a "notícia" e a "reportagem", mas capaz igualmente de opor, de um lado, as empresas de informação e, de outro, as escolas de jornalismo.

A linguagem jornalística, tema insistentemente discutido nesse período, passou a ser fortemente modelada por relações hierárquicas e por critérios de legitimação, fossem estes pensados dentro de um mesmo veículo ou uma empresa de comunicação, fossem entre os diferentes veículos que estruturam a “indústria da informação” – a qual opera em nível nacional ou, mesmo, internacional. A ideologia da “objetividade”, dos “fatos pelos fatos”, no entanto, tendeu a mascarar a desigualdade das formas de utilização da linguagem imposta pelas regras de dominação próprias ao ofício, desviando sua atenção (BERGAMO, 2011, 2014; MIGUEL; BIROLI, 2010; BIROLI; MIGUEL, 2012).

A exigência do diploma para o exercício da profissão, a crescente centralização da indústria da informação no Brasil, a sistematização do trabalho profissional sobre a escrita e a ampliação do mercado de trabalho para além das atividades desenvolvidas na imprensa foram algumas das transformações pelas quais passou o jornalismo brasileiro e que estavam no centro das controvérsias desses profissionais. O resultado disso foi um rearranjo em suas relações de poder, em sua identidade profissional e, também, no lugar ocupado pelo jornalismo na dinâmica cultural brasileira. São tensões que repercutiram e modelaram as formas jornalísticas, suas relações de poder e seus critérios de legitimidade, assim como os nexos entre a profissão, a política e a cultura³.

Neste artigo, serão discutidas algumas das transformações ocorridas nos anos de 1980 e 1990, em especial aquelas relativas ao trabalho na imprensa escrita. Sem pretender desprezar as mudanças ocorridas no telejornalismo⁴, que passou igualmente por uma significativa transformação no mesmo período, o objetivo principal deste texto é compreender, em linhas gerais, as relações de poder e as tensões produzidas na relação entre a

3 Estou me baseando, aqui, para a análise dos nexos entre a forma jornalística, suas relações de poder e as transformações sociais, nos problemas e nos métodos próprios à sociologia da cultura (AUERBACH, 1998; WAIZBORT, 2004; ELIAS, 2001; BOURDIEU, 1996).

4 Para uma análise mais detida da linguagem, dos critérios de seleção de informações e das relações de poder no telejornalismo brasileiro, ver Bergamo (2011). Em termos “estruturais”, as análises e conclusões deste texto a respeito das relações de poder e das tensões entre as empresas de comunicação e as escolas de jornalismo são, em grande medida, extensivas ao telejornalismo. Contudo, as demais características, aquelas mais específicas do telejornalismo, não serão discutidas neste artigo.

ampliação do número de escolas de jornalismo e a crescente centralização de poder das empresas de comunicação. Nesse conflito, dois diferentes capitais simbólicos estavam em disputa. De um lado, o diploma e a formação universitária; de outro, o autodidatismo e a aprendizagem prática no ambiente das redações.

2 O Conflito entre os “Antigos” e os “Novos” Jornalistas nos Anos de 1980 e 1990

Os anos de 1980 e 1990 representaram, para o jornalismo brasileiro, um período de profundas transformações no mercado de trabalho e também de intensos debates sobre a profissão, debates esses que ficaram marcados na memória de seus profissionais como o conflito entre “antigos” e “novos” jornalistas. Os “antigos” seriam aqueles que já trabalhavam há certo tempo na profissão e, principalmente, não possuíam o “diploma de jornalista”, exigência legal que se impôs a partir de 1969. Os “novos” seriam justamente aqueles profissionais que haviam sido formados pelas recém-criadas escolas de jornalismo, cujo número aumentava com o passar dos anos⁵. A chegada deles às redações, saídos diretamente das escolas de jornalismo, abalava pouco a pouco valores e procedimentos de trabalho já instituídos. Com eles chegavam e eram implantadas, coincidentemente, diversas mudanças tecnológicas, as quais tiveram, igualmente, profundo impacto sobre as rotinas de trabalho, produção e circulação de informações⁶.

5 Para evitar confusões, o termo “escola” será aqui utilizado especificamente para os Cursos Universitários, aqueles que “diplomam” jornalistas, e o termo “cursos” para os Cursos – rápidos – de Formação Profissional oferecidos pelas grandes empresas de comunicação àqueles que pretendem ingressar em seus quadros. Eram 18 escolas até os anos de 1970. Em 2000, o Brasil contava já com 136 escolas de jornalismo, a maior parte delas na região sudeste. Em 2012, eram mais de 300 (MICK, 2012). De acordo com dados do e-MEC (consulta em 08 de novembro de 2017), o Brasil tinha, em 2017, 407 escolas de jornalismo em atividade, sendo 67 (16,5%) delas em instituições públicas e 340 (83,5%) em instituições privadas. Além destas, havia também seis instituições privadas que ofereciam cursos a distância. Não se trata de um número desprezível se levarmos em conta que em apenas três delas eram oferecidas, somadas, 19.050 vagas: 1.000 na UNINTER, 9.950 na UNINTA e 8.100 na UNINASSAU.

6 Processo que se iniciou em 1984 na *Folha de São Paulo*, depois seguido por outros jornais diários. Este é também o ano em que a *Folha* publica seu *Manual de Redação*, como veremos adiante, igualmente seguido depois pela publicação de outros Manuais, também de autoria de outros jornais diários. Há trabalhos que tratam especificamente da informatização das redações dos jornais diários e das mudanças nas condições de trabalho que ela ocasionou, como os de Baldessar (2003) e Barbosa (2013). São trabalhos importantes cujo foco central é a história da imprensa e a mudança nas relações de trabalhos ocasionadas pela introdução das novas tecnologias.

Esse foi também o período de importantes publicações “em livro” para a área, as quais ajudaram a consolidar a imagem de um modelo profissional⁷. Jornalistas prestigiados se dedicaram a elaborar “memórias” profissionais nas quais estavam em jogo não apenas suas experiências pessoais, mas também a valorização de um modelo de trabalho e de escrita: a reportagem⁸. Contudo, não qualquer reportagem. Ali estavam materializadas as memórias e os exemplos de jornalistas que haviam atravessado o período do Regime Militar brasileiro. Tratava-se, nesse contexto, da defesa de um modelo específico de profissional, o “repórter combatente”, que fazia do jornalismo uma arma de denúncia contra os dominantes e os poderosos⁹. Para esses jornalistas, a “verdade” – termo de fundamental importância para a profissão –, antes de ser um direito, era, naquele momento, um dever¹⁰.

Os anos de 1980 e de 1990 foram também atravessados pela publicação de importantes *Manuais de Redação e Estilo* da profissão, os quais, embora iniciativa de algumas das maiores empresas de comunicação do período, passaram a ser largamente utilizados pelas escolas de jornalismo e ajudaram a consolidar certos modelos de exercício profissional, em especial por meio do trabalho sistemático sobre a escrita e, com isso, sobre a própria

Diferentemente deles, no entanto, quero enfatizar neste artigo outro aspecto dessa história: a ampliação das atividades e do mercado de trabalho impulsionada pela formação continuada de “jornalistas diplomados”. Nesse sentido, pensar a “história do jornalismo brasileiro” equivale a pensar, a partir dessa ampliação do mercado de trabalho ocorrida no período, também os espaços “extrarredação” ocupados por esses profissionais.

- 7 Como já foi demonstrado por Ruellan (1993), o cinema também foi, antes disso, de fundamental importância para a consolidação da imagem do jornalista/repórter. No Brasil, não há ainda um trabalho mais sistemático que explore essa relação, apenas trabalhos pontuais, dentre os quais se destacam os de Senra (1997), de Travancas (2001), de Berger (2002) e Santos (2009). Ainda está para ser mais aprofundada a relação entre as publicações de jornalistas em livros e em jornais, entre os diferentes espaços de liberdade e de autonomia para a escrita neles existentes, de como e por que a “reportagem” se deslocou, durante esse período, da grande imprensa para o mercado do livro. Uma primeira e importante análise dessa relação pode ser encontrada em Moraes (2017).
- 8 Em alguns deles, por meio da literatura, o trabalho como jornalista também era posto em discussão. Ver, por exemplo: Faerman (1979), Antonio (1986), Kotscho (1986), Abramo (1988), Wainer (1988), Dimenstein e Kotscho (1990), Barcellos (1992), Cony (1995), Ribeiro (1998), Dantas (1998).
- 9 Alguns desses livros ganharam classificações e análises específicas na área de teoria literária. É o caso do “romance-reportagem” e do “livro-reportagem”. Sobre isso, ver os trabalhos de Cosson (2007) e Ferreira Jr. (2003).
- 10 Tradicionalmente, no jornalismo, a “reportagem” é considerada um gênero nobre e marcadamente autoral, no qual podem ser encontradas as impressões e a narrativa do jornalista. No caso brasileiro, a denúncia e o engajamento político colaboraram para imprimir suas características ao gênero durante o período.

“forma jornalística”¹¹.

Mas não apenas as grandes empresas de comunicação publicaram seus *Manuais*. Profissionais ligados à Universidade lançaram, igualmente, “manuais” e “guias” para a boa escrita jornalística voltados especificamente para os alunos das escolas de jornalismo. Alguns desses manuais foram publicados ainda nos anos de 1970 e, durante as décadas subsequentes, ganharam novas versões ou edições¹².

É durante os anos de 1980 e 1990 que esses manuais, portanto, tanto os das empresas de comunicação quanto os de jornalistas ligados à Universidade, se consolidam como importantes “referências” para a “escrita profissional jornalística”.

Também nesse período começaram a ser publicadas importantes obras acadêmicas, algumas em livro, as quais colaboraram tanto para a construção de uma “memória” da profissão quanto para a consolidação da reportagem¹³, em especial a de crítica ao sistema, como modelo do jornalismo (KUCINSKI, [1991] 2003; TRAVANCAS, 1993)¹⁴.

11 São os Manuais dos jornais *Folha de São Paulo* (1984), *O Estado de São Paulo* (1990) e *O Globo* (1992), assim como o da *Editora Abril* (1990) voltado para a escrita em “revistas”, publicações nas quais a editora investia desde os anos de 1950.

12 É o caso, por exemplo, do livro de Juarez Bahia que ganha uma edição em 1972 e outra, ampliada, em 1990, seguida por subsequentes reimpressões (BAHIA, 1972, [1990] 2009). A tese de doutorado de Cremilda de Araújo Medina é publicada em 1978 e se torna uma importante referência (MEDINA, 1978). Em 1993, nova tese de doutorado é publicada, dessa vez de Oswaldo Coimbra (1993), ainda que não seja a obra mais frequentemente citada. Três outros autores marcam o período: Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1978, 1986) e, principalmente, Nilson Lage, este último com a publicação de “manuais” que foram se adaptando às mudanças no mercado e, portanto, às mudanças sobre as formas de escrita. É o autor com o maior número de reedições (LAGE, 1979, 1985a, 1985b).

13 A tese que serve de base para muitos dos trabalhos que vieram depois é, como já citado, a de Medina (1978).

14 Na França, por exemplo, esse foi o período de surgimento e consolidação de um campo específico de pesquisadores, historiadores e sociólogos, mobilizados em torno da discussão sobre a história da profissão, as transformações no mercado de trabalho, sua identidade profissional, suas desigualdades e relações de poder (RIEFFEL, 1984; FERENCZI, 1993; RUELLAN, 1993, 1997; DELPORTE, 1995; MARCHETTI, 1997). Por meio desses trabalhos, estabeleceram-se parâmetros de análise, definiram-se categorias, fontes e problemas de pesquisa que se tornaram “modelos” para as pesquisas que vieram depois. No Brasil, diferentemente, o jornalismo não constituiu um “campo específico de conhecimento” entre historiadores ou sociólogos, ainda que importantes trabalhos sobre a imprensa e a censura tenham sido publicados, em especial por historiadores (SODRÉ, 1966; CARNEIRO; KOSSOY, 2003; KUSHNIR, 2003, 2004; apenas para citar algumas das publicações mais relevantes). Na sociologia, o jornalismo foi tratado, nesse período, muito mais como parte de uma temática maior para a qual as indagações se voltavam, a “indústria cultural” (GOLDENSTEIN, 1987, 1992; PINHEIRO; BERGAMO,

Evidentemente, as transformações ocorridas nesse período foram vivenciadas de diferentes maneiras, seja pelos “antigos” jornalistas, seja pelos “novos”, uma vez que, para ambos, diferentes valores, modelos e oportunidades profissionais estavam implicados. De certa maneira, o debate em torno do conflito entre “antigos” e “novos” ajudou a desviar a atenção de outros aspectos. Os próprios termos utilizados até hoje para se referir a esse conflito, “antigos” e “novos”, têm pouco valor se tomados como expressivos tão somente de um “conflito geracional”. Por um lado, havia, entre os “novos”, “antigos” jornalistas que se colocam contra valores e relações de trabalho já consolidados, os quais necessitavam, de acordo com esses profissionais, serem revistos. E, por outro lado, muitos dos “novos” jornalistas partilhavam valores já consolidados pelos “antigos”, colocando-se contra as mudanças que estavam ocorrendo.

O depoimento de Bernardo Kucinski, que, em termos “geracionais”, seria um desses “antigos” e mais importantes jornalistas, pode nos ajudar a ver a imprecisão dessa terminologia quando utilizada para servir tão somente como demarcador de um “conflito geracional”, conforme se verifica no artigo, publicado no *Boletim Intercom*:

Essa nova tecnologia de você compor a sua matéria no teclado eletrônico que tem memória e que também diretamente com as máquinas de composição e tal, eu acho que é realmente uma revolução. Eu trabalho com uma maquininha desta já faz quase um ano. [...] O Aguinaldo Silva fez um anúncio correto: a relação sua com o aparelho fica sendo uma relação lúdica. Você brinca com o aparelho. Você constrói o pensamento ao mesmo tempo em que constrói a frase, você vai modificando o pensamento, muda de ideias, desloca, depois imprime. [...] Não tem comparação: a mente fica livre, a imaginação desata, começa voar numa maquininha dessas porque você está brincando, pensando e compondo, entende? Enquanto na máquina comum você fica preso às palavras que já datilografou. (*Boletim Intercom*, nº 55, 1986, p. 20).

Como “marcadores geracionais”, “antigos” e “novos” são, portanto, imprecisos. São, mais corretamente definindo, indicadores dos conflitos

2018). Enquanto “campo de saber específico”, o jornalismo, no Brasil, teve seu desenvolvimento, em grande medida, vinculado aos programas de pós-graduação em comunicação que surgiram nesse mesmo período. É produto, portanto, em sua maioria, de jornalistas, e não de historiadores ou sociólogos de formação. Mas é importante também notar trajetórias cruzadas que geraram importantes trabalhos, em especial de jornalistas de formação que desenvolveram teses nas áreas de História ou Ciências Sociais, como Marialva Barbosa (2000, 2007, 2013) e Isabel Travancas (1993).

em torno dos “marcadores identitários” da profissão, os quais traduzem disputas por “antigas” e “novas atividades no mercado de trabalho”, assim como por “antigos” e “novos significados para a profissão” num contexto de amplas mudanças culturais, sociais e políticas.

No entanto, ainda que imprecisa, essa terminologia é reveladora tanto das cisões que vinham ocorrendo na profissão quanto dos significados a elas atribuídos. Em grande medida, a utilização dos termos possibilitava a esses jornalistas uma “autodefinição” frente às mudanças no mercado de trabalho. Mais importante, portanto, que questionar a “validade” desses termos é compreender quais os significados a eles atribuídos, assim como as transformações que estiveram por trás de seu uso.

Para uma parcela dos – então chamados – “antigos” jornalistas, essas mudanças eram vistas claramente como uma ameaça, como podemos ver no depoimento abaixo, de Ricardo Kotscho (1998, p. 187):

No *Estadão* dos anos 60, cada repórter, e eram mais de trinta só na reportagem geral, tinha que ter suas fontes, ser seu próprio pauteiro, caçar notícia, como se dizia [...].

Fora os setoristas, que já saíam de casa sabendo para onde ir e o que fazer, os demais tinham mesmo era que matar um leão por dia, sem saber onde. Primeiro, claro, era preciso achá-lo – se possível, antes da concorrência.

Como não tinham inventado os filhos da pauta, todo mundo, do porteiro da redação ao motorista da reportagem, passando pelos donos do jornal, perseguia um negócio chamado “furo”, a notícia quente, exclusiva, inédita, o fato que ninguém havia descoberto antes.

Quando você vai hoje a uma redação, pode achar que errou de endereço e entrou por engano numa repartição pública. Encontra lá cada um quietinho diante do seu terminal, cumprindo uma função determinada pelo manual, burocraticamente. Se alguém falar um pouco mais alto ou dar uma risada já é logo estigmatizado como maluco.

Se trazer uma informação não prevista na pauta, então, uma *novidade* sobre a qual ninguém está falando, corre o sério risco de ser deletado no próximo passarelho (o falo voador que, vira e mexe, pousa nas redações). Só os telefones ainda funcionam freneticamente. Se eles saírem do ar, corre-se o risco de não ter jornal no dia seguinte. Como a maioria do povo não tem telefone, fica fora da pauta.

Dessa forma, construíram-se ao longo dos últimos anos algumas carreiras coroadas na nossa imprensa só por telefone, sem que se tenha registro de algum furo ou reportagem exclusiva cometidos por seus proprietários. Sem passarem pela reportagem, pularam diretamente da academia para cargos de chefia [...]. Nada de comer poeira e sujar os sapatos para conhecer pessoalmente a realidade em que vive o chamado povo brasileiro. Por isso, tantos idolatram os professores doutores, as teses, as teorias, até por falta de prática.

De certa forma, nesse depoimento podemos observar uma síntese de muitos dos aspectos envolvidos nas transformações ocorridas durante os anos de 1980 e 1990, entre eles a visível “ameaça” a práticas e valores então estabelecidos: a defesa da reportagem como base para a atividade jornalística, mas também a gradativa diminuição do número de repórteres nas posições de comando da profissão; a reorganização da rotina de trabalho em função da pauta; a crescente importância do diploma e, portanto, da universidade; e uma clara mudança na escala de valores da profissão.

Outro importante aspecto presente no depoimento é seu tom de agressividade manifesto contra os “novos”, aqueles formados pelas escolas de jornalismo, em especial no uso da expressão “filhos da pauta”. A linguagem utilizada estava claramente preocupada em demarcar uma fronteira entre esses profissionais. Primeiramente, uma “fronteira temporal”, separando o jornalismo feito “antes” – das mudanças – daquele feito “depois”. Em segundo lugar, uma “fronteira social” opondo dois diferentes capitais simbólicos em disputa no campo jornalístico. De um lado, o autodidatismo e a experiência profissional dos “antigos” jornalistas, de outro, o diploma e a formação universitária dos “novos”¹⁵.

Para uma parcela significativa – e importante – desses profissionais, as transformações pelas quais vinha passando o jornalismo nos anos de 1990, momento em que esse depoimento foi redigido, estavam, em grande medida, relacionadas à cobrança do diploma para o exercício da profissão. Essa foi uma exigência legal que vigorou de 1969 a 2009, revista justamente em função do intenso debate que era – e ainda é – feito na área. A continuidade desse debate ao longo de todos esses anos demonstra, por sua vez, o quanto são imprecisos esses termos enquanto “marcadores geracionais”. A questão central, e que ainda permanece atual, é aquela ligada às transformações no mercado de trabalho, dentre as quais a redefinição de critérios para o recrutamento social da profissão. O uso dessa terminologia,

15 A pauta é um dos temas presentes no livro do mesmo Ricardo Kotscho publicado na década de 1980 (KOTSCHO, 1986). No entanto, o tom de agressividade direcionado às “novas carreiras” feitas “sem a passagem pela reportagem” está ausente, assim também como aos que saíram da Universidade “diretamente para cargos de chefia” e àqueles que “idolatravam os professores doutores”. Há uma crítica à “pauta”, sim, mas direcionada àqueles que, em uma redação de jornal, assumiam uma postura passiva e “não saíam atrás da notícia”. Esses eram os “filhos da pauta” de então.

“antigos” e “novos”, corrente à época, deliberadamente não permite entrever o capital de relações sociais mobilizado por esses profissionais para a inserção e a ascensão na carreira. Eles são a face visível, manifesta, de diferentes práticas e capitais sociais, não perceptíveis para aqueles que se situavam fora do campo, mas imediatamente compreensíveis para aqueles que dele participavam¹⁶.

A exigência do diploma era vista, por uma parcela desses profissionais, como parte da estratégia do Regime Militar para silenciar as críticas ao Governo, tendo como principal propósito a substituição de profissionais militantes e de esquerda por novatos “apolitizados” recém-saídos das escolas de jornalismo (ABRAMO, 1988; ALBUQUERQUE; SILVA, 2007). Contudo, ela estava também ligada a uma forte pressão sindical a fim de assegurar mercado de trabalho para a categoria (SILVA, 2007).

A expressão “filhos da pauta”, por exemplo, dizia respeito, em grande medida, à acusação que recaía, muitas vezes, sobre esses “novos” jornalistas: de alienação, de falta de capacidade crítica ou de passividade frente às mais diversas formas de poder. Mas é importante perceber que, no uso dessa expressão, estão também implicadas novas rotinas de trabalho e novos valores profissionais. Os “novos diplomados” incarnavam, nesse contexto, as próprias mudanças em curso.

Ao longo dos anos de 1970, os egressos das escolas de jornalismo não representavam uma ameaça. Contudo, no final da década, com a criação da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), entidade que concentrava profissionais e pesquisadores ligados às escolas de jornalismo então existentes, o conflito entre “antigos” e “novos”

16 Apenas uma análise mais circunstanciada das diferentes redações jornalísticas poderia mostrar o desigual capital de relações sociais que nelas operavam e que eram deliberadamente omitidos na designação dos grupos por meio dos termos “antigos” e “novos”. Além disso, pelas suas próprias características estruturais, ainda que as posições de maior prestígio estejam nas grandes empresas de comunicação situadas no eixo Rio – São Paulo, onde pode ser encontrada a “elite” da profissão e onde se concentra a recepção e a transmissão de notícias e matérias, o jornalismo torna possível a constituição de “elites locais” onde operam diferentes capitais sociais, tanto em nível municipal quanto estadual, uma vez que são os municípios e estados que enviam matérias para as grandes empresas, assim como retransmitem as que lhes são enviadas. Ou seja, a oposição terminológica expressa por esses termos, “antigos” e “novos”, pode não necessariamente expressar práticas e capitais sociais equivalentes em todos esses diferentes contextos e espaços de trabalho.

ganhou novo fôlego e, claramente, contornos institucionais, opondo, de um lado, as grandes empresas jornalísticas, e, de outro, as escolas, tendo à sua frente a Intercom¹⁷. No entanto, no depoimento de Kotscho, do final dos anos de 1990, esses egressos já representavam uma evidente ameaça. Posições de comando, que antes eram ocupadas pelos mais “experientes”, passaram a ser ocupadas também por esses egressos aos quais os mais antigos na profissão precisavam se submeter. Muito claramente, portanto, a balança de poder no interior do jornalismo começava a pender para outro lado. O capital de relações sociais necessário para se chegar às posições de maior autoridade se modificava. É bem possível que essa mudança fosse sentida, por alguns desses profissionais, como irreversível, como algo – o “novo” – que gradativamente se impunha – ao “antigo”.

É expressivo disso que o trabalho de Isabel Travancas (1993), por exemplo, publicado no início dos anos de 1990, dedique parte substancial de suas observações à oposição entre “antigos” e “jovens” profissionais¹⁸ e destaque, no capítulo referente aos “jovens”, depoimentos que exemplificam o caráter “a-político” ou “mercadológico” dessa nova geração¹⁹, já devidamente instalada em posições de comando e autoridade, como demonstra o seguinte trecho:

Minha função de chefia é mandar os repórteres para a rua cobrir os fatos. Não comungo com a ideologia da empresa, mas sou parte da engrenagem. E é fácil conviver com isso. Eu alugo minha força de trabalho, não minha cabeça. E é assim em todos os jornais. Não me firo, nem prejudico ninguém. Procuro fazer o meu trabalho o melhor possível. (TRAVANCAS, 1993, p. 94).

A acusação de “despreparo” desses jovens diplomados e a preocupação com a baixa qualidade do ensino de jornalismo eram temas recorrentes²⁰. A questão central nas discussões sobre a formação de jornalista girava em

17 Além, evidentemente, da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), que já atuava no sentido de garantir mercado de trabalho para todos aqueles diplomados em jornalismo.

18 Essa mesma polarização entre as gerações pode também ser observada no artigo de Fernanda Peixoto (1998).

19 Nesse sentido, e especificamente a respeito do conflito entre a *Folha de São Paulo* e a USP, ver o artigo de Aline Chiamonte e Ana Paula Hey (2018).

20 São tão recorrentes que, mesmo entre os defensores das escolas, podem ser observadas. Ver, por exemplo, Jambeiro (1984).

torno da "prática profissional", já que ela representava – e ainda representa – o mais importante capital simbólico da profissão. Em função disso, intensas disputas passaram a ocorrer, a partir desse período, anos de 1980 e 1990, em torno da "legitimidade do aprendizado prático" para a profissão, opondo as escolas de jornalismo e as grandes empresas de comunicação.

Por um lado, os "jornais laboratórios" das escolas de jornalismo eram – e continuam sendo – peças-chave nas disputas entre, de um lado, as grandes empresas de comunicação e, de outro, as escolas de jornalismo. No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, momento em que a "ideologia" e o "poder" dominantes deveriam ser denunciados e evitados, os "jornais-laboratório" das escolas de jornalismo davam fôlego a um discurso que tentava afastar o aluno de um contexto mais propício à "inculcação ideológica" para aproximá-lo mais da "realidade de sua prática profissional", e com isso da própria imagem do "repórter combatente" (MELO; FADU; SILVA, 1979). Como se tratava de peça-chave na disputa por legitimidade junto ao campo do jornalismo, as conquistas "legais" ao longo da década de 1980 – aprovação de leis específicas e de recursos voltados para os jornais laboratórios das escolas – eram frequentemente objeto de comemoração nos Boletins da Intercom.

Por sua vez, também as grandes empresas de comunicação estavam preocupadas em garantir para si a "legitimidade do aprendizado prático de jornalismo" e, com isso, lançaram seus próprios Manuais de Redação²¹ e seus próprios Cursos de Formação Profissional. Publicados em forma de livro e com o objetivo de serem amplamente divulgados, os Manuais dos anos de 1980 e 1990 tinham a clara preocupação de demarcar prestígio e importância cultural, e principalmente profissional, para seus jornais frente às escolas então existentes de jornalismo. Também como estratégia para firmar prestígio e consolidarem seu lugar de "legitimidade na aprendizagem prática" do jornalismo, instituíram seus próprios Cursos de Formação Profissional. Para essas empresas, mais importante que o diploma passou a ser a formação oferecida por esses Cursos.

21 São os já citados *Manuais* dos jornais *Folha de São Paulo* (1984), *O Estado de São Paulo* (1990), *O Globo* (1992) e o da *Editora Abril* (1990), este último voltado para a escrita em "revistas".

Para além dessa polarização do conflito entre escolas de jornalismo, de um lado, e grandes empresas de comunicação, do outro, a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) lança, em 1985, como parte da luta em defesa do diploma universitário e para garantir mercado de trabalho para a categoria, seu primeiro Manual de Assessoria de Imprensa. A iniciativa demonstra que, já naquele momento, o mercado de trabalho tinha se alterado de maneira significativa, de forma que “novas funções” precisavam ser levadas em consideração e ajustadas aos valores e códigos profissionais então vigentes.

O conjunto dessas publicações (os livros que ajudaram a consolidar a imagem do “repórter combatente” como modelo profissional, as teses sobre a história ou a identidade profissional do jornalista, os Boletins da Intercom, os Manuais de Redação das grandes empresas de comunicação e também dos profissionais ligados à Universidade, assim como o Manual de Assessoria de Imprensa da FENAJ) dos anos de 1980 e 1990 – dentre outras iniciativas, como os cursos de formação profissional das grandes empresas – é representativo das mudanças ocorridas nas relações de poder e nas formas de dominação que passaram a marcar o jornalismo brasileiro a partir desse período, as quais tiveram impacto não apenas sobre o recrutamento social da profissão e sua “identidade”, mas também sobre os recentes esforços de elaboração de uma memória e de uma história para a profissão (BERGAMO, 2011, 2014).

3 A Disputa pelo “Direito Legítimo de Transmissão da Prática Profissional”

Entre as mudanças ocorridas no período, uma está diretamente ligada tanto à identidade profissional do jornalista quanto a seus critérios de hierarquização e às suas formas de dominação: a gradativa separação entre “reportagem” e “notícia”. Para as novíssimas gerações de jornalistas, essa separação é evidente, uma parte indissociável de sua prática cotidiana, como se ela sempre tivesse feito parte da profissão. No entanto, essa separação é resultado de um processo que se inicia, se tomarmos como base os *Manuais*

de Redação da profissão, nos anos de 1970²². A edição de 1972 do *Jornal, História e Técnica*, de Juarez Bahia, por exemplo, não fazia uma separação rígida entre os termos. Havia uma distinção, sim, mas entre tipos de notícias, entre as mais informativas ou aquelas mais interpretativas:

Na notícia interpretativa há uma inegável influência das novas técnicas de difusão e comunicação. Sem ser opinativa, ela deve conter tantos elementos explicativos quanto possíveis, contribuindo para levar o leitor a discernir mais concretamente, a estabelecer paralelos e a julgar com mais segurança. (BAHIA, 1972, p. 176).

Muito diferente é a edição de 1990, que traz capítulos específicos tanto para a notícia quanto para a reportagem, quando esta passa a ser definida como uma notícia que deu “um salto”:

O salto da notícia para reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação – em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota – e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética. (BAHIA, [1990] 2009, p. 61-62).

Não se trata de uma mudança tão somente terminológica: a “reportagem”, antes base da atividade jornalística, a qual consistia na saída da redação para a “rua” buscando cobrir os fatos e acontecimentos, e só depois retornando à redação para redigir as notícias, converte-se não apenas na própria “essência” do jornalismo, mas, principalmente, na atividade de maior prestígio da profissão. É nesse momento, quando ela passa a representar a atividade de maior prestígio que se processa sua separação com a mera “notícia”.

Pouco a pouco a “reportagem” passa a ser o lugar para a interpretação e o aprofundamento das questões. Embora persistisse certa indefinição quanto à distinção entre os termos no final dos anos de 1970, é nesse momento que a mudança começa a ser observada. A confusão entre os termos é tema de debate, por exemplo, em *Ideologia e Técnica da Notícia*, de Nilson Lage, publicado em 1979. E, em 1985, o mesmo Nilson Lage coloca a seguinte questão em *Estrutura da Notícia*: “Terá longo futuro a notícia em

22 Não apenas os *Manuais*, mas também os *Dicionários* da profissão publicados a partir de final dos anos de 1970.

jornal diário? Provavelmente não. [...] O futuro do jornal parece estar mais ligado à reportagem” (LAGE, 1985b, p. 46). Como todos nós sabemos, no entanto, após esse período compreendido pelas décadas de 1980 e 1990, o jornalismo brasileiro passará a autodefinir-se muito mais em função da “notícia” que da “reportagem” (BERGAMO, 2011).

No *Dicionário de Comunicação* de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, elaborado com a colaboração de Muniz Sodré, publicado originalmente em 1978 (com reedições em 1987 e 1995), a “reportagem” está associada ao trabalho de pesquisa e apuração para a confecção de uma “notícia”, portanto, não sendo ainda um gênero específico:

Considera-se incorreto designar reportagem como um tipo de notícia descritiva, mais apurada e ampla, acompanhada com documentação e testemunhos. Na verdade, esse tipo de notícia é resultado de uma reportagem, e não a reportagem em si. (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p. 405).

A distinção que prevalecerá nas décadas seguintes está em *Notícia: um produto à venda*, de Medina, publicado também em 1978. Na definição de “reportagem” feita ali está implicado um trabalho autoral sobre a escrita e marcado pelo testemunho. Autor, narrador e testemunha se fundem em um texto marcado pela observação crítica dos acontecimentos, cujo marco inicial passa a ser João do Rio, cronista e repórter (MEDINA, 1978, p. 62 ss). Esta é a definição que será apropriada, nos anos de 1980 e 1990, no conflito entre “antigos” e “novos” na profissão:

O que distingue a notícia da grande reportagem é o tratamento do fato jornalístico, no tempo de ação e no processo de narrar. A matéria que amplia uma simples notícia de poucas linhas, aprofunda o fato no espaço e no tempo e esse aprofundamento (conteúdo informativo) se faz numa interação com a abordagem estilística. A reportagem seria, então, uma “narração noticiosa”.

[...] Através da contemplação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato – a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato.

A narração torna-se indispensável: de relato direto, descritivo, numa estrutura hierárquica quase sempre padrão, por causa da concisão da notícia, a elaboração da reportagem precisa

da técnica de narrar. Foge-se aí das formas objetivas para fórmulas subjetivas, particulares e artísticas. O redator não tem à disposição recursos prontos, mas passa a criar. Nesse momento, só se diferencia do escritor de ficção pelo conteúdo informativo de sua narração, por isso narração noticiosa. (MEDINA, 1978, p. 134)

Outra importante distinção pode ser notada nesse período, dessa vez entre jornalismo e literatura. Nos trabalhos de Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, tanto em *Técnica de redação: o texto nos meios de informação*, de 1978, quanto em *Técnicas de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*, de 1986, a principal ênfase está na distinção entre “narrativa literária” e “narrativa informativa [jornalística]”. O conjunto dessas publicações demonstra que há um duplo movimento ocorrendo. Se, por um lado, a “reportagem”, na sua versão mais próxima da crônica, é celebrada como a essência do trabalho jornalístico, e autores como João do Rio passam, a partir desse momento, a serem monumentalizados, por outro, ela é remetida ao passado, ligada à história da profissão e aos jornalistas mais “antigos”, torna-se patrimônio e, ao mesmo tempo, símbolo identitário de grupos específicos de profissionais em oposição à “notícia”, que gradativamente será associada às novas gerações, saídas das escolas de jornalismo. É nesse contexto que grandes reportagens ganham um espaço editorial distinto e considerado de maior prestígio, o do livro impresso. E tantas outras, assim como seus autores e os veículos nos quais eram publicadas, são monumentalizadas e passam a ser vistas como importante patrimônio da profissão no país. O caso mais emblemático desse processo de monumentalização da reportagem talvez seja aquele pelo qual passou a Revista *Realidade* e os jornalistas a ela ligados (MORAES, 2017). Igual importância adquire, nesse período, a tese de Bernardo Kucinski, *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*, defendida em 1991 e publicada em 2003. Uma “memória” da profissão passa a ser construída cujo elemento central vem a ser a “reportagem”, em particular aquela que se caracteriza pela postura crítica e pelas suas qualidades autorais e narrativas.

Entre os *Manuais de Redação* publicados pelas grandes empresas de comunicação nos anos de 1980 e 1990 “reportagem” e “notícia” vão gradativamente adquirindo contornos cada vez mais precisos. No *Manual Geral*

da *Redação da Folha de S. Paulo*, de 1984, podemos encontrar ambos os verbetes:

Reportagem – Fazer uma *reportagem* é dirigir-se a um determinado local para, de volta à Redação, relatar ao leitor por meio de palavras e/ou imagens o que se passa ou e passou ali. Às vezes a *reportagem* textual pode ser feita pelo telefone [...]. A *reportagem* constitui o núcleo essencial do jornalismo (p. 73).

Notícia – É a informação que se reveste de interesse jornalístico; puro registro dos fatos sem comentários nem interpretações (?). 1984, p. 62).

Mas é no *Manual de Redação e Estilo d'O Estado de S. Paulo*, de 1990, que a separação aparece de forma mais evidente e adquire contornos claramente hierárquicos. Outro detalhe que chama a atenção é o quanto essa definição se aproxima daquela elaborada por Medina (1978, p. 67):

Reportagem – A reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes e divide-o, quando se justifica, em retrancas diferentes que poderão ser agrupadas em uma ou mais páginas. A notícia não esgota o fato: a reportagem pretende fazê-lo.

Não se trata de uma mera distinção entre gêneros textuais ou entre diferentes técnicas de escrita e de exposição de um acontecimento, ainda que ela seja inegável. Mais que isso, “reportagem” e “notícia” são termos que, a partir desse momento, passaram a designar fronteiras claras entre o trabalho intelectual e o trabalho técnico dentro da profissão²³. Enquanto a “reportagem”, apesar de seu caráter descritivo, deve possibilitar a análise de um acontecimento, a “notícia”, ao contrário, deve ser meramente descritiva. “Reportagem” e “notícia”, assim como “análise” e “descrição”, são termos que revelam as desigualdades e as relações de poder da profissão.

23 “Antigos” e “novos” passaram a ser termos utilizados muitas vezes como sinônimos de “intelectual” e “técnico”, ou de “crítico” e “acrítico”. A oposição entre os termos, estabelecida durante esse período, tornou-se de tal forma paradigmática na profissão, e “estruturante” das pesquisas então desenvolvidas, que não se produziu no Brasil, durante esse período e o imediatamente posterior, trabalhos sobre a “elite do jornalismo”, mas sim sobre “jornalistas intelectuais” (PEREIRA, 2008), ou sobre os “antigos” e os “novos” (TRAVANCAS, 1993; PEIXOTO, 1998).

O primeiro termo demarca o espaço da opinião e de uma maior liberdade para a escrita; o segundo deixa claro que ali não há nem pode haver opinião, assim como não há liberdade para a escrita.

A separação entre os termos representava não só um importante marcador das relações hierárquicas da profissão mas também que essa hierarquia se estruturava a partir da relação entre as grandes empresas de comunicação, de um lado; e as escolas de jornalismo, de outro. A defesa da “reportagem”, entendida como sendo a “atividade modelo” da profissão, equivalia à defesa de uma qualidade a que apenas se poderia chegar por meio da “experiência profissional e crítica”, algo que não seria possível, na opinião dessas empresas e de parte desses profissionais, por meio das escolas de jornalismo.

Os *Manuais* publicados nesse período representavam, dessa forma, peças-chave nas relações de poder e na disputa pelo “direito legítimo de transmissão da prática jornalística”. Para as grandes empresas de comunicação, a distinção entre os dois termos possibilitava não apenas o ajuste a uma rotina industrial de produção de notícias, que se intensificava dia a dia, mas também que o texto noticioso, não opinativo, fosse deixado para os escalões mais baixos da profissão, para os “novos”, os egressos das escolas de jornalismo e considerados os “menos capazes”, ou seja, aqueles que não tinham passado pelo “aprendizado prático da redação do jornal”.

Ainda como parte dessa disputa, as grandes empresas de comunicação lançam seus próprios cursos de formação profissional. Em parte, o surgimento desses cursos está ligado a mudanças ocorridas, em 1979, na legislação que, a partir daquele momento, proibia a contratação de estagiários (GHEDINI, 1998). Mas, em grande medida, esses cursos representavam – como ainda representam – parte do esforço para controlar o acesso às posições mais prestigiosas dessas empresas e, com isso, da profissão.

Oferecidos com regularidade a partir de final dos anos de 1980 e início de 1990, esses cursos passaram por diversas reformulações ao longo do tempo. Uma vez que são oferecidos pelas grandes empresas do setor, tornaram-se bastante procurados e concorridos. Atualmente, a maior parte dos jornalistas que trabalha nas redações desses grandes jornais passou por um desses cursos de formação (LOBO, 2010). Eles representam também

a possibilidade de contato direto com os grandes nomes da profissão que, durante o curso, deixam temporariamente seus afazeres para ministrarem pequenas palestras aos alunos, após as quais retornam a suas funções:

O principal atrativo dos cursos é a oportunidade de frequentarem a palestra dos jornalistas que estão localizados nas posições de maior prestígio, que já detêm nomes consagrados: os editores, os colunistas e os correspondentes internacionais [...]. São os jornalistas [situados] em posições hierarquicamente superiores na empresa que definem o que é jornalismo, baseados nas próprias experiências pessoais. (LOBO, 2010, p. 20).

A representação simbólica desses cursos é tão significativa que a passagem por eles tem maior valor, no momento de uma contratação, que os quatro anos cursados em uma escola de jornalismo (OLIVEIRA, 2010). Da mesma forma, e em função de seu valor simbólico, ser “aceito” em um desses cursos é vivenciado, pelos estudantes, como uma experiência de vitória profissional, a qual será maior no caso de contratação por uma dessas empresas.

No mesmo período, e também como estratégia para conferir legitimidade cultural ao jornalismo feito pelas grandes empresas, profissionais vindos de outras áreas foram contratados. O caso exemplar, naquele momento, foi o do jornal *Folha de São Paulo*, que contratou ex-alunos de cursos de graduação e de pós-graduação da área de ciências humanas da USP, como Matinas Suzuki e Marcelo Coelho²⁴, dentre outros, os quais assumiram, depois, as mais altas posições da empresa²⁵. A estratégia de contratação de profissionais da área de ciências humanas e saídos diretamente das grandes universidades não era recente, já havia sido adotada antes como forma de remediar a baixa qualificação profissional da área (ABRAMO, 1988), composta por jornalistas sem qualquer formação universitária. A maior diferença, no entanto, em relação à estratégia adotada anteriormente, residia na dupla representação simbólica almejada por essas contratações nos anos de 1980: significava tanto um esforço para conferir maior legitimidade cultural ao jornal quanto um esforço de desqualificação dos egressos das escolas de jornalismo frente a essas grandes empresas.

24 Embora Matinas Suzuki seja também ex-aluno do Jornalismo da ECA.

25 Para uma análise mais detida do caso *Folha de São Paulo*/USP nesse período, ver Chiamonte (2015) e Chiamonte e Hey (2018).

Mas a disputa pelo “direito legítimo de transmissão da prática profissional” não era uma exclusividade das grandes empresas de comunicação. Também as escolas de jornalismo, durante os anos de 1980 e 1990, empreenderam diversas ações no sentido de conferir e garantir para si a legitimidade desse “direito de transmissão”. A peça-chave nessa disputa, como já foi mencionado anteriormente, eram os “jornais laboratórios” das escolas, já objetos de grande discussão em final dos anos de 1970.

Como parte da estratégia simbólica para garantir maior legitimidade ao “aprendizado prático” promovido por essas escolas, também a questão da contratação passou a ser emblemática. Diferentemente, no entanto, a questão residia não na contratação de profissionais da área de ciências humanas, mas sim na contratação de jornalistas experientes e prestigiados para assumirem a responsabilidade pela condução dos “jornais laboratórios” dessas escolas²⁶. Caso exemplar, igualmente relacionado à USP, é a contratação, nos anos de 1980, de Bernardo Kucinski para conduzir o “jornal laboratório” do Jornalismo da ECA.

Ambas as situações – contratação de profissionais da área de humanas para ocuparem as posições de prestígio e comando de grandes empresas de comunicação²⁷ e contratação de jornalistas experientes para a condução das atividades práticas das escolas de jornalismo – são exemplares das disputas simbólicas, dos critérios de recrutamento social e das formas de dominação que passaram a marcar o jornalismo brasileiro a partir desse período. Representam estratégias diferentes e utilizadas desigualmente, caso queiramos pensar o conjunto das transformações pelas quais passaram a profissão nesse período no Brasil.

26 Essa passou a ser a estratégia adotada pela maioria das escolas de jornalismo que surgiram. Embora não haja ainda, no Brasil, nenhum censo da profissão que nos permita afirmar exatamente o número de profissionais que ocupam cargos na imprensa e nas escolas de jornalismo, nem as disciplinas que eles ministram nessas escolas, é prática corrente questionar o valor e a legitimidade dos cursos cujas disciplinas “práticas” não são oferecidas por “jornalistas profissionais”.

27 Evidentemente, posições encontradas nos grandes centros urbanos, em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

4 A Emergência do “Jornalista Profissional”

Como mencionado anteriormente, o tom de agressividade de Ricardo Kotscho (1998) dirigido aos “novos”, aos “filhos da pauta”, expressa mudanças significativas nas formas de comando, de recrutamento, de legitimidade e, portanto, na rotina do jornalismo brasileiro. Esse período, que monumentalizou repórteres e reportagens, finda, paradoxalmente, fazendo da “notícia” a principal definição da profissão, ainda que a “reportagem” nunca tenha deixado de ser a sua “essência” (BERGAMO, 2011). Finda também fazendo do “colunismo”, e não da “reportagem”, a atividade de maior prestígio na profissão.

Esse processo explica-se, de certo modo, em função da exigência do diploma para o exercício da profissão, que promoveu, ao longo dos anos, tanto a emergência de um modelo profissional cujos critérios de legitimidade são relativamente distintos dos anteriores quanto uma significativa pressão para ampliar o mercado de trabalho²⁸ em setores não ligados diretamente ao jornalismo, mas que cobram sua identificação com a área. Emergiu desse processo uma geração que, assim como a anterior, escreveu sua própria história da profissão e estabeleceu, para si, novos monumentos. Evidentemente, não descartou a história que já havia sido monumentalizada pela geração anterior, de “antigos”, mas inseriu nesta novos “capítulos” e novos “marcadores temporais”.

Para essa geração, de “novos”, formada pelos “jornais-laboratório” das escolas de jornalismo e que considera os cursos oferecidos pelas grandes empresas de comunicação uma garantia de ascensão profissional, a introdução dos *Manuais de Redação e Estilo* da profissão é o seu mais importante marco histórico, verdadeiro divisor de águas, a partir do qual começa a emergir o jornalista “profissional”:

28 Evidentemente, a ampliação do mercado de trabalho para a profissão deve ter tido impacto direto no capital das relações sociais necessário para o trabalho nas redações, assim como o crescimento – do número de postos de trabalho e da importância – do telejornalismo no mesmo período. Uma análise mais detida desse processo, contudo, demandaria um conjunto ampliado e articulado de prosopografias do qual ainda não dispomos. Ainda que haja, no caso de uma fração da elite da profissão, um número considerável de depoimentos, entrevistas, biografias e autobiografias. Sobre isso, ver Moraes (2017).

Até a década de 1940, a maioria dos diários era ainda essencialmente instrumento político. [...] A imprensa era ainda essencialmente de opinião e a linguagem da maioria dos jornais era em geral agressiva e virulenta, marcada que estava pela paixão dos debates e das polêmicas. Na década de 1950, isto começou a mudar, principalmente no Rio de Janeiro, onde o jornalismo empresarial foi pouco a pouco substituindo o político-literário. [...].

A imprensa foi deixando de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começou a ser pensada como um lugar neutro, independente. [...] Se, antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de ideias, das críticas mundanas e da produção literária, agora, ele passava a ser o “espelho” da realidade. Vistos como emergindo naturalmente do mundo real, os acontecimentos, concebidos como notícia, seriam a unidade básica de construção dos jornais. Na estruturação da notícia, o jornalismo adotou as técnicas norte-americanas do *lead* e da “pirâmide invertida”²⁹. O *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê? Símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o “nariz de cera”, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. (RIBEIRO, 2003, p. 148-149).

Dessa forma, o *lead* e os *Manuais de Redação* possibilitaram a consolidação de uma forma própria de escrita para o texto jornalístico, que passou a ser, na definição de seus próprios profissionais, claro, imparcial e objetivo. Estabeleceu-se, dessa maneira, uma oposição de base linguística (RIBEIRO, 2003) entre as diferentes escritas que teve impactos os mais diversos sobre as formas de percepção do ofício (BERGAMO, 2014).

Nos depoimentos dos jornalistas que começaram a trabalhar ou já estavam trabalhando nos anos de 1950 e 1960, por exemplo, a redação passou a ser frequentemente descrita como sendo um espaço de sociabilidade “intelectual”. Não partilhando a identidade linguística que marca as novas gerações, formadas pelos *Manuais de Redação* e na técnica do *lead*, esses profissionais buscam suas raízes identitárias no período anterior, ou em tudo aquilo que lhe era particular, em especial o caráter “crítico” e “intelectual” que se acreditava característico dessa geração:

Tem um dado aí que é importante, antigamente a redação era um ponto de encontro em que você pegava um texto e dizia: “Ô, Fulano!”; “Peraí, José”. E aí vinha um outro e dizia assim: “Mas eu acho [...]”. As redações eram assim. [...] redações eram um convívio, onde os talen-

29 Introduzidas no Jornal *Diário Carioca* em 1950 por Pompeu de Souza.

tos geravam fagulhas que incendiavam o cara que estava lá na última mesa, mas que ouvia isso e dizia: “Porra, o cara falou isso, nunca mais vou esquecer”. Não tem mais isso. Virou um: eu estou aqui no meu artigo, o outro embrulha e manda. (*apud* PEREIRA, 2008, p. 313).

A persistência desse vocabulário e desse sistema de classificação – “antigos” e “novos”, “intelectuais” e “técnicos”, “críticos” e “alienados” – cria, ao longo do tempo, não apenas obstáculos às tentativas de identificação com a área, para os “antigos” e também para muitos dos “novos”, mas também obstáculos à compreensão de quais são, atualmente, suas formas de dominação e seus critérios de legitimação, os quais ganham contornos específicos durante esse período³⁰.

O campo do jornalismo passa a constituir-se com base em dois polos, os quais configuram mercados de trabalho específicos, embora interdependentes e não excludentes³¹: de um lado, as grandes empresas de comunicação, de outro, a Universidade, em especial as próprias escolas de jornalismo, para onde migra número significativo de jornalistas diplomados³². Entre esses dois polos, encontramos um mercado de trabalho bastante diversificado onde essa nova personagem, o jornalista “profissional” (diplomado), encontra espaço possível de atuação: editoras, partidos políticos,

30 Para uma análise do campo do jornalismo brasileiro no período do Regime Militar e da Redemocratização, assim como dos recursos para consagração utilizados pela elite dos jornalistas no período, ver Moraes (2017).

31 Para uma discussão de como as pesquisas sobre a indústria cultural conduzidas pela sociologia da cultura no Brasil vêm propondo uma ampliação e redefinição da concepção bourdieusiana de “campo”, ver Pinheiro e Bergamo (2018). Ressalta-se a significativa importância de Norbert Elias (2001) para a análise de “campos” estruturados a partir de “polaridades”.

32 A especificidade do caso brasileiro talvez possa ser mais bem compreendida se comparada com outros países. Na França, para continuarmos dentro do exemplo anteriormente citado, a Universidade e as grandes empresas de comunicação não podem ser pensadas enquanto polos opostos, entre os quais há uma visível tensão. Embora o diploma não seja uma condição legal para o exercício da profissão, para se chegar às posições de maior prestígio no jornalismo é quase que obrigatória a passagem por uma das escolas reconhecidas, em especial o *Centre de Formation des Journalistes* (CFJ), de Paris, e a *École Supérieure de Journalisme* (ESJ), de Lille, ambas privadas (Marchetti, 1997; Lafarge; Marchetti, 2011). A primeira obteve seu reconhecimento em 1947, e a segunda, em 1956. Nos anos de 1960 e 1970, duas outras escolas, públicas, obtiveram o reconhecimento (O *Centre Universitaire d'Étude du Journalisme* (CUEJ) de Strasbourg, em 1968, e o *Institut de Journalisme de Bordeaux Aquitaine* (IJBA), de Bordeaux, em 1975), mas as duas anteriores continuaram sendo as instituições de formação de maior prestígio e importância. Nos anos de 1980 e 1990, esse número dobra: quatro outras escolas obtêm o reconhecimento, apenas uma delas privada (O *IUT-Journalisme*, de Tours, em 1981, o *Centre d'Études Littéraires Supérieures Appliquées* (CELSA), de Paris, em 1981, a *École de Journalisme et de Communication de Marseille* (EJCM), em 1984, e o *Institut Pratique du Journalisme* (IPJ), de Paris, privada, em 1991). A passagem por essas escolas reconhecidas confere, dessa forma, maior “legitimidade” à profissão.

empresas, sindicatos etc. Atuam como redatores, revisores, documentaristas, organizadores de histórias institucionais e biografias, assessores de imprensa, assessores políticos, dentre tantas outras atividades. Trata-se de um mercado de trabalho que pode ser mais propriamente designado como “extrarredação”, uma vez que envolve o domínio de técnicas e saberes específicos relacionados ao jornalismo, mas desenvolve-se fora do espaço das “redações” das grandes empresas de comunicação:

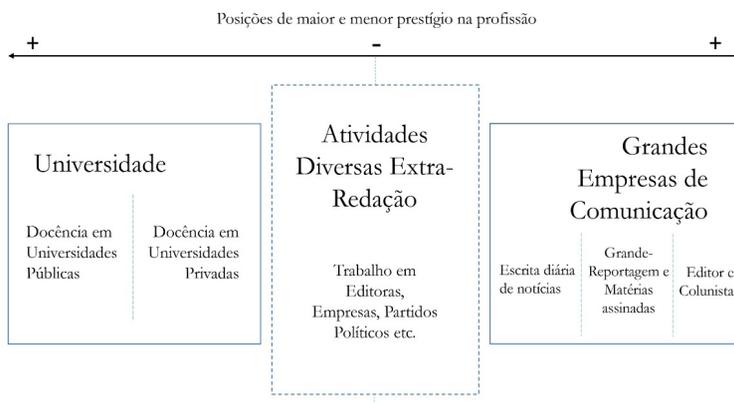


Figura 1 – Campo do Jornalismo no Brasil a partir dos anos de 1990 e 2000

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Cada um desses polos tem seus próprios critérios de hierarquização, posições de maior ou menor autoridade e formas de dominação, mas a conversão de recursos de um a outro é perfeitamente possível, ainda que não esteja isenta de conflitos. A persistência desse vocabulário e desse esquema classificatório tem também como resultado a consolidação de certos estereótipos, seja em relação ao jornalista, seja em relação ao intelectual, cujos moldes são também linguísticos, já que a linguagem jornalística é clara, direta, objetiva e imparcial, e a intelectual, por sua vez, tende a ser rebuscada, prolixa e sem objetividade³³.

33 O caso mais emblemático de tentativa de rebaixamento dos acadêmicos por parte dos jornalistas é o do conflito entre a *Folha de São Paulo* e a USP. Para isso, ver Chiaramonte e Hey (2018).

Jornalistas e intelectuais passam a olhar uns aos outros, portanto, com desconfiança.

Isso gera os mais diversos reflexos sobre as carreiras profissionais. Os mais novos, para os quais não apenas as carreiras jornalísticas representam uma possibilidade de trabalho, mas também as carreiras universitárias, vivenciam essa desconfiança de forma inescapável, uma vez que ela opera de ambos os lados. É o que podemos ver, por exemplo, no depoimento de Juremir Machado da Silva, jornalista e professor universitário:

Lá no jornal, os caras diziam: “Esse cara é um professor universitário, um acadêmico, ele faz umas coisas complicadas que o público não entende direito”. Ainda que, na universidade, muitas vezes dissessem o contrário: “Esse cara é um jornalista, um tanto superficial”. (Silva ano? *apud* PEREIRA, 2008, p. 392)³⁴

No contexto das grandes empresas de comunicação, o rebaixamento social imposto aos jovens diplomados, submetidos à criação de “narrativas sem autor”, de um lado, e a total liberdade e autonomia que marcam as posições de maior prestígio, de outro (BERGAMO, 2014), teve como resultado a concentração de poder e autoridade na figura do “colunista”, e não mais do repórter, ainda que a reportagem seja um dos mais importantes capitais simbólicos do ofício, sem o qual as carreiras de maior prestígio dificilmente podem ser alcançadas. Mas a reportagem gradativamente deixa de ser “atividade-fim” para tornar-se, cada vez mais, “atividade-formadora”, cujo caráter é eminentemente técnico, base para a produção de notícias e matérias jornalísticas. E a “grande reportagem”, tão prestigiada durante esse período, desloca-se em direção aos semanários e ao documentário. Importante lembrar que, bem antes disso, nos primeiros anos de 1970, teve já início um processo de substituição do “chefe de reportagem” pelo editor. Nas palavras de Medina (1978, p. 91): “[...] a era do chefe de reportagem terminava e a era dos editores, ou editorias, passa a representar as redações modernas”.

No campo do jornalismo como um todo, as atividades e posições consideradas de menor prestígio são aquelas designadas como “extrarredação”,

34 Entrevista de Juremir Machado da Silva

salvo quando seus profissionais podem converter recursos de algum dos dois grandes polos. Não é também incomum que um número grande de profissionais ocupe mais de uma posição³⁵. As mais altas, oferecidas pelas grandes empresas de comunicação, continuam sendo as mais prestigiosas, quadro que somente se modifica quando as carreiras seguem em direção às posições de maior prestígio do polo oposto, a universidade, onde estão os mais importantes intelectuais e teóricos da profissão, respeitados até mesmo por aqueles que ocupam as posições mais prestigiosas do outro polo. Evidentemente, as formas de percepção que esses profissionais podem ter de seu ofício, assim como de sua trajetória e das demais que observam, dependem da posição ocupada por eles no interior desse campo fortemente polarizado. Contudo, o fato de que esses profissionais ocupem mais de uma posição no interior desse campo, desenvolvendo atividades ora em um polo, ora em outro (ou mesmo em ambos), ora em um deles e em atividades extrarredação (MICK; LIMA, 2013), faz com que eles percebam sua própria história e trajetória profissionais – e não o campo, tal como está estruturado – como sendo marcadas por fraturas, cisões, e pela instabilidade própria a um contexto de forte polarização, as quais deixam de serem sentidas apenas quando se chega às posições de maior prestígio em um desses dois polos.

A emergência do “jornalista profissional”, durante esse período, com a ampliação do mercado de trabalho junto à Universidade e a um conjunto de atividades extrarredação, modifica consideravelmente a imagem que pode ser feita da profissão. O profissional que emerge ao final desse período, que adota como monumento e divisor de águas o *Manual de Redação*, é antes de tudo, um “profissional da escrita” (BERGAMO, 2014) que cobra para si uma imagem distinta da dos demais escritores profissionais, em especial aqueles ligados à literatura³⁶. Significa, portanto, que o jornalismo, ao menos no Brasil, não pode ser analisado, a partir desse período, dissociado, por um lado, da Universidade e, por outro, de um conjunto ampliado de atividades que demandam uma “escrita profissional” cuja

35 Para um panorama atualizado da profissão de jornalista no Brasil, ver Mick (2012) e Mick e Lima (2013).

36 Ainda que a escrita literária possa ser considerada um importante recurso simbólico para a profissão (MORAES, 2017).

característica principal é o trabalho de sistematização e tradução de informações a grupos diversos e heterogêneos de leitores.

Referências

- ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; SILVA, Marco Antonio Roxo da. Preparados, leis e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. **E-Compós**, v. 9, p. 1-30, 2007.
- ANTONIO, João. **Abraçado ao meu rancor**: contos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1972.
- BAHIA, Juarez. [1990]. **Jornal, história e técnica**. 2 vol. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BALDESSAR, Maria José. **A mudança anunciada**: o cotidiano dos jornalistas com o computador na redação. Florianópolis: Insular, 2003
- BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil (1900-2000). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARCELLOS, Caco. **Rota 66**. São Paulo: Globo, 1992.
- BERGAMO, Alexandre. Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro. **Mana** – Estudos de Antropologia Social, v. 17, n. 2, p. 233-269, 2011.
- BERGAMO, Alexandre. A escrita do presente: mudanças no status cultural do jornalismo. In: MICELI, Sergio; PONTES, Heloisa (org.). **Cultura e Sociedade**: Brasil e Argentina. São Paulo, Edusp, 2014. p. 211-239.
- BERGER, Christa (org.). **Jornalismo no cinema**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 22-43, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CARNEIRO, Maria Luiz Tucci; KOSSOY, Boris. **A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CHIARAMONTE, Aline. **Lutas simbólicas e Doxa**: Jornalistas e acadêmicos no caso da “Lista dos Improdutivos” da Usp. Orientadora: Sylvia Gemignani Garcia. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado

em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHIARAMONTE, Aline; HEY, Ana Paula. "Que a Usp descanse em paz!" Disputas simbólicas entre jornalistas e acadêmicos em fins dos anos de 1980. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 39, p. 250-276, 2018.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. São Paulo: Ática, 1993.

CONY, Carlos Heitor. **Quase memória, quase romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília: Editora UnB, 2007.

DANTAS, Audálio (org.). **Repórteres**. São Paulo: Senac, 1998.

DELPORTE, Christian. **Histoire du journalisme et des journalistes en France**. Paris: PUF ("Que sais-je?"), 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FAERMAN, Marcos. **Com as mãos sujas de sangue – reportagens**. São Paulo: Global, 1979.

FERENCZI, Thomas. **L'Invention du journalisme en France**. Naissance du journalisme moderne à la fin du XIX siècle. Paris: Plon, 1993.

FERREIRA JR., Carlos Antonio Rogé. **Literatura e Jornalismo, Práticas Políticas: discursos e contradiscursos, o Novo-Jornalismo, o Romance-reportagem e os Livros-reportagem**. São Paulo: Edusp, 2003.

GHEDINI, Frederico Barbosa. **Os jornalistas na empresa-escola: as iniciativas da Editora Abril, de O Estado de São Paulo para triar e treinar seus futuros profissionais** Orientador: José Coelho Sobrinho. 1998. 00 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JAMBEIRO, Othom. A Formação do Jornalista diante do Novo Currículo. **Boletim Intercom**, n. 48, p. 35-37, 1984.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1986.

KOTSCHO, Ricardo. O pipoqueiro e os filhos da pauta. *In*: DANTAS, Audálio (org.). **Repórteres**. São Paulo: Senac, 1998. p. 183-197.

KUCINSKI, Bernardo. [1991]. **Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAFARGE, Géraud; MARCHETTI, Dominique. Les portes fermées du journalisme. L'espace social des étudiants des formations "reconnues". **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, v. 4, n. 189, p. 72-99, 2011.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985a.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985b.

LOBO, Rodrigo Gomes. **Processos de socialização em jornalismo: adestrando "focas" e treinando trainees**. Orientador: ?. 2010. 00 f. Tese Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCHETTI, Dominique. Contribution a une sociologie des transformations du champ journalistique dans les années 80 et 90. A propos d' "événements sida" et du "scandale du sang contaminé". **Sociologie**, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, [s. p.], 1997.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia: um produto à venda**. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MELO, José Marques de; FADUL, Anamaria; SILVA, Carlos E. Lins da. **Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes, Intercom, 1979.

MICK, Jacques. A Expansão do Ensino de Jornalismo no Brasil e a Reconfiguração da Categoria Profissional (2000-2010). CFH-UFSC, 2012.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel (coord.). **Perfil do Jornalista Brasileiro**. Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 25, n. 73, p. 59-76, 2010.

MORAES, Vaniucha de. A elite dos jornalistas brasileiros: estratégias de legitimação e simbolização entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização. 2017. 00 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Michele Roxo de. O problema do lugar de treinamento e da autoridade do conhecimento no jornalismo. In: ANAIS DO VIII NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2010, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA; SBP]or, 2010. p. 1-16.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 3, n. 4, p. 31-42, 1998.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social.** Orientador:?. 2008. 00 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PINHEIRO, Dimitri; BERGAMO, Alexandre. Indústria cultural no Brasil e o balanço da sociologia: dois pesos, muitas medidas. *In*: MICELI, Sérgio; MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Sociologia Brasileira Hoje II.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2018. p. 89-143.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação.** Rio de Janeiro: CODECRI, 1978.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação.** São Paulo: Ática, 1987.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação.** São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, Literatura e Política: A Modernização da Imprensa Carioca nos Anos 1950.** Estudos Históricos, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937-1997 – história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

RIEFFEL, Rémy. **L'Élite des journalistes.** Les hérauds de l'information. Paris: PUF, 1984.

RUELLAN, Denis. **Le professionnalisme du flou: identité et savoir-faire des journalistes français.** Grenoble: PUG, 1993.

RUELLAN, Denis. **Les “pro” du journalisme.** Paris: PUR, 1997.

SANTOS, Macelle Khouri. **Um olhar sobre o jornalismo: análise da representação do jornalismo no cinema hollywoodiano, de 1930 a 2000.** Orientador: Francisco José Castilhos Karam. 2009. 212 f. Dissertação - Programa de Pós- Graduação em Jornalismo - UFSC (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, UFSC, Florianópolis, 2009.

SENRA, Stella. **O último jornalista: imagens de cinema.** São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SILVA, Marco Antonio Roxo da. **Jornalistas, Pra Quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional.** Orientador: Afonso de Albuquerque. 2008. 280 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UFF (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Brasília, Niterói, UFF, 2007

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de redação: o texto nos meios de informação.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos Jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. Jornalista como personagem de cinema. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais** [...]. Campo Grande: Intercom, 2001. p. 1-13.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WAIZBORT, Leopoldo. Erich Auerbach sociólogo. **Tempo Social**, v. 16, n. 1, p. 61-91, 2004.

Recebido: 25/02/2019

Aceito: 30/03/2020

The "old" and the "young" in brazilian journalism of the 1980s and 1990s: a professional identity in dispute

Abstract

This paper discusses how, in the 1980s and the 1990s, important forms of domination and symbolic strategies were underlined in Brazilian journalism. For this, it discusses the changes in the journalists' labor market, the impact of the demand of Bachelor's degree for the exercise of the profession, the increase in number of schools and the importance of the adoption of specific rules for journalistic writing seeking the consolidation of a professional work and writing model. It shows how in the conflict between the "old" and the "young" journalists, which marked the two decades studied, the following topics were at play: modifications in the way of work and the profession's perception, in the hierarchy organization and social recruitment, as well as in the professional identity.

Keywords: Brazilian journalism. Professional identity. Journalism bachelor's degree. Field of journalism, sociology of culture.

CONTENTS

DOSSIÊ MAX WEBER RELOADED: RETOMANDO SEU LEGADO 100 ANOS DEPOIS <i>Carlos Eduardo Sell (UFSC), Gert Albert (Universidade de Heidelberg) e Sérgio da Mata (UFOP)</i>	
Apresentação <i>Carlos Eduardo Sell (UFSC), Gert Albert (Universidade de Heidelberg) e Sérgio da Mata (UFOP)</i>	7
Action, order and culture: foundations of a Weberian research program <i>Wolfgang Schluchter</i>	19
The casual-explanatory dimension of the ideal type: Max Weber's methodological contribution to contemporary sociology <i>Gert Albert</i>	56
Max Weber has two sociologies? Comparative analysis of the conceptual scheme of On some categories of comprehensive sociology (1913) and Fundamental sociological concepts (1921) <i>Bruna dos Santos Bolda</i>	83
Max Weber and the Empirical Historical Inquiry <i>Edith Hanke</i>	118
Metaweberianism <i>Sérgio da Mata</i>	142
Max Weber's political Analysis of the February Revolution of 1917: a critical Review <i>Luiz Enrique Vieira de Souza e Ricardo Musse</i>	152
Charismatic authority in democratic regimes <i>Roger Laureano</i>	178

The sociology of education of Max Weber: the clinamen in pedagogical practice	205
<i>Alonso Bezerra Carvalho</i>	
Biography and Scholarship. In Memory of Guenther Roth	227
<i>Luciana Villas Bôas</i>	
Guenther Roth (1931-2019)	242
<i>Stephen Kalberg</i>	

FREE ARTICLES

Route to the Federal Senate: Brazilian Senator's political careers and social background in the 51st legislatures	246
<i>Alison Ribeiro Centeno</i>	
Democracy and Legitimacy: three thesis on the role of communication in political justification	268
<i>Renato Francisquini</i>	
Social self-organization in the field of work and production: notes for a critique of the solidarity economy	301
<i>Cassio Brancaleone</i>	
The "old" and the "young" in brazilian journalism of the 1980s and 1990s: a professional identity in dispute	337
<i>Alexandre Bergamo</i>	

Normas de publicação para os colaboradores

I. Quanto ao tipo de contribuição

- Artigos inéditos (até 30 laudas de 30 linhas por 70 toques, ou aproximadamente 60.000 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas).
- Ensaio bibliográfico (até 12 laudas de 30 linhas por 70 toques, ou 25.200 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas): resenhas críticas de apenas um livro ou de vários livros tratando de assuntos correlatos.
- Resenhas bibliográficas (até 6 laudas de 30 linhas por 70 toques, ou 6.300 caracteres): pequenas resenhas de livros recentes.

2. Quanto à avaliação para publicação

- A revista publica artigos em português, inglês e espanhol, aceitando submissões em francês, cuja publicação estará condicionada à possibilidade de tradução.
- Os originais de artigos, ensaios e resenhas submetidos à revista são lidos inicialmente pelos editores que, se considerar estarem de acordo com a política editorial da revista e cumprirem os requisitos acadêmicos indispensáveis, serão encaminhados para avaliação de pelo menos dois especialistas na área, garantindo o anonimato de autores e pareceristas.
- Na avaliação, os pareceristas deverão levar em conta o conteúdo, a relevância e a qualidade das contribuições, considerando redação, originalidade do texto, qualidade do argumento e da bibliografia, pertinência e adequação da metodologia empregada. O resultado da avaliação pode ser: a) aceitar, b) aceitar com revisões,

c) reformular e reapresentar e d) recusar. Em casos de um parecer positivo e um negativo, o trabalho será submetido a um terceiro parecerista. Quando houver a necessidade de alterações referentes apenas a aspectos gramaticais, ortográficos e de ordem normativa, com vistas a manter a homogeneidade da publicação, os editores se reservam o direito de fazer as modificações necessárias, respeitando o estilo do autor.

3. Cada artigo deve estar acompanhado por um resumo contendo entre 100 e 150 palavras, em português e em inglês, com três a cinco palavras-chave. Os autores devem enviar seus dados profissionais (instituição, cargo, titulação, principais publicações), endereço para correspondência e e-mail. Estes dados devem aparecer em página à parte, contendo também o título do trabalho.

4. As notas de rodapé devem ser indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente no final de cada página e devem conter informações de natureza substantiva, não podendo consistir em simples referências bibliográficas.

5. As citações e as referências bibliográficas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato:

- (sobrenome do autor, ano de publicação, página), conforme o exemplo: (WAGLEY, 1977, p. 160-162).

6. As referências bibliográficas, em ordem alfabética, devem estar no final do trabalho e respeitar o formato que aparece nos seguintes exemplos (pede-se atenção a pontuação, espaços, negrito e uso de maiúscula):

- Livro:

VEBLÉN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

- Coletânea:

LIPSET, S. M. (org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- Artigo em coletânea:

WALLERSTEIN, I. Three Ideologies or One? The Pseudo-Battle of Modernity. In: TURNER, S. P. (org.). **Social Theory & Sociology**. The Classics and Beyond. Oxford: Blackwell, 1996.

- Artigo em periódico:

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, out.1989.

- Tese e dissertação acadêmicas:

MIGUEL, S. M. **Um olhar para dentro**: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

7. Os gráficos, figuras, tabelas, quadros ou mapas devem ser inseridos no texto, numerados e titulados corretamente e com a devida referência. Devem estar confeccionados de maneira a permitir sua reprodução direta.

8. Os ensaios bibliográficos e resenhas devem apresentar a referência completa das obras analisadas, indicando o número de páginas de cada uma.

9. O envio de qualquer colaboração implica a cessão integral dos direitos autorais à revista Política & Sociedade. Uma nova publicação do mesmo texto, de iniciativa de seu autor ou de terceiros, fica sujeita à expressa menção da precedência de sua publicação neste periódico, citando-se a edição e data dessa publicação. A revista não se compromete a devolver os originais das colaborações enviadas.

10. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

11. Os autores devem enviar seus textos preferencialmente através do site da revista (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>) ou então em formato eletrônico (Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, desde que não ultrapassem 2MB) para o endereço ps@cfh.ufsc.br.

Para mais informações, consultar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política:

Tel. 55 (48) 3721-9253

Endereço eletrônico: ppgsp@cfh.ufsc.br

Portal eletrônico: <http://www.sociologia.ufsc.br>

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir.

As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em “Comentários ao Editor”.

2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, Open-Office ou RTF (desde que não ultrapassem os 2MB)

3. Todos os endereços de páginas na Internet (URLs), incluídas no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.

4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12 pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.

5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos nas Normas de publicação para os colaboradores.

6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista.

Normas de publicación para los colaboradores

1. Sobre el tipo de contribución

- Artículos inéditos (hasta 30 folios de 30 líneas por 70 toques, o aproximadamente 60.000 caracteres, incluyendo referencias bibliográficas y notas).
- Ensayos bibliográficos (hasta 12 folios de 30 líneas por 70 toques, o aproximadamente 25.200 caracteres, incluyendo referencias bibliográficas y notas): reseñas críticas de un libro o de varios libros tratando asuntos correlativos.
- Reseñas bibliográficas (hasta 6 folios de 30 líneas por 70 toques, ó 6.300 caracteres): pequeñas reseñas de libros recientes.

2. Sobre la evaluación para publicación

- La revista publica artículos en portugués, inglés y español, aceptando envíos en francés, cuya publicación dependerá de la posibilidad de traducción.
- Los originales de artículos, ensayos y reseñas enviados a la revista serán leídos primeramente por los editores que, si consideran que están de acuerdo con la política editorial de la revista y que cumplen los requisitos académicos indispensables, los enviarán para dictámenes de por lo menos dos especialistas en la materia, garantizando el anonimato de autores y evaluadores (sistema de revisión por pares a “doble ciego”).
- Los dictaminadores deberán analizar el contenido, la relevancia y la calidad de las contribuciones, considerando redacción, originalidad del texto, calidad del argumento y de la bibliografía, pertinencia y adecuación de la metodología empleada. El resultado de la evaluación

puede ser: a) aceptar, b) aceptar con revisiones, c) reformular y presentar nuevamente y d) no aceptar. En casos de un parecer positivo y uno negativo, el trabajo será sometido a un tercer dictamen. Cuando haya necesidad de modificaciones solamente referentes a aspectos gramaticales, ortográficos y normativos, para mantener la homogeneidad de la publicación, los editores se reservan el derecho de hacer las modificaciones necesarias, respetando el estilo del autor.

3. Cada artículo debe incluir un resumen conteniendo de 100 a 150 palabras, en portugués y en inglés, con 3 a 5 palabras clave. Los autores deben enviar sus datos profesionales (institución, cargo, título, principales publicaciones), dirección para correspondencia y correo electrónico. Estos datos deben aparecer en una página separada, conteniendo también el título del trabajo.

4. Las notas de pie se deben indicar con números arábigos en orden creciente al final de cada página y deben contener información de naturaleza sustantiva, no deben ser simples referencias bibliográficas.

5. Las citas y las referencias bibliográficas deben aparecer en el cuerpo del texto con el siguiente formato:

- (apellido del autor, año de publicación, página), según el ejemplo: (WAGLEY, 1977, p. 160-162).

6. Las referencias bibliográficas, en orden alfabético, deben estar al final del trabajo y respetar el formato que aparece en los siguientes ejemplos (se solicita atención a la puntuación, espacios, negrita y uso de mayúscula):

- Libro:

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

- Colección:

LIPSET, S. M. (org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- Artículo en colección:

WALLERSTEIN, I. Three Ideologies or One? The Pseudo-Battle of Modernity. *In*: TURNER, S. P. (org.). **Social Theory & Sociology**. The Classics and Beyond. Oxford: Blackwell, 1996.

- Artículo en periódico:

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, out.1989.

- Tesis y disertación académicas:

MIGUEL, S. M. **Um olhar para dentro**: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis. Dissertação (Maestría en Sociología Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

7. Los gráficos, figuras, tablas, cuadros o mapas se deben introducir correctamente en el texto, numerados, con título y con la debida referencia. Deben estar confeccionados de manera tal que permita su reproducción directa.

8. Los ensayos bibliográficos y reseñas deben incluir las referencias completas de las obras analizadas, indicando el número de páginas de cada una.

9. El envío de cualquier colaboración implica la cesión total de los derechos autorales a la revista Política y Sociedad. Una nueva publicación del mismo texto, siendo iniciativa de su autor o de terceros, está sujeta a la expresa mención de la precedencia de su publicación en este periódico, citándose la edición y fecha de esta publicación. La revista no se compromete a devolver los originales de las colaboraciones enviadas.

10. Las opiniones expresadas en los artículos firmados son de la exclusiva responsabilidad de sus autores.

11. Los autores deben enviar sus textos preferentemente a través del sitio de la revista (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>) o en formato electrónico (Microsoft Word, OpenOffice o RTF) que no supere los 2MB, a la dirección ps@cfh.ufsc.br.

Para obtener más información, solicítela al Programa de Post Grado en Sociología Política:

Tel.+55 48 3721-9253

Fax +55 48 3721-9098

Dirección electrónica: ppgsp@cfh.ufsc.br

Portal electrónico: <http://www.sociologia.ufsc.br>

Condiciones para el envío

Como parte del proceso de envío, los autores deben verificar la conformidad del envío con respecto a todos los ítems enumerados a continuación. Los envíos que no estén de acuerdo con las normas se devolverán a sus autores.

1. La contribución es original e inédita, y no está en evaluación para publicación en otra revista; caso contrario, justificar en “Comentarios al Editor”.

2. Los archivos e enviar están en formato Microsoft Word, OpenOffice o RTF (no deben pasar de los 2MB)

3. Todas las direcciones de páginas de Internet (URLs), incluidas en el texto (Ej.: <http://www.ibict.br>) están activas para hacer clic.

4. El texto está en espacio simple; usa una fuente de 12 puntos; emplea itálico en lugar de subrayar (excepto en direcciones URL); con figuras y tablas incluidas en el texto, y no al final.

5. El texto obedece a los estándares de estilo y requisitos bibliográficos descritos en las Normas de publicación para los colabores.

6. La identificación del autor de este trabajo fue retirada del archivo y de la opción Propiedades en Word, asegurando de esta manera el criterio de confidencialidad de la revista.

Publication Guidelines for Collaborators

1. According to the type of contribution

- Unpublished articles (up to 30 standard pages of 30 lines with 70 characters each, or approximately 60,000 characters, including notes and references).
- Bibliographic essays (up to 12 standard pages of 30 lines with 70 characters each, or 25,200 characters, including notes and references) – critical reviews of one book only or of several books on related issues.
- Literature reviews (up to 6 standard pages of 30 lines with 70 characters each, or 6,300 characters) – short reviews of recent books.

2. Regarding the review for publication

- The journal publishes articles in Portuguese, English, and Spanish, accepting submissions in French, whose publication is dependent on the possibility of translation.
- Original articles, essays and reviews submitted to the journal are first read by the editors. If the submitted material is considered to be in accordance with the editorial policy and fulfills the essential academic requirements, it will be forwarded for evaluation by at least two experts in the field, ensuring the anonymity of both the authors and reviewers.
- In the evaluation, the peer reviewers should take into account the content, relevance and quality of the contributions, considering writing, text originality, quality of argument and literature, relevance and appropriateness of the methodology employed. The evaluation result can be one of the following: a) accept; b) accept with minor revisions; c) revise and resubmit; d) refuse. In case of a positive

and a negative review, the work is to be submitted to a third reviewer. When there is a need for changes relating to aspects of grammar, spelling and normative nature only, in order to maintain the homogeneity of the publication, the editors reserve the right to make any necessary changes, complying with the author's style.

3. Every article must be accompanied by an abstract containing between 100 and 150 words, with a version in Portuguese and English, with three to five keywords. Authors should send their professional information (institution, position, title, most important publications), mailing address and e-mail. This information should appear on a separate page that also contains the title of the article.

4. Footnotes should be indicated by Arabic numerals in ascending order at the end of each page and should contain relevant information, and may not consist of simple bibliographic references.

5. Citations and references should appear in the body of the text with the following formatting:

(author's last name, year of publication, page) according to the example: (WAGLEY, 1977, p. 160-162).

6. The references, in alphabetical order, must be at the end of the work and follow the format that appears in the following examples (please observe punctuation, spaces, bold type and capitalization as follows):

- Book:

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

- Collection:

LIPSET, S. M. (org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- Article from a collection:

WALLERSTEIN, I. Three Ideologies or One? The Pseudo-Battle of Modernity. *In*: TURNER, S. P. (org.). **Social Theory & Sociology**. The Classics and Beyond. Oxford: Blackwell, 1996.

- Article from a journal:

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, out.1989.

- Academic thesis or dissertation:

MIGUEL, S. M. **Um olhar para dentro**: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis. Dissertation (MA in Political Sociology). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

7. Graphs, figures, tables, charts or maps should be inserted in the body of the text, properly numbered and captioned and with their respective references. They must be provided in a format that allows their direct reproduction.

8. Bibliographical essays and reviews must provide complete references about the works reviewed, indicating the number of pages of each.

9. The submission of any collaboration implies the full transfer of copyrights to the journal *Política e Sociedade*. A new publication of the same text, whether by the initiative of the author or third parties, must indicate that it was previously published in this journal, citing the edition and date of publication. There is no guarantee that the original submissions will be returned.

10. The opinions expressed in signed articles are solely the responsibility of their authors.

11. Authors should send their texts preferably through the journal's website (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>) or in electronic format (Microsoft Word, OpenOffice or RTF, provided the file does not exceed 2 MB) to the address ps@cfh.ufsc.br.

For more information, please contact the Graduate Program in Political Sociology:

Phone: +55 48 3721 9253

Fax: +55 48 3721 9098

E-mail Address: ppgsp@cfh.ufsc.br

Web: <http://www.sociologia.ufsc.br>

Conditions for Submission

As part of the submission process, authors are required to confirm their submission's compliance with all of the following items. Submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. The contribution is assumed to be original and unpublished, and that it is not being evaluated for publication by another journal. If this is not the case, a justification should be provided under the “Comments to the Editor” section.

2. The submission files are in Microsoft Word, OpenOffice or RTF format (provided they do not exceed 2 MB)

3. All Web page addresses (URLs) included in the text (e.g. <http://www.ibict.br>) are active and clickable.

4. The text is single-spaced; font is size 12; italics are used instead of underlining (except for URL addresses); figures and tables are included in the text, not at the end.

5. The text adheres to the stylistic and bibliographic requirements outlined in the Publication Guidelines for collaborators.

6. The identification of authorship of this work was removed from the file and from the Properties option in Microsoft Word, thus ensuring the journal’s confidentiality criterion.